



GOVERNANÇA, GESTÃO, INOVAÇÃO E RESULTADOS

RELATÓRIO DE GESTÃO

2011
2013

Procurador-Geral da República

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Vice-Procuradora-Geral da República e Vice-Procuradora-Geral Eleitoral

Sandra Verônica Cureau

Corregedor-Geral

Eugênio José Guilherme de Aragão

Ouvidora-Geral

Ela Wiecko Volkmer de Castilho

Secretário-Geral

Lauro Pinto Cardoso Neto

Secretário-Geral Adjunto

Danilo Pinheiro Dias

Ministério Público Federal
Procuradoria Geral da República
Secretaria-Geral

GOVERNANÇA, GESTÃO, INOVAÇÃO E RESULTADOS

RELATÓRIO DE GESTÃO

2011
2013

Brasília, 2013

Ministério Público Federal
Procuradoria Geral da República

SAF Sul Quadra 4 Conjunto C
Tel.: +55 - 061 - 3105-5100
70050-900 - Brasília-DF
www.pgr.mpf.mp.br

Elaboração e organização

Allana de Albuquerque Sousa Silva
Álvaro André Santarém Amorim
Gabriel Nunes Oliveira
Marcio Lima Medeiros
Luzia Alves Sobreira

Normalização bibliográfica

Coordenadoria de Biblioteca e Pesquisa

Infográficos

Gabriel Nunes Oliveira
Helder Hey
Weslei Gomes de Sousa
Bruno Correia da Cunha
Gustavo Caetano Feitoza
Daniel Henrique Salta Pedrosa

Apoio

Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica – Amge
Câmaras de Coordenação e Revisão – CCRs
Ministério Público Federal nos Estados e Regionais
Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC
Programa de Saúde e Assistência Social - Plan-Assiste
Secretaria de Administração – SA
Secretaria de Comunicação Social – Secom
Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP
Secretaria de Planos e Orçamento – SPO
Secretaria Jurídica e de Documentação – Sejud
Secretaria de Serviços Integrados de Saúde - SSIS
Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC

Projeto gráfico e diagramação

Secretaria de Comunicação Social

B823g

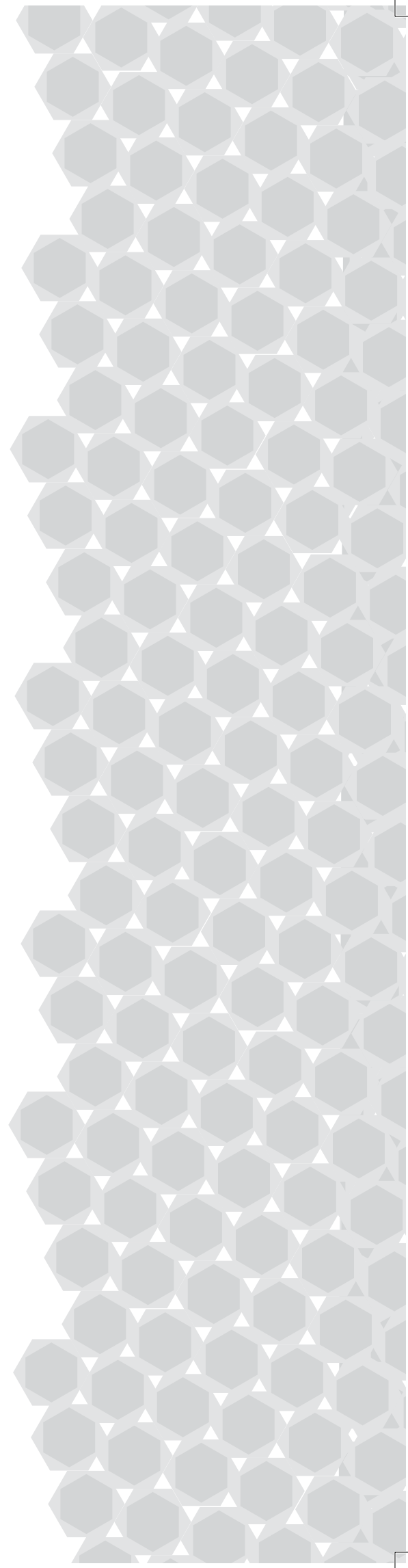
Brasil, Ministério Público Federal

Governança, gestão, inovação e resultados : biênio 2011- 2013. – Brasília: MPF, 2013.
172 p.

ISBN 978-85-85257-05-7

- 1. Ministério Público Federal - planejamento estratégico.
- 2. Ministério Público Federal - relatório. I. Título

CDD – 808.066

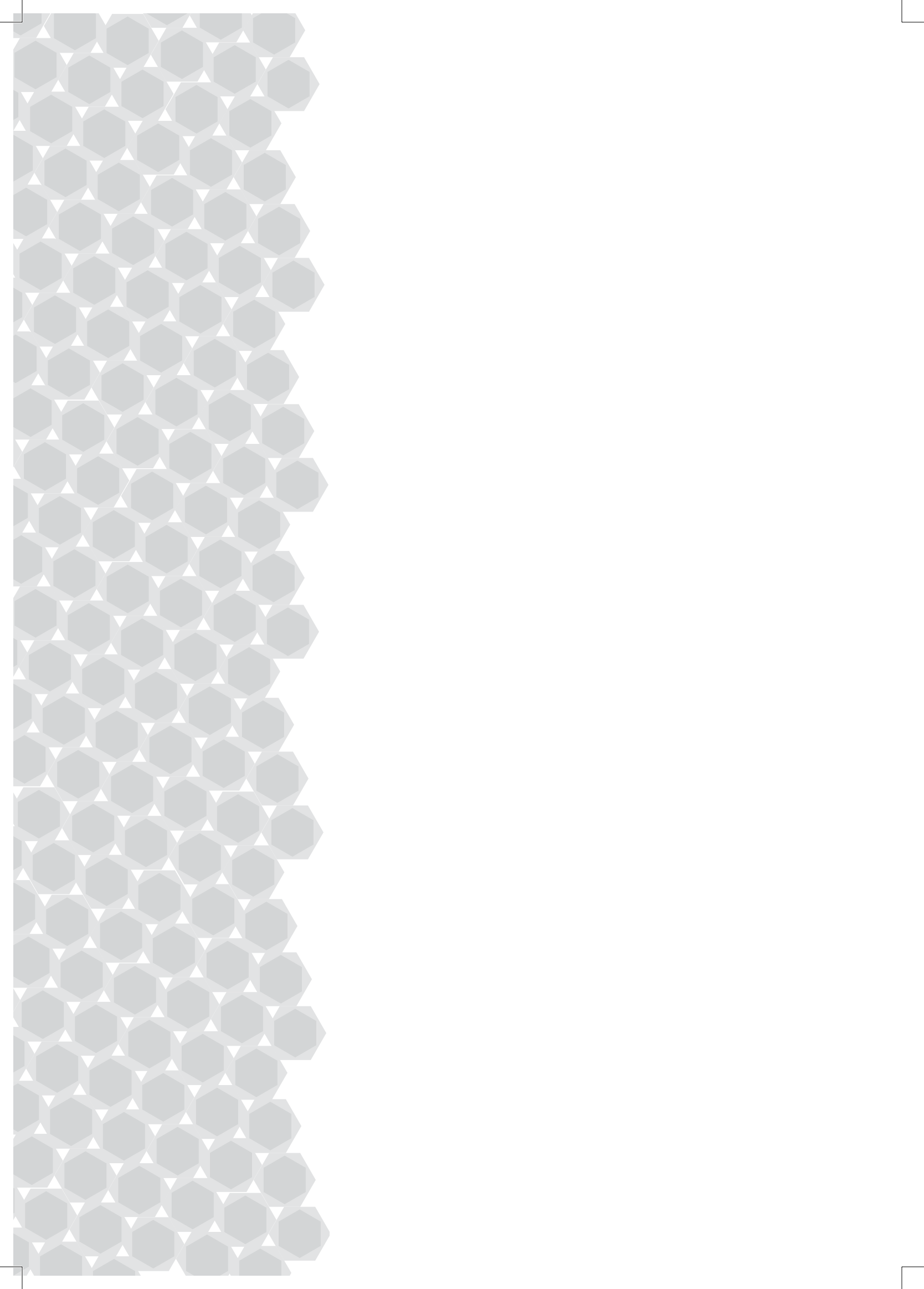


LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGU	Advocacia Geral da União
Amge	Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica
ANPR	Associação Nacional dos Procuradores da República
ASCJI	Assessoria de Cooperação Jurídica Internacional
Assart	Assessoria de Articulação Parlamentar
Asspa	Assessoria de Análise e Pesquisa
BSC	Balanced scorecard
Cade	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CCR	Câmara de Coordenação e Revisão
CEA	Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura
CGE	Comitê de Gestão Estratégica
CGU	Controladoria-Geral da União
CGP	Coordenadoria de Gestão de Projetos
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
Conar	Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária
CSC	Centro de Serviços Compartilhados
CSMP	Conselho Superior do Ministério Público
DAP	Divisão de Atendimento Preferencial do Ministério Público Federal
DEPEI	Desdobramento do Planejamento Estratégico Institucional
Dimp	Divisão de Melhoria de Processos
DMPF-e	Diário do Ministério Público Federal Eletrônico
EAP	Estrutura Analítica de Projeto
ESMPU	Escola Superior do Ministério Público da União
EPO	Escritório de Processos do Ministério Público Federal
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
CGEAP	Grupos de Controle Externo da Atividade Policial
Genafe	Grupo Nacional Executivo da Função Eleitoral
GTTI	Grupo Técnico de Tecnologia da Informação
GT	Grupo de Trabalho
IC	Inquérito Civil
INC	Instituto Nacional de Criminalística
IP	Inquérito Policial
Naops	Núcleos de Apoio Operacional à Procuradoria Federal dos Direitos Cidadão
LEP	Lei de Execuções Penais
MEC	Ministério da Educação
MPE	Ministério Público Eleitoral
MPF	Ministério Público Federal
MPT	Ministério Público do Trabalho
MPU	Ministério Público da União
MS	Ministério da Saúde
PCD	Programa de Classificação de Documentos
PEI	Planejamento Estratégico Institucional

PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PETI	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PFDC	Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
PGR	Procuradoria Geral da República
PA	Procedimento Administrativo
PI	Peça Informativa
PPP	Parceria Público Privada
PRE	Procuradoria Regional Eleitoral
PRM	Procuradoria da República nos Municípios
PMO	Project Management Office
PR	Procuradoria da República
PRR	Procuradoria Regional da República





ÍNDICE DE IMAGENS

Figuras

Figura 1.1 – Governança aplicada ao setor público	21
Figura 2.1 – O novo modelo de gestão do MPF.	23
Figura 2.2 – Bases do modelo de Gestão do MPF.....	24
Figura 2.3 – Mecanismos de Governança.....	25
Figura 2.4 – Visão sistêmica do SIGE, com objetivos e proposições.....	26
Figura 2.5 – Atual fase do SIGE.....	28
Figura 2.6 – PMO centralizado.....	29
Figura 2.7 – Bases do modelo de Gestão do MPF: PMO descentralizado.	29
Figura 2.8 – Estágio de maturidade de processos e projetos.....	31
Figura 2.9 – Ciclo de Execução da Estratégia do MPF.	32
Figura 2.10 – Novo desenho organizacional.....	33
Figura 2.11 – Tela do Sisconta Eleitoral.	35
Figura 2.12 – Novo Sistema de Governança da Função Eleitoral.....	36
Figura 2.13 – Tramitação de projetos de lei na Câmara dos Deputados.	39
Figura 4.1 – Eixos do Portal da Transparência.....	53
Figura 4.2 – Quantitativo e Tipos de Demandas da Ouvidoria.....	54
Figura 5.1 – Novas unidades do MPF instaladas.	63
Figura 5.2 – Novas salas de Atendimento ao Cidadão e sedes com construções iniciadas/concluídas.....	64
Figura 6.1 – Integração entre planejamento e orçamento.	67
Figura 6.2 – Objetivos Estratégicos constantes no PEI.....	67
Figura 6.3 – Elementos e interações do Novo Ordenamento Administrativo Institucional.....	68
Figura 6.4 – Relacionamento entre estrutura administrativa nacional e planos internos.....	69
Figura 6.5 – Elementos e interações do novo ordenamento administrativo institucional.	70
Figura 7.1 – Processos de trabalho da Secretaria de Gestão de Pessoas.....	73
Figura 7.2 – Processo de vinculação entre capacitações e estratégia do MPF.	74
Figura 7.3 – Programa de desenvolvimento de membros e servidores em cargo gerencial.....	75
Figura 7.4 – Eixos de aprendizado do Programa de Desenvolvimento Gerencial dos Procuradores-Chefes.	76
Figura 7.5 – Tela do curso de Desenvolvimento Gerencial para servidores e cargo gerencial.....	77
Figura 7.6 – Layout de divulgação da Pesquisa de Clima Organizacional.....	79
Figura 9.1 – Mapa estratégico de Tecnologia da Informação.....	85
Figura 9.2 – Figura funcional da gestão de TI.....	86
Figura 9.3 – Resultados de subindicadores da implementação do PETI.	88
Figura 9.4 – Organização das iniciativas do PDTI.....	89
Figura 10.1 – Policiais/Notícias Criminais Recebidos ou Requisitados.....	94
Figura 10.2 – Cíveis/Procedimentos Preparatórios Instaurados.....	94
Figura 10.3 – Criminais Recebidos ou Instaurados.	95
Figura 10.4 – Cíveis Recebidos.	95
Figura 10.5 – Policiais/Notícias Criminais Recebidos ou Requisitados.....	96
Figura 10.6 – Cíveis/Procedimentos Preparatórios Instaurados.....	96
Figura 10.7 – Policiais/Notícias Criminais.	97
Figura 10.8 – Cíveis/Procedimentos Preparatórios.	97
Figura 10.9 – Criminais Recebidos ou Instaurados.	98
Figura 10.10 – Cíveis Recebidos.	98
Figura 10.11 – Processos Criminais Recebidos ou Instaurados.	99
Figura 10.12 – Processos Cíveis Recebidos.	99
Figura 10.13 – Criminais Recebidos ou Instaurados.	100
Figura 10.14 – Cíveis Recebidos	100
Figura 10.15 – Processos Criminais Recebidos ou Instaurados.	101
Figura 10.16 – Processos Cíveis Recebidos.	101
Figura 10.17 – Atuação da Procuradoria Geral da República.....	102
Figura 11.1 – Mapa estratégico com missão, visão, valores e objetivos estratégicos.....	105
Figura 11.2 – Estágio do Planejamento Estratégico Institucional.....	106
Figura 11.3 – Planejamento estratégico desdobrado em todos os órgãos e unidades do MPF.	106

Figura 11.4 – Maturidade das ferramentas de gestão utilizadas pelos órgãos e unidades administrativas do MPF.	108
Figura 11.5 – Identidade visual do Sistema Channel.	109
Figura 11.6 – Objetivos, projetos e indicadores da perspectiva Aprendizado e Crescimento.	111
Figura 11.7 – Objetivos, projetos e indicadores da perspectiva Processos Internos (I).	112
Figura 11.8 – Objetivos, projetos e indicadores da perspectiva Processos Internos (II).	113
Figura 11.9 – Objetivos, projetos e indicadores da perspectiva Processos Internos (III).	114
Figura 11.10 – Objetivos, projetos e indicadores da perspectiva Sociedade.	115
Figura 11.11 – Principais desdobramentos dos objetivos estratégicos.	119
Figura 11.12 – Panorama dos macroprocessos de suporte institucional e de defesa dos interesses da sociedade.	120
Figura 11.13 – Diagrama de impacto das contribuições das áreas com as iniciativas de alto impacto para o MPF e para a sociedade.	121
Figura 11.14 – Estágio dos planejamentos estratégicos temáticos das CCRs e PFDC.	124
Figura 11.15 – Mapa temático da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.	125
Figura 11.16 – Mapa da atuação da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.	129
Figura 11.17 – Mapa temático da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.	130
Figura 11.18 – Mapa da atuação da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.	135
Figura 11.19 – Mapa temático da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.	136
Figura 11.20 – Mapa da atuação da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.	140
Figura 11.21 – Mapa temático da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.	141
Figura 11.22 – Mapa da atuação da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.	145
Figura 11.23 – Mapa temático da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.	146
Figura 11.24 – Mapa da atuação da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.	149
Figura 11.25 – Mapa temático da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.	150
Figura 11.26 – Mapa da atuação da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.	154
Figura 11.27 – Mapa temático da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do MPF.	155
Figura 11.28 – Mapa da atuação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do MPF.	159
Figura 12.1 – Fases da modernização do MPF.	163

Gráficos

Gráfico 2.1 – Evolução de alocações de CC-2 por membro de 1ª instância.	34
Gráfico 4.1 – Serviço de Informação ao Cidadão.	56
Gráfico 5.1 – Evolução das despesas no MPF.	60
Gráfico 5.2 – Investimentos e Tecnologia da Informação e Comunicação.	61
Gráfico 7.1 – Investimentos em capacitação de servidores, instrutoria interna e pós-graduação.	78

Tabelas

Tabela 2.1 – Projetos de Lei encaminhados pelo Procurador-Geral da República.	38
Tabela 2.2 – Portarias publicadas no período de 2011 a julho de 2013.	41
Tabela 7.1 – Índice de Favorabilidade (IF) utilizados na pesquisa.	79
Tabela 9.1 – Indicadores do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação.	87
Tabela 9.2 – Principais iniciativas PDTI.	91
Tabela 10.1 – Movimentação total de processos e manifestações nas três instâncias do MPF.	93
Tabela 11.1 – Principais desdobramentos dos objetivos estratégicos.	118
Tabela 11.2 – Projetos desenvolvidos no MPF.	123
Tabela 11.3 – Indicadores e ações da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão.	126
Tabela 11.4 – Indicadores e ações da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.	131
Tabela 11.5 – Indicadores e ações da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão.	137
Tabela 11.6 – Audiências públicas realizadas em 2012 e 2013.	138
Tabela 11.7 – Indicadores e ações da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão.	142
Tabela 11.8 – Indicadores e ações da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão.	147
Tabela 11.9 – Indicadores e ações da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão.	151
Tabela 11.10 – Indicadores e ações da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do MPF.	156

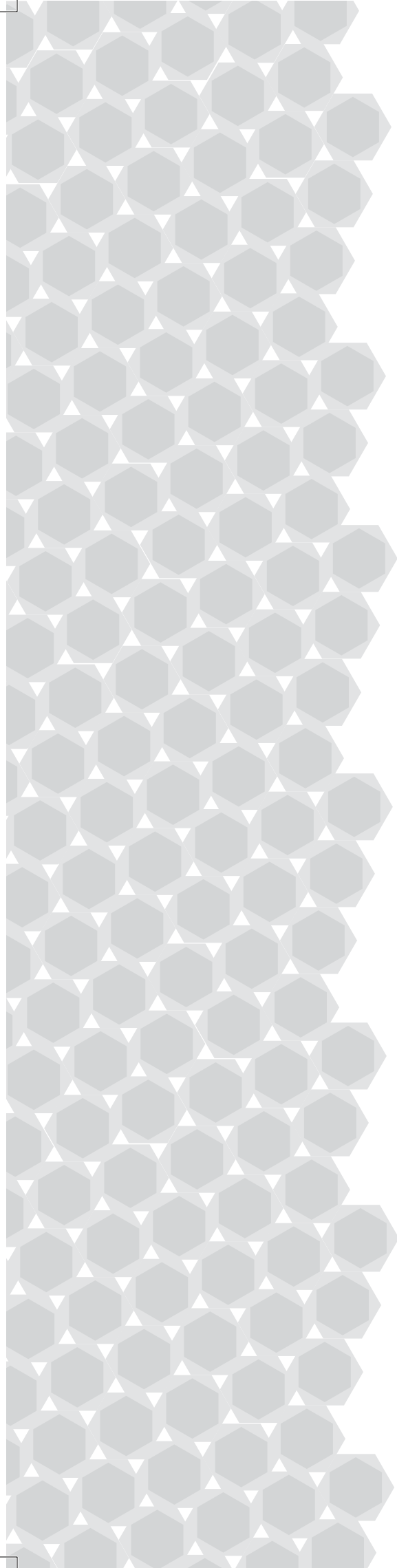
SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1 GOVERNANÇA INSTITUCIONAL APLICADA AO SETOR PÚBLICO	18
2 CONSTRUÇÃO DAS BASES DE UM NOVO MODELO DE GESTÃO DO MPF	22
2.1 Mecanismos de Governança do MPF	24
2.1.1 Governança Participativa – SIGE	25
2.1.2 Estágio da Implantação do modelo participativo	28
2.2 Escritório de Processos	28
2.3 Escritório de Projetos	29
2.4 Maturidade de Gestão de Processos e Projetos no MPF	31
2.5 Novo desenho organizacional do MPF	32
2.5.1 Fortalecimento de Gabinete de Membros	34
2.6 Próximas etapas de reestruturação das unidades do MPF	35
2.6.1 Reestruturação do MPF nos estados	35
2.6.2 Implantação do Sistema de Governança da Função Eleitoral	35
2.7 Projetos de Lei e Regulamentações	37
2.7.1 Projetos de Lei	37
2.7.2 Marcos Regulatórios	39
3 CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS E DIRETRIZES	42
3.1 Políticas	43
3.2 Diretrizes	46
4 PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	52
4.1 Serviço de Informação ao Cidadão e ouvidoria	54
5 ORÇAMENTO, FINANÇAS E INVESTIMENTOS	58
5.1 Expansão do MPF	62
6 NOVO ORDENAMENTO ADMINISTRATIVO	66
7 GESTÃO DE PESSOAS	72
7.1 Desenvolvimento Funcional	74
7.2 Desenvolvimento de lideranças	75

7.2.1 Programa de Desenvolvimento Gerencial de Procuradores-Chefes	76
7.2.2 Programa de Desenvolvimento Gerencial para ocupantes de cargo gerencial	77
7.3 Investimento em recursos humanos do MPF	78
7.4 clima organizacional	79
8 COMUNICAÇÃO SOCIAL	80
8.1 Política de Comunicação e Padronização	81
8.1.1 Uniformizar padrões de comunicação de sites institucionais	81
8.1.2 Padronizar a intranet	81
8.2 Percepção de imagem do MPF	82
8.3 Ampliação da presença junto aos públicos externos	82
8.3.1 Incrementar a presença positiva da Instituição nos veículos de imprensa	82
8.3.2 Implementar campanha institucional de abrangência nacional	83
8.3.3 Aprimorar a utilização das mídias sociais na PGR	83
8.3.4 Consolidar e ampliar o alcance da Turminha do MPF	83
8.4 Ações de comunicação interna	83
9 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	84
9.1 Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação	85
9.1.1 Indicadores do PETI	83
9.1.1.1 Plano Diretor de TI	88
9.1.1.1.1 Principais Iniciativas do PDTI	90
10 ESTATÍSTICA E PRODUTIVIDADE DA ATUAÇÃO DO MPF	92
11 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MPF	104
11.1 Estágio do Planejamento Estratégico Institucional 2011-2020	106
11.2 Disseminação da estratégia	107
11.3 Principais ferramentas de planejamento e gestão do MPF	108
11.4 Sistema de Monitoramento da Estratégia e de Projetos	109
11.5 Panorama da estratégia	109
11.6. Desdobramento dos Objetivos Estratégicos	116
11.6.1 Portfólio de processos	118

11.6.2	Portfólio de projetos e impactos	121
11.7	Planejamentos Estratégicos Temáticos	123
11.7.1	Estágio dos Planejamento Estratégicos Temáticos	124
11.7.2.	Planejamento Estratégico Temático: Constitucional	125
11.7.2.1.	Planejamento Estratégico Temático: Constitucional	126
11.7.2.2.	Destaques da atuação na temática Constitucional e Infraconstitucional	127
11.7.2.3	Estatísticas da temática Constitucional e Infraconstitucional	129
11.7.3	Planejamento Estratégico Temático: Criminal e Controle Externo da Atividade Policial	130
11.7.3.1	Indicadores e ações da temática Criminal e Controle Externo da Atividade Policial	131
11.7.3.2	Iniciativas estratégicas de destaque do MPF na área criminal e de controle externo da atividade policial	132
11.7.3.3	Estatísticas da temática Criminal	131
11.7.4	Planejamento Estratégico Temático: Consumidor e Ordem Econômica	136
11.7.4.1	Indicadores e ações da temática Consumidor e Ordem Econômica	137
11.7.4.2	Destaques da atuação na temática Consumidor e Ordem Econômica	138
11.7.4.3	Estatísticas da temática Consumidor e Ordem Econômica	140
11.7.5	Planejamento Estratégico Temático: Meio Ambiente e Patrimônio Cultural	141
11.7.5.1	Indicadores e ações da Meio Ambiente e Patrimônio Cultural	142
11.7.5.2	Destaques da atuação na temática Meio Ambiente e Patrimônio Cultural	143
11.7.5.3	Estatísticas da temática Meio Ambiente e Patrimônio Cultural	145
11.7.6	Planejamento Estratégico Temático: Patrimônio Público e Social	146
11.7.6.1	Indicadores e ações da temática Patrimônio Público e Social	147
11.7.6.2	Destaques da atuação na temática Patrimônio Público e Social	148
11.7.6.3.	Estatísticas da temática Patrimônio Público e Social	149
11.7.7	Planejamento Estratégico Temático: Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais	150
11.7.7.1	Indicadores e ações da temática Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais	151
11.7.7.2	Destaques da atuação na temática Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais	152
11.7.7.3	Estatísticas da temática Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais	154
11.7.8	Planejamento Estratégico Temático: Direitos do Cidadão	155
11.7.8.1	Indicadores e ações da temática Direitos do Cidadão	156
11.7.8.2	Destaques da temática Direitos do Cidadão	157
11.7.8.3	Estatísticas da temática Direitos do Cidadão	159
12	CONSIDERAÇÕES FINAIS	160



APRESENTAÇÃO

Este relatório biênio 2011-2013 retrata a dedicação dos membros e servidores do Ministério Público Federal (MPF) para o fortalecimento de sua unidade institucional, com a elaboração e implantação da gestão estratégica.

Ele traz os resultados de implantação da estratégica na instituição e a criação de um novo modelo de gestão alinhado em suas 253 unidades. Ressalta-se que este documento está organizado em dois grandes eixos: Governança Institucional e Planejamento Estratégico.

Em breve retrospectiva relativa à implantação da gestão estratégica, podemos destacar o primeiro desafio de elaborar um diagnóstico que pudesse se desdobrar em objetivos estratégicos nacionais. Isso contou com a participação de membros e servidores de todos os estados, os quais efetivamente construíram o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2011-2020 – o primeiro da história do MPF.

O segundo desafio foi disseminar a estratégia em todos os estados, por meio das suas unidades gestoras, com a transmissão de conhecimentos relativos a conceitos e ferramentas de gestão estratégica.

Para isso, foram elaborados:

- um mapa estratégico temático para cada uma das seis Câmaras de Coordenação e Revisão (CCR) e para a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC);
- 44 painéis de contribuição para as unidades do MPF nos estados e nas regionais, secretarias e unidades nacionais e assessorias especializadas do Procurador-Geral da República;
- um plano de ação para a Corregedoria e outro para a Função Eleitoral;
- o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e o Plano Diretor de TI (PDTI).

Com a elaboração dessas ferramentas de planejamento e gestão, a instituição ganhou em transparência e sinergia, proporcionando maior conhecimento e identificação das atividades que podem ser replicadas ou trabalhadas em conjunto.

Nesse sentido, destaca-se a criação do Sistema Integrado de Gestão Estratégica e Governança (SIGE), que tem sido fundamental à tomada de decisão, em temas administrativos, do Procurador-Geral da República e do Secretário-Geral do MPF. Neste relatório é possível conferir as principais proposições dos subcomitês de Gestão Administrativa, Comunicação Social, Tecnologia da Informação e Gestor de Tabelas. Destaca-se, ainda, o novo sistema de governança da Função Eleitoral.

O relatório permite, também, aferir o trabalho desenvolvido pela Coordenadoria de Gestão de Projetos (CGP) e pelo Escritório de Processos



do MPF (EPO). O acompanhamento dos projetos estratégicos é norteado pelos mais modernos conceitos nessa temática. O Escritório de Processos tem avaliado diversas rotinas de trabalho, com foco no redesenho para o alcance de resultados institucionais. Em pouco tempo, foi possível ver a excelência desses serviços.

O MPF desenvolve-se em gestão focada em resultados. Para isso, investe-se na reformulação administrativa, com implantação de um novo desenho organizacional baseado na estratégia. Encontram-se neste documento as principais ações ligadas à reestrutura organizacional, como a alocação de novos cargos para o fortalecimento dos gabinetes dos membros e da Função Eleitoral e à reestrutura das secretarias nacionais e unidades nos estados.

O relatório enumera os projetos de lei propostos, as regulamentações, políticas e diretrizes nacionais implementadas, com ênfase, à visão institucional, inseridas no novo ordenamento administrativo, que alinha planejamento e orçamento e atribui responsabilidade aos gestores e cogerentes de todas as ações administrativas para sua sustentabilidade e realização do gasto com qualidade. Pode-se verificar a evolução do orçamento em relação à despesa com pessoal e encargos sociais, custeio e investimento. Os investimentos na área de gestão de pessoas tiveram papel preponderante no alavancar da estratégia.

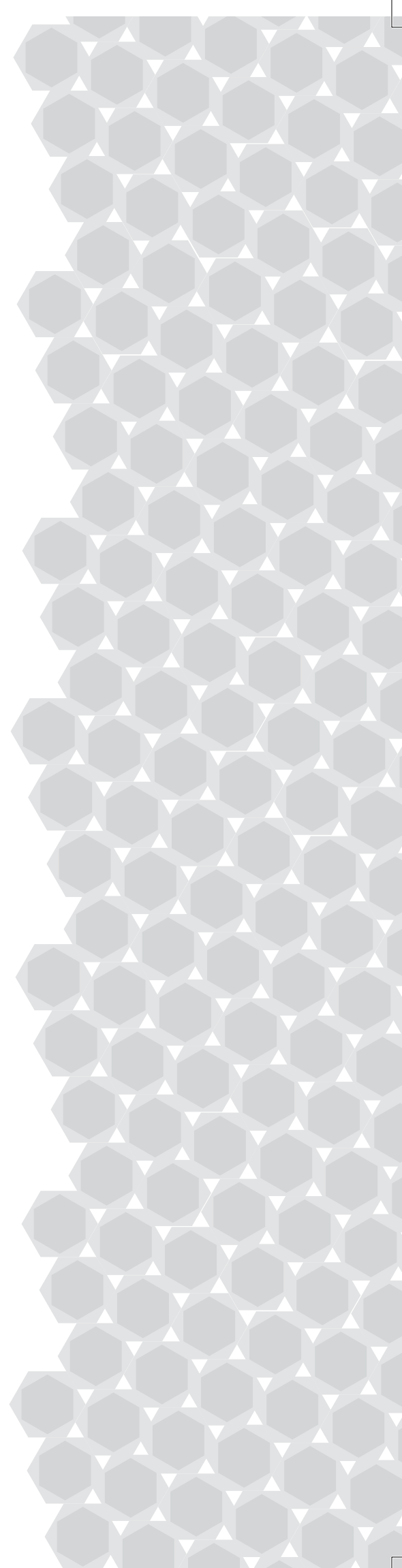
A expansão do MPF nos últimos anos também foi registrada, com dados que retratam o aumento do número de unidades, a situação dos imóveis e a instalação de Salas de Atendimento ao Cidadão.

A movimentação de feitos pode ser visualizada por estado e de acordo com a área de atuação, demonstrando em números o trabalho desenvolvido pela instituição em favor da sociedade.

Base para o desenvolvimento e inovação de diversas atividades institucionais, a área de tecnologia da informação organizou as iniciativas e os indicadores que compõem o PETI e o PDTI.

Dedicamos ainda uma parte do relatório à análise propriamente dita da execução da estratégica. Apresentou-se o resultado dos indicadores em fase de mensuração, o desdobramento das ações relativas ao alcance dos objetivos estratégicos e os projetos estratégicos correlacionados. Além disso, há um panorama dos impactos desses nas secretarias e unidades nacionais. É possível conhecer os processos mapeados, redesenhados e manualizados. A área finalística tem destaque com os mapas estratégicos temáticos, seus indicadores e as principais ações realizadas pelas CCRs e PFDC.

Tenham todos uma boa leitura.





GOVERNANÇA INSTITUCIONAL APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Nas últimas décadas, têm ocorrido aceleradas mudanças na forma de organização da administração pública de todos os países do mundo. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 acolheu o princípio da eficiência acompanhando a tendência mundial de cada vez mais avançar na aferição do grau de eficiência, eficácia e economicidade da gestão, além do exame da legalidade e conformidade dos atos administrativos.

Novas práticas estão em curso na administração pública com a incorporação de inovação em tecnologia e de modernização de práticas gerenciais. Essas iniciativas de utilização de melhores

práticas gerenciais estão sendo usadas no setor público em benefícios à sociedade.

Todo esse processo é permeado pelas boas práticas de governança pública abrangidas baseadas nos princípios da probidade, transparência e prestação de contas, que requerem: i) responsabilidade institucional de seus agentes; ii) estabelecimento de políticas e diretrizes; iii) auditoria da gestão; iv) eficácia, eficiência e efetividade; v) compromisso e integridade da liderança dos gestores; e vi) transparência no processo decisório.

A inclusão de boas práticas de governança cria eficientes mecanismos de incentivos e monitora-

mento, assegurando que o comportamento dos agentes esteja sempre alinhado com a missão da instituição.

Um sistema de governança eficaz no setor público pode incentivar o uso eficiente dos recursos, melhorando a prestação de serviços à coletividade e, assim, contribuir para a melhoria da vida das pessoas.

O estudo realizado em 2001 pelo Public Sector Committee (PSC), da Internacional Federation Accountants (IFAC), foi referência ao aprendizado de governança aplicada ao setor público para a melhoria da transparência e do controle do desempenho da gestão.

Políticas , diretrizes e regulamentações que garantam a legitimidade e legalidade da gestão.

Transparência do processo decisório na formulação de políticas e na execução das ações pretendidas.

Auditoria da gestão por órgãos de controle interno e externo.

Governança aplicada ao setor público

É o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre seus agentes, com o objetivo de prestar serviços à sociedade com base em:

Eficiência, eficácia e efetividade da gestão dos recursos públicos.

Comprometimento e integridade da liderança dos gestores.

Responsabilidade institucional dos membros da organização visando a sua longevidade, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição dos objetivos, projetos e políticas.

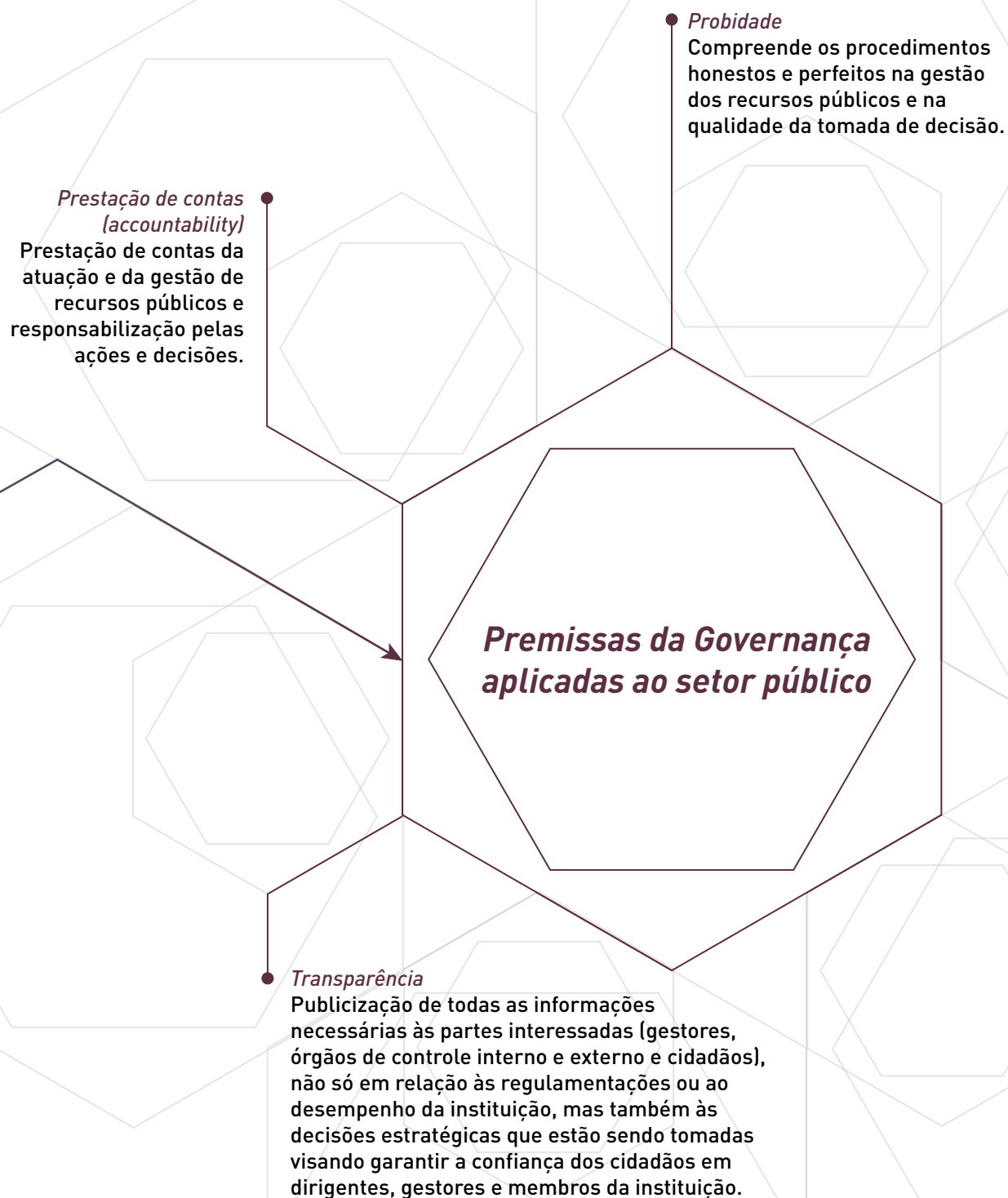


Figura 1.1 – Governança aplicada ao setor público



CONSTRUÇÃO DAS BASES DE UM NOVO MODELO DE GESTÃO DO MPF

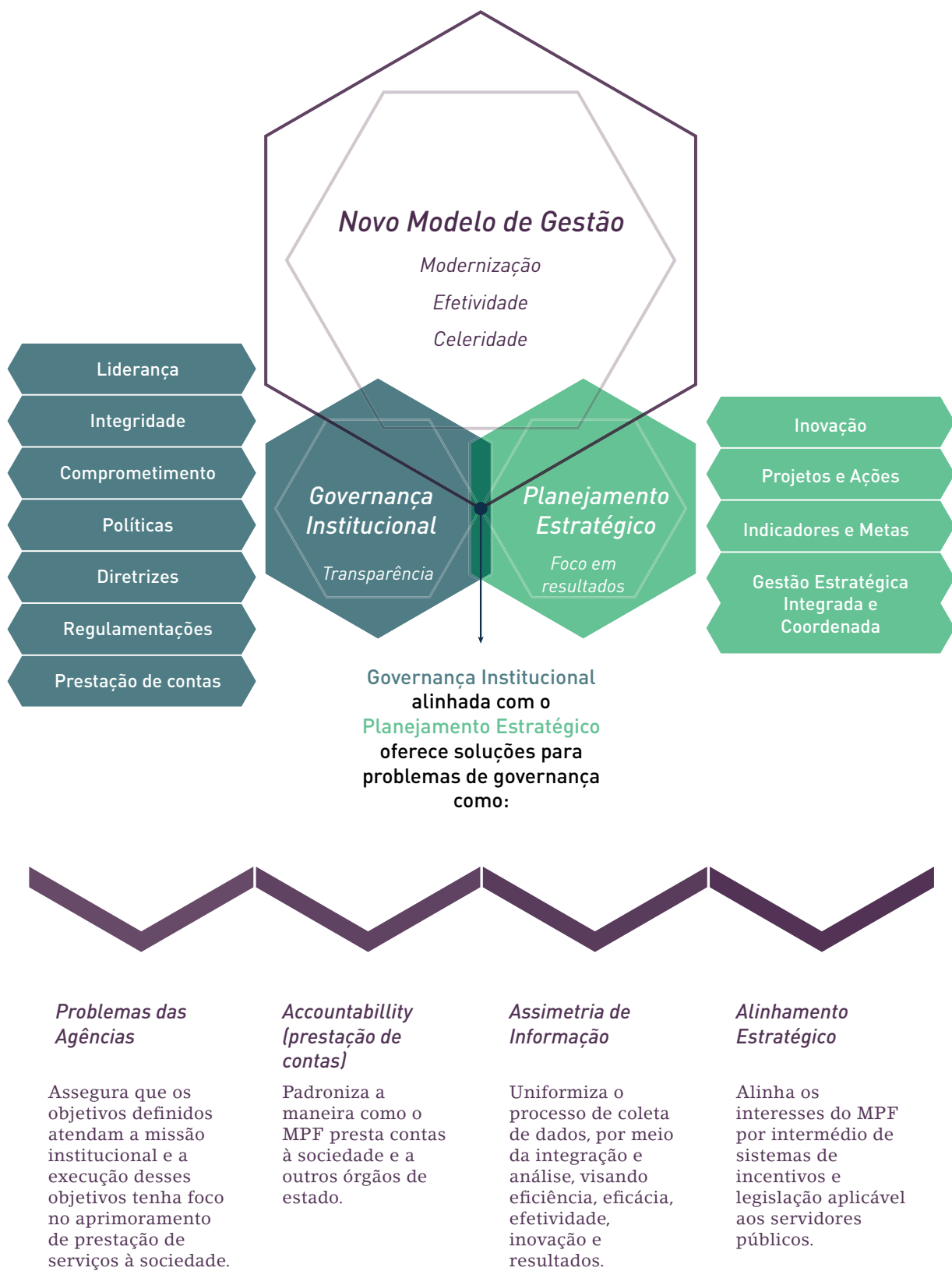


Figura 2.1 – O novo modelo de gestão do MPF.

A questão central da modernização do MPF é a construção de um novo modelo de gestão realizado com base na estratégia definida no planejamento da instituição e na aplicação de conceitos de governança e gestão estratégica da administração moderna.

Esse novo modelo resulta em profundas alterações na organização de trabalho dos órgãos, unidades e áreas negociais do MPF. Objetiva, ainda, orientar as ações com foco em resultado, de modo a transformar intenções estratégicas em resultados concretos. Para tanto,

está em curso, desde 2011, um plano de gestão de mudanças, incluindo aspectos de: I) governança; II) desenho organizacional; III) políticas, projetos e processos de trabalho; IV) necessidades de recursos humanos; e V) necessidades de tecnologia da informação e comunicação.



Figura 2.2 – Bases do modelo de Gestão do MPF.

2.1 MECANISMOS DE GOVERNANÇA DO MPF

A partir da elaboração do primeiro PEI 2011-2020, percebeu-se a necessidade de aprimorar a governança institucional para análise das ações decorrentes da estratégia proposta, ou seja, de iniciativas e projetos que dariam

suporte ao alcance da visão do MPF. Os mecanismos de governança do MPF desenvolvem capacidades para uma coordenação estratégica utilizando a inteligência coletiva de membros e servidores.

O alicerce são os princípios da transparência, prestação de contas e probidade no uso de recursos públicos alinhados ao planejamento, bem como ao seu desdobramento nos órgãos e unidades negociais. Além disso, está em plena

execução a implementação de boas práticas de gestão com zelo pelas questões de ordem social e ambiental.

O aprimoramento permite focar e adaptar os processos de trabalho à nova dinâmica gerencial com a flexibilidade neces-

sária aos desafios institucionais. Para tanto, foi criado, em 28 de dezembro de 2011, o SIGE, por meio da Portaria PGR nº 733.



Figura 2.3 – Mecanismos de Governança.

2.1.1 Governança Participativa – SIGE

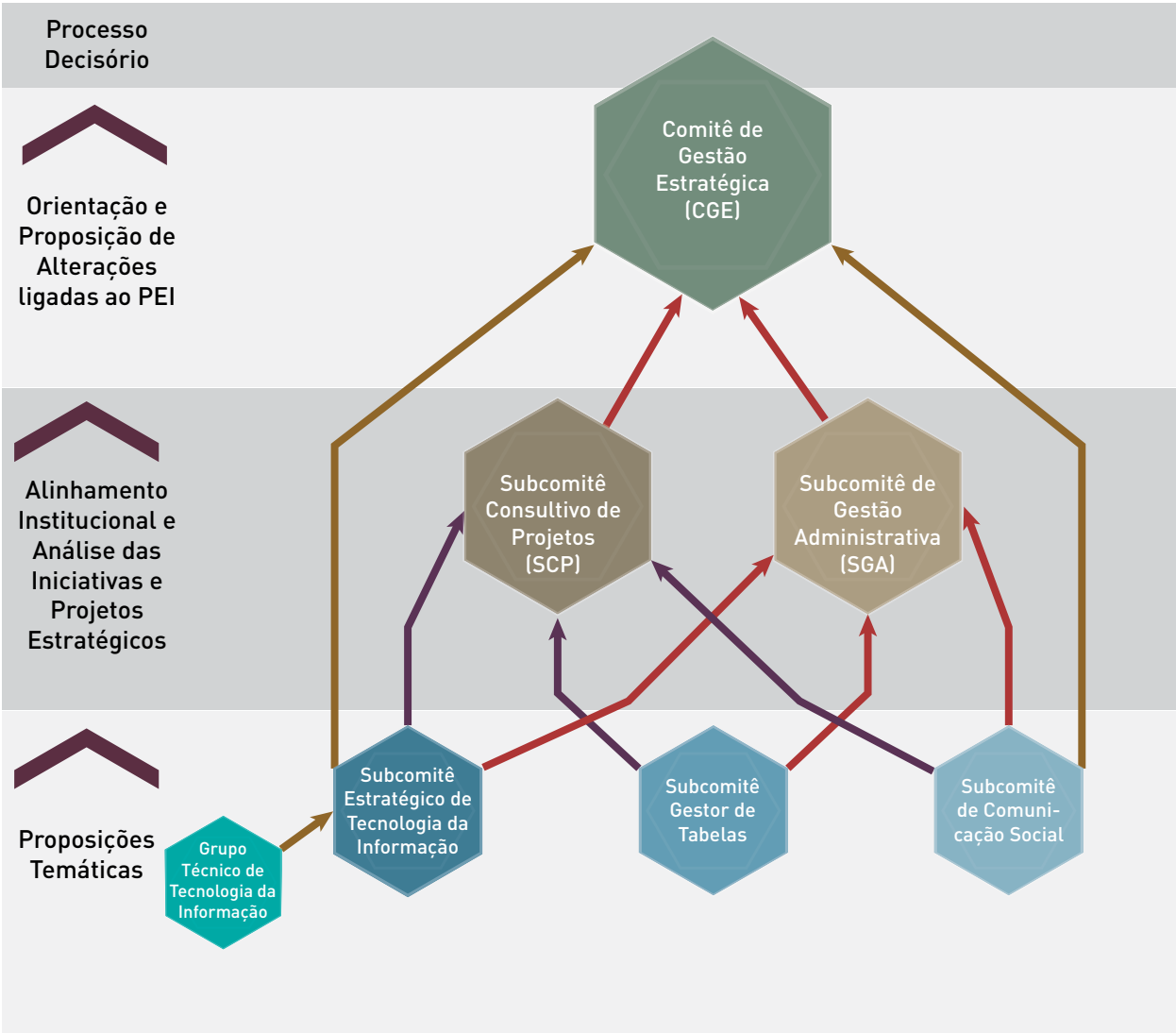
O SIGE foi concebido especificamente com base na Teoria da Agência e na Teoria da Escolha Pública com o objetivo de auxiliar na organização e alinhamento estratégico do MPF e subsidiar o Procurador-Geral da República nas tomadas de decisão.

O sistema foi criado a partir de estudo das melhores práticas da gestão pública que definem governança como um conjunto de valores,

princípios, propósitos e regras destinadas a assegurar que a estratégia busque o aprimoramento dos serviços prestados à sociedade, atendendo a sua missão institucional.

O SIGE é composto por um Comitê de Gestão Estratégica, três subcomitês temáticos - tecnologia da informação, gestor de tabelas e de comunicação social, e dois de alinhamento institucional e análise das iniciativas e proje-

tos estratégicos - consultivo de projetos e gestão administrativa. Todos contam com representantes de órgãos do MPF e de regiões geográficas do país, buscando oferecer uma compreensão das interações institucionais. Os subcomitês recebem suporte técnico e administrativo das secretarias e assessorias ligadas aos seus respectivos temas.



- Proposta de Projetos
- Proposições
- Recomendações Técnicas

Subcomitê Estratégico de Tecnologia da Informação (SETI)

Objetivo:

- Atuar como instância consultiva no estabelecimento de prioridades e diretrizes para a tecnologia da informação.

Deliberações:

- Referendo do Planejamento Estratégico de TI e Plano Diretor de TI;
- Alteração do modelo de certificado digital dos membros do MPF;
- Expansão da área de armazenamento local e da solução de cópias de segurança (*backup*) nas Procuradorias da República nos Municípios (PRMs);
- Proposta de emenda à resolução conjunta CNJ/CNMP, que trata de processo eletrônico
- Definição das regras de nomenclatura dos endereços eletrônicos de membros do MPF.

Grupo Técnico de Tecnologia da Informação (GTI)

Objetivo:

- Atuar como instância técnica e de suporte no estabelecimento de prioridades e diretrizes para a tecnologia da informação.

Proposições:

- Regras para alocação e renovação do parque de microcomputadores de mesa (desktops) e de microcomputadores portáteis (notebooks e netbooks);
- Definição de conjunto padrão de equipamentos servidores e de armazenamento para as unidades do MPF nos estados e nas regionais.

Figura 2.4 – Visão sistêmica do SIGE, com objetivos e proposições.

Comitê de Gestão
Estratégica
(CGE)

Objetivo:

- Assessorar as atividades relativas à modernização da gestão administrativa do MPF;
- Promover o alinhamento dos Subcomitês e das unidades ao Planejamento Estratégico Institucional.

Deliberações:

- Aprovação da proposta da campanha publicitária do MPF;
- Aprimoramento de Indicadores;
- Criação de quatro GTs para:
 - Aperfeiçoamento do indicador 32 (proximidade física com o cidadão);
 - Definição de modelo de suporte pericial;
 - Proposta de projeto estratégico voltado para engajamento nas ações de combate à corrupção;
 - Proposta de projeto estratégico voltado para descentralização e desconcentração das CCRs.

Subcomitê Consultivo
de Projetos
(SCP)

Objetivo:

- Atuar como instância consultiva no estabelecimento de prioridades e diretrizes para a gestão de projetos estratégicos.

Proposições:

- Aprovação da viabilidade dos projetos:
 - MPF Digital e Base Legis;
 - Desdobramentos do Planejamento Estratégico;
 - Portal de Transparência;
 - Sistema Único;
 - Wiki MPF;
 - Teia Social;
 - Campanhas Publicitárias;
 - Projetos de Desdobramento da Política de Segurança;
 - Política de Comunicação;
 - Gestão do Clima Organizacional;
 - Projeto Desenvolver.

Subcomitê de Gestão
Administrativa
(SGA)

Objetivo:

- Fomentar o desenvolvimento das unidades do MPF;
- Promover o alinhamento e a convergência entre o PEI e os Planejamentos Temáticos.

Proposições:

- Proposição de lotação de membros ao Conselho Superior do MPF;
- Reestrutura das PRRs e PRs;
- Definição de prioridades e critérios para aquisições, reformas e obras;
- Proposição de atribuições, área de atuação e especialidade dos cargos de carreira de servidores.

Subcomitê de
Comunicação Social
(Sicom)

Objetivo:

- Atuar como instância consultiva no estabelecimento de prioridades e diretrizes para a comunicação social

Proposições:

- Proposição de Política de Comunicação do MPF;
- Apresentação de tema para campanhas publicitárias de 2013 e 2014;
- Discussão sobre utilização das mídias sociais, com a aprovação do projeto de criação de perfil do MPF no Facebook.

Subcomitê Gestor
de Tabelas
(SGT)

Objetivo:

- Uniformizar tabelas processuais, taxonomia e terminologia de classes, assuntos e movimentações judiciais e extrajudiciais.

Proposições:

- Inclusão de estatística da atuação própria da atividade administrativa do procurador-chefe;
- Implementação da tabela de movimentos do CNMP, abrangendo principalmente a atividade fim do membro do MPF;
- Proposta de modificação da Portaria nº 551/2011, que traz diretrizes para elaboração da estatística de produtividade dos membros do MPF;
- Inclusão de novos assuntos, pertinentes à atuação exclusiva das CCRs, na tabela de assuntos do CNMP.

2.1.2 Estágio da Implantação do modelo participativo



Figura 2.5 – Atual fase do SIGE.

Em funcionamento desde junho de 2012, a governança consultiva do MPF encontra-se em uma fase inicial na qual os subcomitês estão analisando temas que servem de

base para a melhoria da atividade finalística da instituição, com debates que buscam o alinhamento institucional, a partir das diversas visões regionais. Para avançar para

uma nova etapa, é necessário monitoramento das proposições que estão sendo desenvolvidas no âmbito do MPF e o resultado de suas implementações.

2.2 ESCRITÓRIO DE PROCESSOS

A gestão por processos é uma das principais metodologias utilizadas em todo o mundo. Trata-se de um conceito que utiliza técnicas e ferramentas para analisar, modelar, publicar, otimizar e controlar rotinas de trabalho da instituição. Constitui, assim, uma abordagem moderna, com foco na eficiência dos resultados, capaz de viabilizar a gradativa construção de um MPF de excelência. Essa abordagem permite:

- conhecer e mapear os processos organizacionais desenvolvidos pela instituição, identificando os problemas que reduzem a eficiência;
- promover a uniformização dos processos e descrição em manuais;
- realizar o monitoramento e a avaliação de desempenho

dos processos organizacionais, de forma contínua, mediante a construção de indicadores apropriados; e

- implantar melhorias nos processos, visando alcançar maior eficiência, eficácia e efetividade no seu desempenho.

A implementação da gestão por processos teve início no MPF em 2012, dando continuidade ao trabalho de melhoria dos processos, que foram mapeados e redesenhados durante o Projeto de Modernização da Gestão Administrativa, conduzido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2010 e 2011. Desses processos, o secretário-geral definiu processos prioritários para passar pelas fases de validação, redesenho e manualização das normas e procedimentos, com o apoio técnico

do Escritório de Processos do MPF (ou Business Process Management – BPM), institucionalizado por meio da Portaria PGR/MPF nº 205/2013. Essa atividade envolveu todas as secretarias nacionais.

O Escritório de Processos do MPF (EPO) baseia seus princípios nas melhores práticas empreendidas na gestão por processos, disponíveis no guia BPM CBOK (Common Body of Knowledge - Corpo Comum de Conhecimentos sobre BPM). A metodologia adotada permite a análise, definição, execução, monitoramento e administração dos processos, incluindo o suporte para a interação entre pessoas e aplicações informatizadas diversas. Atualmente, o EPO se preocupa em difundir o conhecimento sobre a gestão de proces-

sos, implantando escritórios de processos locais nas unidades do MPF, e melhorando processos de trabalho em parceria com a Divisão de Melhoria de Processos

(Dimp) da Secretaria Jurídica e de Documentação (Sejud).
Na primeira etapa, duas unidades participarão do projeto-piloto: MPF Distrito Federal e no

Espírito Santo. Em seguida, as demais unidades deverão receber treinamento para desempenhar essas atividades.

SERVIÇOS TÍPICOS
PROVIDOS PELO
ESCRITÓRIO DE
PROCESSOS DO MPF

MODELAGEM DE PROCESSOS: visa entender a situação atual dos processos das unidades do MPF para que se possa alcançar a situação ideal. Por meio de diagramas, disponibiliza informações sobre os processos, como se comportam ou desempenham determinadas atividades.

PADRONIZAÇÃO DE PROCESSOS: com a análise e melhoria de processos, além de garantir melhor fluidez às rotinas de trabalho, a criação dos manuais de normas e procedimentos permite padronizar os modelos de documentos, as fases e as tarefas a serem realizadas em cada processo de trabalho, evitando desvios de interpretação e visando alcançar os resultados esperados.

PROMOÇÃO DO APRENDIZADO: esse serviço visa criar estruturas locais do Escritório de Processos no âmbito das unidades administrativas do MPF. Como repasse do conhecimento e das técnicas de gestão por processos, as unidades poderão gerir seus processos de trabalho, buscando garantir a melhoria contínua.

GESTÃO DO PORTFÓLIO DE PROCESSOS: a área de processos deve trabalhar no sentido de identificar demandas e buscar novas ideias. Os processos prioritários devem ser melhorados, envidando esforços para cumprir os objetivos estratégicos.

2.3 ESCRITÓRIO DE PROJETOS

O principal objetivo de um Escritório de Gerenciamento de Projetos (Project Management Office – PMO) é proporcionar benefícios por meio de políticas de gerenciamento de projetos, processos e padronização de ferramentas de trabalho. Um PMO deve se tornar a fonte de orientação, documentação e métricas relacionadas às práticas envolvidas na gestão e execução de projetos dentro da organização.



Figura 2.6 – PMO centralizado.



Figura 2.7 – Bases do modelo de Gestão do MPF: PMO descentralizado.

As organizações podem estruturar os PMOs em centralizados ou descentralizados. No primeiro caso (Figura 2.6), os gerentes de projeto trabalham para o PMO e são designados para executar projetos em áreas de atividade. Na segunda abordagem (Figura 2.7), os gerentes de projeto fazem parte das unidades de negócio.

No MPE, o Gerenciamento de Projetos ganhou força com a publicação da Portaria nº 734/2011, que dispõe sobre a gestão de projetos. Em seu art. 6º, atribuiu à Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica

(Amge) a competência de promover a gestão de projetos no MPF, que passou a contar com uma CGP, cujo objetivo tem sido comportar-se como um Escritório de Projetos descentralizado, no qual os gerentes fazem parte da estrutura funcional da instituição, mas têm todo o processo de trabalho acompanhado pela CGP.

Essa unidade busca aumentar o nível organizacional de maturidade em projetos para proporcionar maior suporte aos gestores e agir de forma proativa no monitoramento e nas ações de correções. Além disso,

com uma visão integrada, visa atuar na maximização dos benefícios de projetos correlacionados.

A CGP baseia seus princípios em boas práticas disponíveis na literatura e no guia PMBoK (Project Management Body of Knowledge – Guia de Conhecimento em Gerenciamento de Projetos), uma das principais referências em projetos. A abordagem do PMBoK é consistente com os requisitos relacionados com a ISO 9000, que estabelece um modelo de gestão de qualidade, e com as exigências regulatórias do governo americano, como o programa Sarbanes-Oxley (SOX)¹

¹ Sarbanes-Oxley (SOX): visa garantir a criação de mecanismos de auditoria e segurança confiáveis nas empresas, incluindo regras para a criação de comitês encarregados de supervisionar suas atividades e operações, de modo a mitigar riscos aos negócios, evitar a ocorrência de fraudes ou assegurar que haja meios de identificá-las quando ocorrem, garantindo a transparência na gestão das empresas.

SERVIÇOS TÍPICOS PROVIDOS PELA COORDENADORIA DE GESTÃO DE PROJETOS

PADRONIZAÇÃO DE FORMULÁRIOS E RELATÓRIOS: padroniza todo o processo de comunicação de gerenciamento de projetos. Identifica o que ocorre de melhor nos departamentos que estão envolvidos em projetos, chegando a um acordo sobre definições comuns. Realiza a implementação de forma a facilitar o acesso e o entendimento dos relatórios e formulários em toda a organização.

PADRONIZAÇÃO DE PROCESSOS: a CGP está numa posição única, capaz de transcender as fronteiras organizacionais e chegar a um conjunto de processos relacionados à gestão de projetos que funcionam em todos os setores. Problemas diferentes podem ter tratamentos semelhantes quando os processos são bem definidos e implementados. Portanto, cabe a essa unidade implantar os processos, disseminá-los, medi-los e aprimorá-los.

SUPORTE E DIRECIONAMENTO DAS EQUIPES DE PROJETOS: desenvolve o trabalho inicial dos projetos em conjunto com os gerentes e as equipes, de forma a garantir maior aderência à metodologia e às boas práticas. Além disso, faz o monitoramento constante junto aos líderes, com o objetivo de: manter o alinhamento inicial; proporcionar recursos em casos específicos; facilitar trâmites interdepartamentais; e manter a alta direção envolvida no processo.

GERENCIAMENTO DE PORTFÓLIO DE PROJETOS: o serviço prestado pela CGP envolve a capacidade de priorizar projetos de grande relevância e direcionar os recursos nesse sentido. Esses podem ser classificados em projetos estratégicos, de alta relevância para o futuro da organização, ou em projetos táticos ou operacionais, necessários para a execução de trabalhos setoriais.

2.4 MATURIDADE DE GESTÃO DE PROCESSOS E PROJETOS NO MPF

A maturidade em gerenciamento de processos e de projetos está diretamente relacionada ao desempenho organizacional. Os níveis de maturidade desses dois pilares indicam o quão avançada a organização está na aplicação de métodos de trabalho, organização, padronização, acompanhamento e medição, evolução e comunicação das atividades referentes a eles.

Uma instituição com níveis elevados de maturidade em gerenciamento conta com procedimentos

mais eficazes em suas atividades, resultados de maior qualidade, menores custos dos projetos e das operações, maior moral, melhor imagem organizacional e facilidade para manter o equilíbrio e sustentabilidade financeira. Isso agrega valor a toda organização, o que impacta diretamente nas suas atividades finalísticas e no reconhecimento pelo público interno e externo.

No MPF, foi desenvolvida a Pirâmide de Maturidade (Figura 2.8), que, de forma paralela, mede

os níveis em que se encontram a Gestão de Processos e o Gerenciamento de Projetos.

Tratando-se de projetos, o MPF encontra-se no nível 3 da pirâmide. Pois, existe um conjunto de processos de gestão de projetos normalizados, definidos e documentados. A metodologia de projetos está estabelecida com permanentes rotinas de aprimoramento. Além disso, a CGP realiza o monitoramento dos projetos, a fim de se evitar desvios no processo e, principalmente, na



Figura 2.8 – Estágio de maturidade de processos e projetos.

própria execução do projeto, como forma de prevenir que se perca das especificações estabelecidas. Para auxiliar a consolidação e disseminação do uso dessa metodologia, houve a realização de treinamento em gerenciamento de projetos.

No atual nível, já se pode identificar pontos em comum entre os projetos e propor soluções integradas ou, até mesmo, a absorção de um projeto por outro de escopo maior. À medida que aumenta o nível de maturidade ou as ações caminham nesse sentido, tem-se observado qualitativamente uma melhoria das entregas e dos resultados.

Todavia, no intuito de avançar na pirâmide, o próximo passo é disseminar e consolidar ainda mais a cultura de projetos na instituição e prover um acompa-

nhamento intensivo, com medições quantitativas dos projetos prioritários.

Ao avaliar o grau de maturidade de gestão de processos do MPF, verifica-se a superação do primeiro nível, no qual os processos são imprevisíveis, pouco controlados e reativos. As organizações que se encontram nesse nível inicial, não possuem planejamento ou previsibilidade, desconhecendo os processos existentes e atuando somente de maneira reativa. Atualmente, o MPF enquadra-se no segundo nível, pois os processos críticos estão sendo focados por meio do planejamento das ações a serem executadas e dos resultados esperados. No entanto, as ações ainda são frequentemente reati-

vas, na medida em que não houve convergência de atuação na governança por processos em todas as unidades da instituição.

Após a implantação dos Escritórios de Processos locais nas unidades do MPF, e atuação conjunta para unificação, documentação e normatização dos procedimentos, pretende-se alcançar o terceiro nível, denominado “bem estruturado”, no qual os processos são caracterizados para toda a organização e são proativos.

Confira nas páginas 115 e 116 os macroprocessos e subprocessos mapeados, redesenhados e manualizados. E nas páginas 118 e 119 os andamentos dos projetos estratégicos e tático-operacionais do MPF.

2.5 NOVO DESENHO ORGANIZACIONAL DO MPF

O desenho organizacional é o retrato da estrutura da organização que define seus órgãos, níveis, atribuições e a forma de gestão dos processos utilizados para fazê-la alcançar resultados.

Desde 2011, o MPF vem passando por um processo de redesenho organizacional, da cúpula ao nível operacional, que busca sincronizar os esforços para criar integração e sinergia, com foco nos mapas estratégicos temáticos e painéis de contribuição, alinhados ao PEI.

A estratégia é o ponto focal e a parte visível do novo modelo de gestão. O grande desafio será executá-la de forma alinhada em



Figura 2.9 – Ciclo de Execução da Estratégia do MPF.

todo o MPF. Ressalta-se que a execução da estratégia exige alto nível de comprometimento de membros e servidores por meio da integração e trabalho em equipe entre os órgãos, unidades gestoras e unidades administrativas de gestão.

A reestruturação se iniciou nos órgãos de cúpula, em dezembro de 2011, com a reorganização das CCRs e PFDC. O objetivo foi proporcionar estruturas mais adequadas aos resultados da organização, servindo de ponte entre a estratégia e os processos que a implementam, especialmente na atuação finalística dos membros, em sintonia com os planejamentos temáticos.

Em dezembro de 2012, foi reformulada a forma de organização do MPF em suas regionais (Procuradorias Regionais da República), os Gabinetes dos

Subprocuradores-Gerais, as Secretarias Nacionais, o Gabinete e assessorias da Secretaria Geral e a Auditoria Interna (Audin).

A descentralização e desconcentração também fez parte desse processo com a criação de unidades descentralizadas da Corregedoria e do Núcleo de Apoio Operacional à PFDC (Naop/PFDC), ambos localizados em cada uma das Procuradorias Regionais da República (PRRs).

O processo de construção de um novo desenho organizacional buscou proporcionar alinhamento das estruturas de cúpula com a linha intermediária e com as unidades de execução, baseado nas diretrizes definidas no planejamento estratégico.

Todo o trabalho de reorganização do MPF levou em consideração os relatórios desenvolvidos pelos consultores

da Fundação Getúlio Vargas (FGV) durante a elaboração do PEI 2011-2020. As recomendações dos relatórios foram adaptadas ao longo das atividades desenvolvidas destinadas ao desdobramento da estratégia e customizadas à realidade específica de cada área, por meio de discussões em oficinas conduzidas pela Amge junto aos diversos órgãos e setores.

O novo desenho organizacional do MPF é um misto de modelos organizacionais disponíveis na literatura com enfoque no fortalecimento dos cargos de direção, chefia e assessoramento, na redução de níveis hierárquicos como forma de aproximar, integrar e tornar mais célere o processo de tomada de decisão e na implementação de modelos específicos para as CCRs, PFDC, PRRs, Procuradorias da República (PRs) e secretarias nacionais.

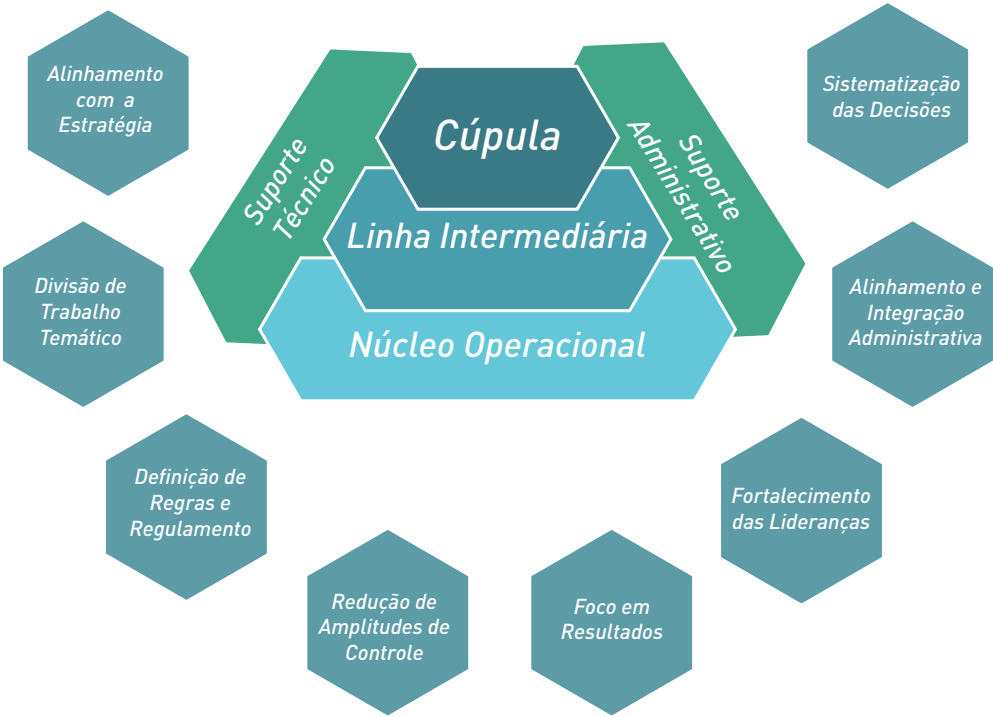


Figura 2.10 – Novo desenho organizacional.

2.5.1 Fortalecimento de Gabinete de Membros

Iniciou-se, em dezembro de 2010, o processo de fortalecimento de Gabinetes de Procuradores da República para melhorar a estrutura de suporte e assessoria. Essa opção de prioridade resultou dos dados apurados na fase de diagnóstico do Projeto de Moderni-

zação da Gestão Administrativa que, finalizada na mesma época, verificou defasagem significativa da estrutura à ideal para o exercício de um membro que atua na primeira instância.

Considerando as limitações orçamentárias e legais, após seis

alocações iniciais, 345 cargos em comissão CC-02 foram descentralizados às Procuradorias da República por meio de portarias do Secretário-Geral, de acordo com o grupo a que pertenciam e ao quantitativo de membros de cada unidade.

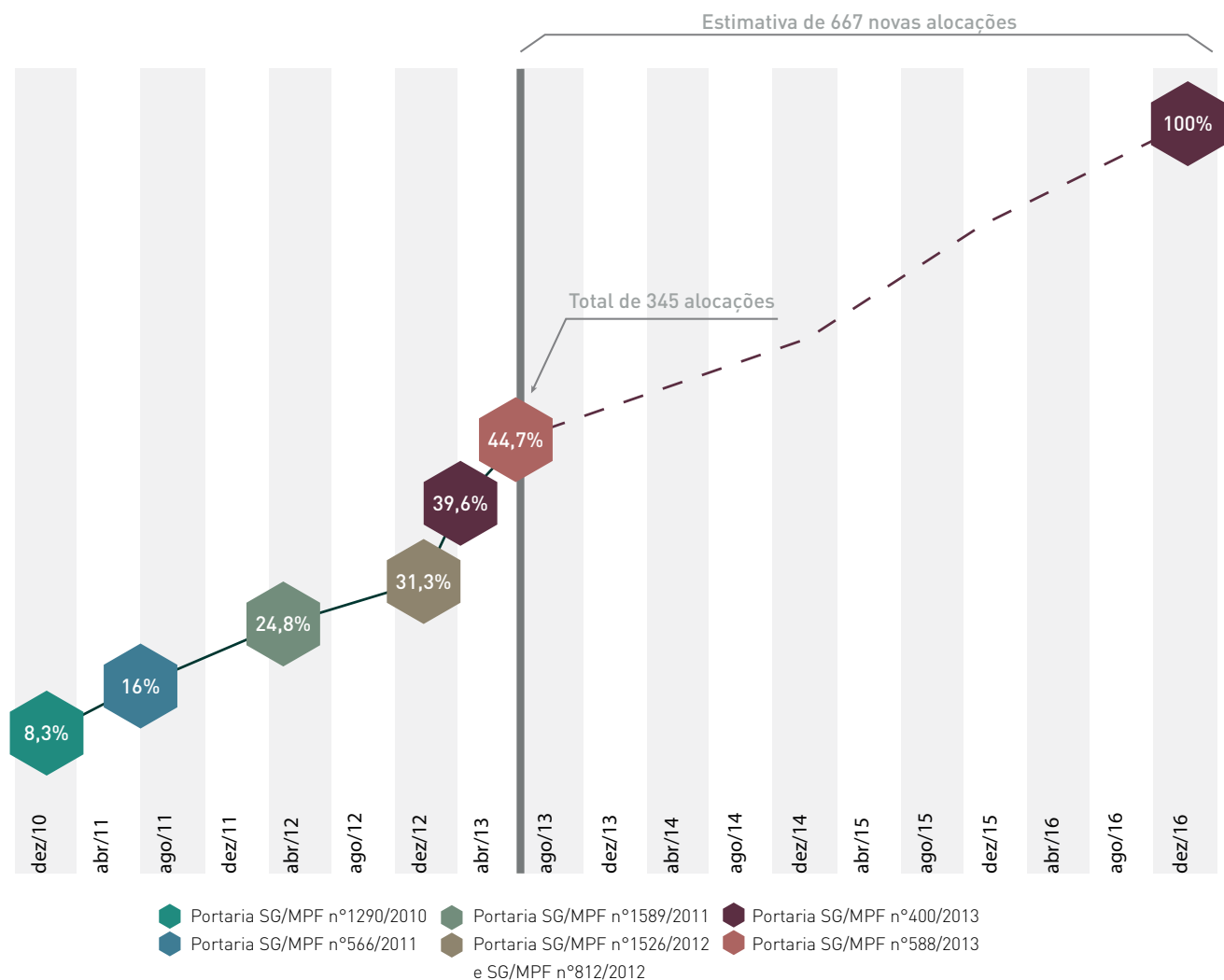


Gráfico 2.1 – Evolução de alocações de CC-2 por membro de 1ª instância

As próximas alocações deverão considerar o número de membros por unidade federativa e a estimativa de ingressos de procuradores da República, a partir de 2014, totalizando 667 novas

alocações de cargo em comissão. A ideia é dar continuidade ao processo de fortalecimento dos gabinetes dos membros de primeira instância iniciado em 2010. Isso permitirá que cada membro conte

com apoio de dois assessores até 2016, por meio da alocação em todos os gabinetes de um cargo em comissão CC-02 e ampliação do quantitativo de analistas na especialidade direito.

2.6 PRÓXIMAS ETAPAS DE REESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES DO MPF

2.6.1 Reestruturação do MPF nos estados

O MPF nos estados, por meio das Procuradorias da República, poderá ter suas estruturas fortalecidas após amplo debate já realizado, em maio de 2013, com procuradores-chefes, Secretaria Geral e Amge. Para isso,

levará em conta a disponibilidade orçamentária e financeira do MPF.

A reorganização das unidades do MPF nos estados guardará relação com a reestruturação das secretarias nacionais e Procuradorias

Regionais da República, que darão orientações para o funcionamento dessas estruturas e, em determinados casos, proverão treinamento em algumas unidades.

2.6.2 Implantação do Sistema de Governança da Função Eleitoral

Em 2012, foi elaborado o primeiro Plano de Ação da Função Eleitoral – documento que organizou o desenvolvimento de ações importantes para a temática. Entre as iniciativas decorrentes do plano, está a criação do SisConta Eleitoral – Sistema de Investigação de Contas Eleitorais.

Com esse sistema, os membros do Ministério Público Eleitoral receberam nas eleições municipais de 2012 relatórios diários com o resultado de cruzamentos automáticos dos registros bancários das contas-correntes eleitorais e dados das prestações de contas dos candidatos, o que permitiu, dentre outras medidas, a instrução de ações de impugnação de candidaturas e reprovação de contas eleitorais dos candidatos “ficha suja”.

Prevista no plano de ação, a publicação da Portaria nº 187, de 20 de abril de 2012, autorizou os Procuradores Regionais Eleitorais (PREs) a atuarem exclusivamente na matéria eleitoral até a diplomação dos eleitos nas eleições municipais. Também foi autorizada, até a diplomação dos eleitos, a realização do pagamento

de horas-extras de serviço extraordinário.

O debate entre os PREs com a participação do Procurador-Geral Eleitoral proporcionou reflexões sobre o momento histórico favorável gerado pela aprovação de normativos e pela maior participação popular no processo eleitoral. Nesse contexto, eles vislumbraram o aumento no número de denúncias de ilícitos eleitorais, o que implicaria necessidade de reestrutura da organização das Procuradorias Regionais Eleitorais, bem como estudo sobre a concessão de exclusividade para o cargo de procurador regional Eleitoral, durante os dois anos de mandato.

O desenho da área eleitoral possivelmente será feito com base em um estudo e proposta a

ser formulada pelo Grupo Executivo Nacional da Função Eleitoral (Genafe), em conformidade com o quantitativo de eleitores, zonas eleitorais e demais especificidades da atuação e sistemática diferenciada das PREs. Não haverá necessariamente coincidência entre a organização e níveis das PREs com as Procuradorias da República (PRs) ou Procuradorias Regionais da República (PRRs). O trabalho deverá ser concluído no 2º semestre de 2013, com a previsão de implementação da nova estrutura a partir de 2014. Com a criação do Genafe, iniciou-se a criação de um Sistema de Governança da Função Eleitoral, detalhado na figura 2.12



Figura 2.11 – Tela do Sisconta Eleitoral.

Governança da Função Eleitoral



Figura 2.12 – Novo Sistema de Governança da Função Eleitoral.

2.7 PROJETOS DE LEI E REGULAMENTAÇÕES

O processo de modernização indicou a necessidade de elaborar projetos de leis e marcos regulatórios no MPF para:

I) permitir a expansão das unidades do MPF frente a de-

manda de interiorização da Justiça Federal;

II) garantir a atratividade das carreiras de membros e servidores;

III) definir políticas e diretrizes;

IV) adequar e modernizar seus processos de gestão;

V) aprimorar a governança e a organização administrativa;

VI) redefinir atribuições e competências dos cargos efetivos.

2.7.1 Projetos de Lei

Confira na tabela abaixo detalhes e objetivos dos projetos de lei em tramitação desde 2011.

NÚMERO	MENSAGEM	EMENTA	OBJETIVO	TRAMITAÇÃO CÂMARA
PL 2199/11	PGR nº 03, de 30/08/11	Dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração e revoga a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006.	Reestruturação do plano de carreira de analista e técnico, com implantação de subsídio e reajuste com equiparação salarial às carreiras com atribuições análogas no Serviço Público.	Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) 14/12/11 - Aprovado o parecer do relator, deputado Luciano Castro (PR-RR), pela aprovação, com emenda. Comissão de Finanças e Tributação (CFT) 20/12/11 - Designado relator, deputado Aelton Freitas (PR-MG). Aguardando parecer do relator.
PL 2200/11	PGR nº 04, de 30/08/2011	Dispõe sobre a criação do quadro de pessoal, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e das funções de confiança da Escola Superior do Ministério Público da União.	Assegurar estrutura para o desenvolvimento de atividades de acordo com as demandas por educação corporativa de membros e servidores.	CTASP 09/04/12 - Parecer do relator, deputado Alex Canziani (PTB-PR), pela aprovação. 07/11/12 – Aprovado, por unanimidade, parecer favorável do relator, deputado Alex Canziani (PTB-PR). CFT 08/05/2013 – Designado relator, deputado Aelton Freitas (PR-MG). Aguardando parecer do relator. Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) 20/09/13 - Abriu-se prazo para emendas ao projeto (5 sessões ordinárias a partir de 23/09/2013).
PL 2201/11	PGR nº 02, de 30/08/11	Institui a gratificação por exercício cumulativo de ofícios dos membros do Ministério Público da União, e dá outras providências	Atender recomendação do Conselho Nacional do Ministério Público com vistas à regulamentação do exercício cumulativo de ofícios dos membros do MPU.	CTASP 27/03/2013 – Aprovação do parecer favorável do relator, deputado Alex Canziani (PTB-PR). CFT 25/04/2013 – Designado relator, o deputado Aelton Freitas (PR-MG). Aguardando parecer do relator.
PL 2202/11	PGR nº 01, de 30/08/11	Dispõe sobre a criação de cargos de membro e cargos em comissão, no âmbito do Ministério Público Federal.	Criar cargos de 12 Subprocuradores-Gerais, de 15 Procurador Regionais da República, 660 Procuradores da República e vários cargos em comissão, com vistas ao aperfeiçoamento da atuação judicial, ao fortalecimento da atuação extrajudicial e à adequação da estrutura administrativa.	CTASP 05/09/12 – Aprovação do parecer favorável da relatora, deputada Gorete Pereira (PR-CE). CFT 22/05/2013 – Aprovação do parecer favorável do relator, deputado Júlio Cesar (PSD-PI), com 3 emendas de adequação. CCJC 25/06/13 – Aprovação do parecer favorável do relator, deputado Valtenir Pereira (PSB-MT).

NÚMERO	MENSAGEM	EMENTA	OBJETIVO	TRAMITAÇÃO CÂMARA
PL 4357/12	PGR/GAB nº 03, de 30/08/12	Altera a Lei nº 10.771, de 21 de novembro de 2003, na parte que dispõe sobre a criação de Procuradorias da República em Municípios no âmbito do Ministério Público Federal.	Criar Procuradorias da República em Municípios em que existam varas federais.	CTASP 07/11/12 – Aprovação do parecer favorável do relator, deputado Luciano Castro (PR/RR). CFT 03/04/2013 -Aprovação do parecer do relator, deputado João Dado (PDT/SP). CCJC 04/06/13 – Aprovação do parecer favorável do relator, deputado Vieira da Cunha (PDT-RS).
PL 5491/13	PGR/GAB nº 01, de 30/04/13	Altera a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União e dá outras providências.	Recompor as perdas sofridas pelo processo inflacionário e rever os valores dos cargos em comissão CC-7 a CC-4 aos Cargos de Assessoramento Superior DAS-6 a DAS-3, respectivamente, e em relação aos cargos em comissão CC1 a CC3 no percentual aplicado ao DAS-3. Reduzir para dois anos o período mínimo na unidade de provimento inicial no caso de solicitação de remoção a pedido do servidor.	CTASP 23/05/13 - Aprovação do parecer favorável do relator, deputado Roberto Santiago (PSD-SP). CFT Prazo para emendas ao projeto (5 sessões ordinárias a partir de 14/10/2013)

Tabela 2.1 – Projetos de Lei encaminhados pelo Procurador-Geral da República.

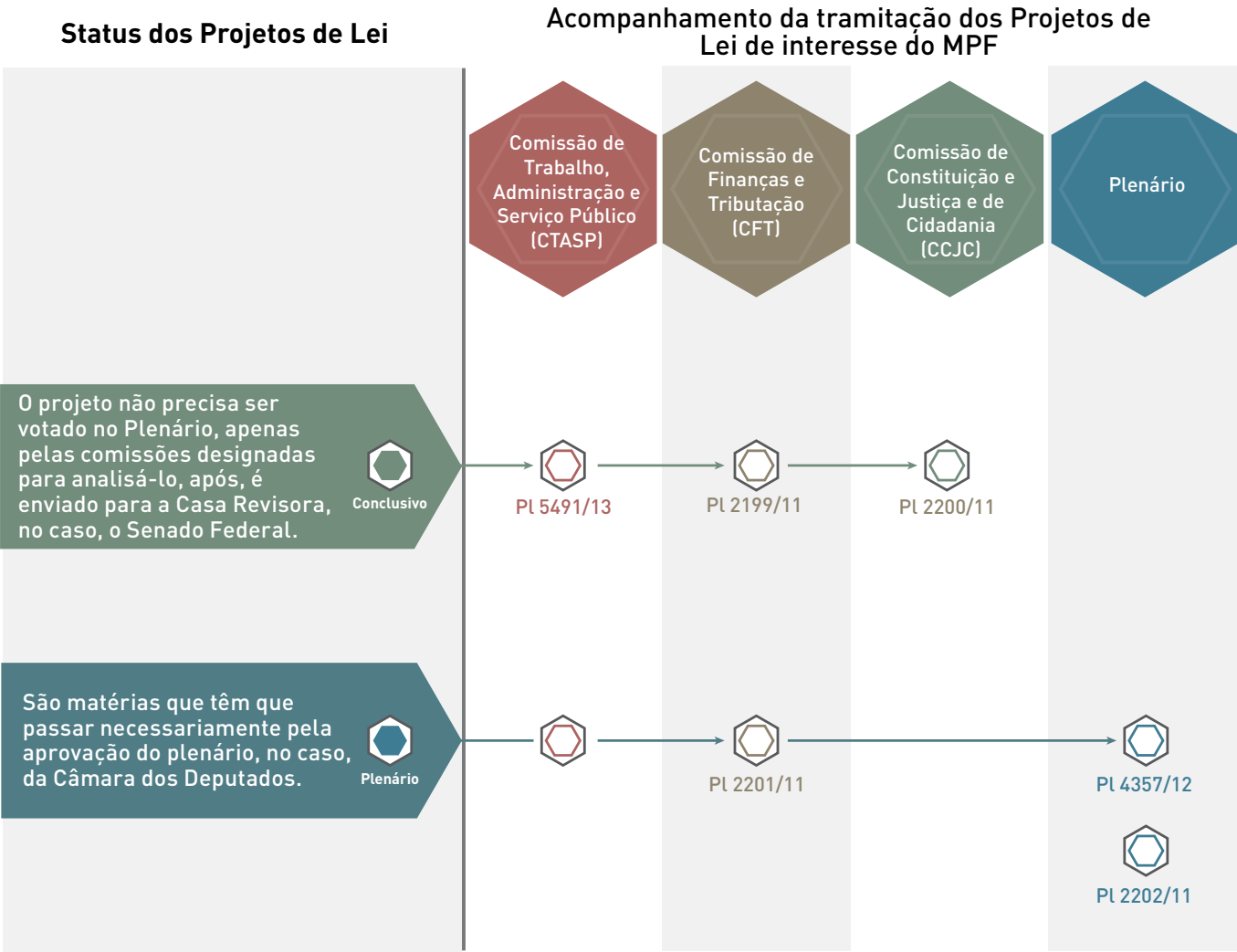


Figura 2.13 – Tramitação de projetos de lei na Câmara dos Deputados.

2.7.2 Marcos Regulatórios

O Planejamento Estratégico norteou ainda diversas regulamentações internas que visaram a definição de diretrizes organizacionais para temas como unificação de mandatos, Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), contratações, auxílio-moradia, licença-prêmio, reestruturação das secretarias nacionais, diárias e passagens, escritório de processos, nomenclaturas de cargos.

Confira abaixo as principais regulamentações internas.

PORTARIA	PUBLICAÇÃO	TEMA	DESCRIÇÃO
PGR/MPF nº 501	14/09/11	Unificação de mandatos dos procuradores-chefes.	Dispõe sobre a redução da carga de trabalho e unificação dos mandatos dos Procuradores-Chefes das unidades do Ministério Público Federal.
PGR/MPF nº 629	21/11/11	Regulamenta concessão de auxílio pré-escolar.	Dispõe sobre a concessão do auxílio pré-escolar que tem por objetivo auxiliar os membros e servidores, em efetivo exercício, nas despesas com berçário, creche, maternal, jardim de infância e pré-escola, de seus dependentes, nas modalidades de assistência direta ou indireta.
PGR/MPF nº 686	19/12/11	Reestrutura organização da Corregedoria, PFDC e CCRs.	Reestrutura organizacional da Corregedoria, PFDC e das CCRs (exceto 6ª Câmara), Assessoria de Cooperação Jurídica Internacional e Assessoria de Pesquisa e Análise.

PORTARIA	PUBLICAÇÃO	TEMA	DESCRIÇÃO
PGR/MPF nº 687	20/12/11	Planejamento Estratégico Institucional	Institui o Planejamento Estratégico do MPF para o decênio 2011-2020, com a definição de objetivos estratégicos, indicadores e metas.
PGR/MPF nº 733	28/12/11	SIGE e Governança.	Institui o Sistema de Gestão Estratégica e Governança (SIGE) no âmbito do Ministério Público Federal, com a criação do Comitê de Gestão Estratégica e dos subcomitês temáticos: gestão administrativa; comunicação social; gestor de tabelas, e estratégico de tecnologia da informação.
PGR/MPF nº 246	16/05/12	Serviço de Informação ao Cidadão.	Institui o Serviço de Informação ao Cidadão do MPF que visa, entre outras competências, atender e orientar quanto ao acesso a informações.
PGR/MPF nº 734	22/06/12	Gestão de projetos.	Dispõe sobre a gestão de projetos, estabelecendo os procedimentos a serem observados no processo de proposição e na gestão dos projetos estratégicos no âmbito do Ministério Público Federal.
PGR/MPU nº 586	27/09/12	Concessão de diárias e passagens.	Dispõe sobre a concessão de diárias e passagens aos membros e servidores do Ministério Público da União.
PGR/MPU nº 634	30/10/12	Adicional de Atividade Penosa.	Regulamenta o pagamento do adicional de atividade penosa.
PGR/MPF nº 653	30/10/12	Núcleos de Apoio Operacional à PFDC.	Cria Núcleos de Apoio Operacional à PFDC (Naops).
PGR/MPF nº 657	30/10/12	Auxílio-moradia.	Dispõe sobre o auxílio-moradia dos membros do Ministério Público da União que perceberão o benefício quando lotados em localidade de difícil acesso e a localidade inóspita ou de precária condição de vida.
PGR/MPU nº 704	12/11/12	Férias dos membros do MPU.	Dispõe sobre as férias dos membros do MPU.
PGR/MPF nº 747	3/12/12	Calendário de Contratações.	Institui o Calendário de Contratações de bens e serviços no âmbito do Ministério Público Federal, que compreende o período de recebimento de pedidos e o período de início do processamento da contratação.
PGR/MPU nº 705	12/12/12	Concessão de licença-prêmio aos membros do MPU.	Regulamenta a concessão de licença-prêmio por tempo de serviço dos membros que, após cada quinquênio ininterrupto de exercício, terá direito a três meses de licença, a título de prêmio por tempo de serviço.
PGR/MPU nº 707	12/12/12	Concessão de licença-prêmio por assiduidade aos servidores do MPU.	Regulamenta a concessão de licença-prêmio por assiduidade aos servidores do MPU, adquirida até 15/10/96.
PGR nº 769	13/12/12	Delegação de competência em relação a licença-prêmio dos membros.	Delega competência aos Procuradores-Chefes das Procuradorias Regionais da República e Procuradorias da República nos Estados e no Distrito Federal para concessão, interrupção, alteração ou cancelamento de licença-prêmio por tempo de serviço dos membros no âmbito de suas Unidades Administrativas.
PGR nº 791	19/12/12	Reestruturação da 6ª CCR.	Reestruturação organizacional da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.
PGR/MPF nº 811	27/12/12	Reestruturação das PRRs	Reestrutura os cargos das Procuradorias Regionais da República
PGR/MPF nº 813	27/12/12	Reestrutura organizacional dos gabinetes de Subprocurador-Geral da República.	Fortalece a estrutura organizacional dos gabinetes de subprocuradores-gerais da República.
PGR nº 816	27/12/12	Reestruturação do Gabinete do Vice-Procurador-Geral Eleitoral	Fortalece a estrutura organizacional do Gabinete do Vice-Gabinete-Geral Eleitoral

PORTARIA	PUBLICAÇÃO	TEMA	DESCRIÇÃO
PGR/MPF n° 3	4/01/13	Reestruturação das secretarias nacionais.	Reestrutura de cargos das Secretarias Nacionais.
PGR/MPU n° 122	14/03/13	Requisitos e atribuições de cargos de analista e técnico do MPU.	Fixa as atribuições comuns dos cargos de analista do MPU e técnico do MPU e as atribuições básicas e os requisitos de investidura dos cargos de analista do MPU/Apoio Jurídico e Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração.
SG n° 454	4/04/13	Atualização de formulários da gestão de projetos.	Atualiza os anexos da Portaria PGR/MPF n° 734 que dispõe sobre a gestão de projetos no MPF.
PGR n° 205	23/04/13	Institui o Escritório de Processos Organizacionais.	Institui o Escritório de Processos Organizacionais no âmbito do MPF (EPO/MPF), com o objetivo de coordenar as iniciativas de governança dos processos institucionais, bem como gerenciar o portfólio de processos de trabalho considerados estratégicos.
PGR n° 206	26/04/13	Criação do Grupo Executivo da Função Eleitoral (Genafe).	Cria o Genafe que tem como objetivo coordenar a execução do Plano de Ação da Função Eleitoral.
PGR/MPF n° 255	10/05/13	Lotação de membros do MPF.	Fixa a lotação de membros do MPF.
PGR/MPU n° 302	24/05/13	Requisitos e atribuições de analista e técnico do MPU.	Redefine as atribuições básicas e comuns e os requisitos de investidura nos cargos das carreiras de analista e técnico do MPU (especialidades: arquivologia, atuarial, biblioteconomia, comunicação social, educação, estatística, finanças e controle, gestão pública, planejamento e orçamento, cardiologia, entre outras).
PGR/MPF n° 412	05/07/2013	Sala de Atendimento ao Cidadão	Institui a Sala de Atendimento ao Cidadão, regulamenta o atendimento ao público e aos advogados de forma nacional, traz a vantagem de disponibilizar em um só lugar, seja virtual ou presencial, uma porta de entrada para o cidadão.
PGR/MPF n° 414	05/07/2013	Regulamentação do funcionamento da ASSPA.	Regulamenta a prestação de serviço da Assessoria de Pesquisa e Análise do MPF (Asspa), estabelece diretrizes para funcionamento, define a organização e as atribuições da unidade central e das unidades descentralizadas.
PGR/MPF n° 417	05/07/2013	Aprova o Plano de Segurança Institucional	O Plano de Segurança Institucional do MPF estabelece princípios e diretrizes complementares à Política de Segurança Institucional; traz as competências das Unidades de Segurança vinculadas à PGR, às Procuradorias Regionais da República e às Procuradorias da República; e aspectos relativos ao planejamento estratégico de segurança institucional.

Tabela 2.2 – Portarias publicadas no período de 2011 a julho de 2013.



CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS E DIRETRIZES

A definição de políticas e diretrizes nacionais é imprescindível para uma instituição como o MPF que abrange mais de 200 unidades. Elas garantem equi-

dade de tratamento e fortalecimento da unidade institucional. O objetivo é que temas que permeiam toda a organização tenham normatizações claras

que possam subsidiar a efetiva gestão estratégica. Confira abaixo as principais políticas e diretrizes implementadas no biênio 2011-2013.

3.1 POLÍTICAS

POLÍTICA DE REDUÇÃO DO CUSTO OPERACIONAL

A PADRONIZAÇÃO DOS PROJETOS DE CONSTRUÇÃO DE NOVAS SEDES DO MPF NOS MUNICÍPIOS

é um instrumento que visa à redução do custo operacional e otimização da demanda, quando há disponibilidade de terreno para construção. Estão disponíveis o Projeto Padrão I para os municípios com a previsão de quatro procuradores e o Projeto Padrão II para os municípios com a previsão de seis procuradores.

A POLÍTICA DE GESTÃO DA FROTA é um instrumento que visa à redução do custo operacional relacionado à manutenção, aquisição e desfazimento de veículos; à padronização da frota do MPF; ou à otimização da função transporte, estabelecendo os seguintes critérios para substituição:

- a) tempo de uso, quilometragem média, quilometragem atual e combustível utilizado;
- b) condição de utilização dos veículos oficiais;
- c) custo de manutenção e tecnologia dos veículos;
- d) composição e qualidade da frota de veículos da Unidade beneficiada;
- e) segurança dos usuários;
- f) justificativa apresentada para o aumento da frota de veículos;
- g) prioridade em relação à frota nacional de veículos do MPF;
- h) recursos orçamentários/financeiros disponíveis;
- i) legislação vigente.

A IMPLANTAÇÃO DA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO em todas as unidades do MPF em 2012. A medida visa dar maior competitividade, transparência e vantajosidade para a administração. Como exemplo, destaca-se, em 2012, a redução de 85% de licitações fracassadas e desertas na PGR, promovendo aumento médio de 20% para 33% do desconto do valor estimado para o valor contratado. Até junho de 2013, apenas os estados de Alagoas, Amazonas e Ceará não utilizavam a modalidade de pregão eletrônico, apesar de terem os sistemas implantados.

A PADRONIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL NACIONALMENTE proporcionou, em 2011, economia inicial de 34,56%. Na Procuradoria Geral da República, em 60 meses - prazo de vigência do contrato -, o valor economizado, estimado, deve chegar a mais de R\$ 880 mil, em comparação com o contrato anterior. O contrato prevê acesso ilimitado à Internet, via terminal móvel (celular); acesso a todas as

informações institucionais, pela intranet, seguindo as regras de segurança (**firewall, proxy**) implementadas pelo MPF; envio e recebimento de email institucional em tempo real no aparelho móvel (celular); acesso ao sistema corporativo Groupwise Messenger para mensageria, que provê conversação instantânea (escrita) de forma segura; serviços tarifa zero, que permite chamadas ilimitadas a custo zero (ligações locais) para todos os celulares institucionais do mesmo contrato. Com a renovação do contrato ocorrido em junho/2013, o MPF teve outra redução nos custos de aproximadamente R\$ 550 mil, mantendo os mesmos níveis de serviços e com o que há de mais moderno no mercado, em se tratando de aparelhos celulares.

A ATUALIZAÇÃO DO PARQUE DE CENTRAIS TELEFÔNICAS POR EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA IP (que utiliza a rede de dados para o tráfego de voz) possibilitou que as ligações entre o edifício-sede e os anexos fossem realizadas ramal a ramal, por meio da tecnologia de Voz sobre IP, sem a necessidade da utilização da rede de telefonia pública, ou seja, sem custo para a Administração. Equipamentos mais modernos proporcionam mobilidade aos membros e servidores (permite que o usuário de qualquer local faça o uso do mesmo número do ramal) com segurança, pois os terminais telefônicos possuem sistema de criptografia, tornando as conversas seguras, ponta a ponta, e ainda, reduzindo os custos com chamadas à longa distância, não sendo necessário o uso do DDD. Em 2012, deu-se o início à atualização da central telefônica da Procuradoria Geral da República com a implementação da tecnologia IP. Em 2013, de modo a atender as demandas de telefonia com novas centrais telefônicas, foram adquiridos novos equipamentos com tecnologia 100% IP para atender as unidades do MPF nas 3ª e 5ª Regiões e nos estados do Piauí, Santa Catarina e Alagoas, que possibilitará a comunicação ramal a ramal, entre estas e as unidades nos municípios.

O COMPARTILHAMENTO DA GESTÃO DE CORRESPONDÊNCIAS promoveu vantagens que incluem os serviços de correios, malotes e transporte aéreo de cargas. Destaca-se a redução do número de contratos, de aditivos anuais e dos procedimentos licitatórios de mais de 60, realizados pelas unidades gestoras do MPF, para apenas 2 certames a cargo da Procuradoria Geral da República. Destaca-se, também, a extensão dos serviços, que até então ficavam restritos apenas às grandes unidades, para todas as unidades do MPF, inclusive nos municípios, independentemente de sua localização e da demanda do serviço. A medida promoveu um grande avanço no planejamento, controle e execução, permitindo estabelecer com antecedência as ações a serem executadas por todas as unidades do MPF. Ressalta-se que serviços são prestados de forma ampla (um maior número de

opções de serviços) e com maior agilidade e segurança, permitindo a cada unidade, observadas suas particularidades, optar pelo meio mais adequado à remessa de sua documentação, sem a necessidade de promover outra nova contratação.

POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO - em fase de finalização – visa orientar e padronizar as ações de comunicação do MPF, criar diretrizes para comunicação institucional interna e externa e definir critérios de utilização de meios de comunicação pela instituição. Conduzida pelo Subcomitê de Comunicação Social (Sicom), a iniciativa permite o fortalecimento da unidade e imagem institucional. Para dar legitimidade ao trabalho, foi ouvida a opinião de membros e servidores em pesquisas quantitativas e qualitativas. Elaborada pela primeira vez no âmbito do MPF, a política está baseada em boas práticas de outros órgãos públicos e conta com o apoio técnico da Secretaria de Comunicação Social (Secom). O documento prevê ainda a elaboração e revisão dos seguintes manuais: Manual de Identidade Visual, que orientará a gestão da marca e aplicação da logomarca do MPF; Manual de Redação e Estilo, com diretrizes para a produção jornalística da instituição; e Manual de Mídias Sociais, que definirá como a instituição fará parte das redes sociais.

POLÍTICA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

O PLANO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL aprovado pela Portaria PGR nº 417/2013 tem como finalidade orientar e desenvolver a atividade de segurança no âmbito do MPF, estabelecendo diretrizes complementares e princípios alinhados à Política de Segurança Institucional do MPF. Com o plano, o MPF está mais preparado para a estruturação adequada de um sistema capaz de garantir a segurança do pessoal (membros, servidores, terceirizados e estagiários), dos dados, das informações, dos materiais, dos processos, dos documentos e das áreas e instalações de todas as unidades.

POLÍTICA DE INFRAESTRUTURA DE TI

O APRIMORAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TI envolve uma série de atividades. Entre elas, destacam-se:

- a) ampliação e modernização da infraestrutura de transmissão de eventos e videoconferências do MPF;
- b) migração da rede nacional de dados e voz do MPU;
- c) implantação de infraestrutura de servidores e armazenamento para o projeto Wiki do MPF;
- d) configuração e distribuição de aparelhos de telefonia móvel mantendo os serviços já oferecidos;
- e) criação de uma rede de longa distância que opera em conjunto

com a rede nacional do Ministério Público da União (MPU), atuando como solução de contingência em momentos de indisponibilidade da rede principal;

f) centralização do correio eletrônico do MPF com a padronização do domínio @mpf.mp.br.

POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL

O PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS (PCD) E A TABELA DE TEMPORALIDADE E DESTINAÇÃO DE DOCUMENTOS (TTD) do MPF foram instituídos por meio da Portaria PGR nº 19/2013. A construção do plano e da tabela levou em consideração a contribuição de membros e servidores por meio de consulta pública. O PCD é utilizado com o objetivo de agrupar os documentos produzidos e recebidos pela instituição sob um mesmo tema. Ele define, portanto, a organização física dos documentos arquivados, constituindo-se em referencial básico para sua recuperação. A TTD é o instrumento elaborado a partir do processo de avaliação dos documentos e contempla os conjuntos de documentos produzidos e recebidos pelo órgão no exercício de suas atividades, os prazos de guarda nas fases corrente, intermediária e a destinação final (eliminação ou guarda permanente).

3.2 DIRETRIZES

DIRETRIZ DE AMPLIAR E QUALIFICAR A ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE BENEFICIÁRIOS

A REDE DE HOSPITAIS DE ALTO CUSTO foi disponibilizada por meio de contrato com a Gama Saúde para os usuários do Plan-Assiste. Os hospitais de alto custo são prestadores de referência na área de sua atuação e aplicam tabelas próprias com valores acima dos praticados no mercado de saúde. A utilização da rede depende de prévia autorização do Plan-Assiste, sendo voltada para execução de procedimentos de alta complexidade. Os percentuais de coparticipação são diferenciados: 40% para os titulares e dependentes e 70% para pais e assemelhados, que incidem sobre o valor total da despesa. Estão incluídos os seguintes hospitais: (I) Rio de Janeiro – Pró-Cardíaco, Samaritano, São Vicente da Gávea; (II) São Paulo – Albert Einstein, HCor, Oswaldo Cruz, Samaritano, São Luiz e Sírrio-Libanês.

CRIAÇÃO DE FRANQUIA DE COPARTICIPAÇÃO dos beneficiários nos custos dos serviços assistenciais, com limite máximo de coparticipação, a cada bimestre, de R\$ 3 mil para os titulares e dependentes e R\$ 15 mil para pais e assemelhados. Não estão sujeitos ao teto bimestral as despesas decorrentes de atendimento em hospitais de alto custo e as despesas odontológicas.

REDUÇÃO DO PERCENTUAL DE DESCONTO em folha de 10% para 5%, ocasionando a ampliação do financiamento em 50% do custeio dos serviços assistenciais. A redução foi aprovada no Novo Regulamento Geral do Plan-Assiste.

INCLUSÃO DE TRATAMENTOS ESPECIAIS em caso de urgência ou emergência médica, com atendimento pré-hospitalar em domicílio por meio de UTI móvel. A coordenação desse atendimento será realizada por empresa contratada, por meio de central telefônica do Alô Doutor Plan-Assiste. As ocorrências que não necessitem de atendimento em hospital, que estatisticamente representam 80% dos casos de urgência e emergência, serão solucionadas no próprio local de atendimento e, nos demais casos, os pacientes serão removidos para a rede hospitalar. O serviço iniciou em setembro de 2013, sendo disponibilizado nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Paraná, Pernambuco, Paraíba, Pará, Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Ceará.

TERAPIA OCUPACIONAL E PILATES foram acrescentados como tratamento especiais na lista de assistência médico-hospitalar e ambulatorial que consta no Novo Regulamento Geral do Plan-Assiste.

DIRETRIZ DE IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS NACIONAIS EM SAÚDE

A REALIZAÇÃO DE VIDEOCONFERÊNCIAS PELA JUNTA MÉDICA OFICIAL foi oficialmente permitida pelo Parecer CFM nº 09/2012, exarado no Processo Consulta CFM nº 2501/10. A iniciativa foi baseada no princípio da economicidade, ou seja, os servidores e membros do MPF são avaliados presencialmente por um médico da unidade do MPF próxima ao local de lotação do avaliado e em videoconferência com médicos de outras unidades do MPF. Dessa forma, há uma redução dos custos com deslocamento de médicos. Em 2011, foram realizadas 65 avaliações por videoconferência. Em 2012, foram 83 avaliações por videoconferência e até julho de 2013, foi um total de 48 avaliações.

DIRETRIZ DE FORTALECIMENTO DAS ESTRUTURAS DE INVESTIGAÇÃO

REGULAMENTAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DA ASSPA. A Portaria PGR/MPF nº 414/2013 regulamentou a prestação de serviço da ASSPA do MPF, estabeleceu diretrizes para funcionamento, definiu a organização e as atribuições da unidade central e das unidades descentralizadas.

DIRETRIZ DE DESCENTRALIZAÇÃO

A AGILIDADE NA GESTÃO DE PESSOAS foi ampliada com a descentralização de atividades aos procuradores-chefes das unidades gestoras do MPF. Com a assinatura da Portaria nº 349/2013, em 11 de junho, eles são

responsáveis por autorizar a concessão de adicional noturno, auxílio-funeral, licença capacitação, licença para tratar de interesses particulares, afastamento para participação em curso de formação, além de decidir sobre a permuta de servidores, lotação provisória para exercício de função e lotação provisória por carência de pessoal, sendo esses três últimos no âmbito da mesma unidade administrativa. A descentralização de cerca de 20 procedimentos da SGP está relacionada ao objetivo estratégico de “Atuar de forma integrada, coordenada e regionalizada”.

DIRETRIZ DE ASSEGURAR A INTERLOCUÇÃO COM A SOCIEDADE

CRIAÇÃO DA OUVIDORIA, DO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO E DA SALA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO como forma de aproximação com a sociedade. A finalidade da Ouvidoria é contribuir para garantir a transparência, a eficácia, a economicidade, a efetividade, a presteza, o compromisso público e a ética nas atividades desempenhadas pelos membros, órgãos, servidores e serviços auxiliares do MPF, bem como para assegurar a interlocução com a sociedade. A criação da Ouvidoria pela Portaria PGR nº 519/2012 foi um dos projetos estratégicos do MPF. Sua proposta de normatização foi elaborada com a participação de membros e servidores. A criação do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC-MPF), por meio da Portaria PGR nº 246/2012, instituiu uma ferramenta para facilitar o acesso da sociedade às informações públicas da instituição pelo site do MPF ou presencialmente. A Portaria PGR nº 412/2013 instituiu a Sala de Atendimento ao Cidadão responsável por atender o público e também os advogados. Tanto na internet quanto em salas físicas presentes em cada unidade do MPF, os cidadãos poderão solicitar informações, além de denunciar irregularidades.

DIRETRIZ DE FORTALECER A COMUNICAÇÃO TEMÁTICA

CRIAÇÃO DE ASSESSORIAS DE COMUNICAÇÃO TEMÁTICA, com a reestruturação administrativa em 2013, para dar suporte direto à divulgação das atividades temáticas desenvolvidas pelas Câmara de Coordenação e Revisão, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Procuradoria Geral Eleitoral, Assessoria de Cooperação Jurídica Internacional, Assessoria de Articulação Parlamentar e Assessoria de Pesquisa e Análise. Para isso, a área de jornalismo da Secretaria de Comunicação Social teve um incremento com a criação de seis assessorias de atendimento. Essa iniciativa permitiu uma maior aproximação da Secom com essas áreas e aperfeiçoou o trabalho de coordenação e assessoramento das ações de comunicação. O resultado positivo foi visível com a elaboração de plano de comunicação e criação de boletins de notícias para todas as áreas. Em dois meses, mais de 103 matérias foram publicadas com ampla repercussão na mídia.

DIRETRIZ DE INTEGRAÇÃO ADMINISTRATIVA

A INSTITUIÇÃO DO CALENDÁRIO ANUAL DE CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS NO MPF fortaleceu o processo de planejamento das contratações, dando celeridade e qualidade no atendimento das demandas das diversas unidades. A inovação está na distribuição dos períodos de contratação por tipo de bens/serviços, o que auxilia a área responsável pela instrução processual no planejamento anual.

DIRETRIZ DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A PROMOÇÃO DE RECICLAGEM E COMUNICAÇÃO AMBIENTAL na gestão socioambiental do MPF trouxe vários resultados. Entre 2011 e março de 2013, foram encaminhados para reciclagem mais de 20 toneladas de papel, mais de 10 mil pilhas e baterias, mais de 14 mil lâmpadas fluorescentes. Na comunicação ambiental, houve mais de 300 mil acessos ao site de gestão ambiental do MPF. No monitoramento da gestão ambiental, 92% das unidades realizam coleta seletiva, 44% possuem programa de redução do uso do copo descartável e 66% incluem a sustentabilidade, quando possível, entre os parâmetros de compras e contratações.

DIRETRIZ DE TRANSPARÊNCIA DA ATUAÇÃO

A PUBLICAÇÃO DO SITE MODERNIZAÇÃO PARA O PÚBLICO EXTERNO, em 2013, visou dar transparência às atividades voltadas ao aprimoramento da atuação da instituição. O site traz uma linha do tempo dinâmica com todos os produtos e marcos relacionados à modernização. No site estão incluídas informações sobre o SIGE do MPF com os painéis de contribuição e mapas estratégicos temáticos, além dos resultados do monitoramento dos indicadores e projetos estratégicos.

O DIÁRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL ELETRÔNICO (DMPF-E), instituído pela Portaria PGR/MPF nº 41/2013, é o instrumento oficial de divulgação e publicação dos atos do MPF que auxilia na promoção célere e efetiva da transparência sobre a atuação e gestão da instituição, bem como na publicidade de atos de atividade finalística, instauração de inquéritos civis, recomendações e Termos de Ajustes de Conduta (TAC). Composto pelos cadernos extrajudicial e administrativo, permite livre acesso aos interessados, independentemente de cadastro prévio. O público externo pode acessá-lo por meio do Portal da Transparência do MPF.

DIRETRIZ DE QUALIFICAÇÃO NO ATENDIMENTO AOS MEMBROS

A CENTRAL DE ATENDIMENTO AOS MEMBROS E A DIVISÃO DE ATENDIMENTO PREFERENCIAL (DAP) foram criadas para dar mais celeridade e qualidade no atendimento aos membros. A central presta atendimento aos membros nos assuntos vinculados à gestão de pessoas, como cadastros e acompanhamento das atividades referentes à: concessão de direitos, movimentação, concurso de remoção, concessão de benefícios,

DIRETRIZ PARA ELABORAÇÃO DE PRODUTIVIDADE DE MEMBROS

pasta funcional, posse, exercício e desligamento de membros. A DAP funciona dando um atendimento mais próximo aos gabinetes dos subprocuradores-gerais da República nas solicitações relacionadas com a tecnologia da informação.

A ESTATÍSTICA DE PRODUTIVIDADE E REGISTRO DE MOVIMENTAÇÃO DOS FEITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS dos membros do MPF foi definida por meio da Portaria PGR nº 551/2011. Os dados serão divulgados à sociedade e poderão subsidiar o processo decisório relacionado ao PEI. A Portaria subsidia o boletim “MPF em Números”, um informativo da estatística de produtividade do MPF.

DIRETRIZ DE MONITORAMENTO DA ATUAÇÃO FINALÍSTICA

CRIAÇÃO DOS MAPAS DE ATUAÇÃO DO MPF para facilitar a visualização de dados de processos judiciais ou procedimentos extrajudiciais que tramitam no MPF, incluindo os inquéritos policiais. Os dados são apresentados de forma sintética, identificando a unidade do MPF, a cidade sede da unidade do MPF e o quantitativo de processos e procedimentos na respectiva unidade. Também é possível consultar o respectivo andamento processual no âmbito do MPF.

DIRETRIZ DE FORTALECER INSTRUMENTOS DE APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE

REALIZAÇÃO DE CONSULTAS PÚBLICAS E INSTITUIÇÃO NACIONAL DA SALA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO para aproximação do MPF com a sociedade, proporcionando maior integração e transparência sobre os serviços prestados pela instituição à sociedade. Foram realizadas consultas públicas em 21 estados do Brasil em 2012. Elas estão previstas, como atividade anual, no painel de contribuição da maioria das unidades gestoras do MPF. Entre junho de 2011 e junho de 2013 foram instaladas 70 novas Salas de Atendimento ao Cidadão em unidades do MPF, representando um aumento de 119% em relação ao existente até então.

DIRETRIZ DE APROXIMAÇÃO ENTRE AS INSTÂNCIAS E EMPODERAMENTO DAS PROCURADORIAS REGIONAIS DA REPÚBLICA

CRIAÇÃO DE UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA CORREGEDORIA E DOS NÚCLEOS DE APOIO OPERACIONAL (Naops) para aproximação entre as instâncias e o empoderamento das regionais. Com os Naops, será possível descentralizar as atividades da PFDC para as unidades regionais do MPF (2ª instância), integrando a atuação e, assim, atendendo ao Planejamento Estratégico Institucional. Criados por meio da Portaria PGR nº 653/2012, os Naops são formados por três membros titulares e até três membros suplentes, eleitos pelos membros integrantes das respectivas unidades regionais do MPF para um mandato de dois anos, permitida a recondução. Dentre as atribuições dos Naops, destaca-se a competência para proceder à revisão das promoções de

arquivamento e das decisões de declínio de atribuição relativos a inquéritos civis, procedimentos administrativos e peças informativas, além de dirimir conflitos de atribuição no âmbito da respectiva região, acompanhar as políticas públicas na área de direitos humanos, manter permanente contato e intercâmbio com entidades públicas e privadas que se dediquem direta ou indiretamente à promoção, proteção, defesa e ao estudo dos direitos, bens, valores ou interesses na área dos direitos humanos e cidadania.

DIRETRIZ DE ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL DO MPF no âmbito da Secretaria Geral, por meio da Portaria PGR nº 418/2013, para coordenar, desenvolver ações e empreender esforços de membros e colaboradores sob as diretrizes e liderança do Procurador-Geral da República, visando a articulação interinstitucional, como prosseguimento da institucionalização decorrente do plano de ação e do esforço concentrado referente ao trabalho contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 37.



PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

O novo Portal da Transparência (www.transparencia.mpf.mp.br) do MPF traz, para o cidadão, informações consolidadas sobre a instituição. De forma dinâmica, permite o acesso a um amplo rol de informações superiores às recomendadas pela Resolução nº 86 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e pela Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Por meio do Portal da Transparência, é possível consultar dados institucionais, como o orçamento anual e os repasses financeiros mensais; as remunerações individuais dos membros e servidores; as despesas com diárias e passagens; as licitações e os contratos em andamento; os nomes dos servidores efetivos, com funções gratificadas ou comissionadas, de cargos comissionados, dos cedidos de outros órgãos da administração pública e dos trabalhadores terceirizados; informações relativas a atuação judicial do MPF e a estatística de produtividade judicial dos seus membros.

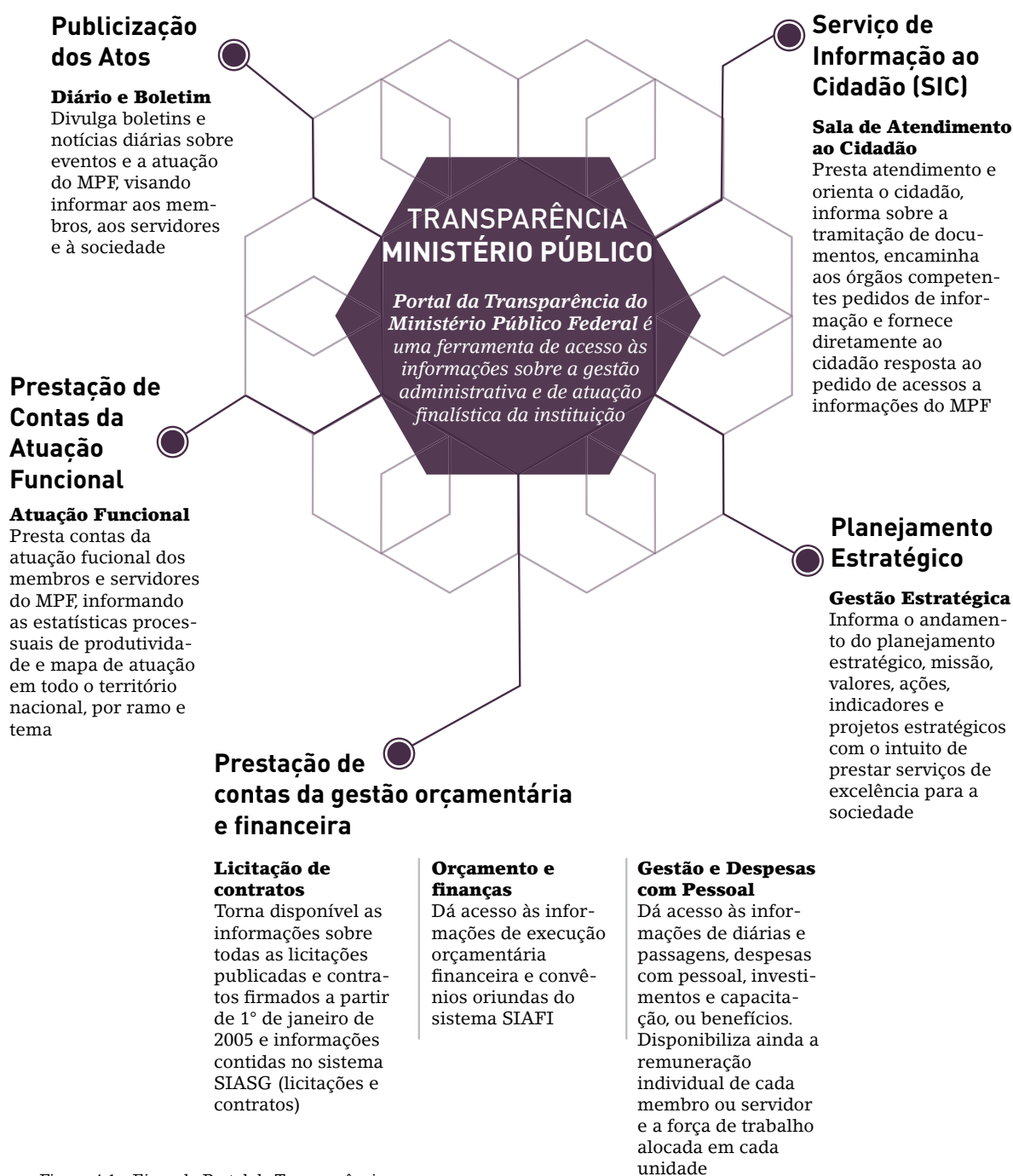


Figura 4.1 – Eixos do Portal da Transparência.

4.1 SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO E OUVIDORIA

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) do MPF foi instituído por meio da Portaria PGR/MPF nº 246, de 16 de maio de 2012, em respeito à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Inicialmente, o SIC estruturou-se, nacionalmente, por meio de solicitações online, feitas pelo site <http://www.pgr.mpf.mp.br/aceso-a-informacao/formulario>, onde fica disponível formulário eletrônico para pedidos de informação pela população em geral; sendo que o atendimento físico ficou restrito à sede física na Procuradoria Geral da República (PGR). Em 2013, a

Portaria PGR nº 412 instituiu a Sala de Atendimento ao Cidadão no MPF que será implementada em todas as unidades do MPF (saiba mais na página 64), para ser o canal de contato da instituição com o público. Dessa forma, o SIC passa a ter um local físico para atendimento à sociedade nas unidades do MPF, pois a Sala de Atendimento é a porta de entrada para o cidadão se comunicar com a instituição.

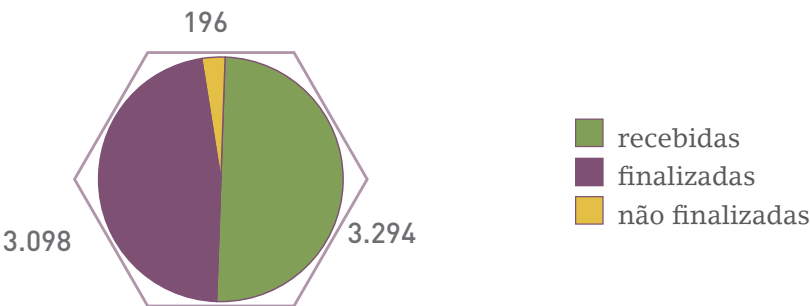
Virtualmente, a Sala de Atendimento ao Cidadão está disponível no Portal da Transparência do MPF, onde os cidadãos, inclusive

advogados, poderão cadastrar e acompanhar demandas ou ainda ter acesso ao portal da Ouvidoria do MPF, para casos em que a demanda tenha relação com as atividades desenvolvidas pelos órgãos, membros, servidores e serviços auxiliares do MPF. A sala é responsável por receber consultas, denúncias, representações, solicitações, requerimentos e qualquer outra demanda formulada pelo cidadão.

De fevereiro a abril de 2013, a Ouvidoria recebeu 990 manifestações, finalizando dessas 946.

Dos pedidos encaminhados

Demandas da Ouvidoria
Outubro/12 a julho/13



Ouvidoria - Tipos de demanda
Outubro/12 a julho/13

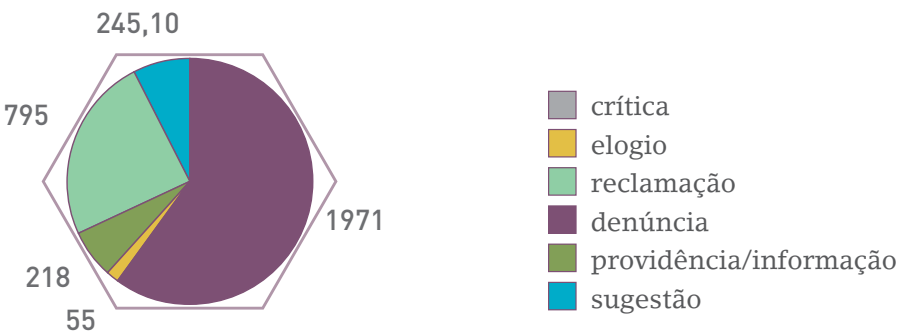


Figura 4.2 - Quantitativo e Tipos de Demandas da Ouvidoria.

ao SIC a maior parte é respondida diretamente pelo próprio SIC, e a outra parte é encaminhada aos setores da PGR ou às Procuradorias da República nos Estados. O SIC é o órgão competente do MPF para: i) atender e orientar o cidadão quanto ao acesso a informações; ii) informar sobre a tramitação de documentos; iii) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações; iv) encaminhar aos órgãos competentes e/ou unidades do MPF pedidos de acesso a informações; v) fornecer diretamente ao cidadão resposta ao pedido de acesso a informações relativas ao MPF, observado o disposto no art. 11 da Lei nº 12.527, de 18/11/2011; vi) monitorar a tramitação dos pedidos de acesso a informações encaminhados e requerer o fornecimento de respostas tempesti-

vas, conforme procedimentos estabelecidos na Lei nº 12.527/2011; vii) receber recurso contra a negativa de acesso a informações ou pedido de desclassificação de informação relativa ao MPF, encaminhando à autoridade competente para sua apreciação; e viii) submeter semestralmente ao Secretário-Geral do MPF relatório dos pedidos de acesso a informações.

O SIC-MPF recebeu, no período de maio de 2012 a março de 2013, o total de 4.320 pedidos de informações, sendo 2.539 no 1º período de análise de maio a outubro de 2012 e 1.781 no 2º período – novembro de 2012 a março de 2013. Ao observarmos o gráfico 4.1, as demandas por assuntos estão concentradas em quatro macro tópicos:

- informações jurídicas;

- questões administrativas e orçamentárias do próprio MPF;

- dúvidas sobre forma de ingresso e exercício no MPF;

- demandas relacionadas a outros órgãos da administração pública.

No 2º período de análise, 92% dos pedidos de informação foram respondidos, o que representa um crescimento frente ao primeiro período que registrou 86%. Das questões respondidas, 4,1% foram fora do prazo no primeiro período e 7,4% no segundo período. A quantidade de questões não respondidas por falta de informação disponível ou por pedido de informação desarrazoada decresceu significativamente de 6% no primeiro período para 2% do total de pedidos de informação no segundo período.

Serviço de Informação ao Cidadão

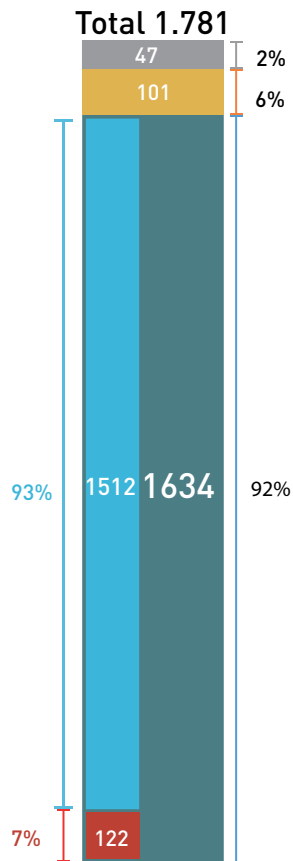
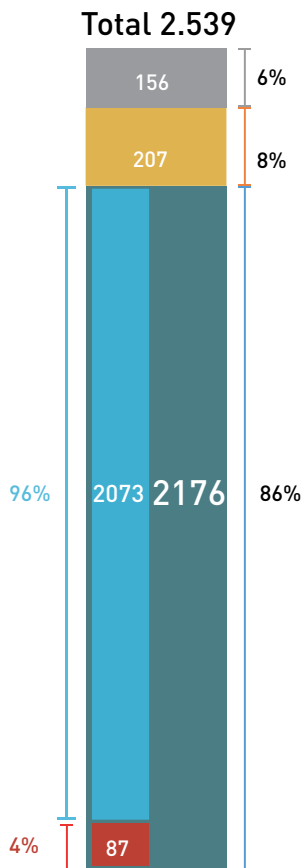
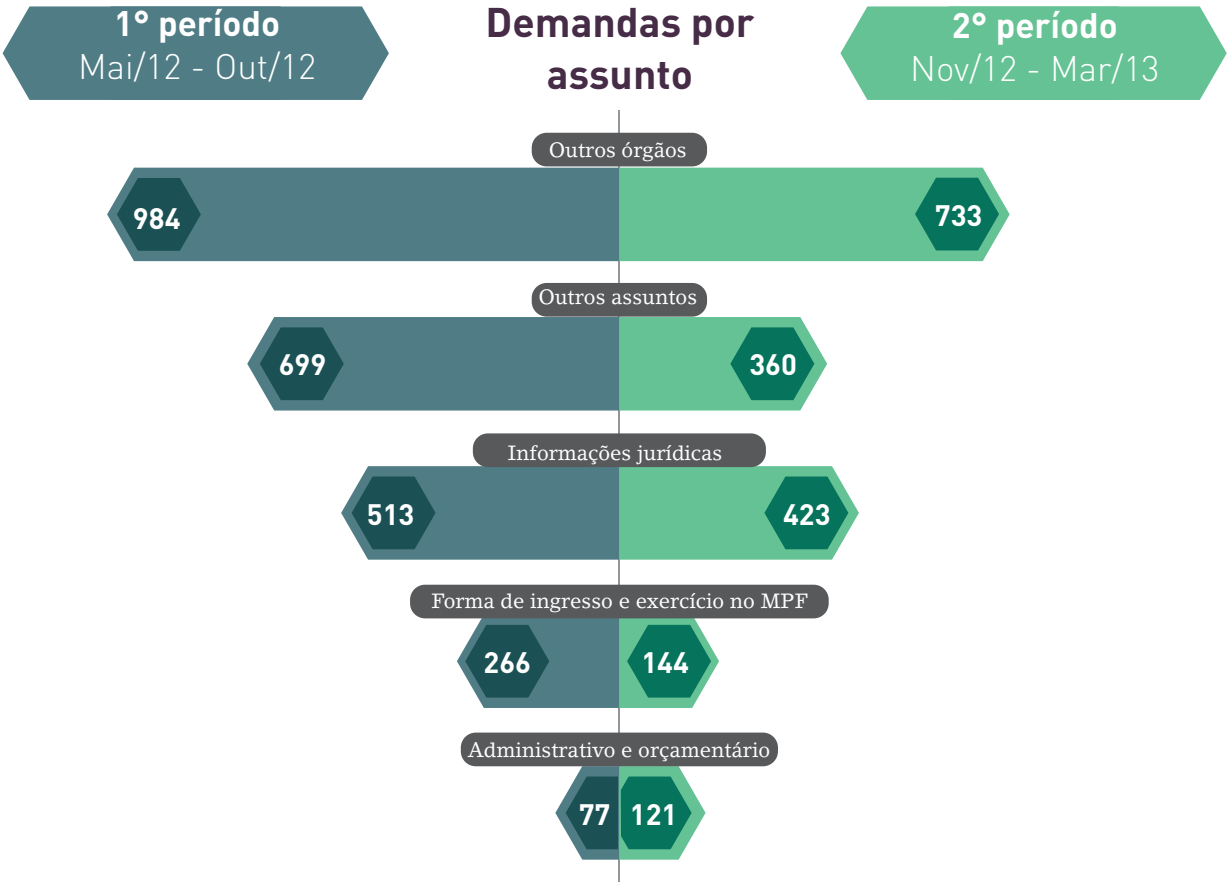
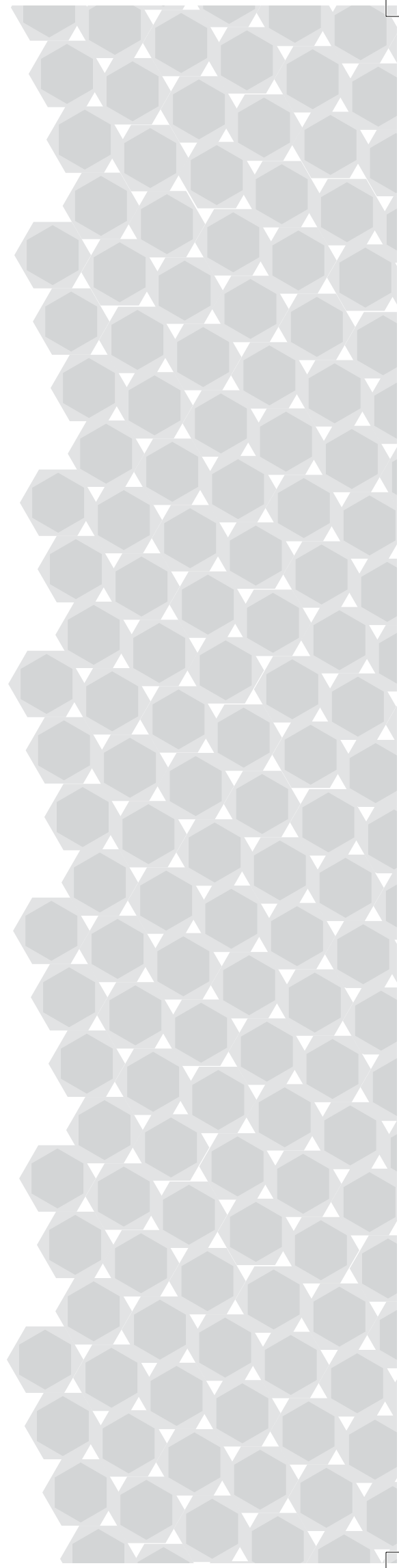


Gráfico 4.1 – Serviço de Informação ao Cidadão.





ORÇAMENTO, FINANÇAS E INVESTIMENTOS

Nos últimos cinco anos, a evolução do Orçamento do MPF foi bastante significativa, pois apresenta uma curva de crescimento superior a 6%, o que representa ganho real de orçamento, em parte destinada a construções e aquisições de novas sedes e a novos investimentos de tecnologia da informação (infra-estrutura, *softwares* e renovação do parque tecnológico). Nos anos de 2011 e 2012, foram investidos 43 milhões de reais em tecnologia da informação e estima-se um investimento de quase 26 milhões em 2013, totalizando aproximadamente 69 milhões nesses três exercícios.

Outra parte é destinada a fazer frente ao custeio de 54 novas unidades do MPF em municípios, 70 novas salas de atendimento ao cidadão e a despesa decorrente da ampliação do quadro de membros e servidores.

Nesse período, a despesa com pessoal apresentou redução percentual da parcela do orçamento, pois o crescimento da força de trabalho foi inferior ao crescimento do orçamento total destinado ao MPF. Quando analisamos o comportamento em relação a receita corrente líquida, percebermos uma redução significativa do percentual do limite de despesa utilizado – nesse caso pelo Ministério Público da União, exceto Ministério Público do Distrito Federal e Territórios¹ –, mesmo com crescimento quantitativo de membros e servidores.

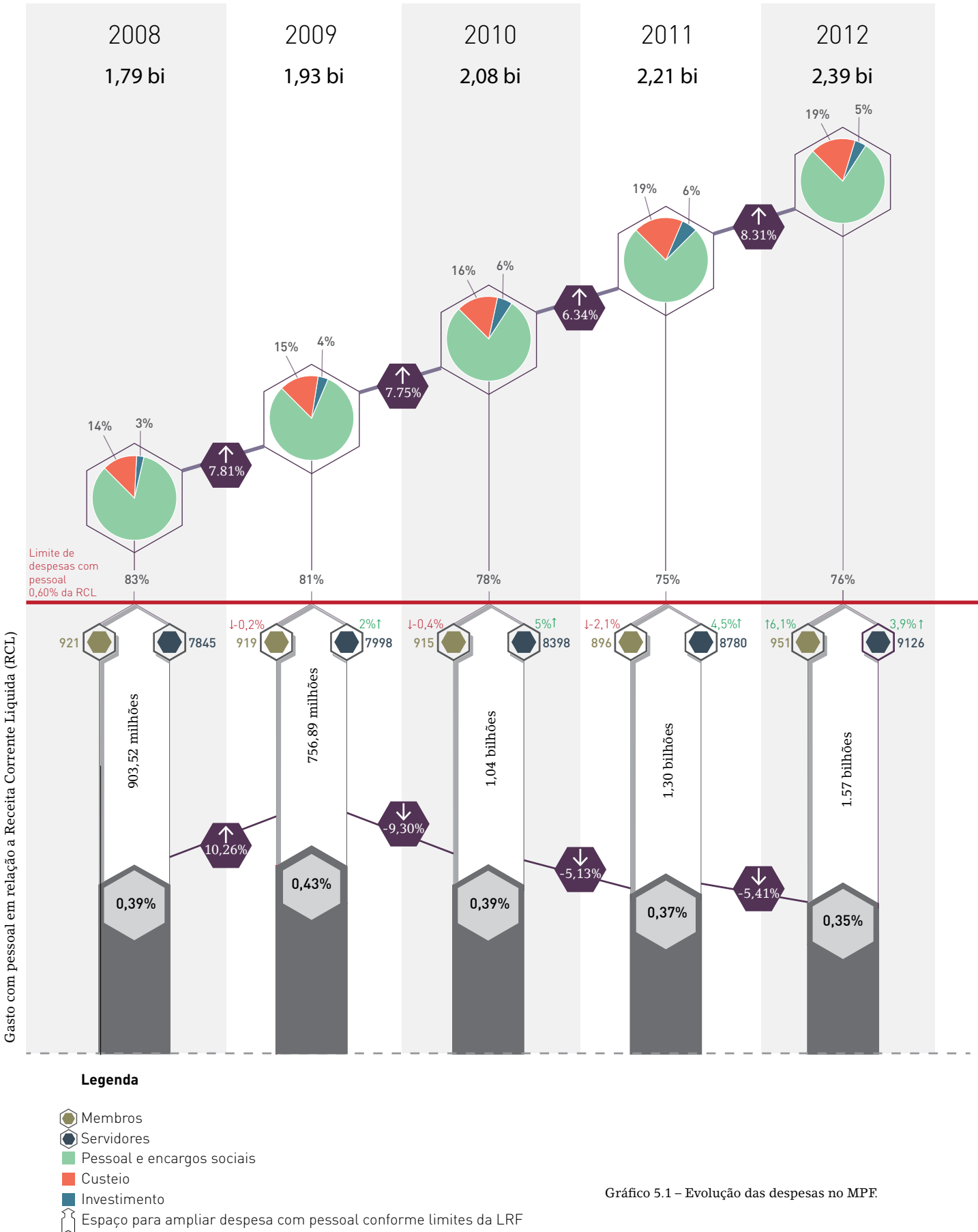
Um olhar mais ampliado na despesa de pessoal precisa considerar os impactos decorrentes das leis que permitem alocações de novos cargos de membros e servidores dos ramos do Ministério Público da União e de projetos de lei em tramitação no Congresso

Nacional - destacados na tabela de projetos de lei constantes no tópico 2.7.1 deste relatório, incluindo o PL 4356/2012 que dispõe sobre a criação de cargos no Ministério Público do Trabalho. Além disso, resta considerar o crescimento vegetativo da folha de pagamento e prováveis reposições inflacionárias, a custo de hoje de 5% anuais.

Somadas todas as estimativas de aumento de despesa de pessoal, chega-se a um montante de R\$ 2 bilhões adicionais a serem suportados em 2020. Nesse cenário e a depender do percentual de crescimento da Receita Corrente Líquida, o Ministério Público da União deverá acompanhar o aumento de despesa de pessoal para garantir a implementação dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional e o aumento das remunerações de membros e servidores.

¹ A despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder 0,6% da receita corrente líquida para o Ministério Público da União. Para o MPDFT, o limite de 0,092% é definido pelo Decreto nº 6.334/2007, contra 0,064% dos 3% que lhe fora originalmente atribuído pelo Decreto nº 3.917/2001 decorrente da repartição dos 3% entre o Poder Judiciário (TJDFT), o Ministério Público (MPDFT) e a Defensoria Pública (DPDFT) do Distrito Federal e Territórios oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, repassados pela União.

EVOLUÇÃO DA DESPESA NO MPF



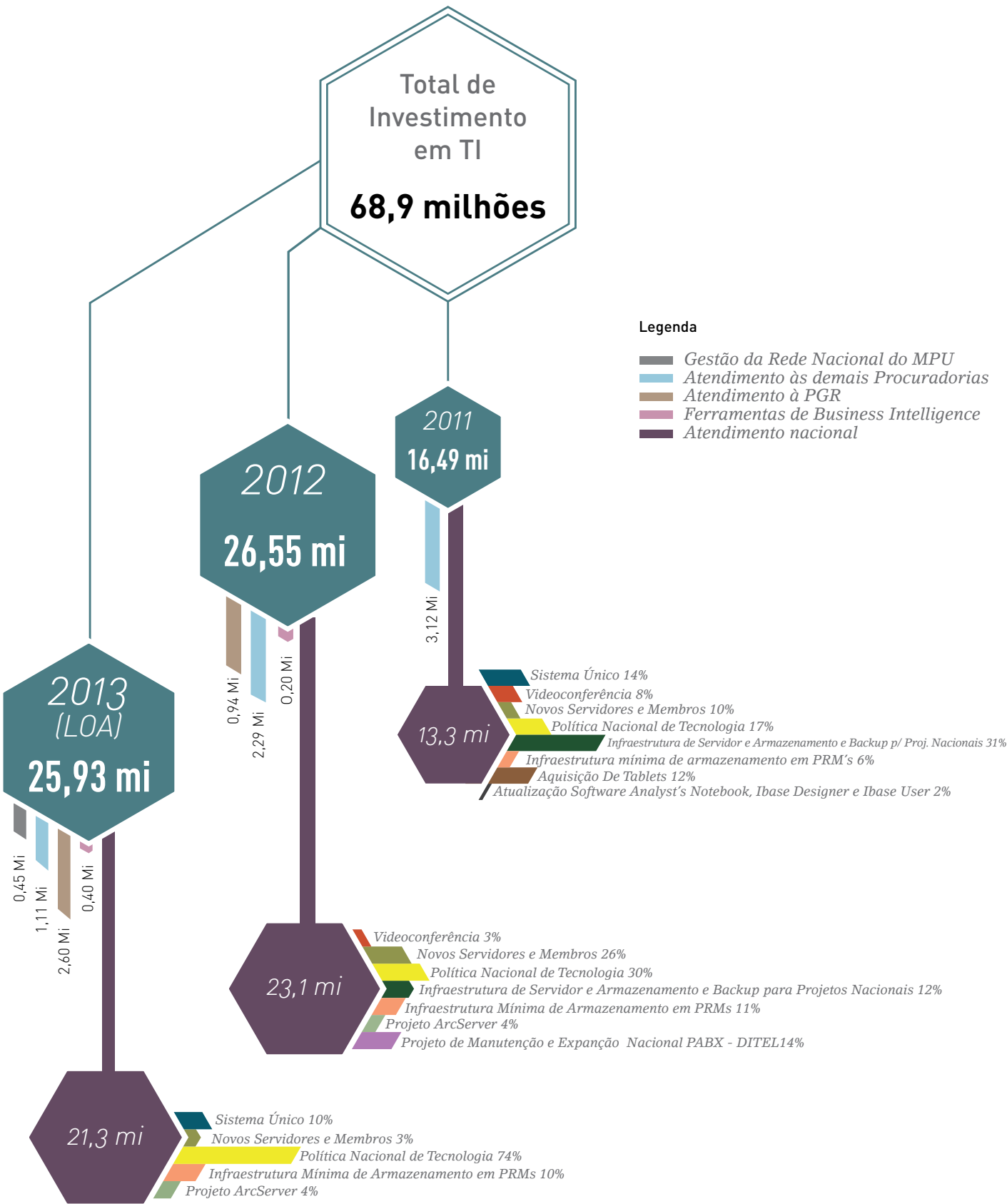


Gráfico 5.2 – Investimentos e Tecnologia da Informação e Comunicação.

5.1 EXPANSÃO DO MPF

Ao fim da atual gestão, o MPF conta com 210 unidades implantadas com sedes físicas instaladas ou a instalar, sendo:

- Procuradoria Geral da República;
- 5 Procuradorias Regionais da República;
- 27 Procuradorias da República nos Estados;
- 177 Procuradorias da República nos Municípios.

Além dessas unidades, estão implantadas 43 Procuradorias da República nos Municípios no modelo de PRM-Satélite, ou seja, que tem sua área de atuação vinculada a outra unidade do MPF (PR ou PRM), totalizando 253 unidades em todo o território nacional.

Em junho de 2011, das 199 unidades do MPF, 25 eram PRMs-Satélite e as demais estavam assim distribuídas no que se refere à situação de seus imóveis:

- 114 alugados (65,5%);
- 53 próprios (30,5%);
- 5 cedidos (2,9%); e

- 2 em instalação (1,1%).

Das 54 novas unidades implantadas na gestão 2011-2013, 18 são PRMs-Satélite. Somadas as demais ao quantitativo de unidades anterior, a nova distribuição de acordo com a situação de imóvel destas unidades é a seguinte:

- 123 alugados (58,6%);
- 65 próprios (30,9%);
- 8 cedidos (3,8%); e
- 14 em instalação (6,7%).

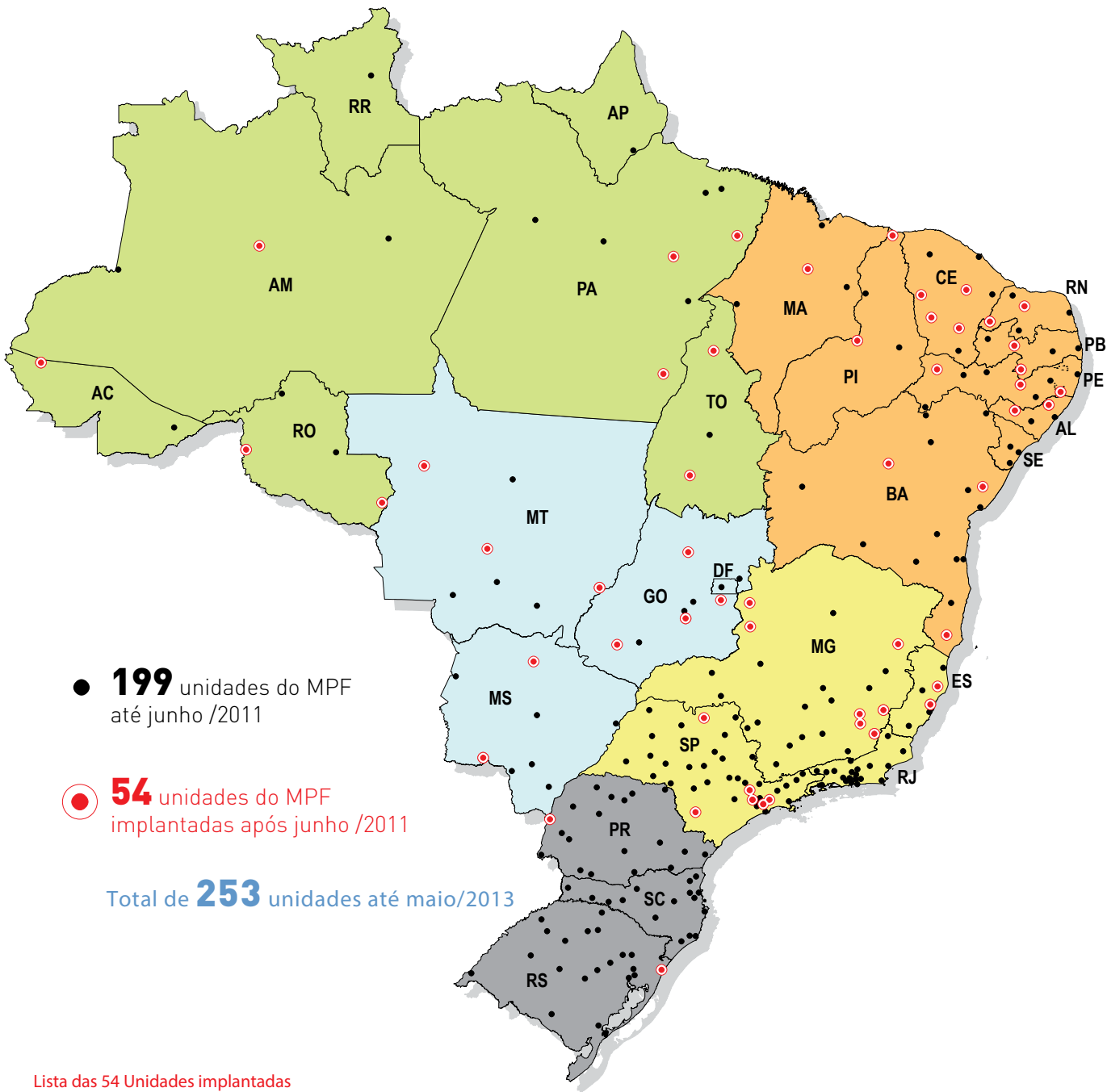
Das 123 sedes alugadas, 8 já contam com construções de prédios próprios em andamento. Os demais 21 projetos/construções em andamento são de localidades cujas unidades do MPF já estão em sedes próprias mas que necessitam de ampliação.

A Portaria PGR/MPF nº 246/2012 instituiu o Serviço de Informações ao Cidadão do MPF, e a Portaria PGR/MPF nº 412/2013, a Sala de Atendimento ao Cidadão, cujos serviços estão disponíveis a qualquer interessado, por meio de sistema eletrônico na internet e,

presencialmente, nas unidades do MPF.

A instalação padronizada de Salas de Atendimento ao Cidadão nas unidades do MPF faz parte do escopo de projeto proposto pela Subsecretaria de Infraestrutura (Subinf) da Secretaria de Administração, tendo vinculação com os objetivos expostos no Mapa Estratégico do MPF que tratam da aproximação com o cidadão e da adequação da estrutura para uma atuação institucional eficiente e segura.

No período entre 2011 e 2013, foram instaladas 70 novas salas de atendimento em unidades do MPF, um aumento de 119% em relação ao existente até então. Destaque para a Região Norte onde o número de Salas de Atendimento ao Cidadão cresceu 5 vezes, seguida das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul com aumento de, aproximadamente 2,3 vezes e, finalmente, da Região Nordeste com uma variação positiva de 50% em seu quantitativo.



Lista das 54 Unidades implantadas

AC	Cruzeiro do Sul	PRM	MG	Manhuaçu	PRM	PE	Arcoverde	PRM-Satélite
AL	Santana do Ipanema	PRM-Satélite	MG	Paracatu	PRM	PE	Ouricuri	PRM-Satélite
AL	União dos Palmares	PRM-Satélite	MG	Teófilo Otoni	PRM	PI	Floriano	PRM
AM	Tefé	PRM	MG	Viçosa	PRM	PI	Parnaíba	PRM
BA	Alagoinhas	PRM	MG	Muriae	PRM-Satélite	PR	Guaira	PRM
BA	Irecê	PRM	MG	Ponte Nova	PRM-Satélite	RN	Assu	PRM
BA	Teixeira de Freitas	PRM	MG	Unai	PRM-Satélite	RN	Pau dos Ferros	PRM
CE	Crateús	PRM	MS	Coxim	PRM	RO	Guajará-Mirim	PRM
CE	Iguatu	PRM-Satélite	MS	Bela Vista	PRM-Satélite	RO	Vilhena	PRM
CE	Quixadá	PRM-Satélite	MT	Barra do Garças	PRM	RS	Capão da Canoa	PRM
CE	Tauá	PRM-Satélite	MT	Juina	PRM	SP	Barretos	PRM
ES	Linhares	PRM	MT	Diamantino	PRM-Satélite	SP	Itapeva	PRM
ES	Serra	PRM-Satélite	PA	Paragominas	PRM	SP	Jundiai	PRM
GO	Luziânia	PRM	PA	Redenção	PRM	SP	Osasco	PRM
GO	Aparecida de Goiânia	PRM-Satélite	PA	Tucuruí	PRM	SP	Mauá	PRM-Satélite
GO	Jatai	PRM-Satélite	PB	Monteiro	PRM	SP	Mogi das Cruzes	PRM-Satélite
GO	Uruaçu	PRM-Satélite	PB	Patos	PRM	TO	Araguaína	PRM
MA	Bacabal	PRM	PE	Palmares	PRM	TO	Gurupi	PRM

Figura 5.1 – Novas unidades do MPF instaladas.

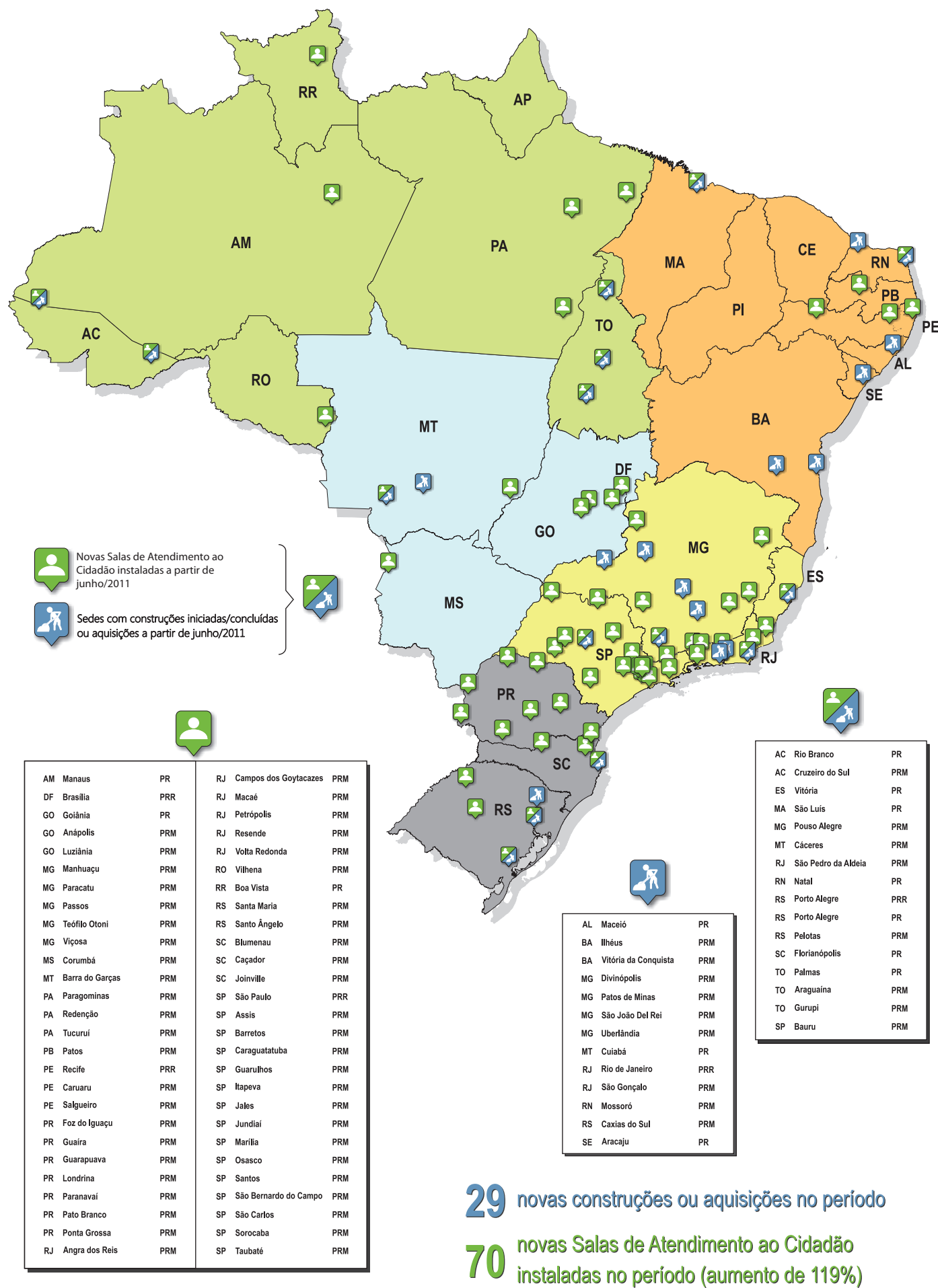
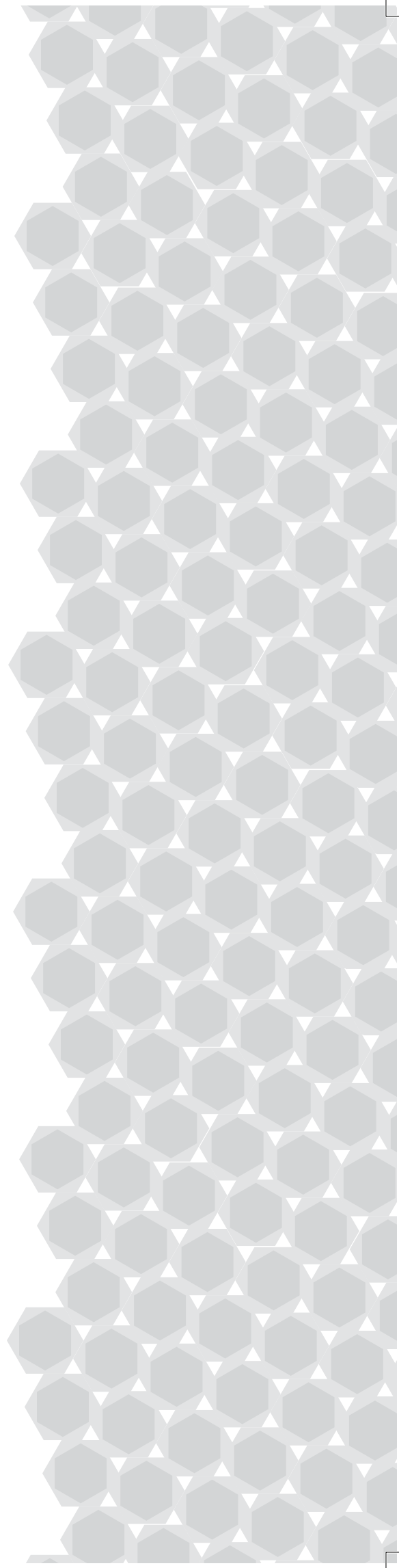


Figura 5.2 – Novas salas de Atendimento ao Cidadão e sedes com construções iniciadas/concluídas.





NOVO ORDENAMENTO ADMINISTRATIVO

Em 2012, o MPF implementou um Novo Ordenamento Administrativo Institucional que consiste em um modelo de gestão de nível tático/operacional, concebido por meio da interação entre planejamento e orçamento aliada às noções administrativas de coordenação e departamentalização na instituição, com foco no aprimoramento de resultados. O modelo visa assegurar a efetiva participação dos gestores e cogestores no planejamento e acompanhamento dos recursos colocados à disposição de suas Unidades Administrativas de Gestão (UAGs), bem como o cumprimento das metas estabelecidas frente ao planejamento estratégico e às políticas diretivas institucionais.

As práticas constantes do Novo Ordenamento Administrativo Institucional têm a função de propiciar a sustentabilidade orçamentária da Instituição, a transparência, a qualidade do gasto e da gestão, o estabelecimento de prioridades na realização dos investimentos, por meio da definição de objetivos claros e de produtos e metas realistas.

Esse processo de gestão abrange todas as UAGs, elemento nuclear do modelo, responsáveis pela implantação e acompanhamento das políticas institucionais – Secretarias Nacionais, Unidades Nacionais, Procuradorias Regionais da República e Procuradorias da República. O modelo exige do gestor iniciativa e responsabili-

dade pela tomada de decisão em busca dos objetivos e metas definidos no planejamento. Com a instituição do Plano Plurianual do MPF, aprovado pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF), materializa-se o planejamento por um período de quatro exercícios, ajustado anualmente.

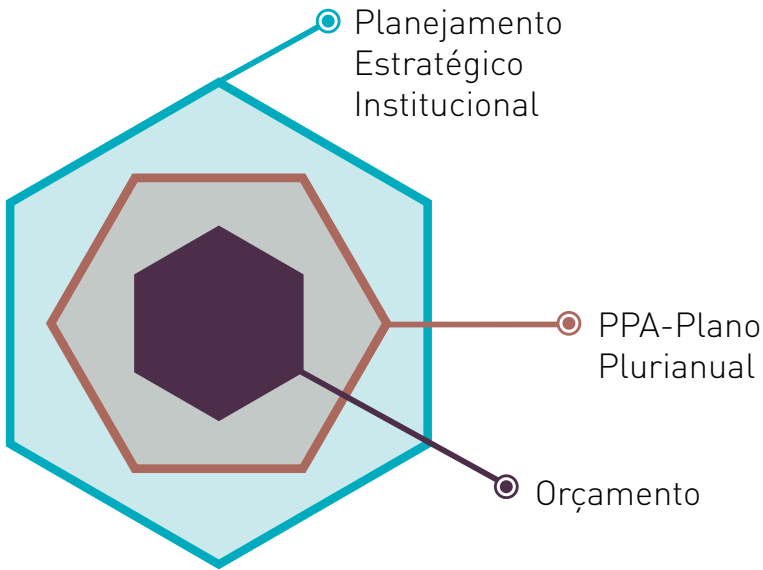


Figura 6.1 – Integração entre planejamento e orçamento.

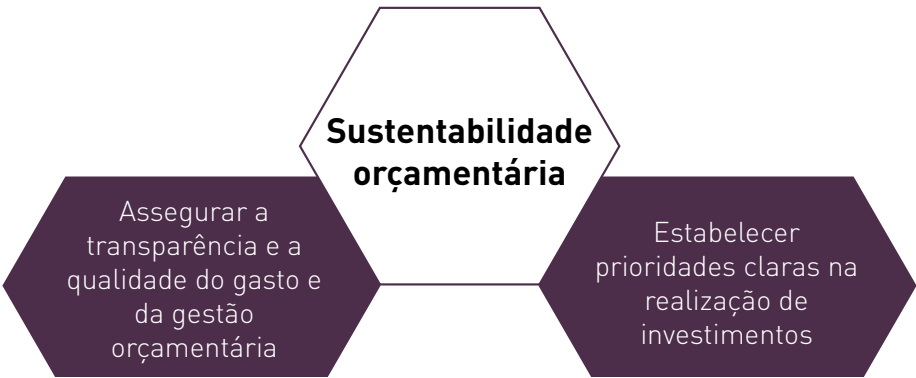
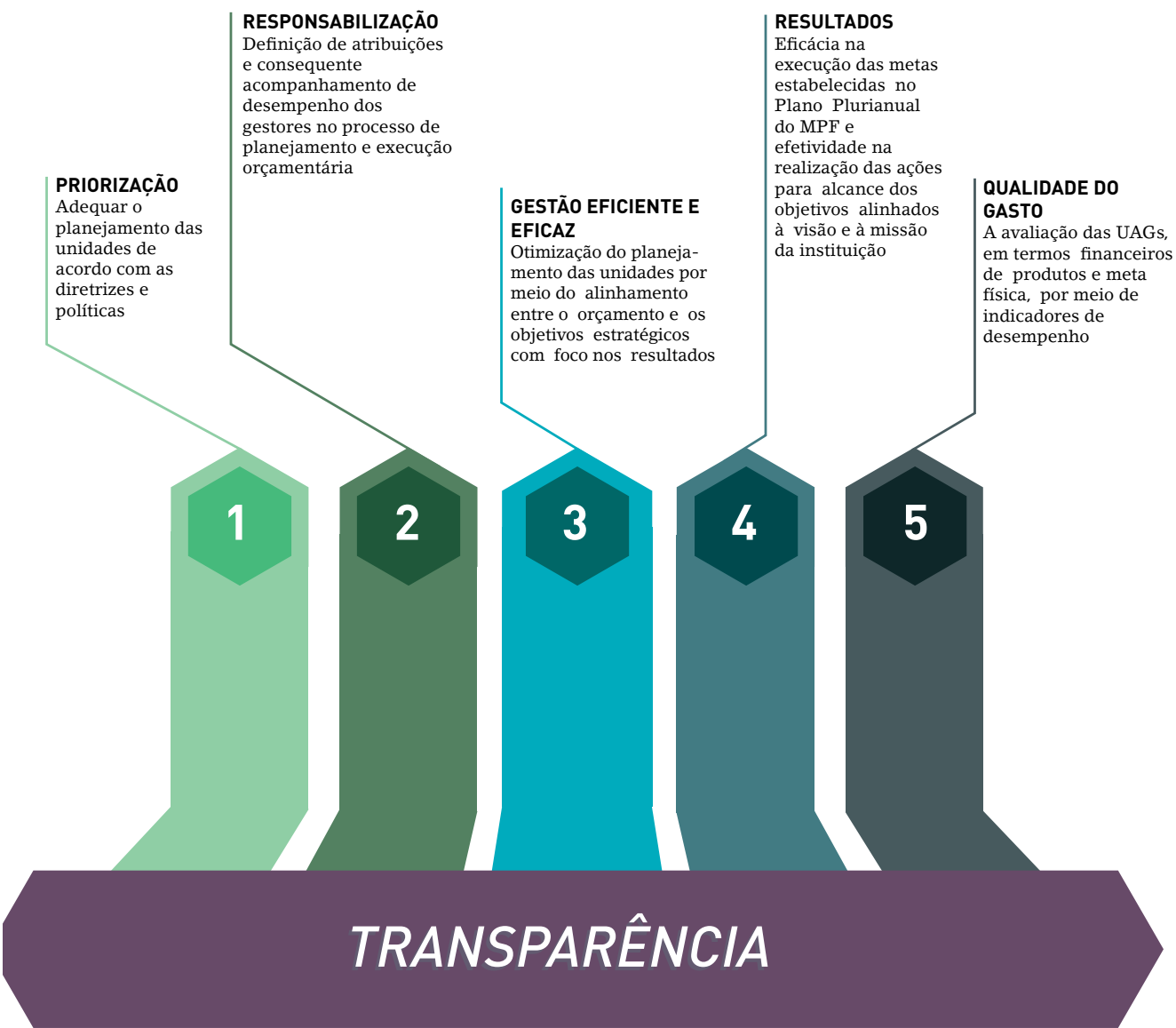


Figura 6.2 – Objetivos Estratégicos constantes no PEI.

A implantação do Novo Ordenamento Administrativo Institucional possibilita ainda a distinção entre os papéis do gestor e cogestor e a figura do executor. Essa separação permite a gestão de recursos especializada por área de atuação, a responsabilização dos agentes envolvidos na implementação das políticas, priorização das ações e definição das metas, com a consequente qualificação dos gastos públicos.

Entre os resultados esperados estão:

RESULTADOS ESPERADOS



Divulgação do planejamento estratégico materializado no Plano Plurianual do MPF, assim como dos resultados alcançados no processo de gestão e execução por meio de procedimentos claros e linguagem acessível.

Figura 6.3 – Elementos e interações do Novo Ordenamento Administrativo Institucional.

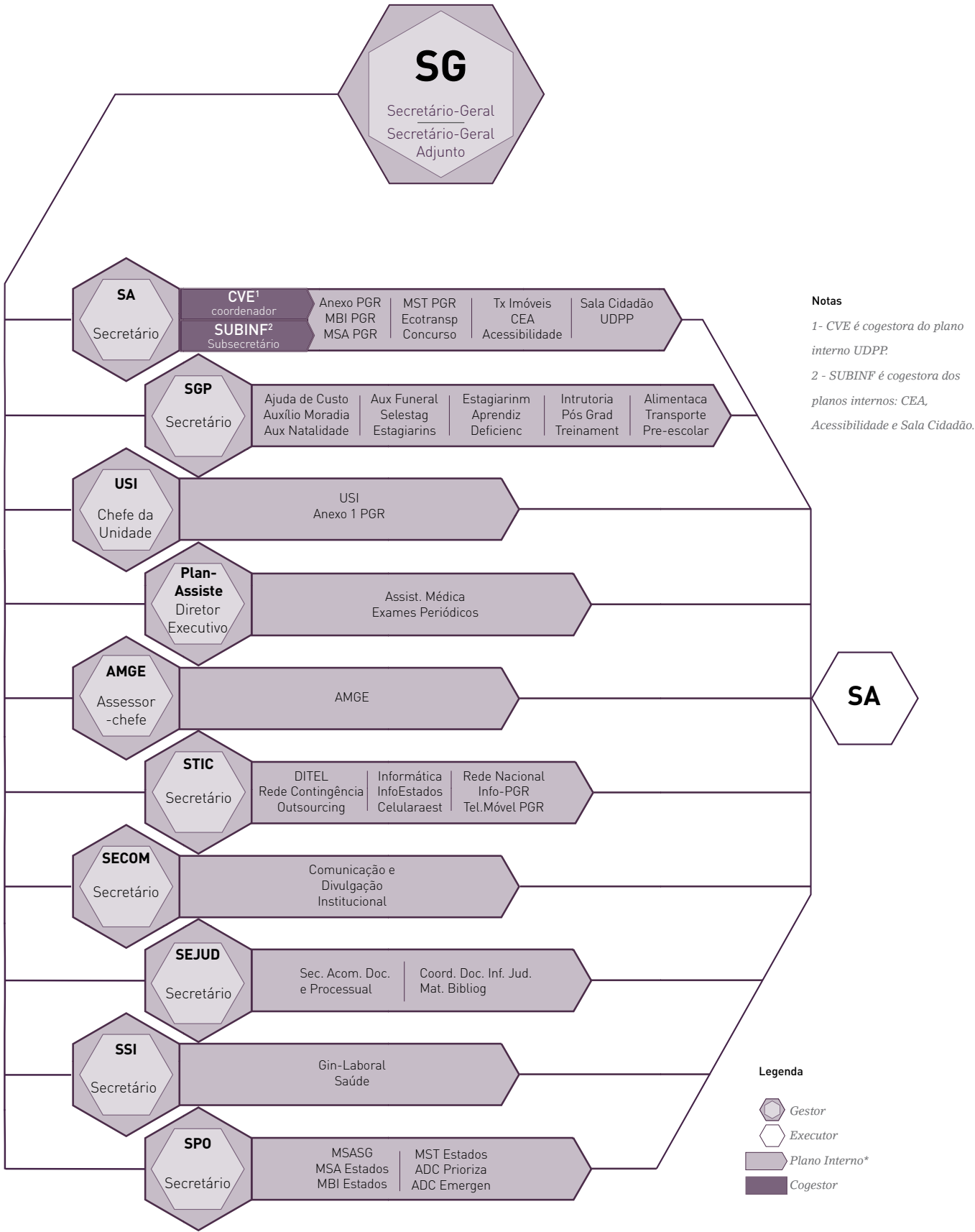
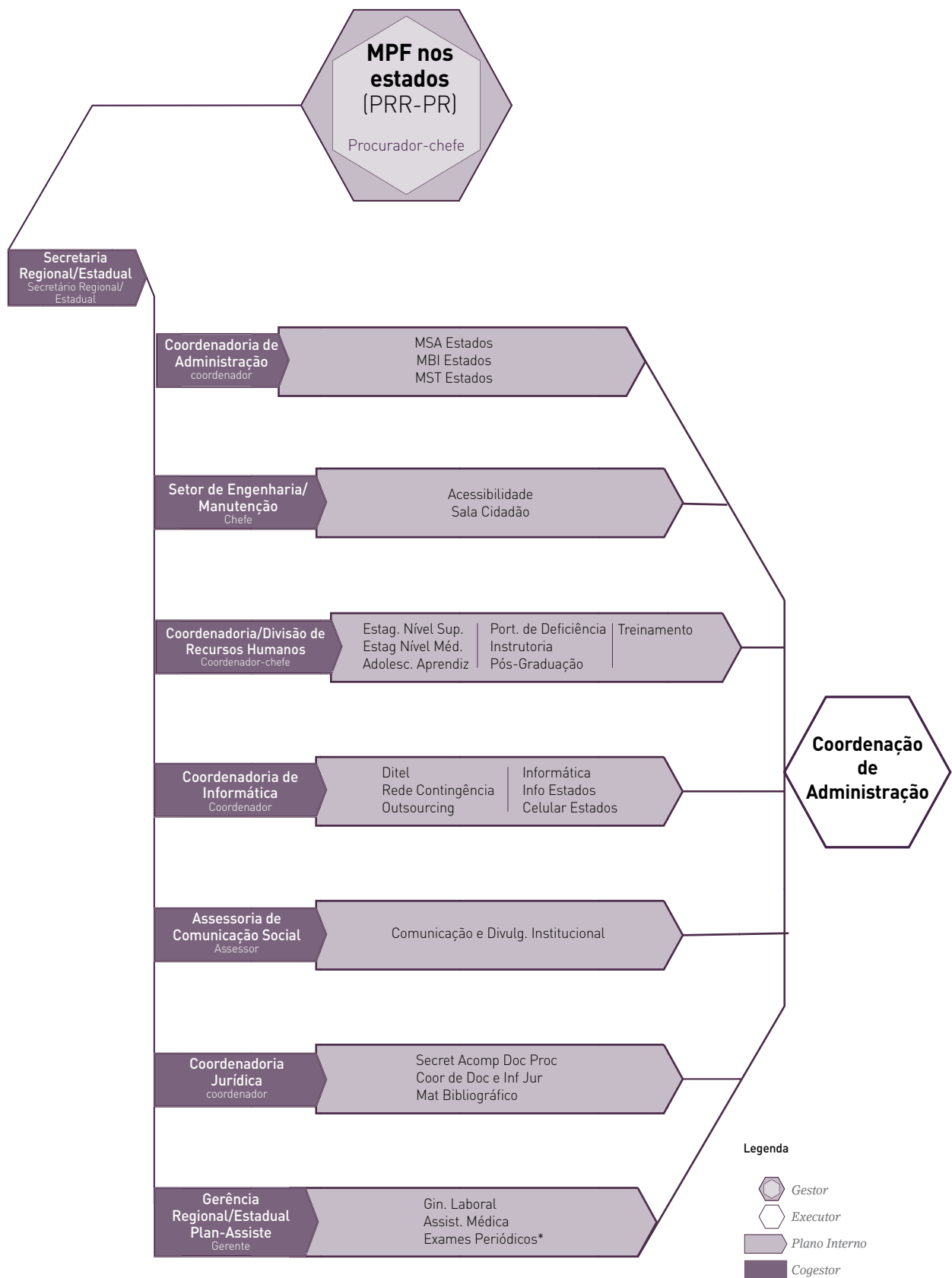
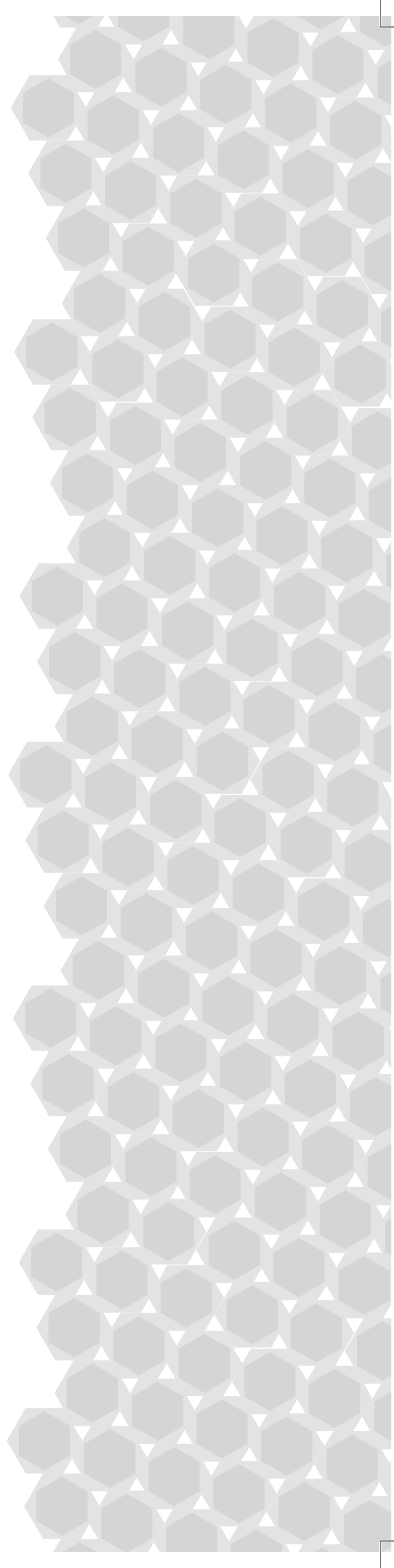


Figura 6.4 – Relacionamento entre estrutura administrativa nacional e planos internos*.
*Plano interno é o centro de custo para gestão de determinada modalidade de despesa. São exemplos: MBI (Manutenção de Bens Imóveis); MSA (Manutenção de Serviços Administrativos); e MST (Manutenção de Serviços de Transportes).



*Exceto quando há serviço médico.

Figura 6.5 – Elementos e interações do novo ordenamento administrativo institucional.





GESTÃO DE PESSOAS

No Planejamento Estratégico Institucional 2011-2020, a gestão de pessoas ganhou destaque em três objetivos estratégicos: trabalhar alinhado à estratégia com foco em resultados; desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos membros e servidores; e assegurar a atratividade das carreiras do MPF.

Nesse sentido, a Secretaria de Gestão de Pessoas passou a ter

um papel importante na definição de diretrizes nacionais e de indicadores que possam contribuir para a tomada de decisão da Administração. Para implementar o modelo de gestão por competências até 2020, o MPF tem o desafio de alinhar todos os processos de Gestão de Pessoas ao novo modelo. As mudanças tiveram início nos seguintes processos: agregar, desenvolver e manter pessoas.

Em 2013, um novo desenho organizacional foi proposto para as unidades do MPF voltado ao fortalecimento da área de Gestão de Pessoas, que deverá responder diretamente à Secretaria Regional ou Estadual, separando-se da Coordenadoria de Administração. As unidades terão ainda uma área específica de capacitação e desenvolvimento funcional.

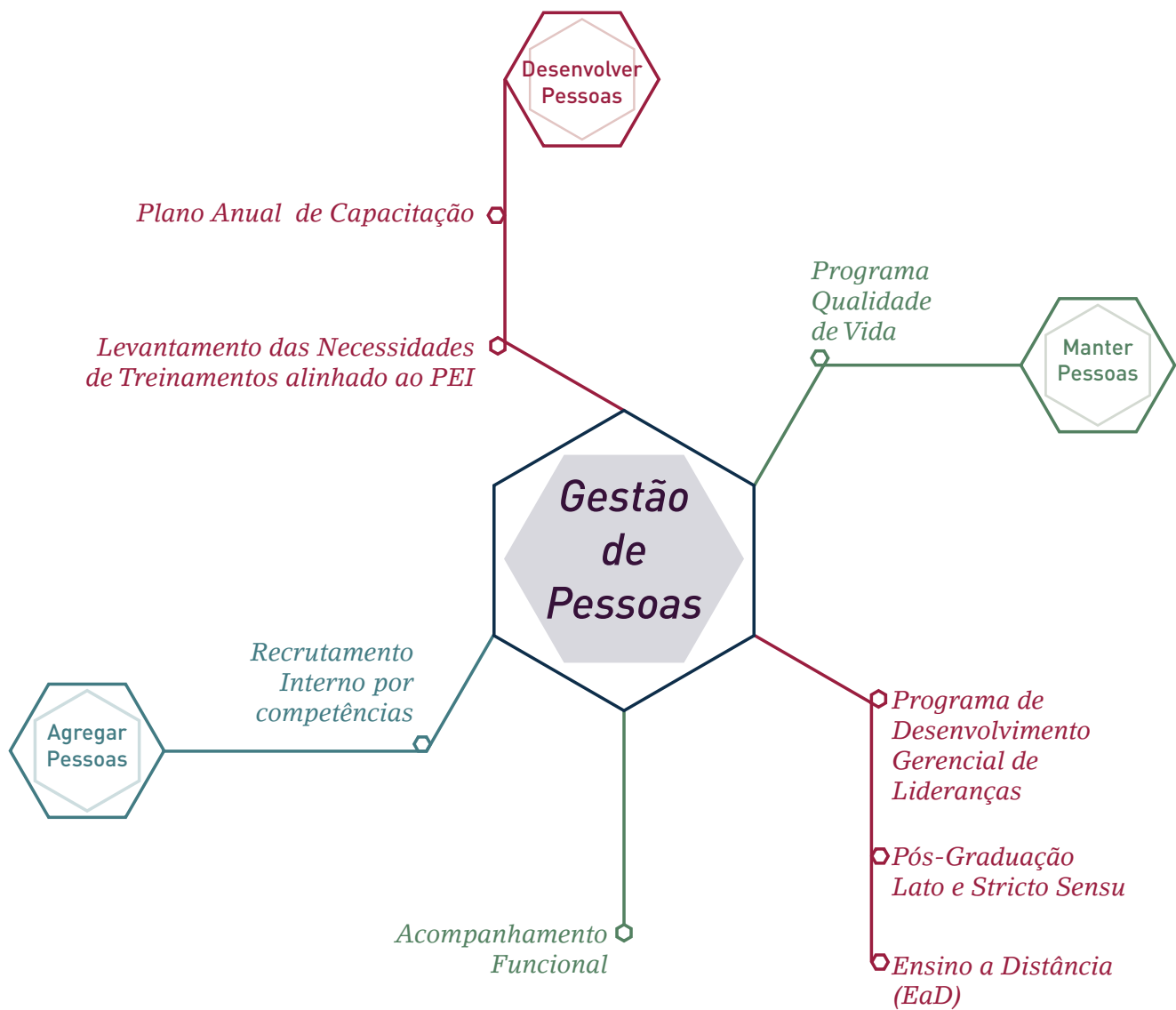


Figura 7.1 – Processos de trabalho da Secretaria de Gestão de Pessoas.

7.1 DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

Após a elaboração do PEI e a construção dos Painéis de Contribuição e Mapas Temáticos, foi realizado o Levantamento das Necessidades de Treinamento (LNT) almejando o alinhamento entre as capacitações e a consecução dos objetivos propostos nessas ferramentas de gestão.

O aprimoramento do LNT proporcionou, em 2013, a elaboração do Plano Anual de Capacitação que tem como objetivo subsidiar o planejamento das ações de treinamento no que tange à execução, cronograma e orçamento, além de auxiliar as unidades na previsão e programação dos cursos a serem realizados nacionalmente pela Se-

cretaria de Gestão de Pessoas. As ações previstas nele apresentam as características identificadas no LNT. Os cursos foram divididos em presenciais, a distância, pós-graduação e parcerias com a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU).

O Plano Anual de Capacitação contemplou programas e subprogramas os quais envolvem aspectos relacionados ao desenvolvimento pessoal, interpessoal e profissional. Foram criados ainda quatro grupos de competências humanas ou individuais que contemplam os aspectos abaixo:

• **fundamentais, essenciais ou apoiadoras:** conjunto de co-

nhecimentos, habilidades e atitudes que descrevem comportamentos desejados de todos os servidores;

• **técnicas ou específicas:** são aquelas que descrevem comportamentos esperados para grupos específicos de servidores, em razão do cargo ou atividade que exercem ou área em que atuam;

• **gerenciais:** especificam comportamentos desejados de todos os servidores que exercem cargos gerenciais; e

• **comportamentais:** são aquelas que exigem atitudes adequadas das pessoas para lidar com situação do dia a dia no ambiente de trabalho.

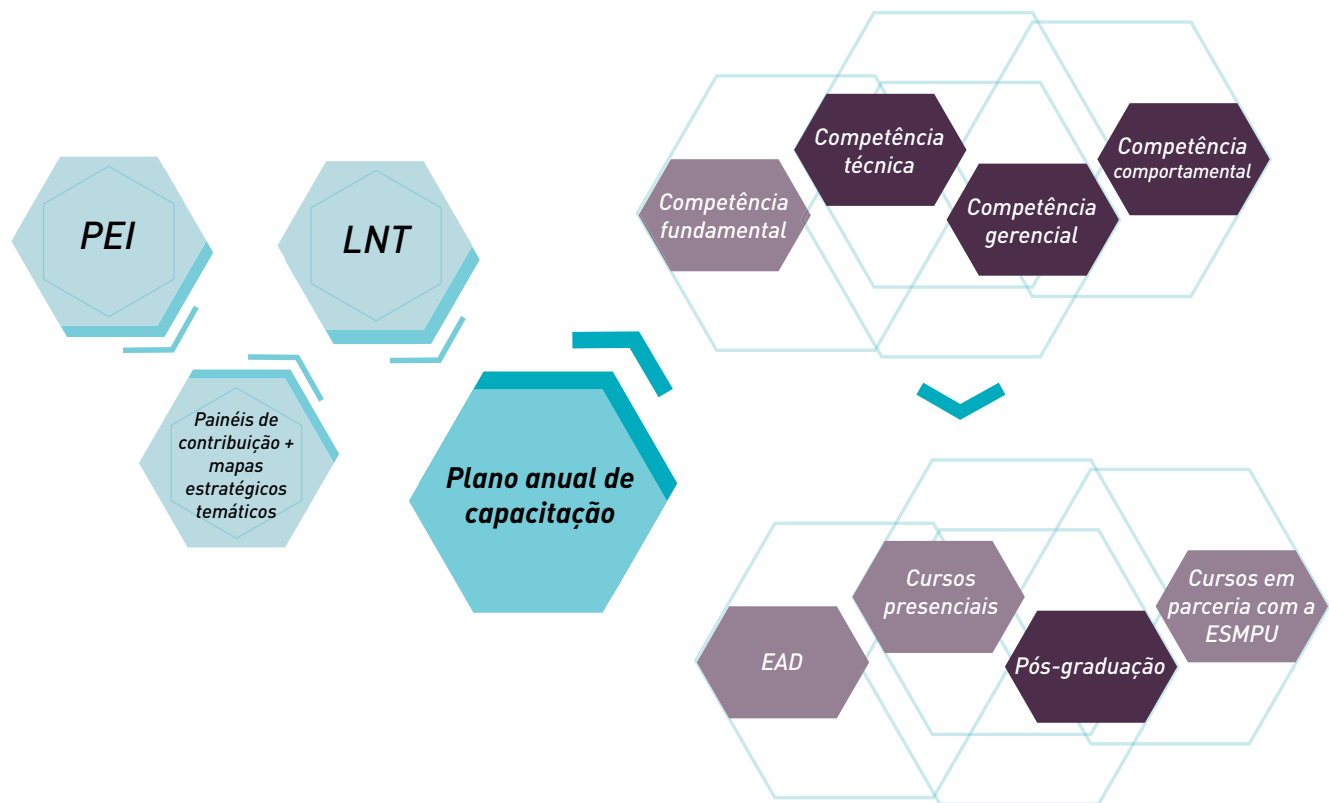


Figura 7.2 – Processo de vinculação entre capacitações e estratégia do MPF.

Lançado em 2013, o ambiente de Ensino a Distância (EaD) pretende ser um espaço dinâmico que promova a aquisição e o compartilhamento de conhecimentos e informações entre as pessoas no MPF. A ferramenta vai disponibilizar links para instituições parceiras e para eventos de treinamento, como palestras que estiverem ocorrendo

com transmissão ao vivo. Também será um repositório de materiais relativos a cursos que foram ministrados no âmbito da instituição. Cursos importantes para o alinhamento institucional e disseminação da estratégia estão sendo preparados para utilizar a plataforma.

Entre março e maio, foram oferecidos três cursos: Reforma

Ortográfica da Língua Portuguesa, Gestão de Projetos e Introdução a Gestão de Pessoas por Competência. Estão previstos para 2013, os cursos Conhecendo e Editando páginas na Wiki; Governança de TI – Teoria e Prática no MPF; Gestão Socioambiental; Noções de Segurança Institucional; Comunicação Interna e Orçamento Público.

7.2 DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS

Um dos maiores desafios do MPF será integrar sua estratégia ao modelo operacional e cotidiano. Essa questão demanda um reposicionamento da área de gestão de pessoas para garantir a liga entre a estratégia e a sua execução da estratégia. O grau do alcance de resultados definidos no planejamento vai depender do envolvimento, aprendizado e comprometimento dos membros e servidores, especialmente das suas lideranças.

Para isso, o MPF iniciou dois programas de desenvolvimento gerencial, um voltado aos procuradores-chefes e o outro aos servidores em cargo gerencial.

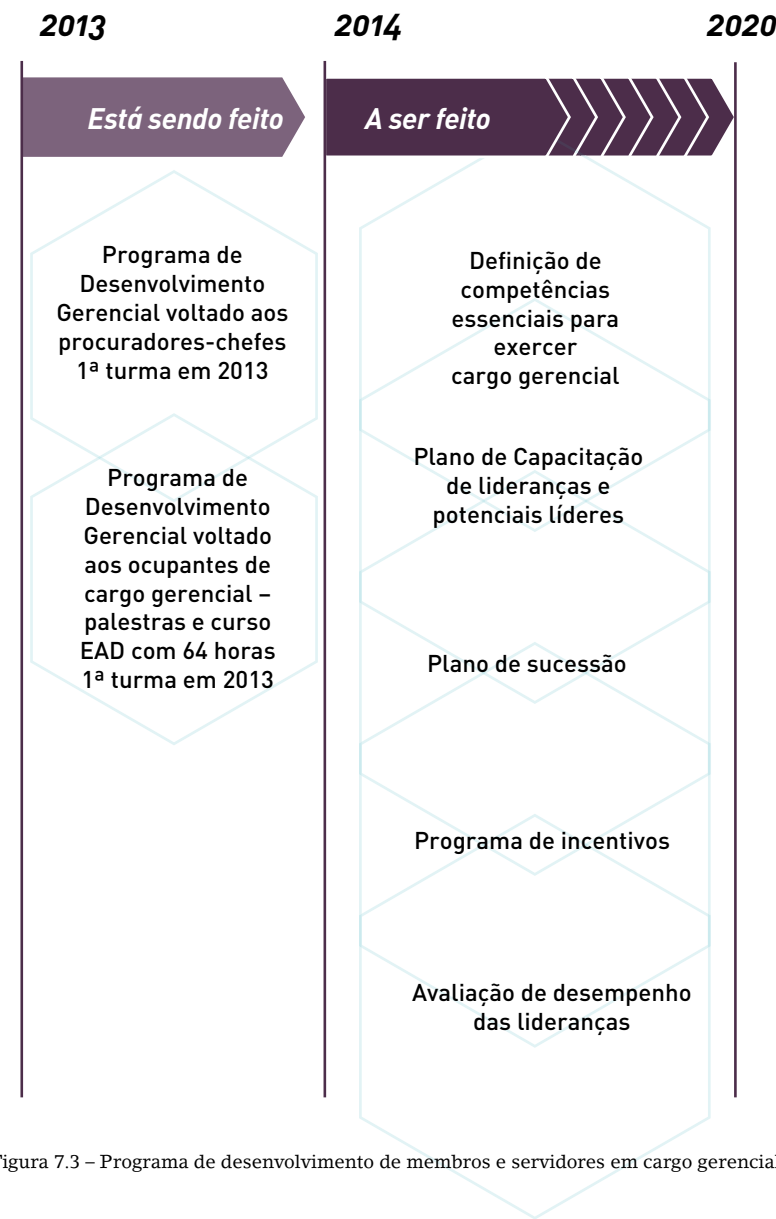


Figura 7.3 – Programa de desenvolvimento de membros e servidores em cargo gerencial.

Em pesquisa recente de performance das organizações brasileiras, a consultoria PriceWaterhouseCoopers (PwC) indica que o Modelo de Liderança é o principal agente de alinhamento entre a estratégia e a operação.

Nesse sentido, o MPF tem investido para que em 2014 todas as lideranças sejam capazes de gerar compreensão dos colaboradores sobre o que precisam fazer para garantir que a instituição atinja seu potencial máximo. O desen-

volvimento das lideranças deve prover aprendizado e ferramentas que favoreçam a condução de aproximadamente 1 mil membros e 9 mil servidores, transformando-os em equipes que geram resultados esperados.

7.2.1 Programa de Desenvolvimento Gerencial de Procuradores-Chefes

Desenvolvido em parceria com a ESMPU, Secretaria de Gestão de Pessoas e Amge, o programa tem como objetivo gerar aprendizado aos procuradores-chefes em planejamento/orçamento, gestão estratégica/gestão de pessoas e gestão pública, além de provê-los

com ferramentas e boas práticas de gestão. O curso foi estruturado em três etapas para otimizar ao máximo o tempo e o conteúdo das disciplinas. A primeira etapa foi realizada, em Brasília, com minicursos presenciais de

12h para introdução dos temas. A segunda etapa inclui 54h de treinamento online de cursos a distância, divididos em três eixos temáticos, e a terceira etapa, 16h de coaching executivo por meio de encontros realizados por videoconferência.

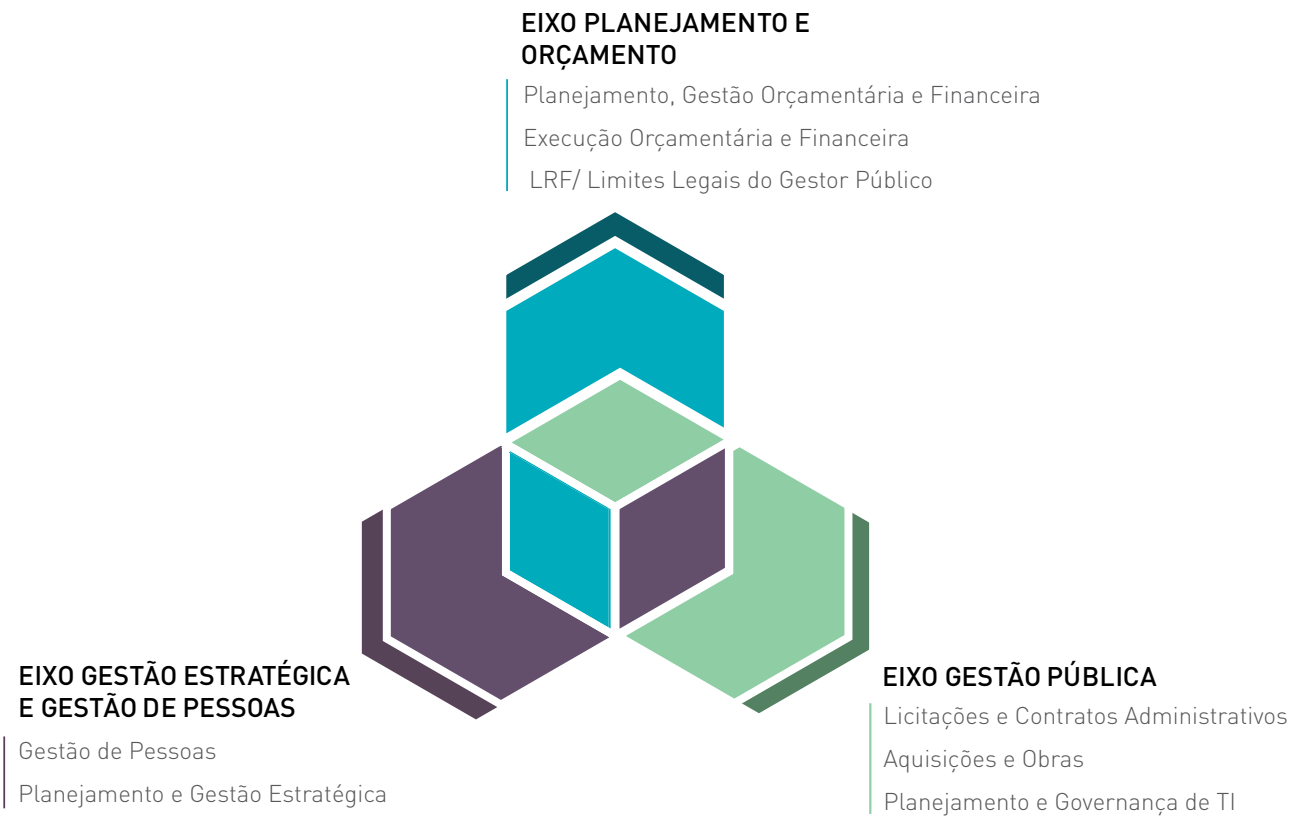


Figura 7.4 – Eixos de aprendizado do Programa de Desenvolvimento Gerencial dos Procuradores-Chefes.

7.2.2 Programa de Desenvolvimento Gerencial para ocupantes de cargo gerencial

Esse programa foi concebido para disseminar novos conceitos e técnicas de gestão, além de desenvolver habilidades gerenciais que possibilitem o aumento da eficiência e da eficácia na condução dos processos de trabalho. Para isso, conta em sua programação com palestra e curso à dis-

tância, o que permite enfrentar o desafio da dispersão geográfica, uma vez que reúne 330 gestores do MPF em todos os estados.

O programa com carga de 64 horas/aula é composto por conteúdos de gestão e estratégia de renomadas escolas de negócios, como Harvard e Stanford, dis-

ponibilizados por meio de uma metodologia de aprendizagem completa e integrada para que os gestores se capacitem em temas relacionados à tomada de decisão, gestão de conflitos, negociação, gestão de mudanças, delegação, gestão de tempo, gestão de equipes, liderança e motivação.



Figura 7.5 – Tela do curso de Desenvolvimento Gerencial para servidores e cargo gerencial.

7.3 INVESTIMENTO EM RECURSOS HUMANOS DO MPF

Investir em capacitação é aprimorar os conhecimentos e habilidades dos colaboradores de uma Instituição. Essa ação visa ainda valorizar a força de trabalho e otimizar a gestão dos processos, auxiliando na promoção dos objetivos institucionais e profissionais. Nos gráficos abaixo, é possível verificar a consolidação de investimentos de aproximada-

mente R\$ 2 milhões e de mais de 1.900 servidores capacitados por ano com a utilização do recurso de instrutoria interna como forma de aprendizagem e crescimento, apresentando variações entre o que foi ofertado pelos estados ou pela PGR nos anos de 2011 e 2012. O oferecimento de cursos de pós-graduação foi suspenso em 2012, tendo em vista estudos vol-

tados à implementação da gestão por competências no MPF e o melhor alinhamento desses cursos ao PEI e planejamentos temáticos das CCRs e PFDC. Nas outras modalidades de treinamento, foram investidos outros R\$ 2 milhões na área de capacitação de servidores por ano, com uma redução de 1.697 servidores capacitados em 2012 comparado a 2011.

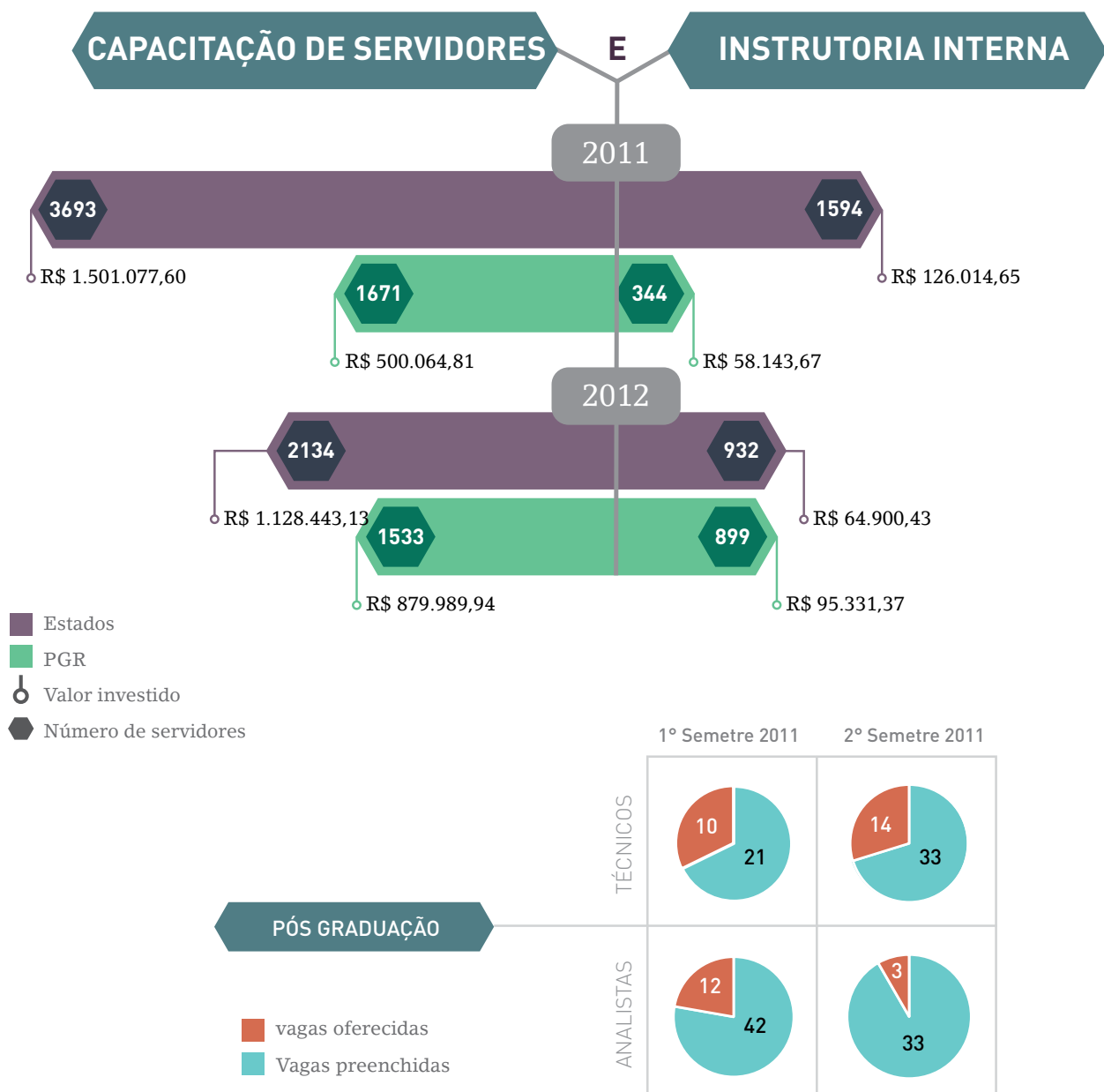


Gráfico 7.1 – Investimentos em capacitação de servidores, instrutoria interna e pós-graduação.

7.4 CLIMA ORGANIZACIONAL

O clima organizacional de uma organização está relacionado à qualidade do ambiente institucional, decorrente da interação de fatores ligados ao funcionamento da organização, tais como crenças, valores, condições de trabalho, relacionamento interpessoal, entre outros. Representa o resultado das percepções das pessoas que compõem a organização e influenciam tanto o comportamento individual quanto o coletivo.

O PEI tem entre seus objetivos assegurar a atratividade das carreiras do MPF, para isso conta com os indicadores 6 e 7 que visam mensurar o nível de satisfação dos membros e servidores da instituição. Ferramenta de mensuração, a



Figura 7.6 – Layout de divulgação da Pesquisa de Clima Organizacional.

Pesquisa de Clima Organizacional no MPF foi realizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas, no período de 18 de fevereiro a 1º de março de 2013. Teve com o intuito analisar o ambiente de trabalho e identificar os aspectos que influenciam o clima organizacional, positiva ou negativamente, e assim possibilitar a proposição de ações que minimizem ou eliminem os problemas identificados.

Do total de 8.815 servidores, 2.775 responderam à pesquisa, o que representa 31% dos servidores, percentual considerado estatisticamente significativo.

O índice geral de favorabilidade (IF) dos servidores com o clima no MPF foi de 51%, percentual considerado como insatisfatório, bem abaixo da meta estipulada de 80% até 2020.

	90 a 100%	Plenamente Satisfatório
	75 a 89%	Altamente Satisfatório
	55 a 74%	Medianamente Satisfatório
	35 a 54%	Insatisfatório
	0 a 34%%	Crítico

Tabela 7.1 – Índice de Favorabilidade (IF) utilizados na pesquisa.

Em maio de 2013, foi instituído por meio da Portaria SG/MPF nº 667, o Comitê Técnico de Gestão do Clima Organizacional no âmbito do Ministério Público Federal, para elaboração de um Plano de Ação que vise melhorar os índices de favorabilidade detectados nas pesquisas de clima organizacional.

O plano de ação deverá ser validado pelos gestores e aprovado pelo Secretário-Geral.

Outra novidade será a criação de uma área de assistência à saúde e bem estar, responsável por cuidar das ações de melhoria do clima organizacional. Nas unidades do MPF no Rio de Janeiro e São Paulo

(1º grupo), Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal (2º grupo) serão criadas áreas específicas para isso, nos outros grupos a atribuição ficará a cargo da área de Gestão de Pessoas. As mudanças serão realizadas conforme disponibilidade orçamentária.



COMUNICAÇÃO SOCIAL

O Planejamento Estratégico do MPF 2011-2020 traz como objetivo macro para a Comunicação Social “institucionalizar uma política que aperfeiçoe a comunicação interna, a comunicação com a sociedade e a comunicação com a imprensa.”

As ações e projetos desenvolvidos pela Comunicação Social pautaram-se principalmente por esse objetivo e pela missão institucional - “Até 2020, ser reconhecido, nacional e internacionalmente, pela excelência na

promoção da justiça, da cidadania e no combate ao crime e à corrupção”. Mas também focaram em outros objetivos como intensificar a aproximação com o cidadão e fomentar relacionamento com públicos de interesse.

8.1 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E PADRONIZAÇÃO

O principal projeto estratégico da área é a institucionalização da Política de Comunicação do MPF, trabalho conduzido pelo Sicom, com o suporte de uma equipe formada por seis analistas de comunicação social.

A elaboração da Política de Comunicação teve início em julho de

2012. Entre as atividades, foram realizadas pesquisa de boas práticas, pesquisa quantitativa (participação de 119 membros e 496 servidores), pesquisa qualitativa (79 entrevistas em 31 unidades) e consulta pública com cerca de 80 contribuições.

A minuta da Política de Comunicação foi aprovada pelo Sicom e

será avaliada pelo Procurador-Geral da República. Também foram aprovados pelo Sicom, os manuais que integram a política - Identidade Visual, Redação e Estilo, Mídias Sociais e Relacionamento com a Imprensa.

8.1.1 Uniformizar padrões de comunicação de sites institucionais

Entre os projetos prioritários também está a criação do Portal do MPF, que teve início em outubro de 2012 sob a gerência da Secretaria de Comunicação Social (Secom) em parceria com servidores das áreas de Comu-

nicação e Tecnologia da Informação de diversas unidades do MPF. Já foram realizadas reuniões com outros órgãos da administração pública para obtenção de subsídios; lançada a primeira versão do Portal do MPF, que

centraliza o acesso aos conteúdos de todos os sites; implementada barras superiores em todos os sites do MPF.

O projeto está na fase de diagnóstico e definição dos requisitos necessários para o futuro portal.

8.1.2 Padronizar a intranet

A nova intranet, que entra no segundo semestre de 2013, foi desenvolvida em Plone 4 pela Comunicação Social. Além de um visual mais limpo e fácil de navegar, aprimora a busca e a interatividade. Traz, ainda, as seguintes novidades:

- exibição de notícias do site de notícias do MPF;

- destaques do PGR Informa;
- notícias com fotos;
- área de eventos;
- área da PGR para divulgação de serviços e informações de interesse da PGR;
- busca integrada com as informações publicadas na intranet e as notícias do PGR Informa;

- nova área de banners com a possibilidade de avançar, parar e retroceder;
- lista de notícias mais lidas;
- possibilidade de comentar matérias do PGR Informa;
- calendário que permite busca de matérias do PGR Informa por data.

8.2 PERCEPÇÃO DE IMAGEM DO MPF

Sob a responsabilidade da Comunicação Social, foi desenvolvida a primeira pesquisa e diagnóstico da imagem do Ministério Público Federal. A Fundação Euclides da Cunha de apoio Institucional à Universidade Federal Fluminense, contratada por meio de licitação, ouviu 5.063 pessoas acima de 16 anos entre fevereiro e julho de 2013. O resultado foi apresentado em 8 de agosto de 2013.

Apesar de 93,6% das pessoas revelarem que não têm clareza sobre a atuação da instituição - 16,7% afirmarem que não conhecem o MPF e outras 76,9% responderem que conhecem só

de ouvir falar/conhecem mais ou menos -, a pesquisa revelou que o índice de aprovação do MPF é de 67%. Segundo a pesquisa, 88,2% dos entrevistados estão satisfeitos com a atuação do MPF. Desse total, 66,4% concorda que a atuação deve ser ampliada e 21,8%, que deve ser mantida. As cinco esferas de atuação que os entrevistados consideraram ser prioridade para o MPF foram: combate à corrupção; defesa da infância, juventude idosos e pessoas com deficiência; combate ao crime em geral; defesa das leis brasileiras e combate ao trabalho infantil.

Para 79,5% dos entrevista-

dos é fundamental e de extrema importância que a divulgação do trabalho do MPF aconteça e alcance a maior parte da população possível. Consideram relevante que as investigações em curso sejam de domínio público, principalmente as que estão sendo finalizadas.

Outro ponto importante como meio de divulgação é a atuação junto às esferas educacionais.

As informações vão auxiliar a consecução da visão institucional, o levantamento de pautas para divulgar a percepção positiva e a proposição de projetos de comunicação para mitigar eventual percepção negativa.

8.3 AMPLIAÇÃO DA PRESENÇA JUNTO AOS PÚBLICOS EXTERNOS

8.3.1 Incrementar a presença positiva da Instituição nos veículos de imprensa

Nos últimos dois anos, a Comunicação Social buscou melhorar o trabalho de divulgação institucional, aperfeiçoando e integrando nacionalmente a área de assessoria de imprensa. O resultado foi o incremento nas matérias publicadas no site de Notícias do MPF. A repercussão da atuação do MPF na mídia começou a ser analisada em 2013 e a medição dos resultados ultrapassou a meta de 90% de notícias favoráveis, variando entre

92% e 96%.

Em 2012, o destaque foi para a cobertura em tempo real do julgamento da Ação Penal 470 (mensalão), que durou mais de quatro meses. Todos os dias, pelo menos uma matéria era publicada numa área especial do site de Notícias e no site da Turminha do MPF.

O julgamento também foi divulgado via Twitter e em matérias especiais nos programas de TV e rádio do MPF. Da mesma forma,

em 2013, ganhou destaque a cobertura e divulgação de assuntos relacionados à PEC 37.

Também em 2013, a área de jornalismo teve um incremento com a criação de oito assessorias de atendimento, que dão suporte direto às atividades temáticas desenvolvidas pelas Câmaras de Coordenação e Revisão, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Procuradoria Geral Eleitoral e Assessorias.

8.3.2 Implementar campanha institucional de abrangência nacional

O projeto estratégico Produção de Campanhas Publicitárias tem por objetivo desenvolver campanha(s) de comunicação que tenha(m) repercussão nacional e apoie(m) o objetivo estratégico da instituição de aproximar o MPF do cidadão. Como primeira medida, em maio de 2013, foi

contratada agência de publicidade, mediante licitação.

O mote aprovado pelo Sicom e CGE para a linha criativa foi Copa do Mundo. A proposta é vincular a missão institucional do MPF (a defesa do que é de todos) e o slogan “Seu direito, nosso dever” com o sentimento

de brasilidade. E pelo cronograma, essa teria uma fase em 2013 e outra em 2014. Em junho de 2013 foi realizada campanha sobre a importância do poder de investigação do MP para a sociedade. E os temas para as próximas campanhas serão debatidos pelo Sicom.

8.3.3 Aprimorar a utilização das mídias sociais na PGR

A partir de março de 2011, a PGR passou a ter um perfil oficial no Twitter, gerenciado pela Secom. Em julho de 2013, o perfil contava com 26.936 seguidores. E, para otimizar o trabalho de comunicação, foi celebrado contrato de

monitoramento. Os resultados tem permitido à Comunicação traçar estratégias, avaliar o *feedback* e se antecipar a possíveis crises.

Sobre a atuação no Facebook, um grupo de assessores de co-

municação apresentou projeto já aprovado pelo Sicom para que haja uma única página do MPF com conteúdos elaborados por todas as Assessorias em parceria com a Secom, a quem caberá publicar os posts.

8.3.4 Consolidar e ampliar o alcance da Turminha do MPF

Com o trabalho conjunto da Secom, assessorias de comunicação e outras áreas, a Turminha do MPF avançou no desenvolvimento de atividades que visam divulgar a instituição para a sociedade. Em 2012, os materiais da Turminha chegaram a 23 estados e foram utilizados em cerca de 270 insti-

tuições educativas, sendo que 70 delas desenvolveram o Turminha nas Eleições 2012. A partir de 2013, o foco passou a ser a implementação do Turminha nas Escolas, projeto em fase de oficialização, que tem como indicador o envolvimento das unidades do MPF.

Veiculados em emissoras de TV,

festivais e nas redes de cinema, os vídeos de animação da Turminha foram vistos por mais de um milhão de pessoas. O site da Turminha também teve um grande acréscimo no número de visitas, passando de 198.917 em 2011 para 625.924 em 2012. E só no primeiro semestre de 2013 foram 543 mil acessos.

8.4 AÇÕES DE COMUNICAÇÃO INTERNA

Entre as iniciativas realizadas para aperfeiçoar a comunicação com o público interno, foi criado em 2011 o informativo Gestão Estratégica. A publicação mensal divulga o planejamento estratégico e estimula a integração

entre membros e servidores em torno do trabalho desenvolvido.

Em 2012, para comemorar os 10 anos do complexo da PGR, a Comunicação Social organizou uma série de atividades, entre elas, a exposição fotográfica “A

PGR sob seu olhar”. Já em 2013, a novidade foi a criação da Assessoria de Comunicação Interna, responsável pela cobertura de eventos e acontecimentos voltados para o público interno do MPF.



TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Cada vez mais os ativos de tecnologia da informação vêm sendo considerados estratégicos para as instituições. De acordo com o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG) do Governo Federal, a maioria das ações previstas no Planejamento Estratégico de um órgão estão associadas a ativos de tecnologia¹. A partir da elaboração do PEI, pode-se visar o alinhamento do planejamento da área de tec-

nologia da informação com a estratégia nacional do MPF.

Nesse sentido, foi proposta, como parte do Projeto de Desdobramento do Planejamento Estratégico, a confecção do PETI e do PDTI.

Além de priorizar as iniciativas de TI e alinhá-las aos objetivos estratégicos e às necessidades da instituição, esses instrumentos de planejamento e gestão foram elaborados para permitir a definição de:

- políticas, normas e procedimentos de TI comuns às unidades do MPF, proporcionando maior padronização e garantindo o alinhamento das ações de TI aos objetivos estratégicos do MPF;
- posicionamento institucional e transparente, em relação aos clientes internos e externos;
- modelo que determine regras simples e objetivos para a atuação dos servidores de TI no âmbito do Ministério Público Federal.

1 - Manual de contratações de soluções de tecnologia da informação, 2010, pp.10.

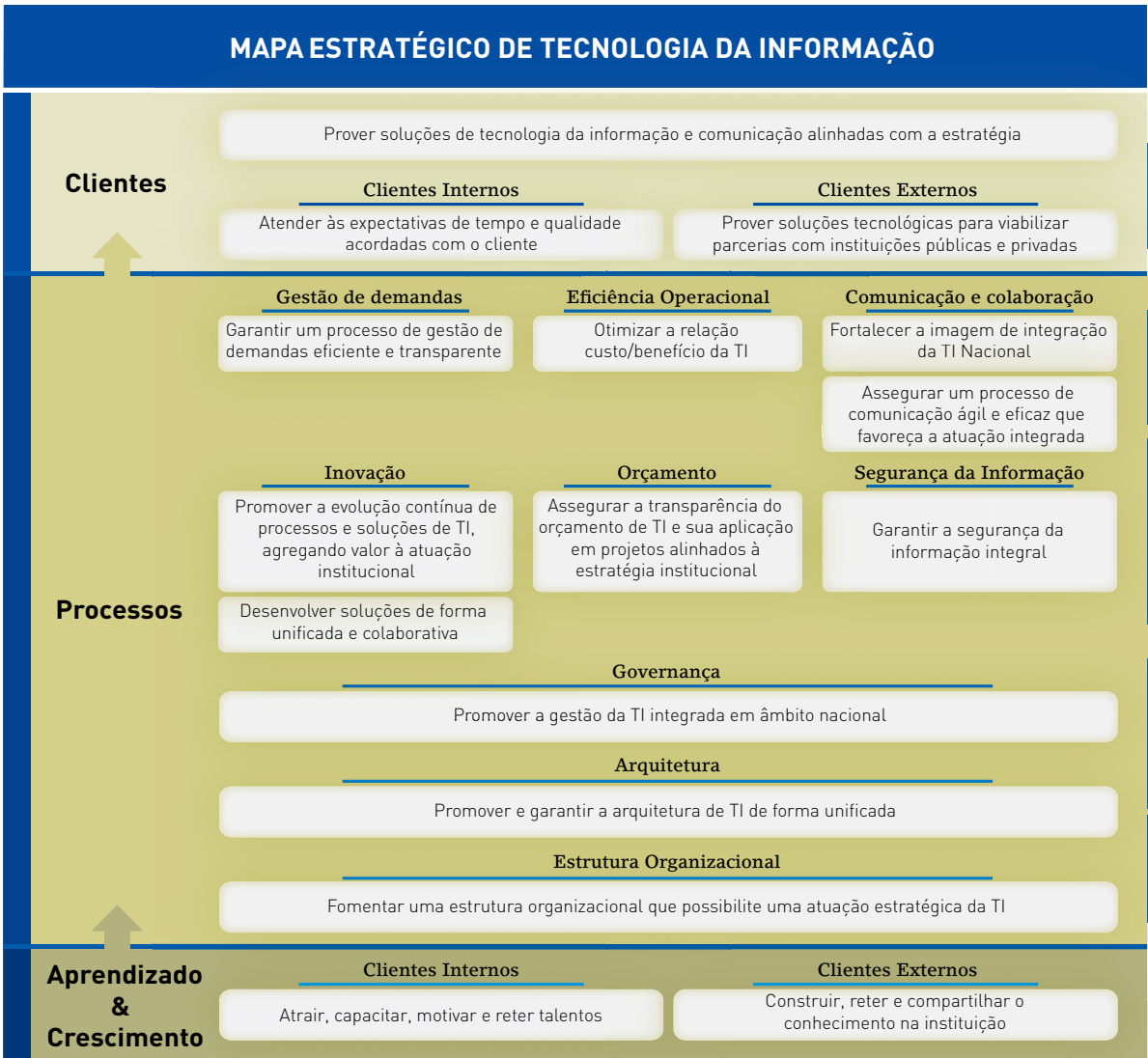


Figura 9.1 – Mapa estratégico de Tecnologia da Informação.

Com base nos resultados do diagnóstico da área de TI, foi possível propor um novo modelo de atuação, que vem sendo implementado desde o início de 2013, com foco no cliente, valorizando as áreas de relacionamento local, mas com ênfase em uma atuação nacional uniforme, com a centralização de algumas funções, para ganho de sinergia e redução de custos de operação.

O novo modelo proporcionará a toda a instituição políticas nacionais para desempenho uniforme dos profissionais da TI, gestão segura e democrática de projetos que agreguem valor no âmbito nacional, central de serviços unificada que propicie

a gestão do atendimento, processo contínuo de saneamento de problemas e um Centro de Serviços Compartilhado (CSC) que consolide a infraestrutura tecnológica do MPF no menor número possível de localidades, propiciando redução de custos e continuidade da operação nos casos de contingências.

Serão organizados ainda, no médio prazo, Centros de Excelência - estrutura com especialização em diferentes segmentos da TI, propiciando a sinergia dos profissionais da área e agilidade no desenvolvimento de soluções inovadoras relacionadas às competências de cada área.

Nesse modelo, as unidades do

MPF nos estados terão sua autonomia de atuação preservada por meio de coordenadores de TI, que deverão trabalhar em consonância com as políticas estabelecidas pela gestão nacional.

Localizado junto à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), o Escritório de Governança tem buscado definir processos, métodos, métricas, indicadores e padrões, orientando e validando sua adoção. Essa é a área responsável por garantir o alinhamento da TI com os objetivos estratégicos da Instituição e assegurar a transparência do orçamento de TI, promovendo a evolução contínua de processos e soluções de TI.



Figura 9.2 – Figura funcional da gestão de TI.

9.1.1 Indicadores do PETI

Em consonância com as orientações do Conselho Nacional do Nacional construiu indicadores ligados à mensuração da estratégia de TI. do Ministério Público, o MPF Contas da União² (TCU) e do

2 Acórdão nº 1603/2008.

INDICADORES DO PETI		
Perspectiva	Indicador	Periodicidade
Clientes	Percentual de demandas atendidas por meio de parcerias com outros órgãos	Bianual
	Percentual de Acordos de Nível de Serviço (ANS) definidos	Semestral
	Percentual de atendimentos dentro do ANS definidos	Mensal
	Percentual de projetos finalizados dentro do prazo previsto e com os requisitos atendidos	Semestral
Processos Internos	Percentual de implantação da nova estrutura	Anual
	Percentual de profissionais de TI atuando em suas atribuições definitivas na nova estrutura	Anual
	Índice de adesão aos padrões de arquitetura definidos	Anual
	Índice de adoção dos processos de governança nas unidades gestoras	Anual
	Percentual de implementação de normas e procedimentos de segurança da informação (PSI) previstos	Anual
	Percentual do custo de sustentação das soluções de TI	Anual
	Percentual de projetos nacionais em relação ao total de projetos	Anual
	Percentual de satisfação dos clientes de TI com os serviços prestados pela TI	Semestral
	Percentual de implementação do processo de comunicação integrada	Semestral
	Índice de adoção de soluções nacionais de TI do MPF	Semestral
	Percentual de respostas positivas da pesquisa de percepção da TI Nacional	Anual
	Percentual de orçamento para iniciativas definidas em políticas ou projetos estratégicos	Anual
	Percentual de cumprimento do orçamento previsto sobre o realizado	Anual
	Percentual de demandas atendidas de acordo com os critérios definidos no processo de gestão de demandas	Anual
	Implementação do Planejamento Estratégico de TI	Trimestral
Aprendizado e Crescimento	Índice de publicação de documentação das soluções nacionais de TI	Anual
	Percentual de horas de treinamento com instrutoria interna realizada	Anual
	Índice de rotatividade de funcionários de TI	Anual
	Média de horas oferecidas de treinamento por servidor de TI	Anual

Tabela 9.1 – Indicadores do PETI.

O indicador de Implementação do PETI (ID 8 do PEI) registrou 53,85%, na medição de junho de 2013, quando a meta era de 42,5%, ou seja, alcançou 119,66% da meta prevista.

Apesar de o resultado mostrar que a meta superou o previsto para junho, pode-se observar que ainda há um longo percurso para que o PETI seja implementado.

Abaixo constam os resul-

tados, na medição de março de 2013, de cada um dos indicadores que compõe a implementação do PETI.



Figura 9.3 – Resultados de subindicadores da implementação do PETI.

9.1.1.1 Plano Diretor de TI

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é o instrumento de tradução da estratégia de TI em ações de curto e médio prazo. O PDTI foi finalizado em dezembro de 2012, contemplando o biênio 2013/2014. A cada ano haverá uma revisão, adicionando mais um ano ao plano.

O PDTI trouxe como principal valor para o MPF o fato de que, pela primeira vez, estão concentradas em um único documento todas as iniciativas e ações de TI da instituição.

As iniciativas estão organizadas no documento do PDTI de acordo com a sua origem:

Planejamento Estratégico Institucional, mapas estratégicos temáticos, painéis de contribuição, PETI e inventários. As três primeiras categorias estão classificadas na dimensão “TI para o MPF”, e as duas últimas, “TI para a TI”. Ao todo, somam 109 iniciativas, assim distribuídas:

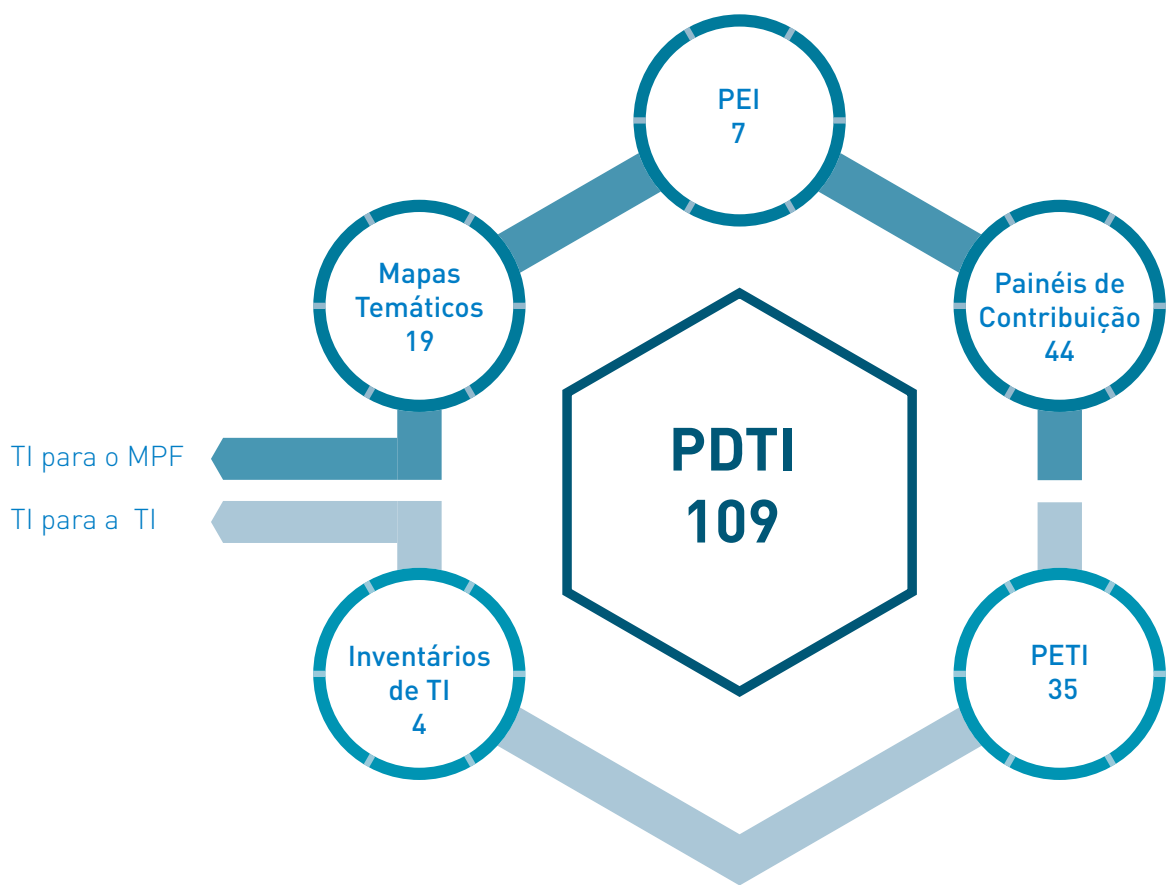


Figura 9.4 – Organização das iniciativas do PDTI.

A execução do PDTI encontra-se em pleno andamento, podendo ser destacadas as iniciativas essenciais para dar um caráter de atuação nacional para a área de TI, dentre elas, a iniciativa que cria o escritório de Governança de TI. Outra iniciativa que já contou com

a ratificação pelo Grupo Técnico de Tecnologia da Informação do seu fluxo é a que visa padronizar o processo de gestão de demandas. Ela irá evitar retrabalho e canalizar os esforços e os recursos disponíveis para as iniciativas mais relevantes para a instituição.

Com mais de 500 iniciativas e ações, o PDTI para os anos de 2013 e 2014 produz impacto na área meio, na área fim e na sociedade, e ainda tem efeito sobre a própria TI no que diz respeito a atividades estruturantes de gestão e de melhoria na qualidade dos serviços prestados.

9.1.1.1 Principais Iniciativas do PDTI

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL
Desenvolvimento do Sistema Único (2ª e 3ª instâncias) que visa agilizar e unificar o trâmite de documentos judiciais e administrativos.
Criação de nova versão do sistema GCons, em atendimento aos requisitos de melhoria.
Aptus Administrativo que visa a pesquisa textual na base de documentos administrativos do Sistema Único.
Alterar, testar e implantar a rotina de distribuição de autos judiciais do Sistema Único.
Desenvolver formulário para cadastramento de manifestação e providências em lote no Sistema Único.
Desenvolver Sistema de Ouvidoria destinado a auxiliar à implantação de política de atendimento ao cidadão nas unidades do MPF.
Implementar o processo eletrônico nas unidades do MPF, bem como a tramitação desses processos entre a instituição e os órgãos do Poder Judiciário.
Desenvolver MPF Digital que viabilizará a preservação da informação jurídica e administrativa, por meio de um repositório institucional, onde estarão contemplados documentos originários do MPF e de demais instituições.
Fornecer informações gerenciais para diversas áreas do MPF, com vistas a subsidiar a tomada de decisão e facilitar o andamento de atividades de gestão.

MAPAS ESTRATÉGICOS TEMÁTICOS
Comunicar a vítima e o representante (particular) da solução conferida ao procedimento extrajudicial ou inquérito policial quando do oferecimento da denúncia e do pedido de arquivamento.
Publicar na internet o andamento dos procedimentos extrajudiciais e inquéritos policiais, bem como dos processos judiciais nas procuradorias.
Assegurar ao cidadão o acesso, através da internet, às fases do procedimento administrativo (PA, IC, PI).
Alterar, testar e implantar a rotina de distribuição de autos judiciais do Sistema Único.
Criar um cadastro nacional e divulgar anualmente, na página da 5ª CCR e na mídia em geral, o montante total de valores bloqueados em decisões judiciais oriundas de ações de improbidade propostas pelo MPF (sugestão de nome: "Bloqueômetro do MPF").
Aperfeiçoar as estatísticas, acerca da atuação "custos legis" nas unidades do MPF; sobretudo para identificar em nível nacional demandas relevantes e/ou recorrentes que possam ensejar adoção de medidas institucionais cabíveis no âmbito da Tutela Coletiva.
Elaborar formulário eletrônico padrão para as correções.

PAINÉIS DE CONTRIBUIÇÃO
Implementar serviço de acompanhamento de processos de interesse institucional perante o STJ e STF.
Criar e implementar projeto e-MPF, para instauração e tramitação de autos extrajudiciais.
Gerar relatórios de atividades da Assessoria de Cooperação Jurídica e Internacional (ASCJI) e de acompanhamento de processos jurídicos internacionais que tramitam por diversas instituições nacionais e estrangeiras.
Desenvolver consultas no GCons para efetivo controle dos prazos e diligências nos inquéritos policiais.
Criar novo sistema “Agenda ASSART” que seja integrado com os sites do Senado Federal e Câmara dos Deputados, de forma a agilizar a alimentação do sistema e melhorar o acompanhamento das proposições que restringem ou garantem as atribuições do Ministério Público, bem como aquelas que interessem a cada área do MPF.
Enviar mensagens para o cidadão sobre o andamento das representações protocolizadas.
Uniformizar padrões de comunicação de sites institucionais, inclusive intranet.
Aprimorar as ferramentas e a metodologia do Levantamento das Necessidades de Treinamento (LNT), alinhando-o ao Planejamento Estratégico.
Implementar o banco de talentos de membros e servidores.

Tabela 9.2 – Principais iniciativas PDTI.



ESTATÍSTICA E PRODUTIVIDADE DA ATUAÇÃO DO MPF

Entre os anos de 2011 e 2012, houve mudanças significativas nas estatísticas de atuação dos membros. Em relação a produtividade, a tabela abaixo resume a movimentação total de processos

e manifestações nas três instâncias do MPF. Observado o número de manifestações por membro atuante entre os exercícios 2011 e 2012, constata-se evoluções positivas

nas PRs e na PGR, 18,1% e 24,6%, respectivamente. Já nas PRRs, no mesmo período analisado, houve uma redução de 4,2% no número de manifestações por membro.

UNIDADES	Membros	JUDICIAL[*]				EXTRAJUDICIAL[**]		
		Processos por Membro	Total de Manifestações (2012)	Manifestações Judiciais Membro (2012)	Variação no Total de Manifestações 2011/2012	Total da Procedimentos (2012)	Procedimentos Membro (2012)	Variação no Total de Procedimentos 2011/2012
PRs	772	957,8	755.081	978,1	18,1%	516.846	669,5	-5,1%
PRRs	196	1.501,8	272.369	1.389,6	-4,2%	-	-	-
PGR	62	3.191,9	196.989	3.177,2	24,6%	-	-	-

(*) Processos Criminais recebidos ou instaurados + Processos Cíveis recebidos.
(**) Inquéritos Policiais/Notícias Criminais recebidos ou requisitados + Inquéritos Cíveis/Procedimentos Preparatórios instaurados.
Tabela 10.1 – Movimentação total de processos e manifestações nas três instâncias do MPF.

Os gráficos e tabelas apresentados nas páginas seguintes trazem dados relativos à movimentação de feitos no âmbito das unidades do MPF de acordo com levantamento fornecido pela Secretaria Jurídica e de Documentação (Sejud).
Foram tomados para análise o número de inquéritos e processos nas áreas criminal e cível, bem como o total de arquivamentos de inquéritos, total de denúncias oferecidas e total de manifestações dos membros do MPF. Os dados apresentados referem-se ao exercício 2012, sendo demonstrada, também, a evolução destes em relação ao ano anterior.
De modo geral, observou-se em 2012 uma queda de 5,9% no número de inquéritos por habitante se considerados todos os Estados da Federação, queda esta mais acentuada nos inquéritos da área criminal

(6,2%). Em contrapartida, o número de processos recebidos ou instaurados na primeira instância do MPF em relação ao número de habitantes subiu 19,7% entre 2011 e 2012, avançado, principalmente, pelo maior volume de processos da área cível.
Quando relacionados ao número de membros do 1º grau atuantes no MPF, o número de inquéritos, tanto criminais como cíveis, reduziu 6,2% e 2,8%, respectivamente, no período selecionado para análise. Por outro lado, constata-se um forte crescimento no número de inquéritos criminais arquivados e uma redução de 8,5% no número de denúncias oferecidas. No âmbito cível, o número de inquéritos arquivados por membro reduziu 36,2%.
Tanto do número de processos recebidos ou instaurados como o número de manifestações por membro cresceram 19,7% e 18,1%,

respectivamente, podendo notar-se, novamente, grande influência do comportamento observado nos casos da área cível.
Na 2ª instância, o número de processos recebidos ou instaurados em relação ao número de procuradores regionais teve crescimento de 4,6% no ano de 2012 em comparação ao exercício anterior, comportamento este não constatado no número de manifestações no mesmo período.
Na PGR, o crescimento no número de processos e manifestações por membro entre 2011 e 2012 foi significativo. Uma variação de 23,5% no número de processos e de 24,6% nas manifestações tendo como destaque, a exemplo do ocorrido nas outras instâncias, maior influência dos feitos da área cível no resultado mencionado.

INQUÉRITOS POR HABITANTE (100 MIL) NO 1º GRAU

Policiais/Notícias Criminais Recebidos ou Requisitados

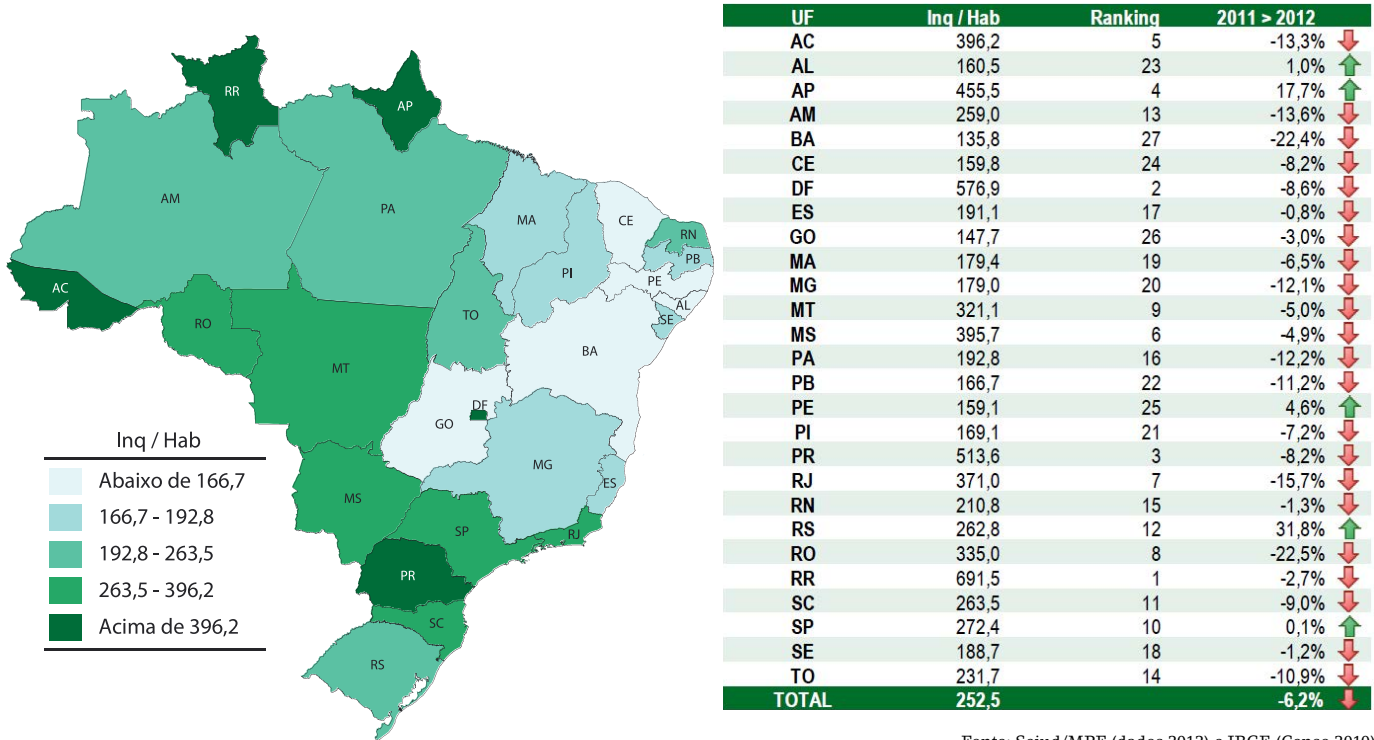


Figura 10.1

Fonte: Sejud/MPF (dados 2012) e IBGE (Censo 2010).

Civis/Procedimentos Preparatórios Instaurados

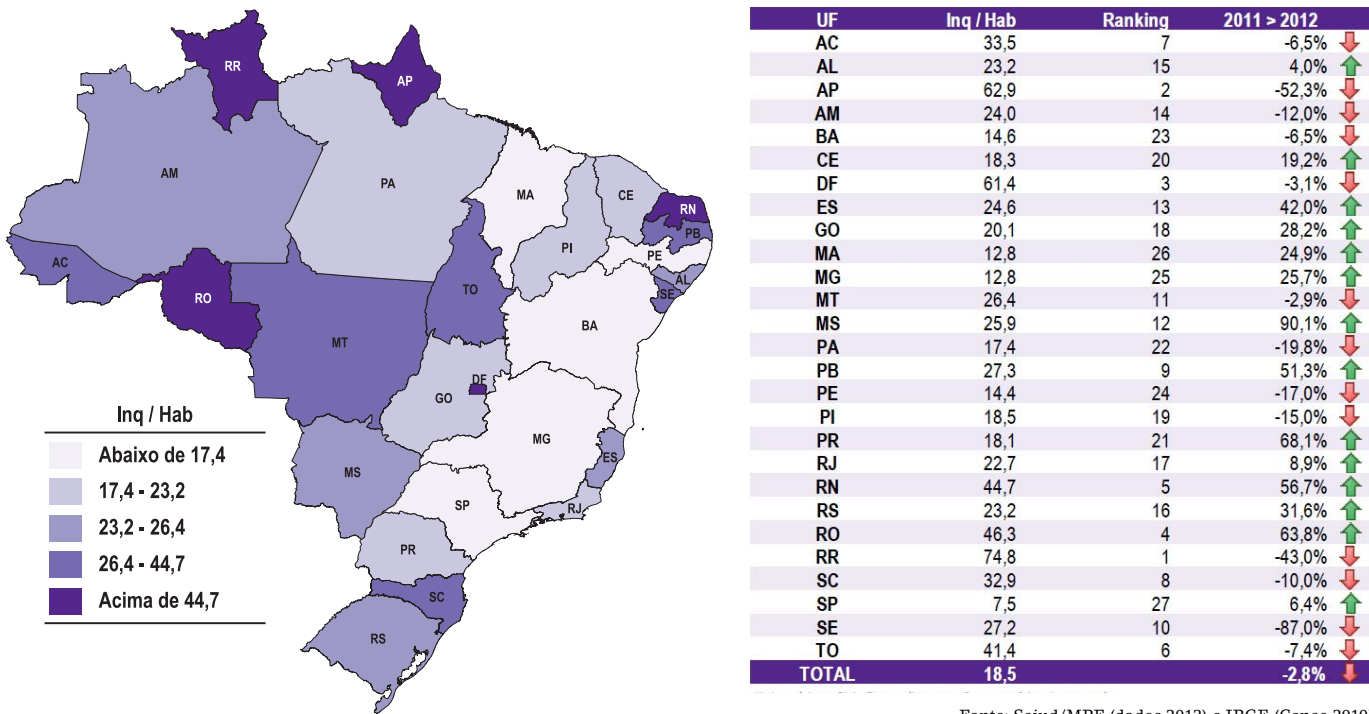


Figura 10.2

Fonte: Sejud/MPF (dados 2012) e IBGE (Censo 2010).

PROCESSOS POR HABITANTES (100 MIL) NO 1º GRAU

Criminais Recebidos ou Instaurados

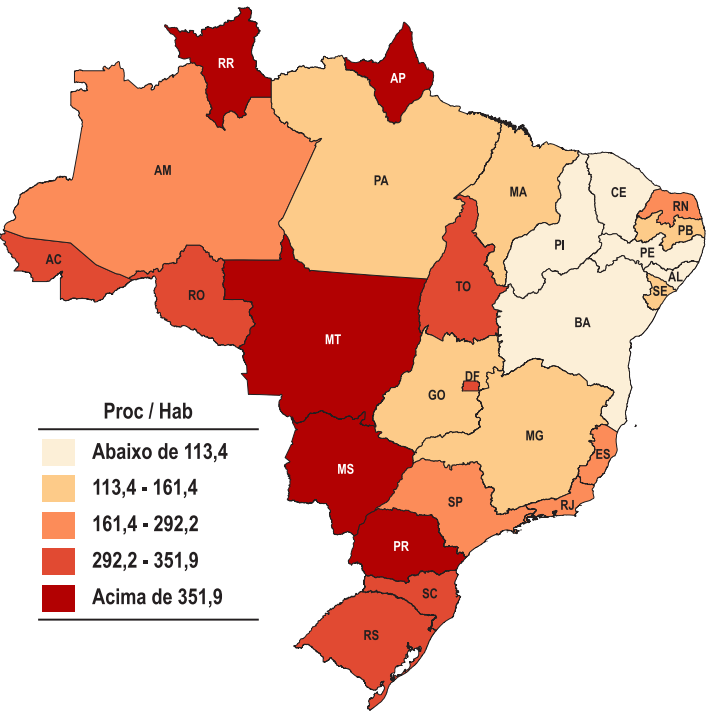


Figura 10.3

UF	Proc / Hab	Ranking	2011 > 2012
AC	302,2	10	-5,1% ↓
AL	112,3	23	-15,7% ↓
AP	351,9	5	11,2% ↑
AM	191,4	15	1,7% ↑
BA	86,3	26	20,0% ↑
CE	70,2	27	2,9% ↑
DF	292,2	11	5,6% ↑
ES	279,1	12	-1,2% ↓
GO	125,8	20	6,7% ↑
MA	113,4	22	20,3% ↑
MG	157,1	17	7,6% ↑
MT	370,2	4	11,8% ↑
MS	551,3	1	-8,9% ↓
PA	146,1	18	21,9% ↑
PB	116,9	21	3,9% ↑
PE	91,8	25	-7,2% ↓
PI	105,0	24	2,4% ↑
PR	530,9	3	23,6% ↑
RJ	201,4	13	17,2% ↑
RN	161,4	16	19,3% ↑
RS	337,6	7	35,6% ↑
RO	311,1	9	-10,9% ↓
RR	543,2	2	7,4% ↑
SC	347,9	6	4,7% ↑
SP	199,7	14	0,7% ↑
SE	126,7	19	-18,8% ↓
TO	314,5	8	-4,0% ↓
TOTAL	206,9		9,2% ↑

Fonte: Sejud/MPF (dados 2012) e IBGE (Censo 2010).

Civis Recebidos

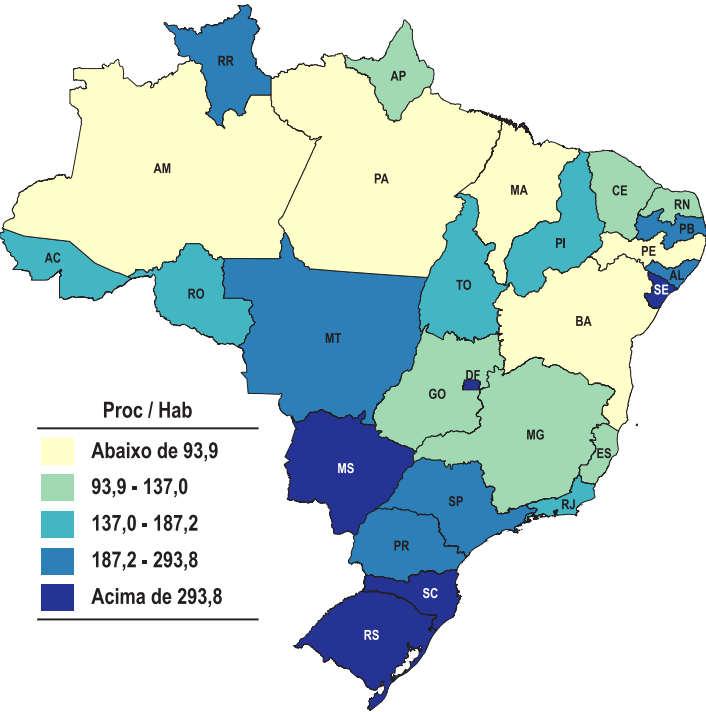


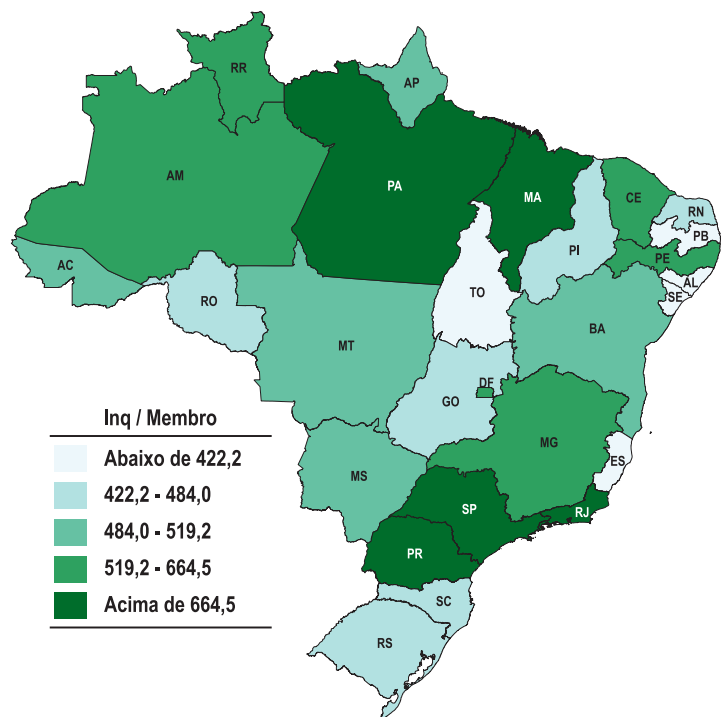
Figura 10.4

UF	Proc / Hab	Ranking	2011 > 2012
AC	138,8	15	-1,7% ↓
AL	187,2	11	19,2% ↑
AP	97,1	21	0,6% ↑
AM	79,2	25	5,8% ↑
BA	82,1	24	19,5% ↑
CE	120,6	18	116,5% ↑
DF	463,7	1	5,5% ↑
ES	116,2	20	11,9% ↑
GO	135,3	17	17,7% ↑
MA	73,4	26	26,2% ↑
MG	116,8	19	15,0% ↑
MT	268,0	6	25,4% ↑
MS	326,3	4	55,8% ↑
PA	91,8	23	25,4% ↑
PB	239,5	8	96,5% ↑
PE	73,3	27	3,9% ↑
PI	186,2	12	28,1% ↑
PR	248,3	7	26,6% ↑
RJ	137,0	16	1,3% ↑
RN	93,9	22	4,3% ↑
RS	441,6	2	104,4% ↑
RO	149,4	14	14,1% ↑
RR	206,0	9	36,1% ↑
SC	408,1	3	32,6% ↑
SP	197,3	10	45,5% ↑
SE	293,8	5	2,2% ↑
TO	160,3	13	-20,2% ↓
TOTAL	180,7		34,5% ↑

Fonte: Sejud/MPF (dados 2012) e IBGE (Censo 2010).

INQUÉRITOS POR MEMBRO NO 1º GRAU

Policiais/Notícias Criminais Recebidos ou Requisitados

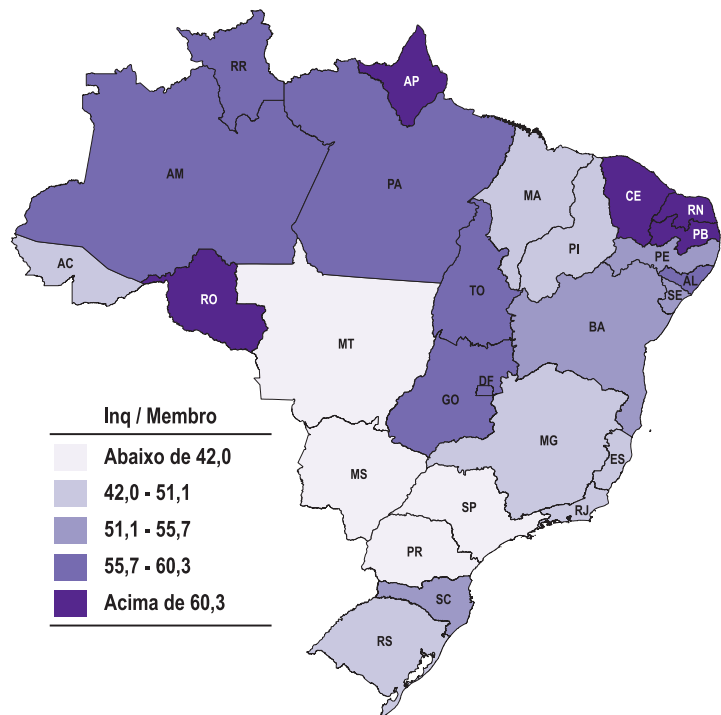


UF	Inq / Membro	Ranking	2011 > 2012
AC	484,3	15	-13,3%
AL	385,2	24	1,0%
AP	508,3	12	17,7%
AM	601,6	7	-13,6%
BA	484,0	16	-22,4%
CE	587,1	9	-8,2%
DF	529,5	10	-8,6%
ES	373,2	25	-0,8%
GO	422,2	21	-3,0%
MA	694,0	4	-6,5%
MG	605,0	6	-12,1%
MT	487,3	13	-5,0%
MS	484,5	14	-4,9%
PA	664,5	5	-12,2%
PB	418,5	23	-11,2%
PE	590,2	8	4,6%
PI	439,3	19	-7,2%
PR	993,4	1	-8,2%
RJ	698,0	3	-15,7%
RN	445,1	18	-1,3%
RS	476,3	17	31,8%
RO	436,2	20	-22,5%
RR	519,2	11	-2,7%
SC	422,2	22	-9,0%
SP	906,6	2	0,1%
SE	354,8	26	-1,2%
TO	320,6	27	-10,9%
TOTAL	623,9		-6,2%

Figura 10.5

Fonte: Secretaria Jurídica e de Documentação - SEJUD/MPF (dados 2012) e GPS.

Civis/Procedimentos Preparatórios Instaurados



UF	Inq / Membro	Ranking	2011 > 2012
AC	41,0	23	-6,5%
AL	55,7	11	4,0%
AP	70,2	2	-52,3%
AM	55,7	12	-12,0%
BA	52,1	15	-6,5%
CE	67,3	4	19,2%
DF	56,4	9	-3,1%
ES	48,1	18	42,0%
GO	57,5	7	28,2%
MA	49,5	17	24,9%
MG	43,4	20	25,7%
MT	40,1	24	-2,9%
MS	31,8	26	90,1%
PA	60,0	6	-19,8%
PB	68,5	3	51,3%
PE	53,3	13	-17,0%
PI	48,1	19	-15,0%
PR	35,1	25	68,1%
RJ	42,7	21	8,9%
RN	94,5	1	56,7%
RS	42,0	22	31,6%
RO	60,3	5	63,8%
RR	56,2	10	-43,0%
SC	52,6	14	-10,0%
SP	25,0	27	6,4%
SE	51,1	16	-87,0%
TO	57,3	8	-7,4%
TOTAL	45,6		-2,8%

Figura 10.6

Fonte: Secretaria Jurídica e de Documentação - SEJUD/MPF (dados 2012) e GPS.

INQUÉRITOS ARQUIVADOS POR MEMBRO NO 1º GRAU

Policiais/Notícias Criminais

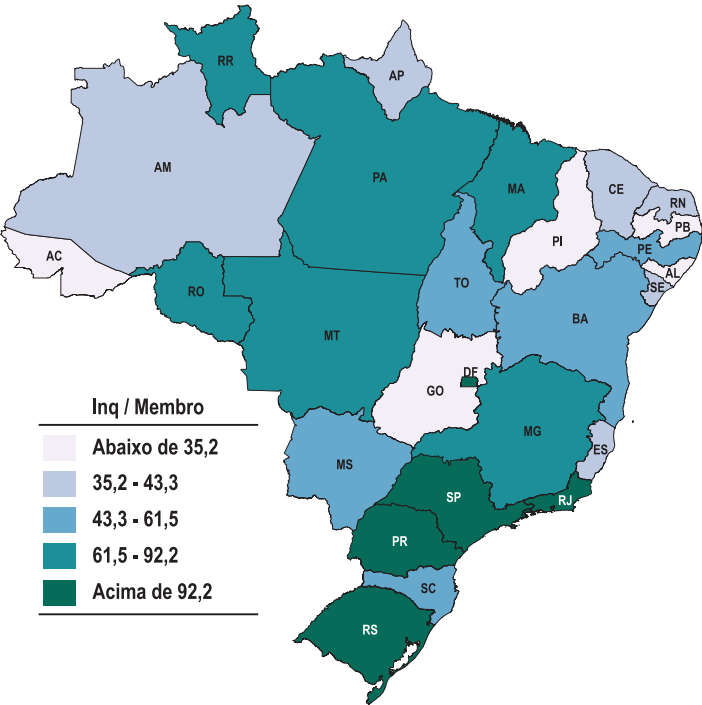


Figura 10.7

UF	Inq / Membro	Ranking	2011 > 2012
AC	29,7	24	0,6% ↑
AL	19,7	27	-34,2% ↓
AP	38,8	19	15,9% ↑
AM	35,2	22	-34,6% ↓
BA	47,6	14	-12,8% ↓
CE	42,0	17	12,2% ↑
DF	128,0	2	111,9% ↑
ES	40,4	18	-10,3% ↓
GO	29,4	25	5,8% ↑
MA	62,2	10	86,6% ↑
MG	61,5	11	-18,8% ↓
MT	65,4	9	31,1% ↑
MS	43,3	16	-29,4% ↓
PA	83,9	6	20,4% ↑
PB	29,1	26	-5,4% ↓
PE	50,0	12	30,4% ↑
PI	31,3	23	-6,5% ↓
PR	182,3	1	-0,4% ↓
RJ	92,2	5	-17,3% ↓
RN	35,7	21	27,1% ↑
RS	95,5	3	794,6% ↑
RO	78,4	7	62,2% ↑
RR	75,3	8	116,3% ↑
SC	44,5	15	-29,2% ↓
SP	93,5	4	-32,9% ↓
SE	38,4	20	50,2% ↑
TO	48,4	13	39,1% ↑
TOTAL	76,5		99,0% ↑

Fonte: Secretaria Jurídica e de Documentação - SEJUD/MPF (dados 2012) e GPS.

Civis/Procedimentos Preparatórios

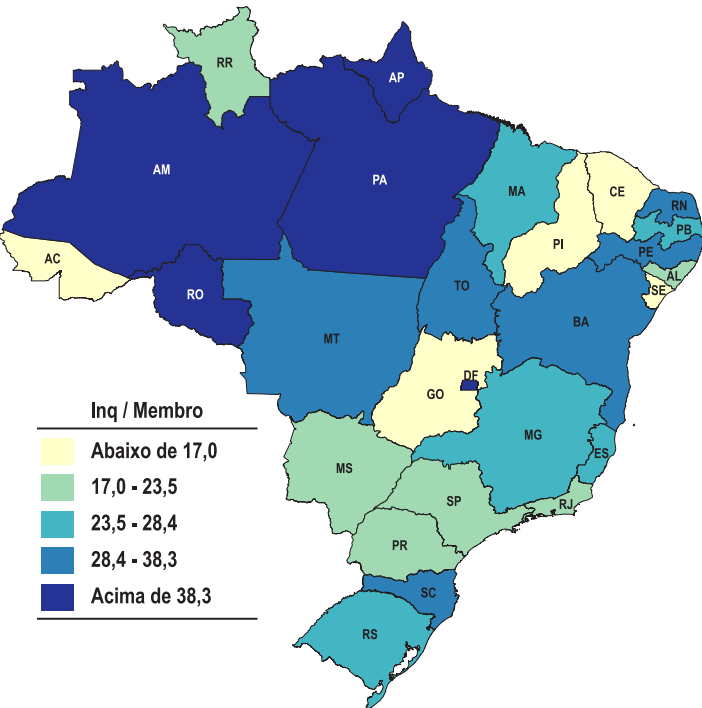


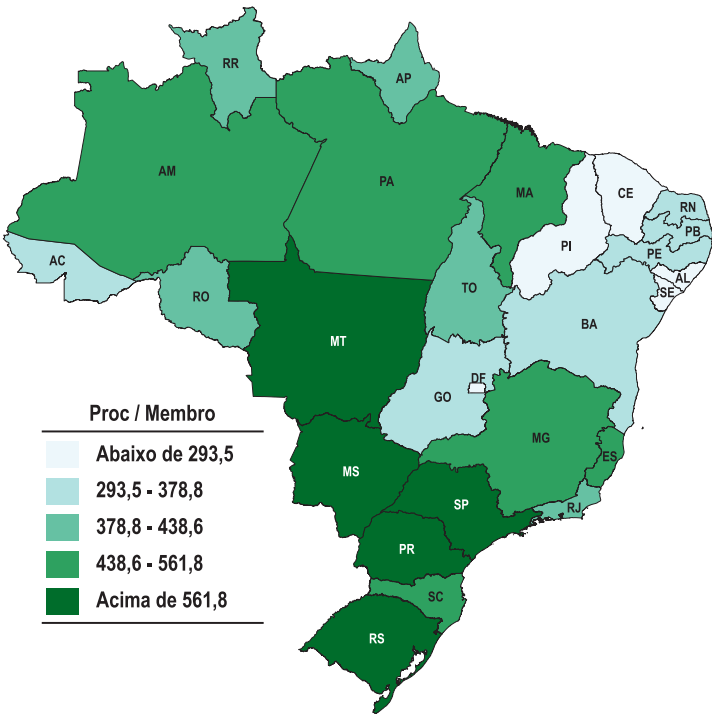
Figura 10.8

UF	Inq / Membro	Ranking	2011 > 2012
AC	16,5	23	-10,8% ↓
AL	21,8	17	-48,1% ↓
AP	53,8	3	19,6% ↑
AM	44,3	4	-45,9% ↓
BA	30,5	9	-35,1% ↓
CE	7,3	26	-56,8% ↓
DF	87,3	1	35,5% ↑
ES	26,6	14	-8,6% ↓
GO	3,1	27	38,3% ↑
MA	27,1	13	-84,5% ↓
MG	25,9	15	1,3% ↑
MT	28,4	11	-13,8% ↓
MS	17,5	21	-31,6% ↓
PA	38,3	5	-17,4% ↓
PB	27,5	12	-27,8% ↓
PE	37,2	6	-31,2% ↓
PI	15,1	24	-52,4% ↓
PR	18,8	20	-18,4% ↓
RJ	20,3	18	-42,1% ↓
RN	30,0	10	-41,6% ↓
RS	23,5	16	-63,5% ↓
RO	66,9	2	327,1% ↑
RR	18,8	19	-31,1% ↓
SC	32,4	8	-36,6% ↓
SP	17,0	22	-50,4% ↓
SE	9,5	25	-47,7% ↓
TO	33,7	7	-32,3% ↓
TOTAL	26,2		-36,2% ↓

Fonte: Secretaria Jurídica e de Documentação - SEJUD/MPF (dados 2012) e GPS.

PROCESSOS POR MEMBRO NO 1º GRAU

Criminais Recebidos ou Instaurados

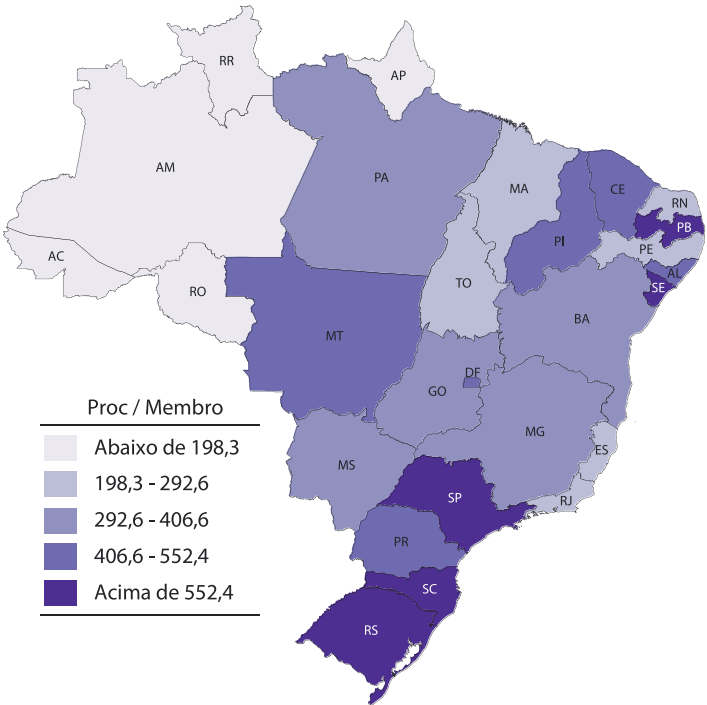


UF	Proc / Membro	Ranking	2011 > 2012
AC	369,5	17	-5,1% ↓
AL	269,5	24	-15,7% ↓
AP	392,7	15	11,2% ↑
AM	444,6	10	1,7% ↑
BA	307,6	21	20,0% ↑
CE	258,1	26	2,9% ↑
DF	268,2	25	5,6% ↑
ES	545,0	7	-1,2% ↓
GO	359,7	18	6,7% ↑
MA	438,6	11	20,3% ↑
MG	530,7	8	7,6% ↑
MT	561,8	5	11,8% ↑
MS	675,1	2	-8,9% ↓
PA	503,5	9	21,9% ↑
PB	293,5	22	3,9% ↑
PE	340,8	20	-7,2% ↓
PI	272,8	23	2,4% ↑
PR	1.026,9	1	23,6% ↑
RJ	378,8	16	17,2% ↑
RN	340,9	19	19,3% ↑
RS	612,0	4	35,6% ↑
RO	405,1	14	-10,9% ↓
RR	407,8	13	7,4% ↑
SC	557,4	6	4,7% ↑
SP	664,4	3	0,7% ↑
SE	238,3	27	-18,8% ↓
TO	435,1	12	-4,0% ↓
TOTAL	511,4		9,2% ↑

Figura 10.9.

Fonte: Sejud/MPF (dados 2012) e GPS.

Cíveis Recebidos Processos



UF	Proc / Membro	Ranking	2011 > 2012
AC	169,7	25	-1,7% ↓
AL	449,3	8	19,2% ↑
AP	108,3	27	0,6% ↑
AM	183,9	24	5,8% ↑
BA	292,6	16	19,5% ↑
CE	443,1	9	116,5% ↑
DF	425,6	10	5,5% ↑
ES	226,8	20	11,9% ↑
GO	386,7	14	17,7% ↑
MA	283,8	17	26,2% ↑
MG	394,8	13	15,0% ↑
MT	406,7	11	25,4% ↑
MS	399,6	12	55,8% ↑
PA	316,5	15	25,4% ↑
PB	601,4	4	96,5% ↑
PE	272,1	18	3,9% ↑
PI	483,8	6	28,1% ↑
PR	480,3	7	26,6% ↑
RJ	257,8	19	1,3% ↑
RN	198,3	22	4,3% ↑
RS	800,4	1	104,4% ↑
RO	194,6	23	14,1% ↑
RR	154,7	26	36,1% ↑
SC	653,8	3	32,6% ↑
SP	656,6	2	45,5% ↑
SE	552,4	5	2,2% ↑
TO	221,7	21	-20,2% ↓
TOTAL	446,4		34,5% ↑

Figura 10.10

Fonte: Sejud/MPF (dados 2012) e GPS.

MANIFESTAÇÕES POR MEMBRO NO 1º GRAU

Processos Criminais Recebidos ou Instaurados

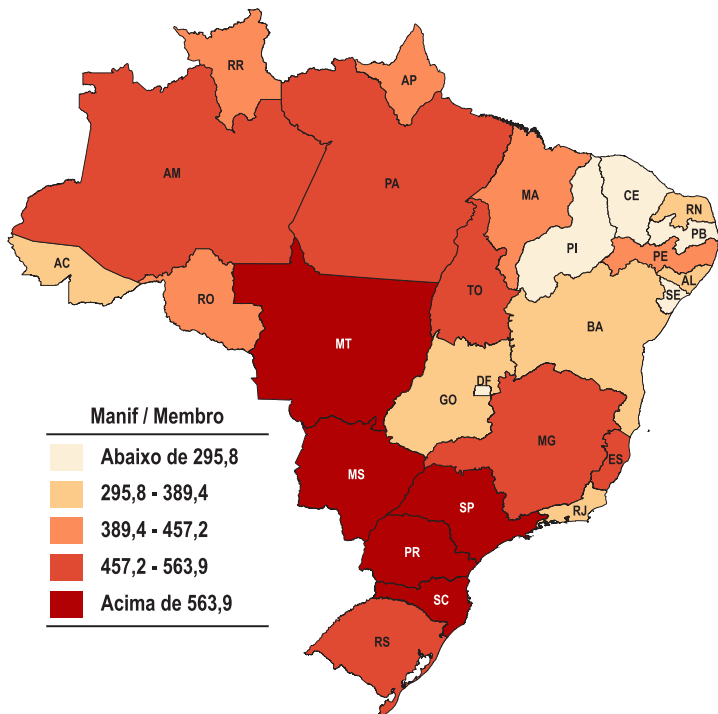


Figura 10.11

UF	Manif / Membro	Ranking	2011 > 2012
AC	383,2	17	-6,2% ↓
AL	295,8	22	-11,4% ↓
AP	395,8	15	9,8% ↑
AM	462,1	10	4,1% ↑
BA	307,2	21	21,6% ↑
CE	262,8	26	11,3% ↑
DF	269,9	25	5,7% ↑
ES	563,0	6	4,1% ↑
GO	360,2	19	6,2% ↑
MA	435,5	13	18,4% ↑
MG	507,1	8	2,8% ↑
MT	563,9	5	10,4% ↑
MS	690,8	2	-11,6% ↓
PA	491,6	9	25,8% ↑
PB	292,6	23	7,4% ↑
PE	436,6	12	-2,2% ↓
PI	273,2	24	5,0% ↑
PR	972,6	1	22,3% ↑
RJ	315,7	20	3,0% ↑
RN	378,7	18	18,0% ↑
RS	552,2	7	12,8% ↑
RO	389,4	16	-13,0% ↓
RR	428,7	14	6,4% ↑
SC	587,2	4	6,8% ↑
SP	688,3	3	-0,9% ↓
SE	244,9	27	-18,5% ↓
TO	457,2	11	2,5% ↑
TOTAL	505,3		6,0% ↑

Fonte: Sejud/MPF (dados 2012) e GPS.

Processos Cíveis Recebidos

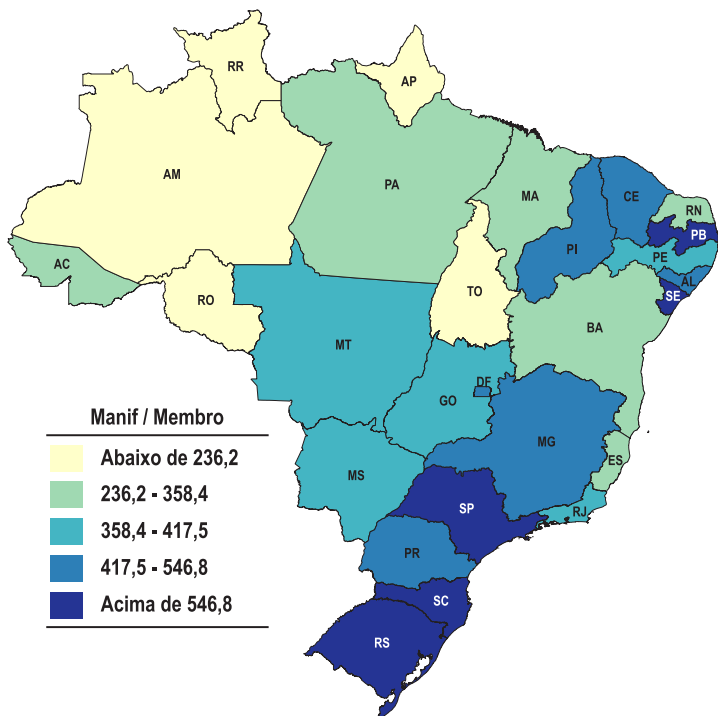


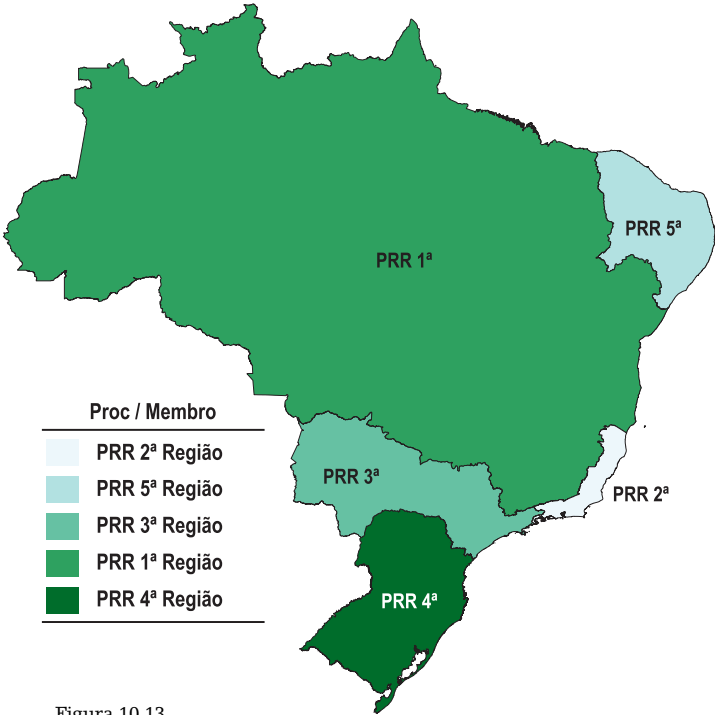
Figura 10.12

UF	Manif / Membro	Ranking	2011 > 2012
AC	274,8	20	-2,7% ↓
AL	449,9	10	9,2% ↑
AP	116,2	27	-1,3% ↓
AM	203,5	25	9,1% ↑
BA	297,5	19	16,7% ↑
CE	463,3	8	103,6% ↑
DF	455,0	9	10,2% ↑
ES	236,2	22	13,4% ↑
GO	407,4	13	20,7% ↑
MA	302,8	18	27,5% ↑
MG	417,5	11	12,6% ↑
MT	413,2	12	19,4% ↑
MS	398,2	14	55,8% ↑
PA	350,2	17	23,1% ↑
PB	546,8	5	85,9% ↑
PE	359,0	15	1,6% ↑
PI	493,3	7	25,8% ↑
PR	495,0	6	28,6% ↑
RJ	358,4	16	36,3% ↑
RN	241,9	21	4,2% ↑
RS	806,4	1	95,7% ↑
RO	206,4	24	14,8% ↑
RR	182,7	26	46,9% ↑
SC	636,2	3	23,7% ↑
SP	678,1	2	44,7% ↑
SE	601,9	4	-0,3% ↓
TO	234,7	23	-23,5% ↓
TOTAL	472,8		34,5% ↑

Fonte: Sejud/MPF (dados 2012) e GPS.

PROCESSOS POR MEMBRO NO 2º GRAU

Criminais Recebidos ou Instaurados

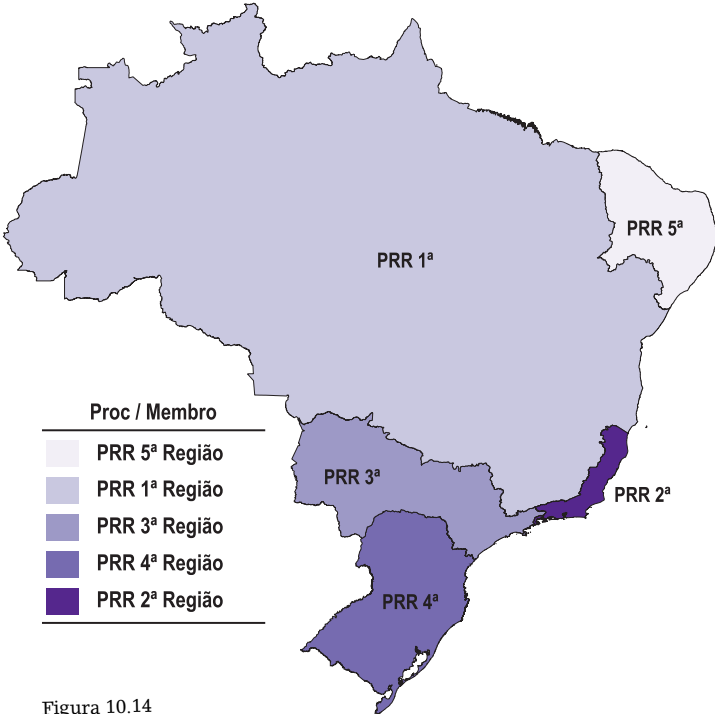


UF	Proc / Membro	Ranking	2011 > 2012
1ª Região	380,7	2	-15,8% ↓
2ª Região	134,1	5	-51,9% ↓
3ª Região	313,1	3	16,1% ↑
4ª Região	458,2	1	31,8% ↑
5ª Região	285,9	4	31,5% ↑
TOTAL	315,2		-2,5% ↓

Fonte: Sejud/MPF (dados 2012) e GPS.

Figura 10.13

Civis Recebidos



UF	Proc / Membro	Ranking	2011 > 2012
1ª Região	755,2	4	-11,3% ↓
2ª Região	1.686,6	1	6,5% ↑
3ª Região	1.073,9	3	0,4% ↑
4ª Região	1.648,0	2	22,2% ↑
5ª Região	408,6	5	46,5% ↑
TOTAL	1.186,5		6,7% ↑

Fonte: Sejud/MPF (dados 2012) e GPS.

Figura 10.14

MANIFESTAÇÕES POR MEMBRO NO 2º GRAU

Processos Criminais Recebidos ou Instaurados

UF	Manif / Membro	Ranking	2011 > 2012
1ª Região	244,2	4	-48,5% ↓
2ª Região	150,8	5	-46,5% ↓
3ª Região	329,0	2	21,1% ↑
4ª Região	461,5	1	36,4% ↑
5ª Região	261,2	3	22,0% ↑
TOTAL	290,7		-11,1% ↓

Fonte: Sejud/MPF (dados 2012) e GPS.

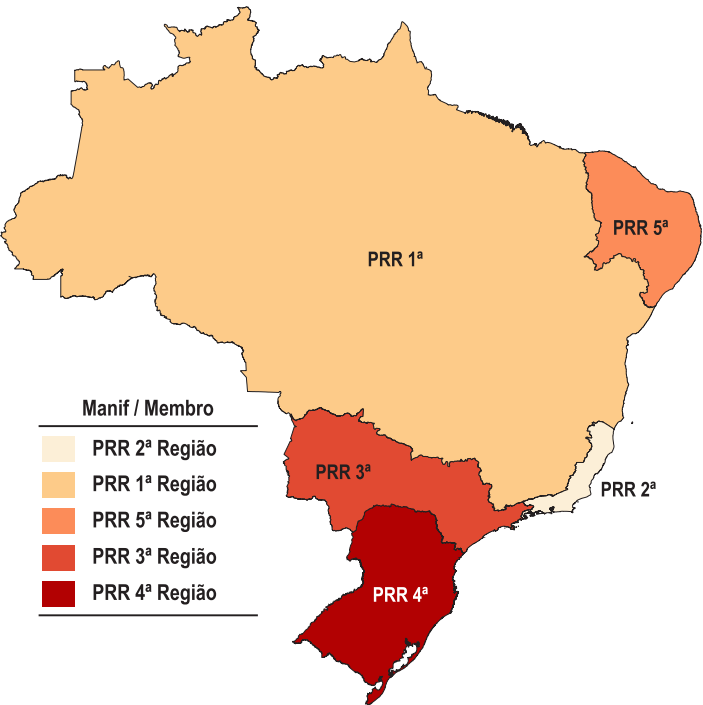


Figura 10.15

Processos Cíveis Recebidos

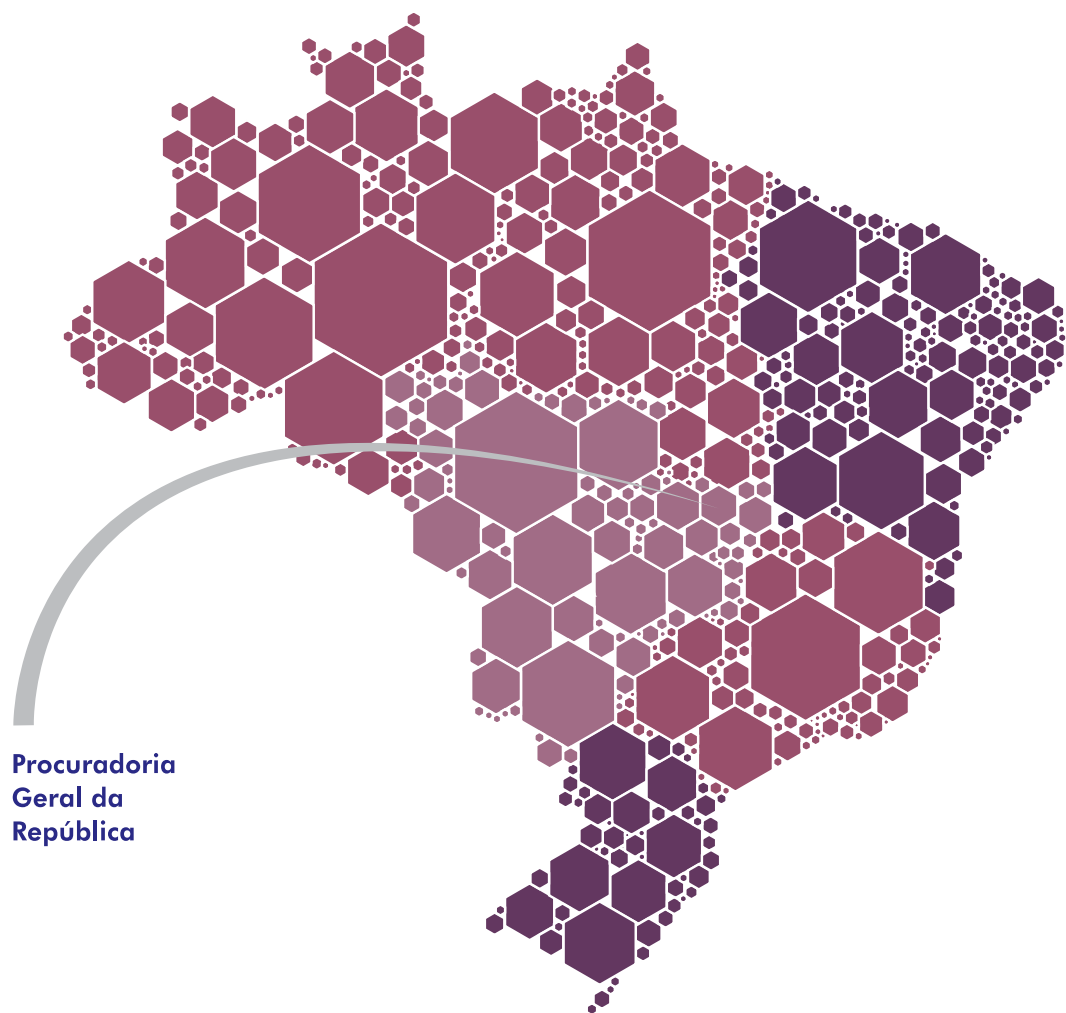
UF	Manif / Membro	Ranking	2011 > 2012
1ª Região	423,4	4	-51,3% ↓
2ª Região	1.615,3	2	1,3% ↑
3ª Região	1.094,6	3	0,4% ↑
4ª Região	1.645,8	1	21,9% ↑
5ª Região	384,2	5	41,9% ↑
TOTAL	1.099,0		-2,2% ↓

Fonte: Sejud/MPF (dados 2012) e GPS.



Figura 10.16

ATUAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

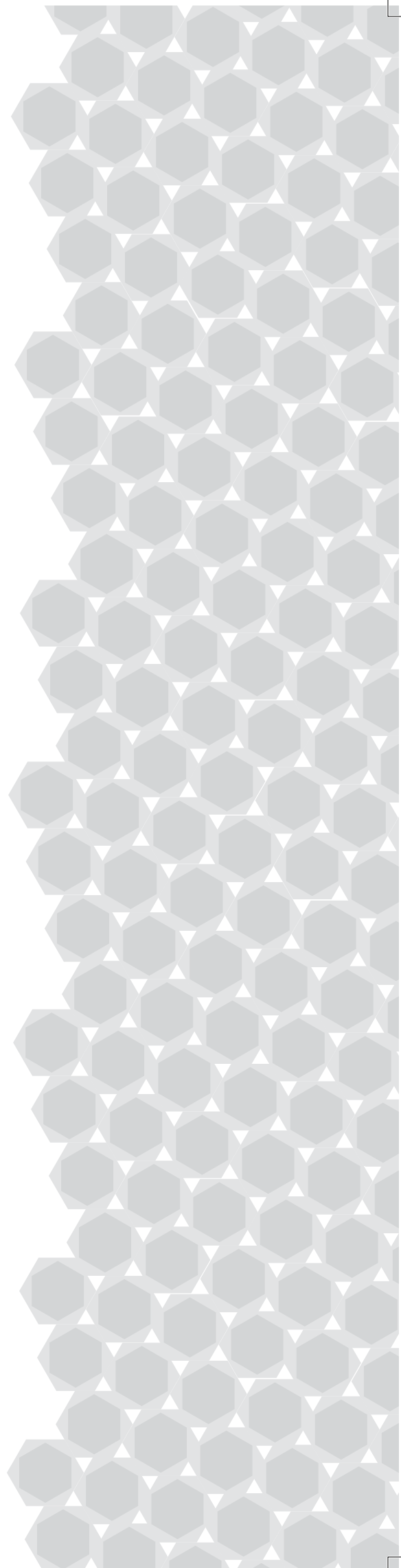


Procuradoria
Geral da
República

Figura 10.17

2011 > 2012		
Processos por Membro	3.191,9	23,5% ↑
Processos área Criminal por Membro	1.918,6	15,7% ↑
Processos área Cível por Membro	1.273,2	37,3% ↑
Manifestações por Membro	3.177,2	24,6% ↑
Manifestações Área Criminal por Membro	1.895,7	15,1% ↑
Manifestações área Cível por Membro	1.281,5	41,8% ↑

Fonte: Sejud/MPF (dados 2012) e GPS.





PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MPF

Os três primeiros anos do Planejamento Estratégico Institucional foram voltados à disseminação, alinhamento e reestruturação do MPF. A formulação da estratégia envolveu membros e servidores que analisaram a situação atual e a situação futura desejada. Em um trabalho coletivo, a missão foi traduzida para resumir as funções e obrigações da instituição, foram

definidos os valores que devem balizar o comportamento do corpo institucional e a visão que deve ser o norte a ser alcançado decorrente do trabalho integrado de todos que fazem o MPF.

Divididos em três perspectivas, os 25 objetivos estratégicos retratam os desafios a serem enfrentados nos próximos anos para que o MPF seja reconhecido, na-

cional e internacionalmente, pela excelência na promoção da justiça, da cidadania e no combate ao crime e à corrupção. Esses objetivos foram construídos com base na metodologia do Balanced Scorecard (BSC) que traduz a estratégia em termos mais operacionais por meio de projetos, iniciativas e indicadores que possibilitam um gerenciamento eficaz.

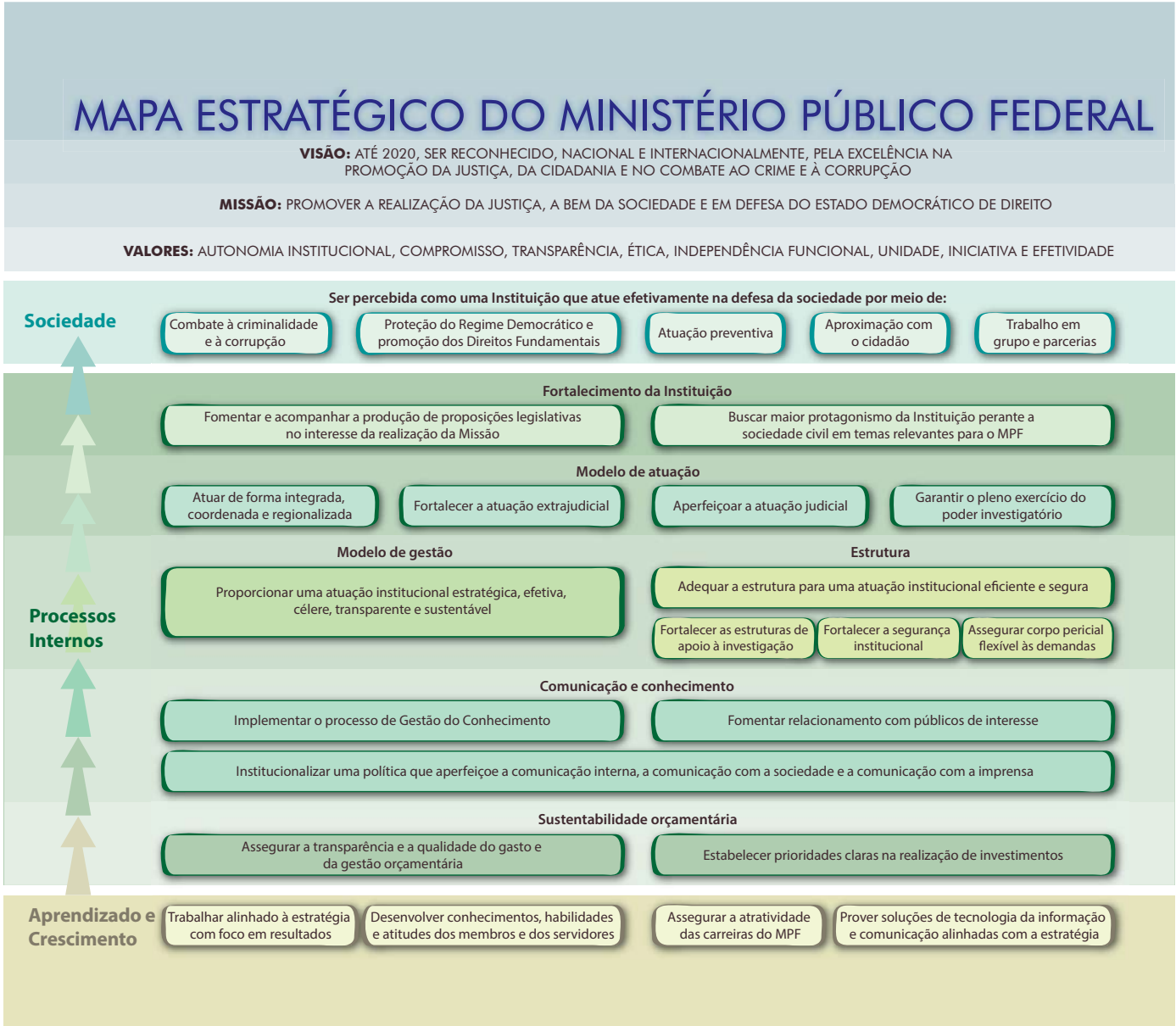


Figura 11.1 – Mapa estratégico com missão, visão, valores e objetivos estratégicos.

11.1 ESTÁGIO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL 2011-2020

O primeiro passo após a elaboração do PEI foi a disseminação da estratégia para transformá-la em realidade. Os esforços foram voltados para a realização e execução do DEPEI - um dos maiores da América Latina, segundo levantamento da consultoria PwC que conduziu o projeto com o apoio da Amge e coordenação da Secretaria Geral do MPF.



Figura 11.2 – Estágio do Planejamento Estratégico Institucional.

A disseminação da estratégia visou proporcionar o adequado gerenciamento da estratégia que deve ser baseada em um enfoque sistêmico, integrado, coordenado, dinâmico e interdependente dos órgãos e setores administrativos que formam a instituição. O desdobramento da estratégia foi desenvolvido por meio de projeto específico em que se definiu a forma de contribuição de órgãos, unidades gestoras e unidades administrativas de gestão por meio das seguintes ferramentas de gestão: mapas temáticos estratégicos, painéis de contribuição e planos de ação. A Função Eleitoral e a Corregedoria alinharam-se ao Planejamento Estratégico elaborando Planos de Ação – ferramenta de gestão que também foi utilizada pelas CCRs, PFDC, secretarias nacionais e unidades do MPF nos estados. Nesse documento, constam iniciativas de longo, médio e curto prazo, com a definição de data de execução e responsáveis de cada iniciativa prevista.

As Assessorias Especializadas do Procurador-Geral da República também elaboraram seus painéis de contribuição. São elas: a Assessoria de Pesquisa e Análise (Asspa), Assessoria de Cooperação Jurídica Internacional (ASCJI) e Assessoria de Articulação Parlamentar (Assart).

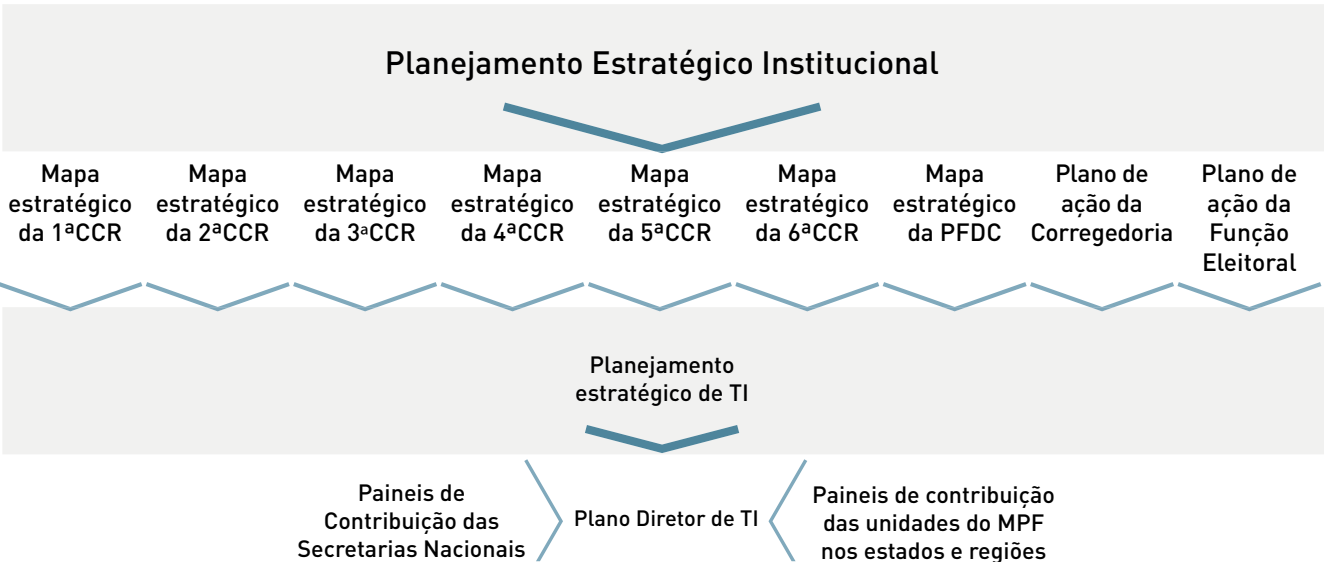


Figura 11.3 – Planejamento estratégico desdobrado em todos os órgãos e unidades do MPF.

11.2 DISSEMINAÇÃO DA ESTRATÉGIA

O grande diferencial do planejamento estratégico no MPF foi a opção pela construção coletiva com a participação de centenas de membros e servidores, facilitando o processo de disseminação das informações. Essa construção coletiva contou ainda com servidores apoiadores de todas as unidades gestoras e uma comissão de membros para dar suporte às atividades. Esse método minimiza as resistências e a complexidade de alinhar um órgão presente em mais de 200 municípios e com aproximadamente 10 mil colaboradores entre membros e servidores.

A segunda etapa foi voltada para o desdobramento da estratégia com a elaboração dos mapas estratégicos temáticos e painéis de contribuição. Contou com a designação dos agentes de execução da estratégia. Eles foram o ponto de apoio em cada órgão, secretarias e unidades nacionais participantes. Um dos objetivos do Projeto Desdobramento do Planejamento Estratégico foi oferecer a expertise técnica para a construção de ferramentas de planejamento e gestão e organizar a forma de contribuição e monitoramento da execução da estratégia.

Ferramentas de comunicação também foram utilizadas com o objetivo de englobar o maior número de pessoas no proces-

so de modernização. Entre elas, a elaboração do boletim eletrônico “Modernize-se”, do boletim impresso “Gestão Estratégica” e de vídeos institucionais que documentaram cada fase. Em maio de 2013, o site da Modernização foi reestruturado com a inclusão de novos produtos, como a linha do tempo dos produtos ligados à modernização e à Função Eleitoral, passando a ser acessado pela internet e disponibilizando informação a qualquer cidadão sobre o planejamento, ações em desenvolvimento e o desempenho do MPF.

Outros mecanismos de disseminação da estratégia são os relatórios e balanços produzidos para as reuniões trimestrais de análise da estratégia. Além disso, no site da Modernização, estão disponibilizadas as ferramentas de planejamento e gestão dos órgãos e unidades do MPF que podem ser acompanhadas pela sociedade.

No ano de 2012, dois eventos nacionais destacaram-se entre as atividades de comunicação coordenadas pela Amge: as consultas públicas (realizadas em 21 estados) e o Dia da Estratégica (realizada nas 33 unidades gestoras e em três PRMs).

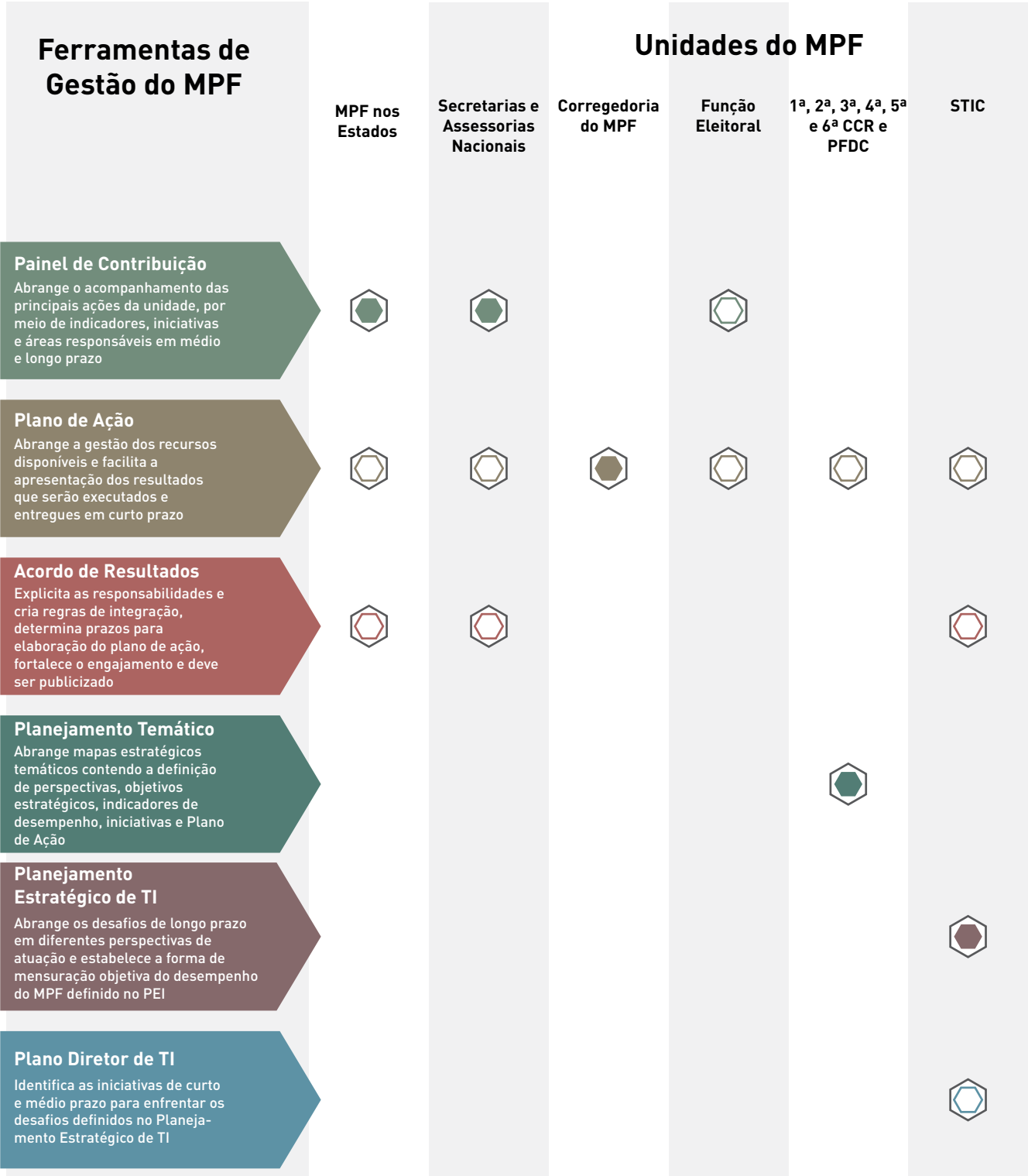
As consultas públicas foram realizadas entre 20 e 24 de abril para dar subsídio às discussões

voltadas à elaboração dos mapas estratégicos das CCRs e da PFDC- parte do Projeto de Desdobramento do Planejamento Estratégico. Por meio das consultas, foi possível identificar os temas nos quais a sociedade percebe a maior atuação do MPF e que devem orientar a atuação finalística.

A adesão dos estados superou as expectativas iniciais, totalizando 21 estados, sendo que as unidades regionais participaram em parceria com as unidades do MPF da sua respectiva capital. Mais de 1500 pessoas participaram das consultas públicas, sendo São Paulo o estado com maior adesão (204). A iniciativa foi exitosa e incorporada na maioria dos painéis de contribuição das unidades do MPF para ser realizada anualmente.

Já o Dia da Estratégica ocorreu em todas as unidades gestoras, além de mais três PRMs (Cáceres e Sinop no Mato Grosso, e Francisco Beltrão no Paraná). Um grande esforço de coordenação foi realizado para levar informações sobre a estratégia nacional às unidades do MPF nos estados, bem como mobilizar e alinhar membros e servidores para que o trabalho de todos visem ao alcance dos objetivos estratégicos.

11.3 PRINCIPAIS FERRAMENTAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO MPF



Intensidade de utilização da ferramenta de gestão

MÉDIA BAIXA

Figura 11.4 – Maturidade das ferramentas de gestão utilizadas pelos órgãos e unidades administrativas do MPF.

11.4 SISTEMA DE MONITORAMENTO DA ESTRATÉGIA E DE PROJETOS



Figura 11.5 – Identidade visual do Sistema Channel.

Implementado em 2012, o Sistema Channel é uma ferramenta web adotada para dar suporte às atividades de gestão estratégica e de projetos.

Por meio dela   possível o acompanhamento online das iniciativas de cada área que deverão cadastrar indicadores, cronogramas, custos, entre outros dados capazes de gerar gráficos com resultados do desempenho institucional.

Todos os projetos, painéis de contribui o e mapas estratégicos também serão monitorados na plataforma. Outro diferencial é que cada servidor pode inserir

seus pequenos projetos de trabalho e monitor -los pela ferramenta, além de trabalhar de forma colaborativa com os colegas que o auxiliam nas atividades. Alertas são encaminhados por e-mail lembrando prazos e atividades a serem executadas no dia.

Tratando-se de projetos, a ferramenta permite o cadastro de todas as informações referentes aos projetos – incluindo a equipe, com indicação de perfis e papéis bem definidos.   possível a criação da Estrutura Analítica de Projeto (EAP) e o envio de arquivos de documentação padrão, conforme

metodologia de gestão de projetos do MPF. O sistema ainda permite fazer o acompanhamento por meio de painéis de controle e relatórios gerenciais. A condução dos projetos pauta-se nessa ferramenta e toda informação acerca dos projetos a ser divulgada pela Amge também   extraída dela.

Até maio de 2013, 78%, ou seja, 24 das unidades do MPF nos estados haviam cadastrado o Pain l de Contribuição no Channel. No mesmo período, já haviam sido cadastrados 115 projetos, sendo 17 projetos estratégicos, 18 tático operacionais e 85 operacionais.

11.5 PANORAMA DA ESTRATÉGIA

Após dois anos de execução do planejamento estratégico, lançado em 30 de junho de 2011, o atual panorama de execução da estratégia do MPF pode ser visualizado pelos resultados positivos de grande parte dos 17 indicadores, que estão em plena mensuração, do total de 32 indicadores definidos. Sob outro ângulo, no mesmo período, 22 projetos de relevante interesse – cinco finalizados e 17 em execução – alavancam novos serviços e ferramentas, além de

auxiliar na disseminação de políticas e diretrizes impulsionadoras de recursos necessários para dobrar a estratégia para os órgãos e unidades funcionais.

Com a implantação de um sistema de medição de desempenho e seus resultados,   perceptível a evolução da gestão do MPF, notadamente em temas estruturantes. Além disso, está se estruturando a medição dos indicadores dos planejamentos temáticos, o que trará avanços na mensuração da

atividade finalística da instituição.

Os primeiros passos para o avanço na perspectiva de aprendizado e crescimento foram dados por meio de investimentos em novas tecnologias e na customização de sistemas. Iniciou-se também um desenvolvimento melhor estruturado de lideranças e de competências essenciais para os servidores em geral, mas ainda se requer um aperfeiçoamento dos procedimentos organizacionais, com bastante espaço para a melhora da produtividade.

A perspectiva de processos internos indica a necessidade de fortalecimento de várias estruturas internas para que o MPF alcance outros níveis de resultados. Entre as estruturas estão as de apoio à investigação, à segurança institucional, ao suporte pericial e aos gabinetes de membros. Nesses aspectos, as leis orçamentárias anuais têm permitido crescimentos limitados, exigindo que a sustentabilidade orçamentária incorpore novos indicadores que captem a alocação de recursos à execução do planejamento.

Com a reorganização das estruturas, possivelmente em pouco tempo, todo o MPF estará

redesenhado para a concepção do novo modelo de gestão em construção que motiva e estimula a participação e discussão de critérios transparentes antes da tomada de decisão. Ressalta-se que o modelo de atuação ainda carece de revisão. Conforme o avanço dos planejamentos temáticos, será possível a melhor definição das intenções e das opções estratégicas finalísticas do MPF.

A comunicação e o relacionamento com o cidadão avançam com a construção, pela primeira vez, da política de comunicação do MPF, bem como da criação da Ouvidoria e de Salas de Atendi-

mento ao Cidadão. No entanto, é necessário investimento para o adequado esclarecimento dos serviços prestados pela instituição.

A implantação da estratégia é um processo e o desafio é encontrar a sequência correta de etapas e ações a serem desenvolvidas. Os resultados da perspectiva da sociedade ainda carecem de mais tempo para captarem os avanços de um novo MPF rumo a 2020 mais próximo da sociedade, privilegiando a atuação preventiva e com trabalhos em parcerias com outros órgãos, para alcançar a máxima eficiência possível.

Perspectiva: Aprendizado e Crescimento

Objetivo:
Trabalhar alinhado à estratégia com foco em resultados

Indicadores:

ID 1: Implantação do planejamento estratégico

 92% Meta: 100% até 2020

ID 2: Cumprimento da estratégia



Projetos:

Desdobramento do Planejamento Estratégico Institucional do MPF

Portal da Transparência

Sistema ÚNICO v. PRRs Judicial - Escopo Comum

Desenvolvimento de Aplicações Descentralizadas (MDD)

Escritório de Processos do MPF

Desenvolver

Sistemas de Informações Gerenciais - Fase 1 - SIG1

Modelo de Gestão de Pessoas por Competência

Sisconta Eleitoral

Assessoria de Gestão da Estratégia no MPF

Processo eletrônico

Objetivo:
Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos membros e dos servidores

Indicadores:

ID 3: Capacitação Estratégica

 37% Meta: 40%

Projetos:

Desdobramento do Planejamento Estratégico Institucional do MPF

Wiki do MPF

Plataforma de Ensino à Distância

Portal do MPF

Escritório de Processos do MPF

Desenvolver

Gestão do Clima Organizacional

Atitudes de Segurança

Modelo de Gestão de Pessoas por Competência

Assessoria de Gestão da Estratégia no MPF

Objetivo:
Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia

Indicadores:

ID 8: Implementação do Planejamento Estratégico de TI

 42% Meta: 40% até 2012

Projetos:

Desdobramento do Planejamento Estratégico Institucional do MPF

Wiki do MPF

Plataforma de Ensino à Distância

Ouvidoria (Sistema)

Escritório de Processos do MPF

Desenvolver

Sistemas de Informações Gerenciais - Fase 1 - SIG1

Modelo de Gestão de Pessoas por Competência

Sisconta Eleitoral

Assessoria de Gestão da Estratégia no MPF

Processo eletrônico

Objetivo:
Assegurar a atratividade das carreiras do MPF

Indicadores:

ID 4: Rotatividade de membros (evasão)

 0,4% Meta: Abaixo de 1%

ID 5: Rotatividade de servidores (evasão)

 4,8% Meta: Abaixo de 5%

ID 6: Clima Organizacional (membros)



ID 7: Clima Organizacional (servidores)

 51% Meta: 80% até 2020

Projetos:

Desenvolver

Gestão do Clima Organizacional

Modelo de Gestão de Pessoas por Competência

Nota

Mensuração realizada em julho de 2013.

Legenda

Indicador com monitoramento implementado e resultado em situação desejável (acima de 80% da meta).



Indicador com monitoramento implementado e resultado em situação crítica (de 0% a 60% da meta).



Indicador com mensuração em construção ou sem a comunicação de informações atualizadas



Figura 11.6 – Objetivos, projetos e indicadores da perspectiva Aprendizado e Crescimento.

Perspectiva: Processos Internos

Comunicação e Conhecimento

Objetivo:

Institucionalizar uma política que aperfeiçoe a comunicação interna, a comunicação com a sociedade e a comunicação com a imprensa

Indicadores:

ID 11: Repercussão na Mídia

96% Meta: em fase de estudo

ID 12: Comunicação Interna

42% Meta: 90%

Projetos:

- Wiki do MPF
- Plataforma de Ensino à Distância
- Portal do MPF
- Portal da Transparência
- Política de Comunicação
- Escritório de Processos do MPF
- Produção de Campanhas Publicitárias do MPF

Objetivo:

Implementar o processo de Gestão do Conhecimento

Indicadores:

ID 13: Acesso ao banco de "boas práticas" (Wiki)

194 MIL ACESSOS Meta: 80 mil acessos

Projetos:

- Desdobramento do Planejamento Estratégico Institucional do MPF
- Wiki do MPF
- Plataforma de Ensino à Distância
- Portal do MPF
- Portal da Transparência
- Sistema ÚNICO v. PRRs Judicial - Escopo Comum
- Desenvolvimento de Aplicações Descentralizadas (MDD)
- Escritório de Processos do MPF
- Desenvolver
- Sistemas de Informações Gerenciais - Fase 1 - SIG1
- Sisconta Eleitoral
- Assessoria de Gestão da Estratégia no MPF

Objetivo:

Fomentar relacionamento com públicos de interesse

Projetos:

- Wiki do MPF
- Ouvidoria (Sistema)
- Portal do MPF
- Portal de Transparência
- Política de Comunicação
- Produção de Campanhas Publicitárias do MPF

Nota

Mensuração realizada em julho de 2013.

Legenda

Indicador com monitoramento implementado e resultado em situação desejável (acima de 80% da meta).

Indicador com monitoramento implementado e resultado em situação crítica (de 0% a 60% da meta).

Sustentabilidade Orçamentária

Objetivo:

Assegurar a transparência e a qualidade do gasto e da gestão orçamentária

Indicadores:

ID 9: Cumprimento da LOA

97% Meta: 95%

ID 10: Planejamento orçamentário

99% Meta: 91%

Projetos:

- Portal do MPF
- Portal da Transparência
- Escritório de Processos do MPF
- Sistemas de Informações Gerenciais - Fase 1 - SIG1
- Assessoria de Gestão da Estratégia no MPF

Objetivo:

Estabelecer prioridades claras na realização de investimentos

Indicadores:

ID 9: Cumprimento da LOA

97% Meta: 95%

ID 10: Planejamento orçamentário

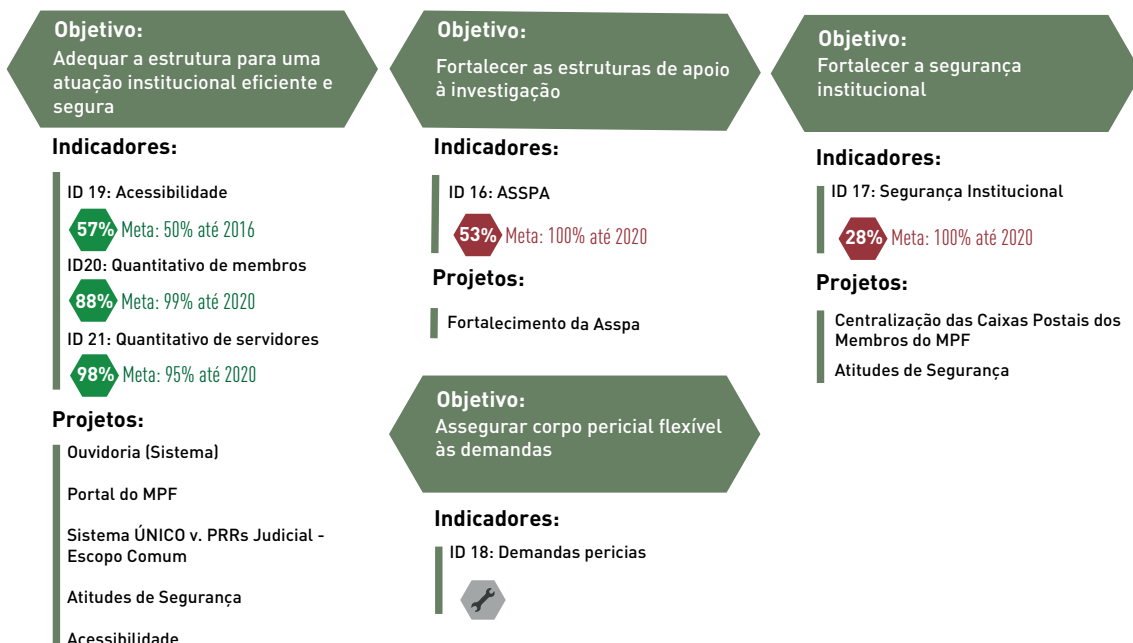
99% Meta: 91%

Projetos:

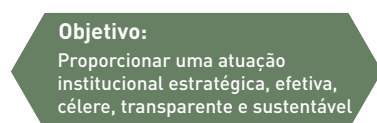
- Desdobramento do Planejamento Estratégico do MPF
- Portal da Transparência
- Escritório de Processos do MPF
- Sistemas de Informações Gerenciais - Fase 1 - SIG1
- Assessoria de Gestão da Estratégia no MPF

Perspectiva: Processos Internos

Estrutura



Modelo de Gestão



Indicadores:

ID 14: Gestão ambiental



ID 15: Transparência



Projetos:

Desdobramento do Planejamento Estratégico Institucional do MPF

Ouvidoria (Sistema)

Portal da Transparência

Sistema ÚNICO v. PRRs Judicial - Escopo Comum

Escritório de Processos do MPF

Desenvolver

Gestão socioambiental

Produção de Campanhas Publicitárias do MPF

Modelo de Gestão de Pessoas por Competência

Sisconta Eleitoral

Assessoria de Gestão da Estratégia no MPF

Processo eletrônico

Nota

Mensuração realizada em julho de 2013.

Legenda

Indicador com monitoramento implementado e resultado em situação desejável (acima de 80% da meta).



Indicador com monitoramento implementado e resultado em situação crítica (de 0% a 60% da meta).



Indicador com mensuração em construção ou sem a comunicação de informações atualizadas



Figura 11.8 – Objetivos, projetos e indicadores da perspectiva Processos Internos (II).

Perspectiva: Processos Internos

Fortalecimento da Instituição



Modelo de atuação

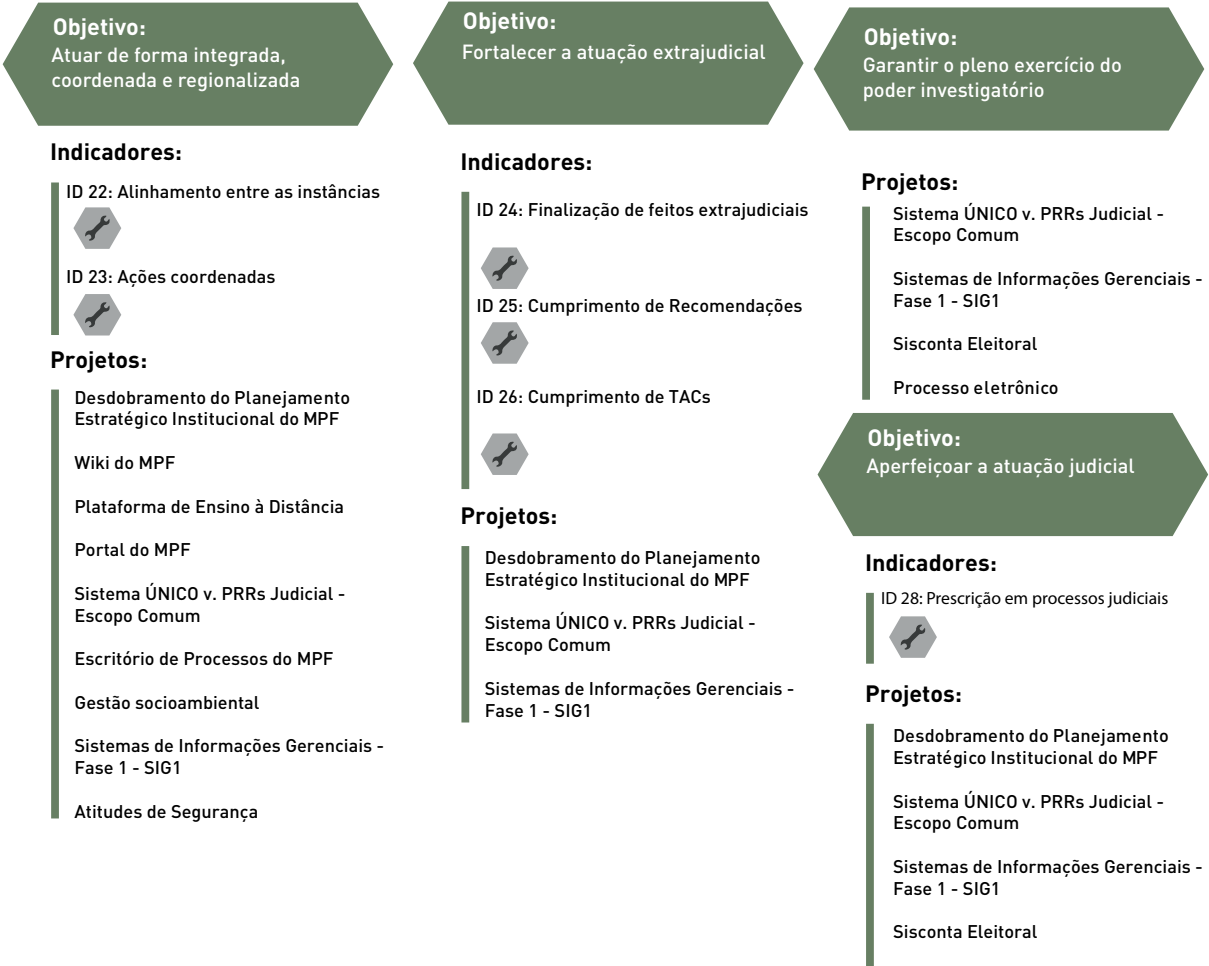


Figura 11.9 – Objetivos, projetos e indicadores da perspectiva Processos Internos (III).

Perspectiva: Sociedade

Ser percebida como uma Instituição que atue efetivamente na defesa da sociedade por meio de:



Figura 11.10 – Objetivos, projetos e indicadores da perspectiva Sociedade.

11.6. DESDOBRAMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Objetivo Estratégico	Principais desdobramentos da estratégia 2011-2013 (Políticas, Diretrizes Nacionais e iniciativas)
OE 1. Trabalhar alinhado à estratégia com foco em resultados	• Reformulação do site modernização e publicação para o público externo. • Projeto Desdobramento do Planejamento Estratégico Institucional (DEPEI). • Projeto UGEs – Implantação das Unidades de Gestão Estratégica. • Projeto de Modernização dos Gabinetes de Membros.
OE 2. Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos membros e dos servidores	• Novo modelo de levantamento de necessidades de treinamento. • Programa de Desenvolvimento Gerencial voltado aos Procuradores-Chefes. • Programa de Desenvolvimento Gerencial voltado aos ocupantes de cargo gerencial. • Pós-Graduação em áreas estratégicas.
OE 3. Assegurar a atratividade das carreiras do MPF	• Projeto Gestão do Clima Organizacional. • Projeto de Lei nº 2199/2011 de reestruturação do plano de carreira de analista e técnico. • Projeto de Lei nº 5491/2013 para reajuste de cargos em comissão e redução do período de remoção para servidores.
OE 4. Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia	• Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI). • (PDTI). • Catálogo de Serviços de Tecnologia da Informação. • Projeto Processo Judicial Eletrônico. • Sistema Único. • Projeto Sistema de Informações Gerenciais.
OE 5. Assegurar a transparência e a qualidade do gasto e da gestão orçamentária	• Novo Ordenamento Administrativo. • Implantação de pregão eletrônico. • Novo modelo para serviços de impressão (outsourcing). • Portal da Transparência.
OE 6. Estabelecer prioridades claras na realização de investimentos	• Novo Ordenamento Administrativo. • Política de renovação de parque tecnológico. • Política de renovação da frota de veículos. • Política de Infraestrutura de Tecnologia da Informação.
OE 7. Institucionalizar uma política que aperfeiçoe a comunicação interna, a comunicação com a sociedade e a comunicação com a imprensa	• Política de Comunicação. • Projeto Campanhas Publicitárias Institucionais. • Portal do MPF. • Realização do Dia da Estratégia.
OE 8. Implementar o processo de Gestão do Conhecimento	• Política de Gestão Documental. • Projeto Wiki - banco de conhecimento colaborativo do MPF. • Estatísticas do MPF (Portaria PGR nº 551/2011). • Mapas de atuação funcional.
OE 9. Fomentar relacionamento com públicos de interesse	• Promoção de audiências e consultas públicas. • Agendas setoriais da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão com públicos de interesse na área do consumidor e ordem econômica sob as diretrizes estratégicas: fortalecimento da autoridade, contribuição com soluções eficientes para a melhoria das boas práticas regulatórias e preferência pela atuação preventiva e não-judicial.
OE 10. Proporcionar uma atuação institucional estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável	• Diretrizes de planejamento de compras e contratações (PGR nº 747/2012) • Programa de Gestão Socioambiental. • Aperfeiçoamento da Política de Gestão do Patrimônio Documental com a Portaria PGR nº 19/2013 que institui o Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos do Ministério Público Federal. • Diário do MPF Eletrônico (DMPF-e).
OE 11. Fortalecer as estruturas de apoio à investigação	• Fortalecimento da Assessoria de Análise e Pesquisa (Asspa). • Regulamento da Asspa.

Objetivo Estratégico	Principais desdobramentos da estratégia 2011-2013 (Políticas, Diretrizes Nacionais e iniciativas)
OE 12. Fortalecer a segurança institucional	• Política de Segurança Institucional. • Plano de Segurança Orgânica. • Cursos especializados de segurança institucional para membros e servidores. • Realização de assessorias técnicas de segurança nos estados.
OE 13. Assegurar corpo pericial flexível às demandas	• Mapeamento do processo de trabalho de suporte técnico pericial à atuação do MPF.
OE 14. Adequar a estrutura para uma atuação institucional eficiente e segura	• Reestruturação das Câmaras de Coordenação e Revisão, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, das Secretarias Nacionais, das Procuradorias Regionais da República e dos gabinetes de Subprocuradores da República. • Projeto padrão para implementação de PRMs.
OE 15. Atuar de forma integrada, coordenada e regionalizada	• Criação dos Núcleos de Apoio Operacional à PFDC (Naops) - Portaria PGR nº 653/2012. • Corregedoria Descentralizada - criada a partir da Resolução nº 123/2011 do CSMPF.
OE 16. Fortalecer a atuação extrajudicial	• Planejamentos temáticos das Câmaras de Coordenação e Revisão e PFDC.
OE 17. Aperfeiçoar a atuação judicial	• Planejamentos temáticos das CCRs e PFDC.
OE 18. Garantir o pleno exercício do poder investigatório	• Desenvolvimento do Portal Asspa. • Curso Nacional de pesquisadores Asspa. • Nivelamento técnico no curso de ingresso e vitaliciamento dos novos Procuradores da República com relação aos instrumentos investigatórios disponibilizados pela Asspa. • Aperfeiçoamento do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (Simba). • Projeto Sistema de Investigação Telefônica e Telemática (Sittel). • Projeto Sistema de Investigação de Contas Eleitoral (Sisconta Eleitoral). • Projeto Sistema de Investigação Fiscal (Sisfisco).
OE 19. Fomentar e acompanhar a produção de proposições legislativas no interesse da realização da Missão	• Projeto para adquirir um Sistema de Acompanhamento das Atividades Parlamentares. • Desenvolvimento de projeto para criação de site para acompanhamento legislativo das proposições de interesse do MPF.
OE 20. Buscar maior protagonismo da Instituição perante a sociedade civil em temas relevantes para o MPF	• Implementação da diretriz de realização de consultas públicas em todo país.
OE 21. Combate à criminalidade e à corrupção	• Planejamentos temáticos das Câmaras de Coordenação e Revisão e PFDC. • Plano de Ação da Função Eleitoral. • Grupo Executivo Nacional da Função Eleitoral (Genafe).
OE 22. Proteção do Regime Democrático e promoção dos Direitos Fundamentais	• Planejamentos temáticos das Câmaras de Coordenação e Revisão e Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. • Plano de Ação da Função Eleitoral. • Grupo Executivo Nacional da Função Eleitoral (Genafe).
OE 23. Atuação preventiva	• Planejamentos temáticos das Câmaras de Coordenação e Revisão e Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. • Plano de Ação da Função Eleitoral. • Grupo Executivo Nacional da Função Eleitoral (Genafe).

Objetivo Estratégico	Principais desdobramentos da estratégia 2011-2013 (Políticas, Diretrizes Nacionais e iniciativas)
OE 24. Aproximação com o cidadão	• Mapeamento e redesenho do subprocesso de Atendimento ao Público. • Projeto de implantação das Salas de Atendimento ao Cidadão. • Criação da Ouvidoria - Portaria PGR/MPF nº 519/2012. • Criação do Serviço de Informações ao Cidadão do MPF (SIC-MPF) por meio da Portaria PGR/MPF nº 246/2012. • Produção de cartilha de acessibilidade com orientações técnicas voltadas à adequação do acesso das pessoas com deficiência às unidades do MPF. • Realização de audiências e consultas públicas.
OE 25. Trabalho em grupo e parcerias	• 46 convênios com outros órgãos com objetivo de fortalecer a fiscalização e o poder investigatório • Cooperação técnica com os Ministérios Públicos de Cabo Verde, Moçambique, Paraguai e Uruguai para formação nas áreas de persecução penal e de tutela coletiva e publicação de manuais • Colaboração em atividades de capacitação com Ministério Público do Uruguai e de Cabo Verde sobre combate aos delitos cibernéticos, ao tráfico de pessoas e tráfico de drogas • Colaboração com o “Programa Nacional Integrado para o Paraguai” que visa o fortalecimento das instituições paraguaias e é desenvolvido pela Agência Brasileira de Cooperação e pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime • Parceria com a Escola Superior do Ministério Público da União em projetos de cooperação técnica com os Ministérios Públicos de Cabo Verde, Moçambique, Paraguai e Uruguai • Acordo entre o MPF e a Secretaria-Geral da Rede Ibero-americana de Cooperação Jurídica Internacional (IberREDE) para acesso ao Sistema Seguro de Comunicação” e “Memorando de Entendimento entre o MPF e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, com vistas à participação da Rede Hemisférica de Intercâmbio de Informações para o auxílio mútuo em matéria penal e extradição. • Participações dos Procurador-Geral da República em Reuniões Especializadas de Ministérios Públicos do Mercosul para intensificar ações conjuntas de prevenção, investigação e repressão ao crime organizado transnacional.

Tabela 11.1 – Principais desdobramentos dos objetivos estratégicos.

11.6.1 Portfólio de processos

Para identificar os macroprocessos do MPF e os respectivos processos organizacionais, foi feita análise documental que balizou as discussões de fóruns de redesenho de processo. Dessa forma, foram identificados quatro macroprocessos: gestão de pessoas; gestão de tecnologia da informação e comunicação; suporte institucional; e defesa dos interesses da sociedade. De um total de 36 rotinas de trabalho redesenhadas ao longo do Projeto de Modernização da Gestão Administrativa, foram priorizados alguns fluxos para a manualização pelo Escritório de Processos do MPF. A figura ao lado destaca os processos manualizados e redesenhados. Ela está dividida em três níveis: macroprocessos, processos e subprocessos.

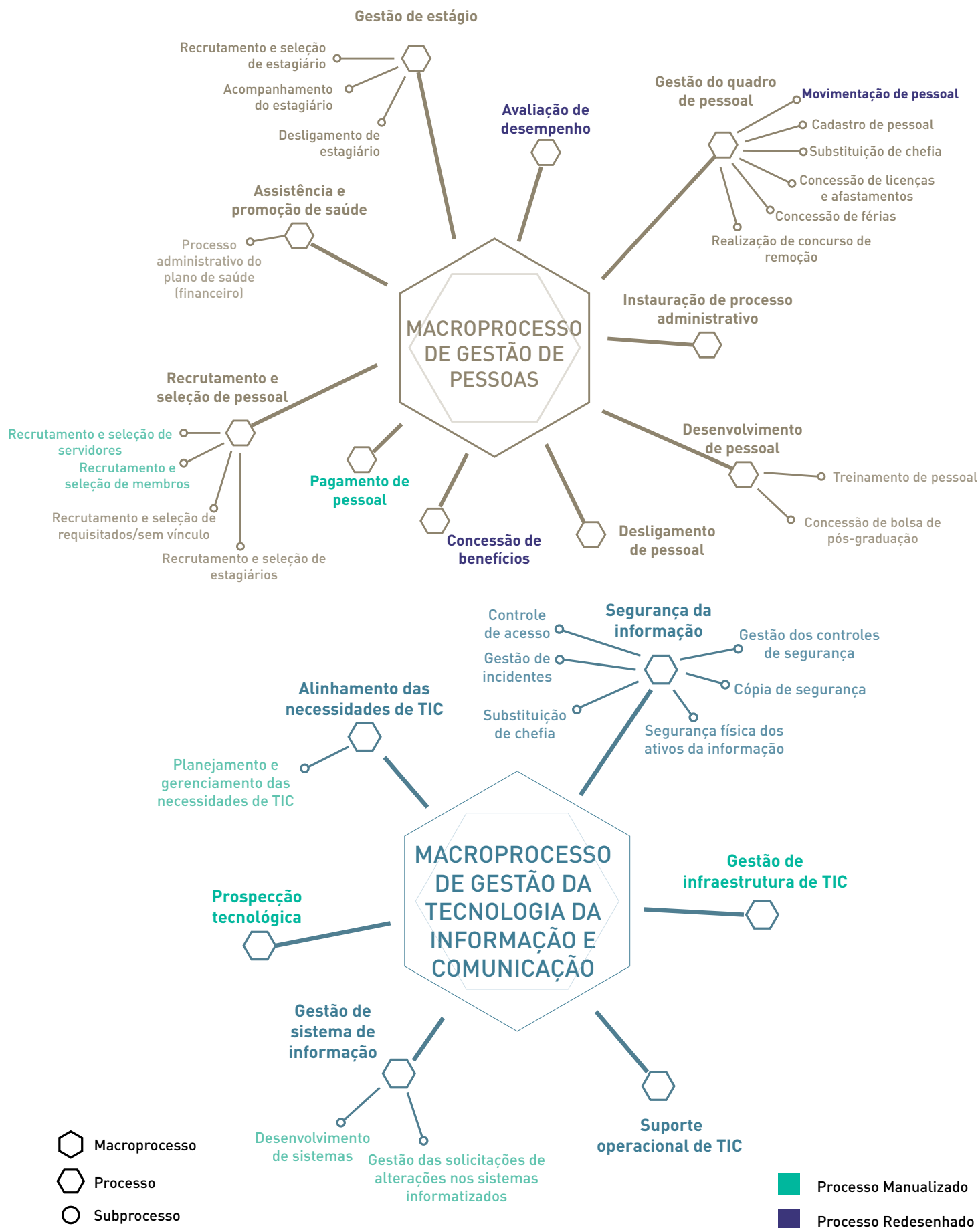


Figura 11.11 – Panorama dos macroprocessos de gestão de pessoas e de gestão da tecnologia da informação e comunicação.

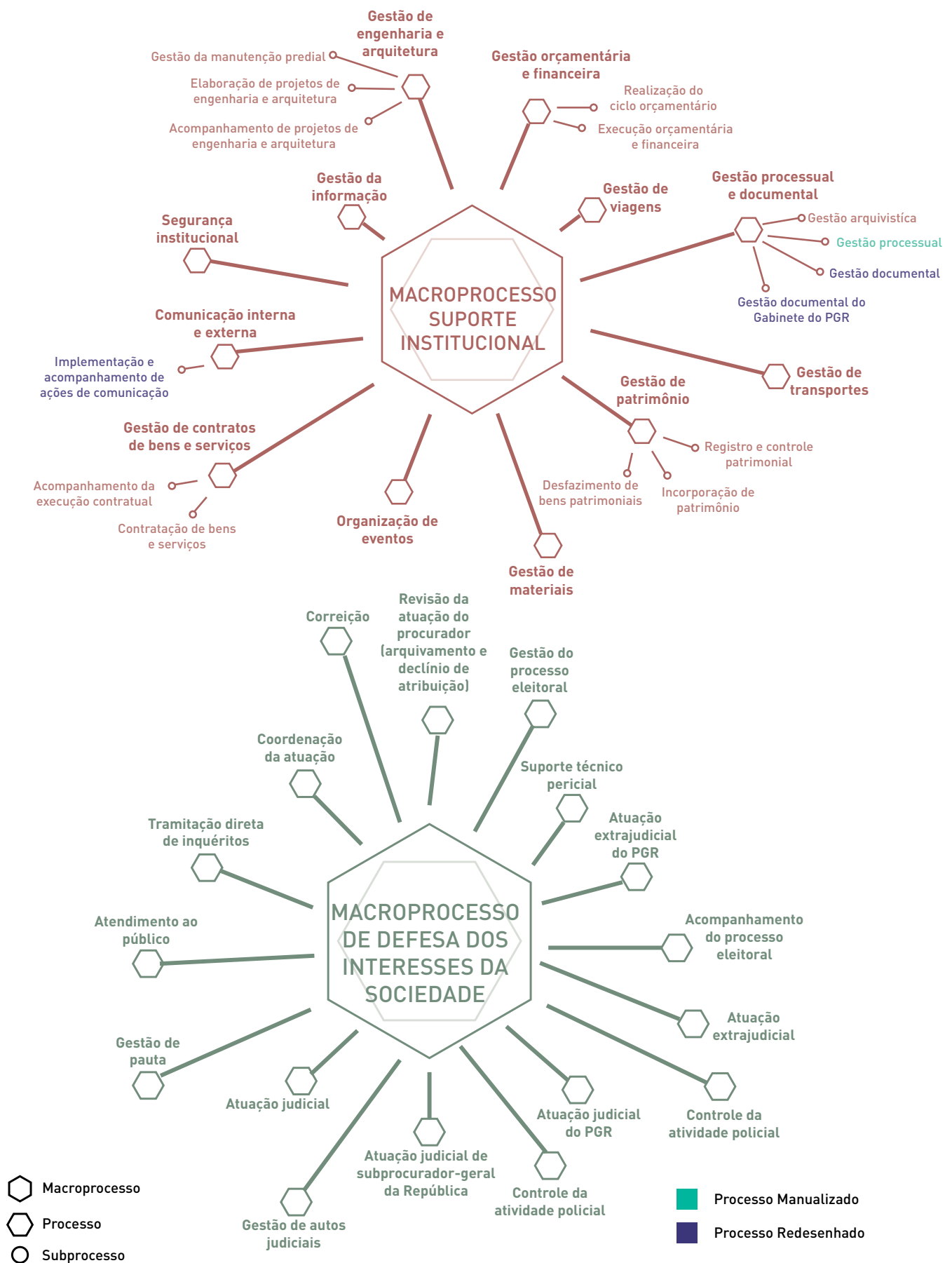


Figura 11.12 – Panorama dos macroprocessos de suporte institucional e de defesa dos interesses da sociedade.

11.6.2 Portfólio de projetos e impactos

A execução da estratégia definida no planejamento decenal requer transformar paradigmas e modelos mentais, processos de trabalho e gerar inovação pretendida para o futuro. Uma das formas adotadas pelo MPF para obter melhores resultados é a execução de uma gama extensa de projetos, conforme metodologia definida e adaptada ao setor público. Essa prática tem promovido melhor controle de prazos, custos, escopo e qualidade dos produtos ou serviços desenvolvidos.

A gestão por projetos permite um olhar ampliado dos esforços que estão sendo empreendidos e

o prazo estimado de novas soluções e implementações de modo a verificar o grau de cumprimento da estratégia e o engajamento das unidades.

O diagrama de impacto (Figura 11.13) busca demonstrar graficamente o panorama de relações entre os projetos de destaque do MPF e as unidades da instituição com atividades demandadas por esses projetos. As unidades estão nele representadas por quadros que envolvem os projetos aos quais estão atreladas, dessa forma, as dimensões desses quadros representam o quanto a unidade é impactada. Essas relações cons-

tam de documentação apresentada à Amge referente à gestão dos projetos.

A figura fotografa o grau de contribuição das áreas com as iniciativas de alto impacto para o MPF e para a sociedade, a integração de esforços e também o alinhamento para a consecução dos projetos que contêm destacada relevância. O quantitativo de 22 projetos de destaque, sendo cinco encerrados, 13 em execução e quatro na fase de planejamento, indica que o planejamento na gestão do MPF está tomando corpo e sendo disseminado pela instituição.

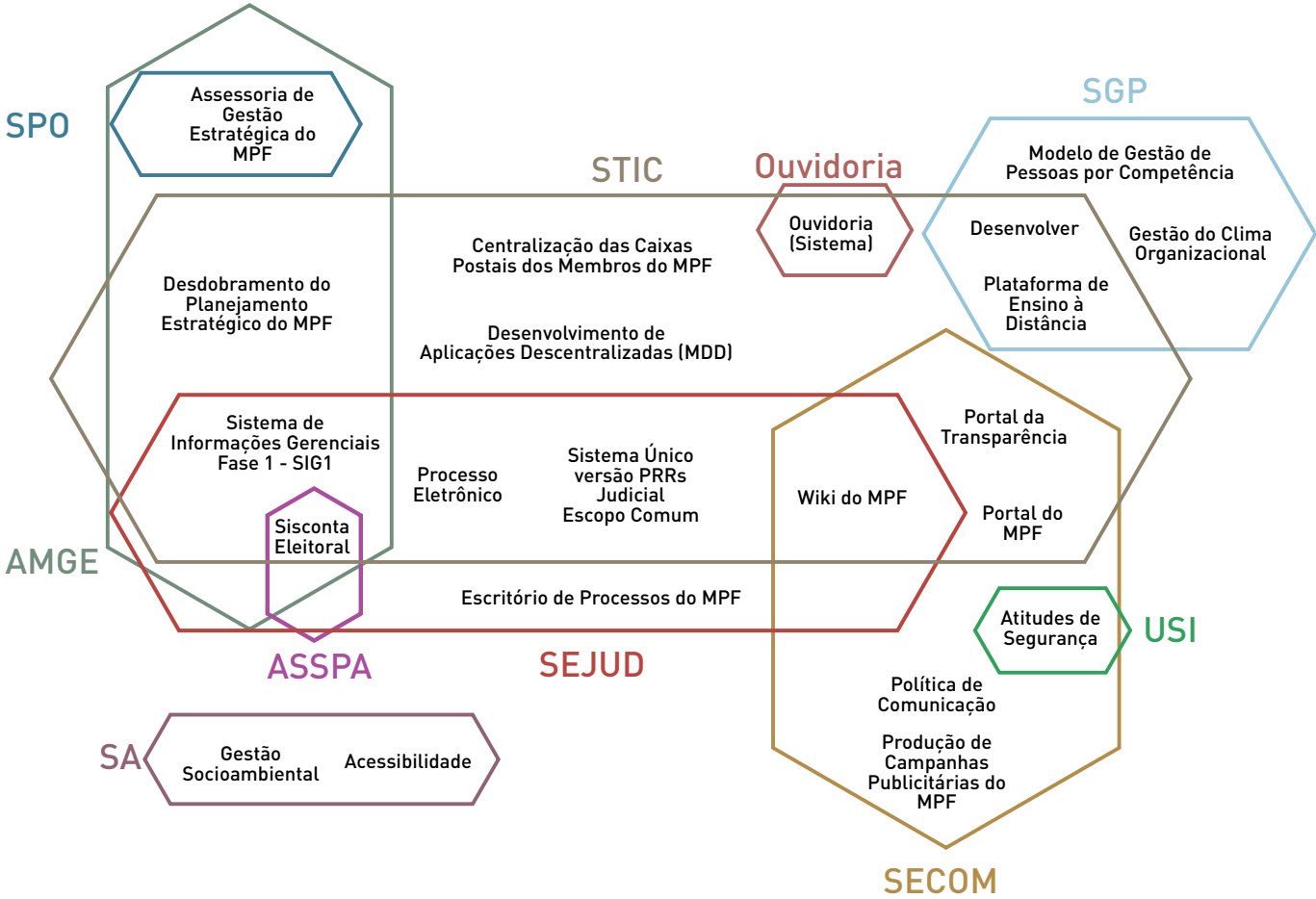


Figura 11.13 – Diagrama de impacto das contribuições das áreas com as iniciativas de alto impacto para o MPF e para a sociedade.

Projetos	Descrição	Unidades demandadas	Fase	Início/ Duração em dias/ Término		
Wiki do MPF	Implantação da tecnologia Wiki no MPF, que busca organizar e compartilhar o conhecimento, e tornar o fluxo de informações mais dinâmico e eficiente.	SGP, Secom, STIC, Sejud	Encerrado	25/04/2011	220	27/04/2012
				100%		
Desdobramento do Planejamento Estratégico do MPF	Visa ao alinhamento estratégico e à modernização do MPF por meio da elaboração de planejamentos temáticos, painéis de contribuição e planos de ação.	Amge, SA, Secom, Sejud, SGP, SPO, SSIS, STIC	Encerrado	05/12/2011	341	03/04/2013
				100%		
Portal da Transparência	Aperfeiçoar o Portal da Transparência do MPF, disponibilizando dados de ordem administrativa e de atuação institucional de seus membros.	Amge, SA, Secom, Sejud, SGP, SPO, STIC	Encerrado	01/06/2012	220	12/04/2013
				100%		
Plataforma de Ensino à Distância	Proporcionar uma plataforma de ensino à distância, com capacidade para utilização em treinamentos para servidores do MPF.	STIC, SGP, Secom	Encerrado	12/09/2012	93	01/04/2013
				100%		
Ouvidoria (Sistema)	Implantação do sistema da Ouvidoria do MPF, para controle das demandas dos cidadãos com os seus respectivos encaminhamentos.	Ouvidoria, STIC	Encerrado	11/10/2012	70	20/12/2012
				100%		
Sistemas de Informações Gerenciais - Fase 1 - SIG1	Aplicar a inteligência corporativa por meio da ferramenta Business Intelligence (BI), com vistas a aperfeiçoar a gestão da informação no MPF.	Sejud, STIC	Encerrado	15/04/2013	78	01/08/2013
				100%		
Desenvolvimento de Aplicações Descentralizadas (MDD)	Viabilizar o desenvolvimento de sistemas por usuários finais e do Núcleo de Desenvolvimento de Sistemas Descentralizados do MPF.	SGP, STIC	Encerrado	03/09/2012	207	27/06/2013
				100%		
Política de Comunicação	Estabelecer uma Política de Comunicação, baseada na elaboração participativa, garantindo a identidade e a imagem institucional do MPF.	Secom	Encerrado	17/07/2012	380	31/07/2013
				100%		
Sistema Único v. PRRs Judicial - Escopo Comum	Implementar e implantar as funcionalidades do Sistema Único, módulo judicial nas PRR's - escopo comum.	Sejud, STIC	Execução	13/08/2012	174	19/04/2013
				95,15%		
Gestão do Clima Organizacional	Analisar o ambiente de trabalho e identificar os aspectos que influenciam o clima organizacional e propor ações para tratamento dos problemas.	SGP, Secom	Execução	01/11/2012	190	31/07/2013
				88%		
Escritório de Processos do MPF	Implantar o Escritório de Processos no MPF.	Sejud	Execução	01/10/2012	319	31/12/2013
				77%		
Acessibilidade	Auxiliar na adequação das Unidades às normas de acessibilidade e garantir que efetivamente facilitem o acesso às pessoas com deficiência.	SA	Execução	04/02/2012	449	16/10/2013
				75%		
Produção de Campanhas Publicitárias do MPF	Produção do plano de comunicação publicitária para 2012 e 2013. Veiculação gratuita, criação e produção de material.	Secom	Execução	30/10/2012	334	19/02/2014
				52%		
Centralização da infraestrutura e do domínio de correio eletrônico do MPF	Realizar a centralização física e a administração das caixas de correio eletrônico dos membros e servidores do MPF.	STIC	Execução	15/10/2012	271	12/07/2013
				44%		
Desenvolver	Intensificar ações de treinamento, desenvolvimento e educação, necessárias à atuação do MPF e alinhadas ao PE.	Secom, SGP, STIC	Execução	02/10/2012	568	19/12/2014
				37,04%		
Gestão Socioambiental	Promoção de ações e desenvolvimento de atitudes que assegurem o uso racional dos recursos e de atitudes sustentáveis.	SA, Secom	Execução	16/10/2012	778	30/10/2012
				32%		
Modelo de Gestão de Pessoas por Competência	Instituir o modelo de gestão de pessoas por competência mais adequado à realidade de trabalho do MPF, ao invés do sistema de cargos.	SGP	Planejamento	28/02/2013	461	12/12/2014
				28%		

Projetos	Descrição	Unidades demandadas	Fase	Início/ Duração em dias/ Término
Produção de Campanhas Publicitárias do MPF	Produção do plano de comunicação publicitária para 2012 e 2013. Veiculação gratuita, criação e produção de material.	Secom	Execução	30/10/2012 334 19/02/2014 52%
Centralização da infraestrutura e do domínio de correio eletrônico do MPF	Realizar a centralização física e a administração das caixas de correio eletrônico dos membros e servidores do MPF.	STIC	Execução	15/10/2012 271 12/07/2013 44%
Desenvolver	Intensificar ações de treinamento, desenvolvimento e educação, necessárias à atuação do MPF e alinhadas ao PE.	Secom, SGP, STIC	Execução	02/10/2012 568 19/12/2014 37,04%
Gestão Socioambiental	Promoção de ações e desenvolvimento de atitudes que assegurem o uso racional dos recursos e de atitudes sustentáveis.	SA, Secom	Execução	16/10/2012 778 30/10/2012 32%
Modelo de Gestão de Pessoas por Competência	Instituir o modelo de gestão de pessoas por competência mais adequado à realidade de trabalho do MPF, ao invés do sistema de cargos.	SGP	Planejamento	28/02/2013 461 12/12/2014 28%
Portal do MPF	Levantamento de requisitos, contratação e validação dos serviços de criação do Portal do MPF.	Secom, STIC	Execução	03/10/2011 1043 30/10/2015 26%
Sisconta Eleitoral	Criar um sistema para processar e analisar os registros bancários das contas-correntes eleitorais, por meio de processos automáticos.	Asspa, Amge, STIC, Sejud	Planejamento	16/05/2013 594 31/12/2014 20%
Atitudes de Segurança	Implementação da Política de Segurança Institucional por meio da criação de um programa de educação e de padrões de procedimentos.	SA, Secom	Execução	02/01/2013 767 30/12/2015 16%
Implantação das Unidades de Gestão Estratégica	Implantação de assessoria para gestão da estratégia em cada unidade, englobando o monitoramento da execução da estratégia.	Amge, SGP, SPO, Secom	Planejamento	01/06/2013 200 30/03/2014 14%

Tabela 11.2 – Projetos desenvolvidos no MPF.

11.7 PLANEJAMENTOS ESTRATÉGICOS TEMÁTICOS

Segundo a Lei Complementar nº 75/93, arts. 60 e 62, as CCRs do MPF são os órgãos setoriais de coordenação, de integração e de revisão do exercício funcional na instituição. Elas devem promover a integração e a coordenação dos órgãos institucionais que atuem

em escritórios ligados à temática, manter intercâmbio com órgãos ou entidades que atuem em áreas afins, encaminhar informações técnico-jurídicas aos órgãos institucionais, manifestar-se sobre o arquivamento de inquérito policial, inquérito parlamentar

ou peças de informação, exceto nos casos de competência originária do Procurador-Geral da República. Além disso, devem resolver sobre a distribuição especial de feitos que, por sua contínua reiteração, devam receber tratamento uniforme;

resolver sobre a distribuição especial de inquéritos, feitos e procedimentos, quando a matéria, por sua natureza ou relevância, assim o exigir; decidir os conflitos de atribuições entre os órgãos do MPF.

À PFDC cabe dialogar e interagir com órgãos de Estado, organismos nacionais e internacionais e representantes da sociedade civil, persuadindo os poderes públicos para a proteção e defesa dos direitos individuais indisponíveis, coletivos e difusos – tais como

dignidade, liberdade, igualdade, saúde, educação, assistência social, acessibilidade, acesso à justiça, direito à informação e livre expressão, reforma agrária, moradia adequada, não discriminação, alimentação adequada, dentre outros. A PFDC também tem a função de integrar, coordenar e revisar a atuação dos Procuradores Regionais dos Direitos do Cidadão de cada estado da federação, subsidiando-os na sua atuação e promovendo uma ação unificada em todo o território nacional.

O projeto DEPEI disponibilizou ferramentas de gestão para serem o elo entre a estratégia definida e a efetiva coordenação nas seguintes áreas: constitucional (1ª CCR), criminal (2ª CCR), consumidor e ordem econômica (3ª CCR), meio ambiente e patrimônio cultural (4ª CCR), patrimônio público e social (5ª CCR), populações indígenas e comunidades tradicionais (6ª CCR) e direitos do cidadão (PFDC). Tais iniciativas visam proporcionar a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

11.7.1 Estágio dos Planejamento Estratégicos Temáticos

O planejamento temático das CCRs e PFDC ainda estão em fase de consolidação da sua formulação, com o cadastramento de seus objetivos e indicadores no Sistema Channel. Ao total foram definidos 59 objetivos estratégicos, 146 ações e 68 indicadores que deverão refletir na forma de trabalho dos setores

de apoio e na atuação dos membros que atuam em cada temática.

Os planejamentos temáticos geraram quatro produtos: mapa estratégico temático, a descrição dos objetivos estratégicos, os indicadores e o portfólio de ações – composto por plano de ação, matriz de avaliação de ação

e gráfico de Gantt. Ao se dotar esses órgãos com ferramentas de gestão moderna, a instituição, ao longo do tempo, passará por um processo de aprendizado, por meio da análise dos indicadores e do que foi possível ou não ser realizado, com o registro dos seus motivos.



Figura 11.14 – Estágio dos planejamentos estratégicos temáticos das CCRs e PFDC.

11.7.2. Planejamento Estratégico Temático: Constitucional



Figura 11.15 – Mapa temático da 1ª CCR do MPF.

“Para que o Ministério Público continue forte, é necessário que a sociedade tenha a compreensão perfeita do que é sua atuação. Por isso, o planejamento estratégico veio em boa hora”

Eitel Santiago, Subprocurador-Geral da República e Coordenador da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão

11.7.2.1. Planejamento Estratégico Temático: Constitucional

INDICADORES E AÇÕES	
Constitucional e Infraconstitucional do Ministério Público Federal	
Indicador (es): 1. Número de instrumentos de comunicação realizados Ações: 1. Criação de meios para orientar a sociedade sobre o papel da 1ª CCR 2. Efetuar diligências instrutórias para casos específicos e prioritários	Indicador (es): 1. Prestação de contas à sociedade Ações: 1. Sistematizar as informações referentes à temática da 1ª CCR, para fácil acesso pela sociedade 2. Dar publicidade aos trabalhos de maior repercussão 3. Prestar contas à sociedade sobre a atuação da 1ª CCR
Indicador (es): 1. Reclamações dos cidadãos Ações: 1. Tornar efetiva a atividade de Coordenação da 1ª CCR em matérias de caráter nacional 2. Criar Grupos de Trabalho	Indicador (es): 1. Número de manifestações de não intervenção Ações: 1. Aperfeiçoar as estatísticas, acerca da atuação <i>custos legis</i> nas unidades do MPF
Indicador (es): 1. Número de recomendações expedidas e TACs firmados Ações: 1. Estimular a adoção de instrumentos extrajudiciais para satisfação dos interesses coletivos 2. Criação de Grupo de Trabalho para revisão da normatização vigente	Indicador (es): 1. Número de programas, projetos e ações com orçamento aprovado Ações: 1. Buscar os recursos orçamentários necessários à implementação dos objetivos temáticos da 1ª CCR
Indicador (es): 1. Manualização dos fluxos de informação críticos Ações: 1. Modernizar a gestão da informação da 1ª CCR na área de Tecnologia da Informação e Comunicação 2. Propor mapeamento acerca do fluxo de informação entre a 1ªCCR e os demais setores e unidades	
Indicador (es): 1. Índice de capacitação dos membros 2. Índice de capacitação dos servidores Ações: 1. Elaboração de lista de Treinamento	Indicador (es): 1. Realização de encontros nacionais ou regionais Ações: 1. Criação de Banco de Dados 2. Elaboração de uma política de Encontros nacionais e regionais

Tabela 11.3 – Indicadores e ações da 1ª CCR.

11.7.2.2. Destaques da atuação na temática Constitucional e Infraconstitucional

Na temática constitucional e infraconstitucional, destacam-se ações voltadas à garantia do acesso à saúde de qualidade pela população, decisões de repercussão com impacto em Conselhos Nacionais e para a aplicação de provas de concurso público.

A criação do Grupo de Trabalho na área da saúde, constituído por membros das cinco regionais, tem como missão avaliar as dificuldades para superar alguns entraves na prestação de serviços relacionados à temática. Nesse contexto, ressalta-se o acionamento do Ministério da Saúde (MS) para prestar informações atinentes:

- ao acesso dos brasileiros a medicamentos de alto custo (especializados) fornecidos pelo SUS;
- às restrições de atendimento, como o condicionamento à prova de solicitação de medicamento por médico credenciado pelo SUS ou à hipossuficiência, indicando a base legal para tal condicionamento;
- ao tratamento dispensado aos estrangeiros residentes no País, quanto ao acesso aos medicamentos de alto custo, fornecidos pelo SUS, indicando as formas de controle, especialmente nas regiões de fronteira;
- à periodicidade da fiscalização nos estados acerca do fornecimento dos medicamentos de alto custo;
- ao cumprimento das normas do MS, em especial em relação à implantação do Sistema Hórus (Sistema de Informatização dos Cadastros).

O MS já se pronunciou a respeito e os saldos de tal ação já estão sendo colhidos.

Em decorrência do Grupo de Trabalho, o MPF, por meio da 1ª CCR, recomendou aos representantes estaduais que oficiassem as 27 Secretarias Estaduais, incluindo o Distrito Federal, para que se pronunciassem quanto às providências que estão sendo adotadas para se adequar à Lei nº 12.732/12 – dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna –, especialmente no que se refere à obediência ao prazo máximo de 60 dias, após a conclusão do diagnóstico, para início do tratamento dos pacientes; ao tempo do diagnóstico; às medidas adotadas pelo estado para a implementação do Sistema Hórus e ao procedimento elaborado pelo Estado para atender à regionalização estabelecida na lei.

Um outro grande marco da Temática Constitucional e Infraconstitucional foi a realização da Audiência Pública, intitulada “Dia da Mobilização Nacional pela Efetivação do Direito ao Início do Tratamento do Câncer no SUS”, realizada no Distrito Federal, Amapá, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte e São Paulo. O evento teve como objetivo debater os problemas relacionados à assistência médica, hospitalar e ambulatorial oferecida a pessoas acometidas por neoplasia maligna. Além disso, buscou proporcionar a reflexão sobre as providências que o Poder Público precisa tomar para conferir efe-

tividade às disposições da Lei nº 12.732/2012, que entrou em vigor na data das audiências, dia 22 de maio de 2013. Entre os participantes das audiências, estiveram representantes do Congresso Nacional, do Ministério da Saúde, do Conselho Federal de Medicina, da Sociedade Brasileira de Cancerologia e de associações civis ligadas ao tratamento do câncer.

Vale destacar o aumento em 2013 da produtividade tanto da atividade de revisão do Colegiado da 1ª CCR do MPF quanto dos seus representantes espalhados em todo o país, haja vista que, em 2012, foram recebidos 1706 procedimentos para a deliberação de seus membros. A revisão desses procedimentos foi distribuída em 8 sessões ordinárias, onde foram julgados 1035 procedimentos, ao passo que no período de janeiro a maio de 2013, a 1ª CCR do MPF já recebeu e distribuiu entre seus membros titulares e suplentes, um total de 718 procedimentos para o exercício de sua atividade revisional. Nesse período, já foram realizadas três sessões ordinárias e deliberados 339 procedimentos. Dessa forma, de janeiro a junho de 2013, quando comparados ao mesmo período do ano de 2012, houve um aumento de 151 procedimentos recebidos e distribuídos.

Em sua atividade revisional, a 1ª CCR tem tomado algumas decisões de grande repercussão. Merecem destaque:

- decisão de que os Conselhos Profissionais, por possuírem natu-

reza jurídica de autarquia corporativa, devam submeter seus servidores ao regime estatutário (Lei nº 8.112/1990), na mesma linha de entendimento do STJ (REsp 507.536/DF) e STF (RE 549211 e RE 539224);

- entendimentos reiterados de que viola o princípio do amplo acesso aos cargos públicos a aplicação das provas de concurso de âmbito nacional apenas na capital federal. Nesse caso, há necessidade de se franquear aos

candidatos a opção de realizar as provas, pelo menos, nas capitais dos estados brasileiros.

Destaque-se ainda que, no tocante à tramitação de Ações Cíveis Públicas nos últimos cinco anos, a 1ª CCR é a terceira em números de feitos, estando atrás apenas da 5ª e 4ª CCRs. De acordo com o Mapa das Ações Cíveis Públicas do MPF constante do endereço eletrônico (https://aplicativos.pgr.mpf.gov.br/mapa_acp/mpf.php), atualmente observa-se um

total de 4222 processos em tramitação em todo o território nacional. O desafio a ser perseguido é propiciar uma atuação equânime e proporcional às demandas da sociedade apresentadas nas diferentes regiões.

11.7.2.3 Estatísticas da temática Constitucional e Infraconstitucional

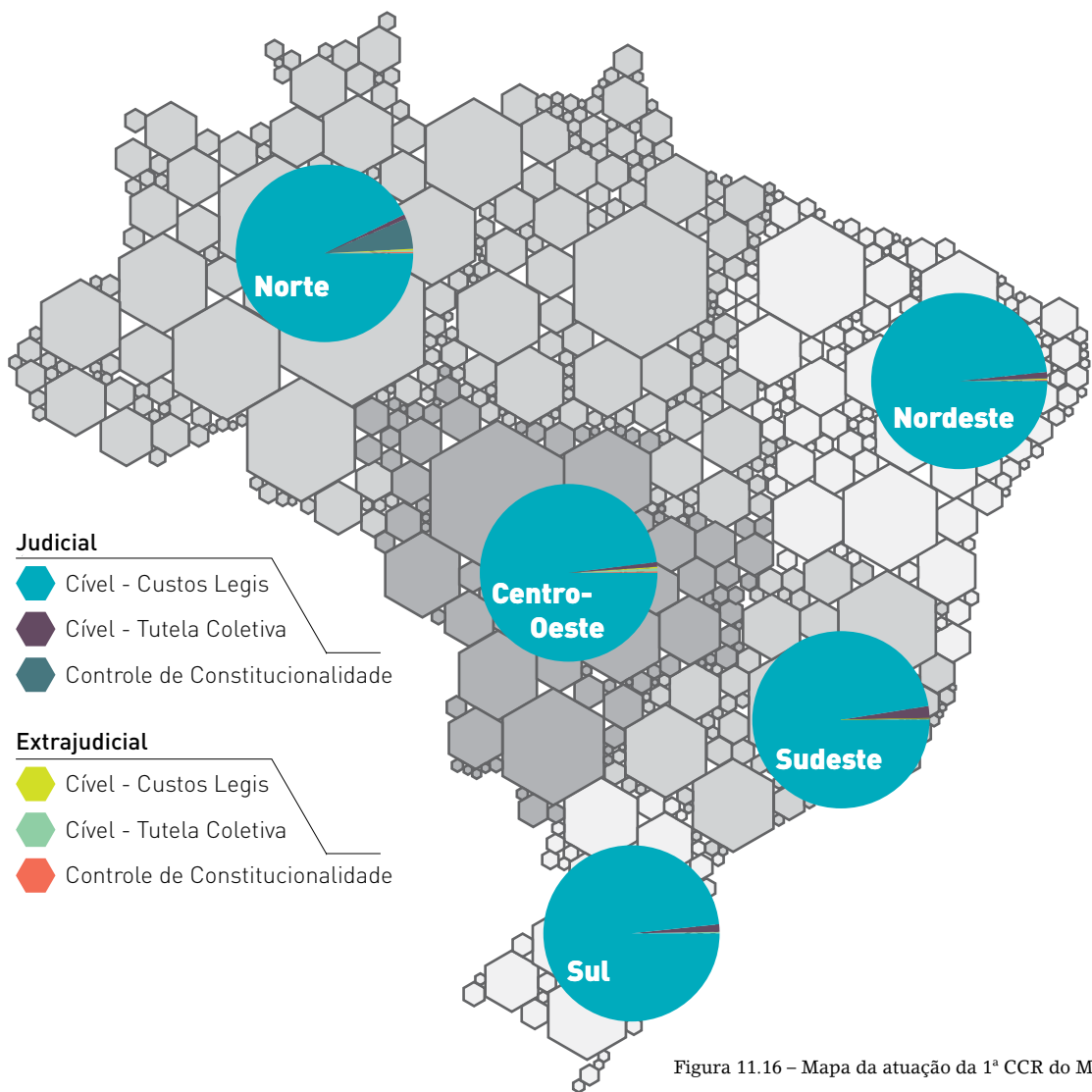


Figura 11.16 – Mapa da atuação da 1ª CCR do MPF

Distribuição Percentual dos Feitos Judiciais e Extrajudiciais por Áreas de Atuação e Região Geográfica (2012)								
Área de Atuação		N	S	SE	NE	CO	Total	2011 > 2012 ^(*)
Judicial	Cível - Custos Legis	92,81%	98,55%	97,73%	98,55%	98,30%	97,99%	-14,9% ↓
	Cível - Tutela Coletiva	1,08%	1,21%	2,12%	1,06%	0,70%	1,48%	88,3% ↑
	Controle de Constitucionalidade	5,33%	0,05%	0,01%	0,02%	0,05%	0,23%	1050,0% ↑
Extrajudicial	Cível - Custos Legis	0,36%	0,03%	0,03%	0,17%	0,15%	0,08%	56,3% ↑
	Cível - Tutela Coletiva	0,40%	0,14%	0,11%	0,19%	0,70%	0,21%	23,9% ↑
	Controle de Constitucionalidade	0,02%	0,00%	0,00%	0,01%	0,10%	0,01%	-3,2% ↓
		100%	100%	100%	100%	100%	100%	55,5% ↑

(*) Variação no quantitativo total de feitos.

Fonte: Sejud/MPF.

11.7.3 Planejamento Estratégico Temático: Criminal e Controle Externo da Atividade Policial

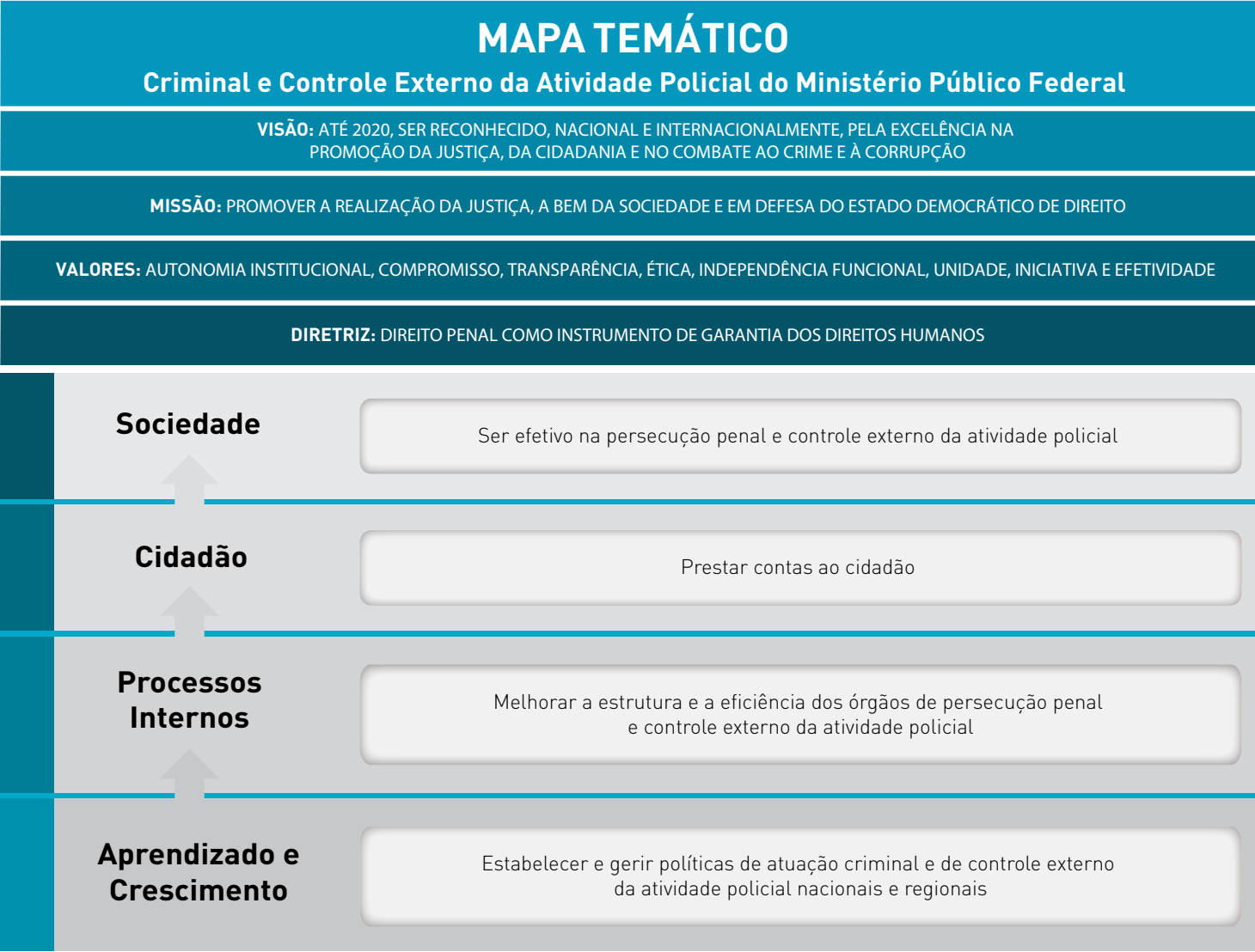


Figura 11.17 – Mapa temático da 2ª CCR do MPF.

“Os participantes realçaram a importância de a 2ª Câmara vir atuando sob a diretriz clara de que o direito penal é instrumento de proteção de direitos humanos, de agir celeremente e de criar grupos de trabalho para enfrentar graves questões criminais, mas também afirmaram a importância de aprofundar o exame dos obstáculos e das oportunidades ao bom desempenho de nossa atribuição constitucional, de modo a melhor qualificar a atuação criminal do MPF”.

Raquel Dodge, Subprocuradora-Geral da República e Coordenadora da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão

11.7.3.1 Indicadores e ações da temática Criminal e Controle Externo da Atividade Policial

INDICADORES E AÇÕES	
Criminal e Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público Federal	
	Indicador (es): 1. Emissão de relatórios de prestação de contas para a sociedade Ações: 1. Apoiar a realização de audiência pública 2. Divulgar na internet dados estatísticos sobre a atuação criminal e seus resultados 3. Aprimorar a política de comunicação social sobre a atuação do MPF na área criminal
	Indicador (es): 1. Comunicação do ajuizamento de denúncias ao cidadão Ações: 1. Comunicar a vítima e o representante (particular) da solução conferida 2. Publicar na internet o andamento dos procedimentos extrajudiciais e inquéritos policiais
	Indicador (es): 1. Correspondência da estrutura às atividades prioritárias (pessoas, orçamento e ofícios) 2. Prescrição nas fases pré-processual e processual Ações: 1. Solicitar à Escola Superior do Ministério Público da União que considere os servidores das Câmaras como servidores da área fim para priorização de cursos e capacitações 2. Criação de ofícios com atribuição territorial regionalizada voltados ao combate ao crime organizado e à corrupção 3. Estruturar com recursos materiais e humanos as coordenadorias criminais das PRRs e PRs 4. Dotar os Grupo de Controle Externo da Atividade Policial da estrutura necessária ao desempenho de suas funções, reforçada onde houver presídios federais 5. Implantar setores pericial e de pesquisa de informação 6. Aprimorar o trabalho de inteligência do Ministério Público Federal e estabelecer relação de contato com as demais inteligências de órgãos afetos à persecução criminal 7. Fortalecer as atividades de coordenação, integração e revisão por meio da definição de diretrizes específicas para cada atividade 8. Buscar reduzir o índice de reconhecimento da prescrição e aprimorar a eficiência e a celeridade da investigação policial e da comunicação/ interlocução com o MPF 9. Consolidar os roteiros de requisição de diligências e de formas de instrução em Inquéritos Policiais (IPLs) do MPF 10. Estimular, propiciar e formalizar a criação de forças-tarefas e Grupos de Trabalho Nacionais e Regionais para temas que lhe sejam afetos 11. Consolidar roteiros e manuais
	Indicador (es): 1. Cumprimento de metas definidas nos encontros nacionais 2. Cumprimento de metas definidas nos encontros regionais 3. Cumprimento de metas definidas nos encontros temáticos 4. Cumprimento de metas definidas nos Grupos de Trabalho 5. Declínio de atribuição Ações: 1. Aproveitar e difundir os planos anuais de trabalho dos Grupos de Trabalho 2. Realizar encontros criminais regionais periódicos 3. Realizar encontros criminais temáticos periódicos 4. Capacitar os membros e servidores para atuar e implementar as políticas de atuação criminal da instituição

Tabela 11.4 – Indicadores e ações da 2ª CCR.

11.7.3.2 Iniciativas estratégicas de destaque do MPF na área criminal e de controle externo da atividade policial

Desde maio de 2010, o MPF, por meio da 2ª CCR, definiu uma diretriz estratégica de atuação, da qual derivam todas as prioridades e linhas de trabalho da instituição: o Direito Penal é instrumento de proteção e garantia de Direitos Humanos.

Nessa temática, foram instituídos 21 Grupos de Trabalho, sendo três intercamerais, e cinco Comissões, sendo uma de assessoramento e três de acompanhamento. Atualmente há quatro novos Grupos de Trabalho em fase de criação: sobre Contrabando e Descaminho; Dosimetria da Pena; Medidas Cautelares penais; e Tráfico de Drogas.

De 2011 a 2013, a 2ª CCR realizou três Encontros Nacionais (2011, 2012 e 2013), estando previsto o próximo para setembro de 2013; realizou quatro Encontros Temáticos (Contrabando, Descaminho e Tráfico Internacional de Entorpecentes, em Foz do Iguaçu/PR; Terrorismo, em São Paulo/SP; II Encontro Temático sobre o Controle Externo da Atividade Policial, em Brasília/DF; I Encontro Temático sobre o Controle Externo da Atividade Policial, em Recife/PE. A 2ª CCR realizou, ainda, dois *workshops* sobre Justiça de Transição; e três encontros regionais criminais: I Encontro Regional Criminal da 1ª Região, em Belo Horizonte/MG; I Encontro Regional Criminal da 3ª Região, em São Paulo/SP; e I Encontro Regional Criminal da 4ª Região, em Porto Alegre/RS.

Para exercício da coordenação e da integração do controle externo da atividade policial, o MPF instituiu um Grupo de Trabalho, recentemente transformado em Comissão Permanente de Assessoramento, que tem trabalhado intensamente para: padronizar a atividade, disseminar boas práticas, levantar sistematicamente a eficiência da atuação policial por meio das metodologias de controle de inquéritos e de controle do Sistema Único, elaborar roteiro para inspeção anual nos inquéritos, aprimorar o controle externo da Força Nacional e das Forças Armadas como polícia ostensiva, realizar o controle externo das Polícias Rodoviária e Ferroviária Federais, estabelecer metodologia para controle da alienação de veículos apreendidos pela Polícia Rodoviária Federal, acompanhar sindicâncias e processos administrativos disciplinares da Polícia Rodoviária Federal e da Força Nacional de Segurança Pública, tendo realizado dois encontros temáticos para avaliação dos trabalhos desenvolvidos e apresentação de novas propostas, dentre inúmeras outras atividades.

No tocante ao controle difuso, o MPF promoveu a inspeção anual sincronizada de controle externo da atividade policial, em cumprimento ao artigo 129-VII da Constituição, no período de 3 a 7 de junho de 2013 nas unidades do MPF em todo o Brasil, envolvendo todos os inquéritos policiais que estivessem

em gabinete. Paralelamente, foi feito levantamento sobre as investigações realizadas pelo MPF. Como resultado, foram inspecionados 9.438 inquéritos e obtidos dados sobre 17.726 procedimentos, tendo-se demonstrado alto índice de celeridade das investigações próprias da instituição, em comparação ao trabalho desenvolvido pelo órgão policial, cujo resultado pode ser verificado no Relatório da I Semana de Mobilização Nacional de Controle Externo da Atividade Policial.

Em relação à questão metodológica para realização das inspeções, difusas ou concentradas, o GT do Controle Externo da Atividade Policial desenvolveu e a 2ª Câmara aprovou e publicou o “Roteiro de Atuação – Controle Externo da Atividade Policial”, que foi o primeiro manual sobre o assunto, hoje utilizado por todos os Grupos de Controle Externo da Atividade Policial (GCEAP) do país, tendo recebido o Prêmio República, concedido pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), como obra de excelência pelo seu conteúdo e pioneirismo.

O enfrentamento à corrupção é feito por meio de GT específico, formado por Procuradores Regionais da República, em obediência ao disposto nos artigos 37, inciso I, 38 e 68 da Lei Complementar nº 75/93. A atuação concentra-se nos desvios de verbas federais repassadas aos municípios, especialmente por meio de convênios.

Para desenvolvimento das atividades foi estabelecida parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU), com a Corregedoria-Geral da Polícia Federal e com outros órgãos públicos, para a coleta de dados e documentação necessários ao trabalho do GT.

Foram padronizadas ainda rotinas de atuação quanto à investigação e persecução penal dos responsáveis no âmbito das Procuradorias Regionais da República, além de terem sido levantados convênios de verbas federais realizados com todas as Prefeituras Municipais no período de 2005 até a atualidade, em números e valores, motivos de descumprimento e identificação dos responsáveis.

O MPF realizou o acompanhamento e a coleta de dados relativos à corrupção de verbas federais no âmbito dos municípios. Como corolário, em termos de resultados concretos, até setembro de 2011, foram instaurados 1.396 procedimentos em face de crimes praticados por prefeitos, havendo nesse número 369 inquéritos policiais instaurados, 59 denúncias oferecidas e 16 ações penais já instauradas. O restante ainda estava em fase de investigação preliminar. Além disso, no tocante ao crime de corrupção passiva, até março de 2013 haviam 69 procedimentos internos instaurados, 1.458 inquéritos policiais em fase de investigação, 519 denúncias apresentadas e 739 ações penais instauradas; já em relação à corrupção ativa, os números eram de 30 procedimentos internos instaurados, 921 inquéritos policiais em

fase de investigação, 630 denúncias apresentadas e 1.011 ações penais instauradas;

A persecução penal dos agentes de formas contemporâneas de escravidão, notadamente o crime de redução à condição análoga a de escravo, previsto no art. 149 do Código Penal, e o aliciamento de trabalhadores é uma importante atribuição institucional do MPF. A atuação é feita por meio de GT específico, que estabeleceu como objetivo macro o aperfeiçoamento da persecução criminal no âmbito do crime em tela. Desse objetivo macro foram traçados os seguintes objetivos específicos: a) diagnosticar a persecução penal do MPF quanto ao tema; b) sensibilizar membros do Ministério Público Federal, Poder Judiciário e os demais atores envolvidos a respeito do tema; c) estabelecer rotinas de atuação; d) elaborar subsídios teóricos para formulação da política criminal sobre o trabalho escravo; e) divulgar a atuação do MPF na persecução criminal do trabalho escravo. Para alcançar o resultado de cada objetivo específico foi traçado um Plano de Ação, composto de diversas seções que estão sendo postas em prática e permanentemente reavaliadas pelos membros do GT.

Cumprir evidenciar que a 2ª Câmara trabalha em sincronia com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio dos Grupos de Fiscalização Móveis. Esses, ao fiscalizarem uma propriedade, remetem à Câmara os relatórios, que são encaminhados aos Procuradores naturais para

providências. Como resultado, até janeiro de 2013, em relação ao crime de redução à condição análoga a de escravo (art. 149 do Código Penal) haviam 116 procedimentos internos instaurados, 513 inquéritos policiais em trâmite, 307 ações penais instauradas e 3 execuções penais em curso; quanto ao crime de frustração de direitos assegurados por lei trabalhista (art. 203), os números eram 98 procedimentos internos instaurados, 704 inquéritos policiais em trâmite e 38 ações penais instauradas; no tocante ao crime de aliciamento de trabalhadores de um local para o outro do território nacional (art. 207), tinham-se 02 procedimentos internos instaurados, 68 inquéritos policiais em trâmite, 31 ações penais instauradas e 1 execução penal em curso.

Além disso, já foi publicado o “Roteiro de Atuação – Escravidão Contemporânea”, com os métodos procedimentais de como enfrentar o problema do ponto de vista penal.

Para garantir os direitos dos povos indígenas, é feito um trabalho por meio de GT intercameral, cuja atuação vem estabelecendo a política criminal do MPF contra i) invasão de terras indígenas já reconhecidas e demarcadas, o que ofende patrimônio da União e o usufruto constitucional exclusivo dos índios sobre as riquezas destas terras e dos solos, lagos e rios nela existentes; ii) danos ambientais em terras indígenas já reconhecidas e demarcadas, o que ofende patrimônio da União e o direito dos índios ao usufruto

exclusivo sobre as riquezas dessas terras e dos solos, lagos e rios nela existentes; iii) extração mineral ilícita, o que ofende patrimônio da União e direitos indígenas garantidos pela Constituição, como o usufruto exclusivo de terras e a participação na lavra. No momento, já estão em andamento dois Planos de Ação específicos sobre os povos indígenas Yanomami e Cinta-Larga.

Foi criada ainda a série “Roteiros de Atuação”, com os seguintes títulos já publicados: Controle Externo da Atividade Policial – revisado em 2012; Tráfico de Drogas – novo; Diligência para Localização de Pessoas – novo; Contra a Escravidão Contemporânea – novo; Crimes Cibernéticos – em processo de formatação e publicação.

A série “Jurisprudências” foi criada, com os seguintes títulos já publicados ou em fase de finalização: Crimes Ambientais – novo; Enunciados – novo; Revisão decorrente de Remessa Judicial – em fase de revisão; Crimes praticados por Prefeitos e Ex-Prefeitos – em fase de revisão. Além dela, foi divulgada a cartilha “Diretrizes para

uma Polícia Cidadã”, forma diferenciada para as cinco Regiões Geográficas do país.

Por meio da 2ª CCR, o MPF revisou 36.062 processos desde maio de 2010, sendo 10.735 em 2010 em 41 sessões de revisão; 10.292 em 2011, em 20 sessões de revisão; 10.054 em 2012, 22 sessões de revisão; e 4.981 até junho de 2013, em 8 sessões de revisão. Em junho de 2013 ficaram apenas 424 processos remanescentes. Os números demonstram a evolução na atividade revisional, pois mantendo uma média de julgamentos de processos em patamar semelhante em três anos, em 2011 e 2012 o número de sessões para a realização do trabalho foi inferior ao de 2010.

Destaca-se que a atuação do MPF na temática criminal e de controle externo da atividade policial se dá por meio de reuniões de trabalho e de sessões de coordenação, tendo sido realizadas 69 dessas seções, desde maio de 2010, a saber: 18 em 2010, 23 em 2011, 21 em 2012, e 7 em 2013.

No XII Encontro Nacional da 2ª CCR, realizado em novembro de 2012, em Brasília/DF, foi definida

a política nacional do MPF, em compasso com o planejamento estratégico da instituição e sob a égide de que o direito penal é instrumento de garantia de direitos humanos. A política criminal do MPF está sendo implantada mediante planos de ação específicos para cada uma das áreas prioritárias – crime organizado, corrupção, lavagem de dinheiro e desmatamento – dentro de quatro grandes setores: corrupção; direitos humanos; medidas processuais; medidas estruturantes.

Os planos de ação deverão definir planos de trabalho, encontros regionais e temáticos de discussão, outras medidas específicas, metas e prazos para cumprimento. No I Encontro Regional Criminal da 1ª Região, realizado em Belo Horizonte/MG, nos dias 06 e 07 de junho de 2013, foi dado início à convocação extraordinária do Colégio de Procuradores e para a audiência pública para discussão da PEC 37, que pretendia excluir o poder investigatório do Ministério Pública, a qual foi rejeitada pela Câmara dos Deputados, por 430 votos a 9.

11.7.3.3 Estatísticas da temática Criminal

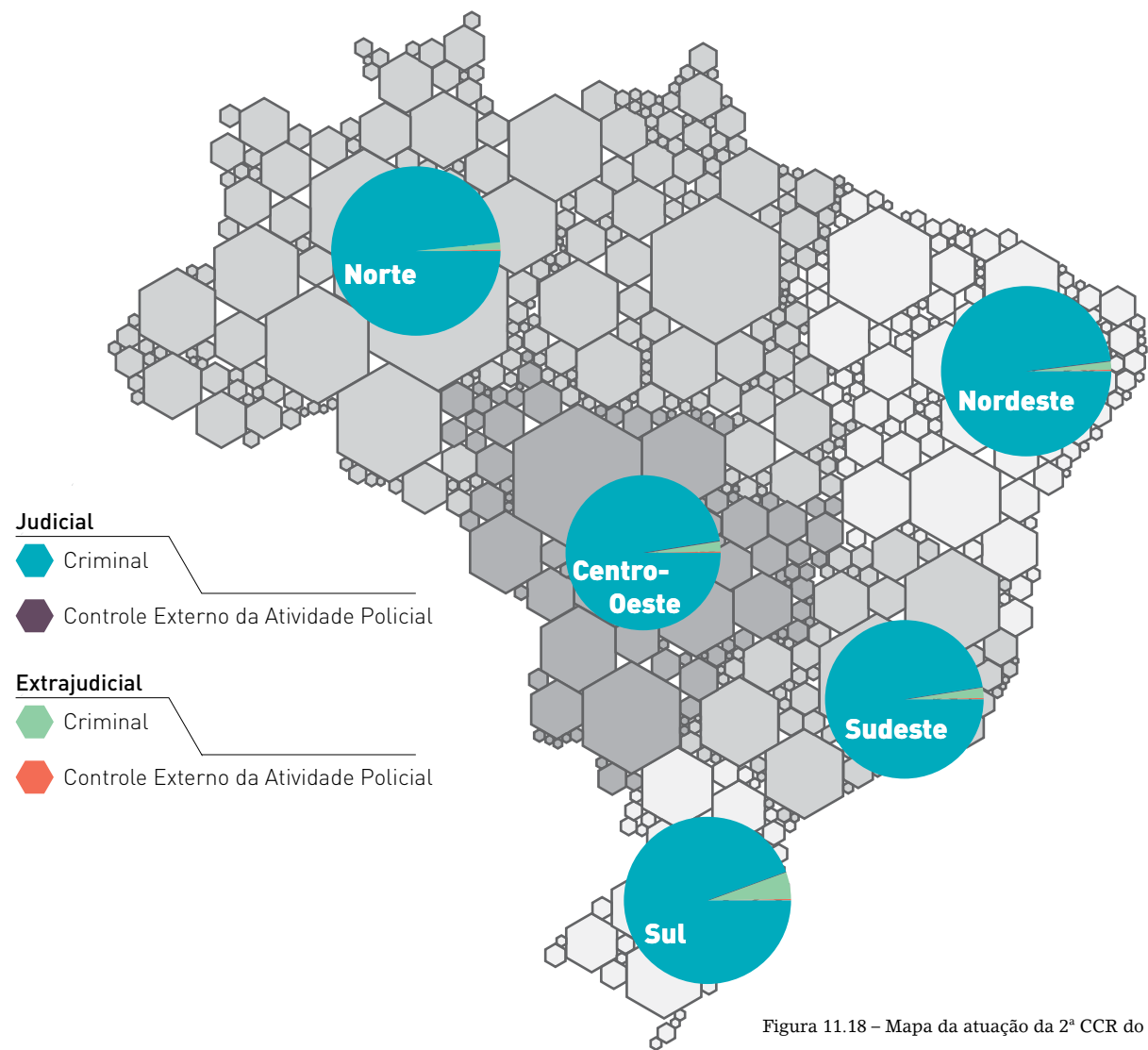
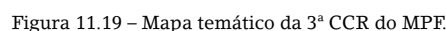


Figura 11.18 – Mapa da atuação da 2ª CCR do MPF.

Distribuição Percentual dos Feitos Judiciais e Extrajudiciais por Áreas de Atuação e Região Geográfica (2012)								
Área de Atuação		N	S	SE	NE	CO	Total	2011 > 2012 ^(*)
Judicial	Criminal	98,57%	94,52%	97,71%	98,27%	97,69%	97,15%	3,4% ↑
	Controle Externo da Atividade Policial	0,00%	0,04%	0,01%	0,01%	0,02%	0,02%	288,4% ↑
Extrajudicial	Criminal	1,38%	5,41%	2,26%	1,70%	2,26%	2,81%	2,5% ↑
	Controle Externo da Atividade Policial	0,05%	0,03%	0,02%	0,02%	0,03%	0,03%	801,9% ↑
		100%	100%	100%	100%	100%	100%	2,6% ↑

(*) Variação no quantitativo total de feitos.

Fonte: Sejud/MPF.



“Esperamos contribuir com um planejamento temático que atenda às necessidades dos ofícios, dos procuradores. Que a Câmara seja, efetivamente, um órgão que contribua para a qualidade da atuação ministerial. Percebemos um fortalecimento da coordenação nas ações extrajudiciais o que terá reflexo nas ações judiciais. É necessário que o MPF aja de forma preventiva e proativa”..

136

11.7.4.1 Indicadores e ações da temática Consumidor e Ordem Econômica

INDICADORES E AÇÕES	
Consumidor e Ordem Econômica do Ministério Público Federal	
Indicador (es): 1. Acessos à página da 3ª CCR com foco no valor gerado pela atuação da Câmara e dos membros Ações: 1. Criar uma política de comunicação para promover e divulgar à sociedade a atuação da 3ª Câmara e dos membros	
Indicador (es): 1. Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) Ações: 1. Instituir Procurador(es) Específico(s) para acompanhar pautas das Agências Regulatórias 2. Conferir exclusividade de atuação ao Procurador que atue junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)	Indicador (es): 1. Índice de parceria e termos de cooperação firmados com instituições interessadas identificadas Ações: 1. Identificar e manter reuniões periódicas com os principais atores públicos e privados que atuam na temática consumidor e ordem econômica 2. Criar banco de dados integrado para acesso da sociedade 3. Acompanhar a elaboração, propor a criação e alteração de atos normativos 4. Contribuir para a produção e consolidação de atos normativos que visem à proteção do consumidor e melhoria das práticas regulatórias
Indicador (es): 1. Incidências de matérias da 3ª Câmara no clipping-MPF Ações: 1. Divulgação da atuação na televisão e rádio em geral 2. Divulgação da atuação na página da PGR, PRRs e PRs e PRMs 3. Divulgação nas novas mídias sociais 4. Promover seminários temáticos regionais da 3ª CCR 5. Integração às Consultas Públicas realizadas pelas unidades do MPF 6. Elaboração de instrumentos de comunicação com o cidadão	
Indicador (es): 1. Redução do tempo de instrução dos Procedimentos Administrativos ou Inquéritos Cíveis Públicos relacionados ao sistema de informação interno 2. Requisitos de qualidade aceitáveis do sistema de informação externo (forma, frequência e idade) Ações: 1. Administrar informações gerenciais e técnicas para apoio da atuação de membros e servidores	Indicador (es): 1. Índice de Parceria e Termos de Cooperação firmados com Instituições interessadas identificadas Ações: 1. Possibilitar o diálogo, a interface e eventuais ações conjuntas do MPF com os demais interessados na temática
Indicador (es): 1. Monitorar políticas públicas identificadas Ações: 1. Desenvolver as ações de acompanhamento e monitoramento das Agendas Setoriais 2. Conferir exclusividade de atuação ao Coordenador da 3ª CCR	Indicador (es): 1. Reuniões para proposta de trabalho e estabelecimento de diretrizes comuns aos procuradores Ações: 1. Revitalização e formação de GTs liderados pela 3ª CCR com participação de representantes de outras Câmaras
Indicador (es): 1. Horas-aula por aluno por ano Ações: 1. Definição dos temas prioritários, conforme agenda setorial da 3ª CCR 2. Avaliação e Realização de convênios com entidades nacionais e internacionais, privadas e estatais 3. Estabelecer cursos voltados à temática da 3ª CCR como requisitos de promoção, e de acesso a GTs, coordenações	Indicador (es): 1. Produção mensal por perito de documentos técnico-jurídicos Ações: 1. Disciplinar as "palavras-chave" a serem utilizadas para descrever o objeto dos procedimentos extrajudiciais 2. Identificação de oportunidades de apoio técnico e de disponibilização de assessoria pericial

Tabela 11.5 – Indicadores e ações da 3ª CCR.

11.7.4.2 Destaques da atuação na temática Consumidor e Ordem Econômica

Na temática consumidor e ordem econômica, destaca-se a atuação extrajudicial, com ações de acompanhamento e monitoramento de políticas públicas federais, mediante agendas setoriais orientadas por um modelo estratégico de atuação, no qual são realizadas visitas e comunicações com as agências reguladoras, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e os órgãos de defesa do consumidor.

Esse modelo de atuação está baseado em três diretrizes estratégicas: fortalecimento da autoridade, contribuição com soluções eficientes para a melhoria das boas práticas regulatórias e preferência pela atuação preventiva e não-judicial. A atividade de acompanhamento e monitoramento, num ambiente de parceria e na busca de eliminação de incerte-

zas, incluiu *workshops* e visitas técnicas às agências reguladoras, dos quais participam procuradores naturais, analistas e técnicos do governo.

São considerados estratégicos os seguintes eixos: telecomunicações; energia e petróleo; transportes e infraestrutura; defesa da concorrência, mercado de capitais e propriedade intelectual; Sistema Financeiro Nacional (SFN), e planos de saúde suplementar.

No âmbito da atividade legislativa e da formação das boas práticas as ações se desenvolveram mediante participação em audiências públicas no Congresso Nacional; emissão e divulgação de notas técnicas em apoio de projetos de leis; discussão de anteprojeto de atos legislativos no âmbito do Poder Executivo e órgãos não governamentais, e fomento

à consolidação temática dos atos regulatórios.

Para a aproximação com o cidadão, foram emitidos textos informativos, curtos, de duas a três páginas, dirigidos ao consumidor, escritos em linguagem direta e não rebuscada, que buscam esclarecer os cidadãos sobre temas da atualidade e interesse prático.

Na agenda pública e na pauta legislativa, a atuação tem emvidado esforços para publicizar no site do MPF os compromissos diários a cargo não somente dos membros do colegiado da 3ª Câmara, mas também dos vários agentes que atuam na temática consumidor e ordem econômica. Com essas medidas, espera-se dar divulgação para os membros sobre assuntos do seu interesse e promover visibilidade e transparência.

TEMAS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS QUE SE DESTACARAM NO PERÍODO	
2012	2013
A atuação do segmento de cartão de crédito no país. Local: Câmara dos Deputados.	A baixa confiabilidade do sistema de transmissão de energia elétrica (apagões). Local: Câmara dos Deputados.
O novo modelo do Setor Elétrico, em referência a Medida Provisória nº 579/2012. Local: Câmara dos Deputados.	O estágio das obras da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, em referência ao escoamento e a produção de minério de ferro Local: Câmara dos Deputados.
As normas gerais referentes a aspectos das políticas urbana, ambiental e de saúde associadas à instalação de infraestrutura de telecomunicações no país. Entre os temas abordados, estavam as sanções da Anatel contra as operadoras de telefonia móvel e os planos de investimentos no setor. Local: Senado Federal.	A apreciação da Medida Provisória nº595/2012, que dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela união, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. Local: Senado Federal.
Razões para os altos preços dos veículos automotores no mercado brasileiro, além de propor medidas para a solução do problema. Local: Senado Federal.	A criação do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Local: Câmara dos Deputados.

Tabela 11.6 – Audiências públicas realizadas em 2012 e 2013.

Entre as realizações da temática, destacam-se as audiências públicas realizadas. Ressaltam-se os acordos de cooperação e convênios estabelecidos com:

- o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) visando ao intercâmbio e à cooperação técnica e operacional relacionados ao funcionamento e à promoção do desenvolvimento da internet no Brasil. Entre as cláusulas do acordo, encontra-se a previsão de que o NIC.br e o MPF farão a troca de informações, documentos e trabalhos técnicos relacionados ao desenvolvimento da

internet e envidarão esforços conjuntos para a apuração de práticas nocivas;

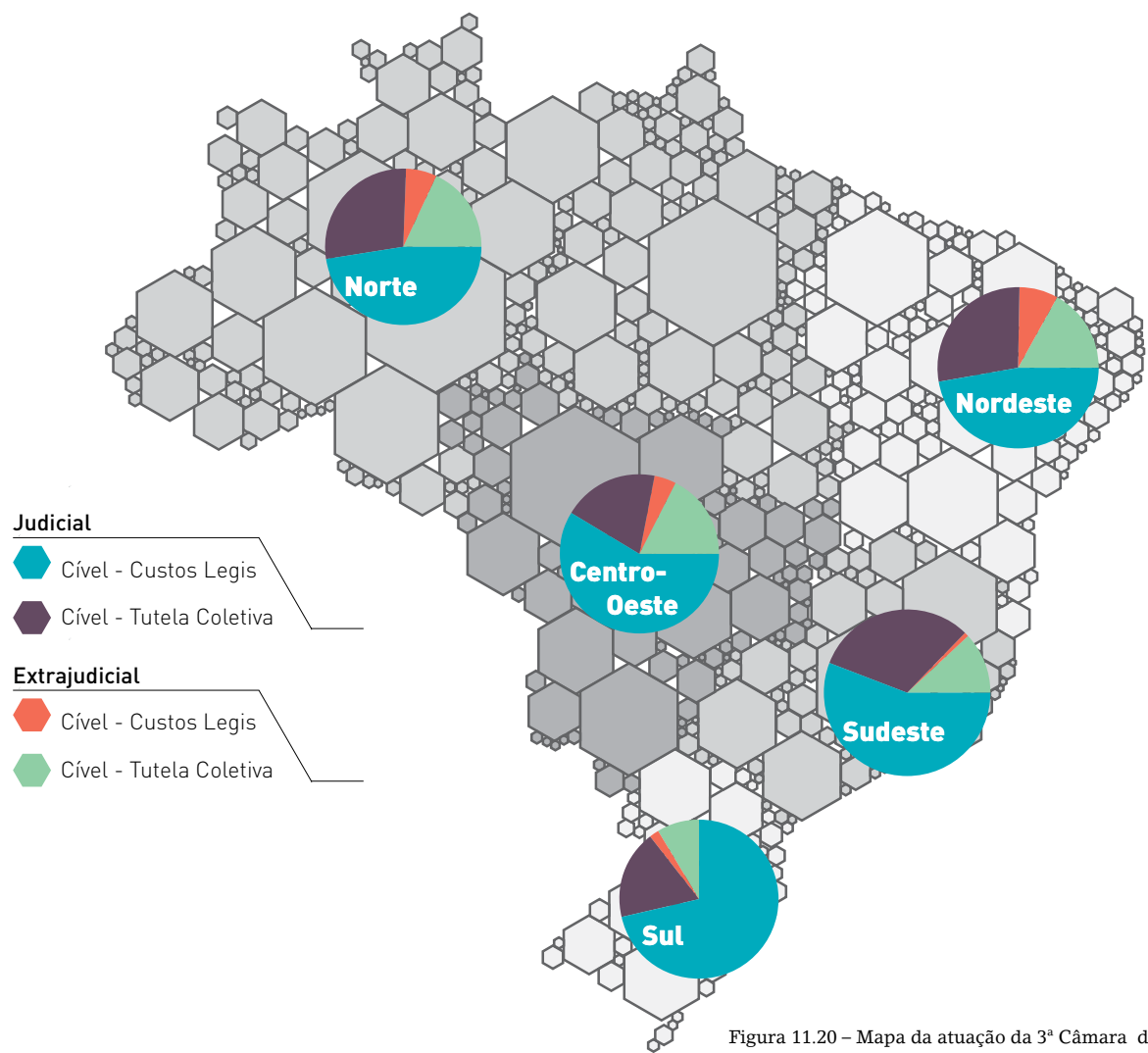
- a Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás) com o objetivo de intercâmbio de conhecimentos informações e experiências;

- o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para realização conjunta de eventos e atividades correlatas, para discussão e estudos relativos ao planejamento, regulação e monitoramento de setores de infraestrutura no Brasil.

Também foram publicados boletins informativos com o

propósito de alimentar o círculo de informações estruturadas (geração, seleção, retenção, acesso e divulgação de conhecimentos), refletindo o esforço de fortalecer a comunicação interna e externa. Como ferramenta adicional, o boletim leva informações da Câmara aos procuradores naturais e vice-versa, auxiliando no compartilhamento gradual da coordenação da 3ª CCR do MPF com os grupos de trabalho e ampliando a qualidade e os resultados da atuação institucional, inclusive em articulação com membros dos MPEs.

11.7.4.3 Estatísticas da temática Consumidor e Ordem Econômica



Distribuição Percentual dos Feitos Judiciais e Extrajudiciais por Áreas de Atuação e Região Geográfica (2012)								
Área de Atuação		N	S	SE	NE	CO	Total	2011>2012 ^{mi}
Judicial	Cível - Custos Legis	47,66%	71,48%	55,92%	47,48%	58,87%	59,10%	-18,1% ↓
	Cível - Tutela Coletiva	28,04%	18,15%	31,51%	27,93%	19,30%	26,44%	11,9% ↑
Extrajudicial	Cível - Custos Legis	6,28%	1,88%	0,89%	7,89%	4,47%	2,40%	-46,9% ↓
	Cível - Tutela Coletiva	18,02%	8,49%	11,86%	16,70%	17,36%	12,06%	-15,1% ↓
		100%	100%	100%	100%	100%	100%	36% ↓

(*) Variação no quantitativo total de feitos.

Fonte: Sejud/MPF



“O trabalho é fundamental para redesenhar a Câmara, refletir sobre as atividades e a forma como vamos abordar a implementação do planejamento”

Mário Gisi, Subprocurador-Geral da República e
Coordenador da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão

11.7.5.1 Indicadores e ações da Meio Ambiente e Patrimônio Cultural

INDICADORES E AÇÕES	
Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público Federal	
Indicador (es): - Participação do MPF em Conselhos na temática Ações: - Incrementar a participação do MPF nas atividades formadoras de políticas públicas	
Indicador (es): - Quantidade de mensagens recebidas relativas à temática Ações: - Interagir com a sociedade por meio de mídias sociais - Apoiar a realização de consultas públicas	Indicador (es): - Atuação preventiva relativamente à principal atividade econômica com risco iminente de impacto ambiental e ao patrimônio cultural Ações: - As unidades do MPF, se necessário, em conjunto com a 4ª CCR, devem identificar a principal atividade econômica de grande porte, com riscos iminentes de impacto ambiental, planejada para sua região
Indicador (es): - Percentual de comunicações ao noticiante de propositura de ações, celebração de TACs e envios de recomendações Ações: - Formular enunciado da 4ª CCR orientando as unidades para que seja comunicado ao noticiante a propositura de ações, celebração de TACs e envios de recomendações - Assegurar ao cidadão o acesso, através da internet, às fases do procedimento administrativo	
Indicador (es): - Implementação de roteiro/ manual de atuação do tema prioritário Ações: - Solicitar a criação de mecanismos no Sistema Único que possibilitem a extração de relatórios qualitativos e quantitativos sobre a atuação da 4ª CCR. - Elaborar diagnóstico ambiental e de patrimônio cultural mínimo de cada área de atuação das unidades do MPF - Estabelecer tema prioritário nacional anual/bianual - Regulamentar a representação da 4ªCCR nos estados - Atuação plena da 4ªCCR na temática - Buscar a unificação nas unidades para a atuação plena - Viabilizar a dedicação exclusiva do Coordenador da Câmara - Realização de encontros estaduais e regionais - Firmar e executar convênios com Universidades e órgãos públicos	
Indicador (es): - Julgamentos favoráveis às teses do MPF e MPÊs na matéria da 4ª CCR Ações: - Propor a criação de núcleos temáticos junto ao STJ e STF	Indicador (es): - Tempo conclusão da análise pericial Ações: - Fixar quadro ideal de analistas/peritos no âmbito do MPF - Realizar estudo para identificar e estabelecer convênios de cooperação com intuito de suprir necessidades periciais na temática da 4ª CCR. - Aprimorar a qualificação dos analistas/peritos
Indicador (es): - Membros e servidores capacitados Ações: - Capacitar membros e servidores em temas específicos identificados pela 4ª CCR	
Indicador (es): - Consolidar os resultados da atuação nacional Ações: - Promover campanhas internas de atuação nacional	Indicador (es): - Atualização e elaboração de roteiros de atuação da 4ª CCR Ações: - Atualizar e/ou elaborar roteiros de atuação

11.7.5.2 Destaques da atuação na temática Meio Ambiente e Patrimônio Cultural

Na temática do meio ambiente e patrimônio cultural destaca-se a atuação de grupos de trabalho, a participação na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente - Rio + 20, as propostas de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, a realização de audiências e a participação em conselhos temáticos.

A função revisional da temática, por meio da 4ª CCR, recebeu, no período 2011-2012, 5.392 Peças Informativas (PIs), Procedimentos Administrativos (PAs) e Inquéritos Cíveis (ICs). Em 2013, a Câmara recebeu até junho 704 PIs.

Foram constituídos 12 GTs, vinculados à 4ª Câmara, com a finalidade de propor diretrizes institucionais de atuação em diferentes temas de meio ambiente e patrimônio cultural. São eles: Águas; Amazônia Legal; Área de Preservação Permanente; Energia Nuclear; Fauna; Licenciamento Ambiental de Grandes Empreendimentos; Mineração; Patrimônio Cultural; Praia Limpa; Pesca; Regularização Fundiária de Unidades de Conservação; Transgênicos e Agrotóxicos.

Destaca-se o trabalho do GT Amazônia Legal e do GT Área de Preservação Permanente (APP). O primeiro trabalhou na expansão do Projeto Carne Legal do Pará para os demais estados da Amazônia resultando em dezenas de ações civis públicas, recomendações e Termos de Ajuste de Conduta (TACs) assinados com a cadeia produtiva. Paralelamente,

trabalhou na assinatura de acordo com a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), com vistas ao controle do desmatamento na região. Houve atuação também em relação ao alto índice de desmatamento em assentamentos do Incra com a propositura de ações civis públicas em todos os estados da Amazônia Legal e a construção de um termo de ajuste de conduta com a autarquia. Os bancos públicos e privados foram objeto do grupo que analisou a regularidade dos financiamentos concedidos aos produtores resultando em ações civis públicas contra o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia. A cadeia produtiva da madeira, os sistemas de controle estaduais da produção, o cadastro ambiental rural e a regularização fundiária na Amazônia também são acompanhados pelo GT Amazônia Legal. Já o GT – APP realizou estudos que deram origem às Ações Diretas de Inconstitucionalidade contra o novo Código Florestal.

Foram propostas ao Procurador-Geral da República representações para ajuizamento de Ações Diretas de Inconstitucionalidade nos seguintes temas: alteração nos limites do Parque Nacional da Amazônia, do Parque Nacional dos Campos Amazônicos e do Parque Nacional da Mapinguari; Lei Complementar nº 140/2011, contra os artigos 15, 16 e 17, visando assegurar a competência fiscalizatória plena da União em matéria de meio ambiente e patrimônio cultural; novo Código Florestal –

Lei nº 12.651/2012.

Em virtude de proposta de incorporação da lei de crimes ambientais (Lei nº 9.605/98) ao texto do Projeto de Lei nº 236/2012 que trata do novo Código Penal, o MPF propôs 26 emendas ao projeto de lei, consideradas as especificidades dos crimes ambientais e as necessidades de aprimoramento.

No período 2011-2013, foram realizadas as seguintes audiências públicas na temática:

- o Plano Decenal de Expansão de Energia;
- o novo Código Florestal: inconstitucionalidades e impactos sobre a Rio +20 e a Política Nacional de Meio Ambiente, sobre as alterações propostas ao Código Florestal;
- o Outro lado do Rio – Reflexões sobre a proposta brasileira para a Rio +20, com o objetivo de levar à população uma visão crítica do MPF em relação ao posicionamento do governo federal sobre a Rio +20.

Representantes do MPF participaram ainda das seguintes audiências públicas no Congresso Nacional: novo Código Florestal; licenciamento de Usinas Nucleares; derramamento de óleo no Campo de Frade/Bacia de Campos/RJ; Estrada Parque Caminho do Colono no Parque Nacional do Iguaçu; Parque Nacional Nascentes do Parnaíba, sobre Projeto de Lei que propôs a alteração dos limites do Parque; procedimentos de licenciamento ambiental de obras de infraestrutura e logística; e Energia Nuclear pós Rio + 20.

No Supremo Tribunal Federal, ressaltam-se as seguintes audiências públicas sobre o Amianto; efeitos do campo eletromagnético de linhas de transmissão de energia e queimadas em canaviais.

É importante destacar que, por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente - Rio + 20, houve a viabilização da participação de membros do MPF em três momentos da Conferência que teve o objetivo de promover a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelos países sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes. Os membros reuniram-se com representantes governamentais para negociações dos documentos a serem adotados na Conferência, participaram da realização de painéis de debates e estiveram presentes com o Segmento de Alto Nível da Conferência. Ainda como parte dos eventos relacionados à Rio + 20, o MPF foi representado pela 4ª

CCR, a convite do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), em vários eventos preparatórios e posteriores.

Ressalta-se também a participação do MPF nos seguintes Conselhos: Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio); Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama); Conselho Nacional de Política Cultural (CNPIC); Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (Gi-Gerco); Conselho Nacional de Recursos Hídricos e Câmara Técnica Temática (CTT) do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas do MMA.

Como melhoria de processos internos, destaca-se a uniformização e a significativa redução do prazo de conclusão das análises periciais de processos que chegam à Câmara, proporcionadas pelas Portarias da 4ª CCR nº 03, de 09/02/10¹ e nº 04, de 09/02/10². Vale lembrar que, no período 2011-2013, a 4ª Câmara realizou 754 perícias nas áreas de meio ambiente e patrimônio cultural.

A fim de facilitar a comunicação com as demais unidades do MPF bem como fornecer diretrizes de atuação na temática, foram elaboradas:

- a Cartilha “Inquéritos Cíveis em matéria ambiental e patrimônio cultural”, contendo orientações gerais quanto à instauração e instrução de Procedimentos Administrativos e Inquéritos Cíveis em matéria ambiental, com o objetivo específico de uniformizar algumas rotinas das diferentes unidades e auxiliar a atuação dos membros do MPF, e

- dois manuais de procedimentos internos da Câmara: i) roteiro para cadastramento e trâmite de documentos e autos administrativos (extrajudiciais) em matéria ambiental e de patrimônio cultural; ii) roteiro de atuação dos Grupos de Trabalho da 4ª CCR.

Foi desenvolvido, ainda, o Atlas do MPF, que reúne informações de interesse institucional em ambiente de geoprocessamento e descreve um esforço inicial em busca da estruturação de um Sistema de Informações Geográficas (SIG) do MPF.

1 Portaria nº 03, de 09/02/10, estabelece que a Assessoria Técnica, vinculada administrativamente à Coordenação da Câmara, composta por Analistas Periciais e Assessores Técnicos de diferentes áreas de conhecimento, tem por atribuição a realização de perícias e a prestação de assessoramento aos Membros do MPF que atuam em matéria de meio ambiente e patrimônio cultural.

2 Portaria nº 04, de 09/02/10, define a classificação das informações técnicas produzidas pelos Analistas Periciais e Assessores Técnicos vinculados à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão.

11.7.5.3 Estatísticas da temática Meio Ambiente e Patrimônio Cultural

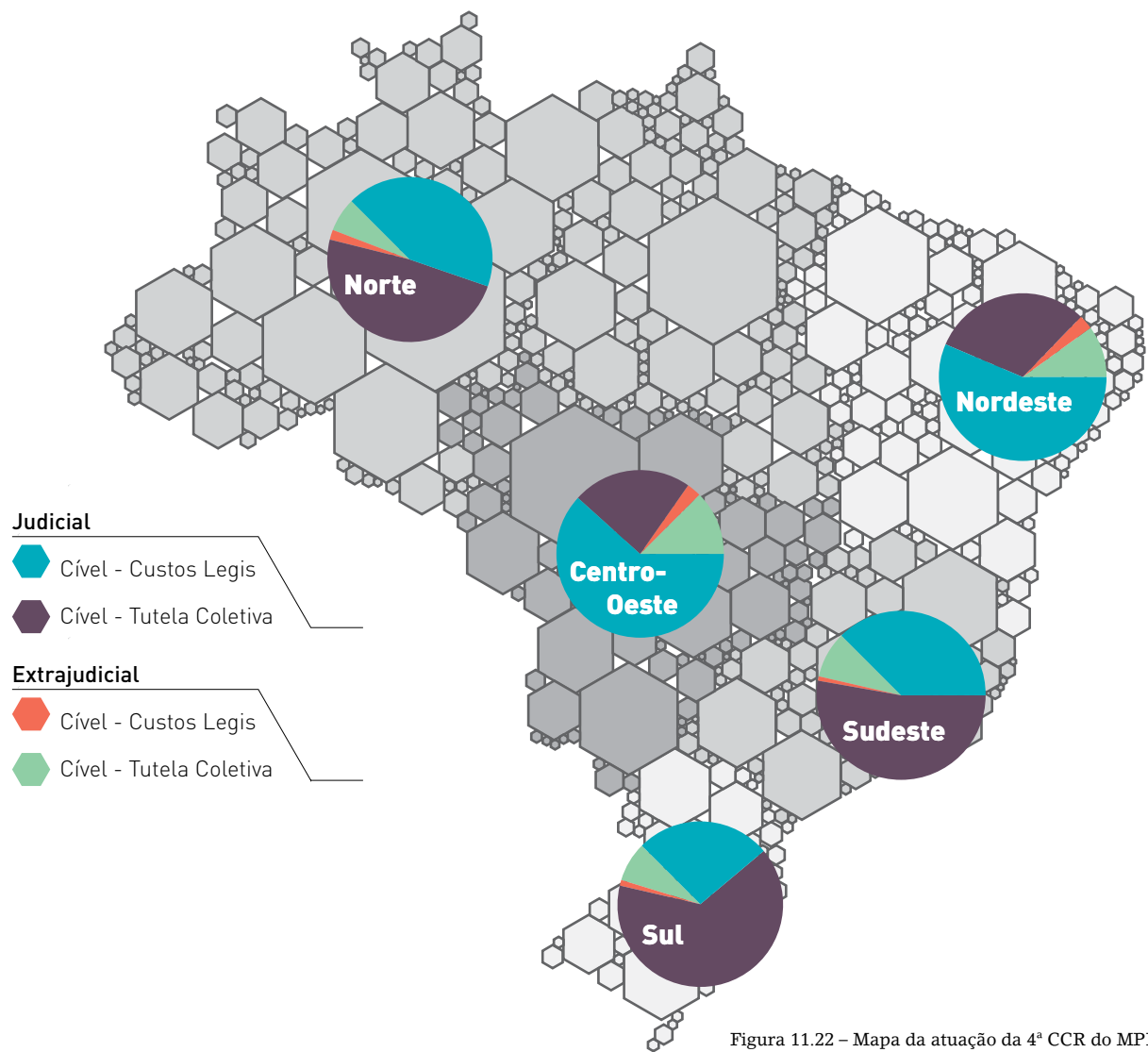


Figura 11.22 – Mapa da atuação da 4ª CCR do MPF.

Distribuição Percentual dos Feitos Judiciais e Extrajudiciais por Áreas de Atuação e Região Geográfica (2012)								
Área de Atuação		N	S	SE	NE	CO	Total	2011>2012 ^(*)
Judicial	Cível - Custos Legis	42,87%	26,50%	37,60%	56,63%	61,85%	40,05%	-15,4% ↓
	Cível - Tutela Coletiva	48,79%	64,77%	52,75%	30,70%	23,03%	49,92%	8,6% ↑
Extrajudicial	Cível - Custos Legis	1,86%	1,03%	0,86%	2,78%	2,73%	1,49%	-17,2% ↓
	Cível - Tutela Coletiva	6,48%	7,70%	8,79%	9,89%	12,39%	8,54%	27,1% ↑
		100%	100%	100%	100%	100%	100%	2,8% ↑

(*) Variação no quantitativo total de feitos.

Fonte: Sejud/MPF.

Patrimônio Público e Social do Ministério Público Federal

VISÃO: ATÉ 2020, SER RECONHECIDO, NACIONAL E INTERNACIONALMENTE, PELA EXCELÊNCIA NA PROMOÇÃO DA JUSTIÇA, DA CIDADANIA E NO COMBATE AO CRIME E À CORRUPÇÃO.

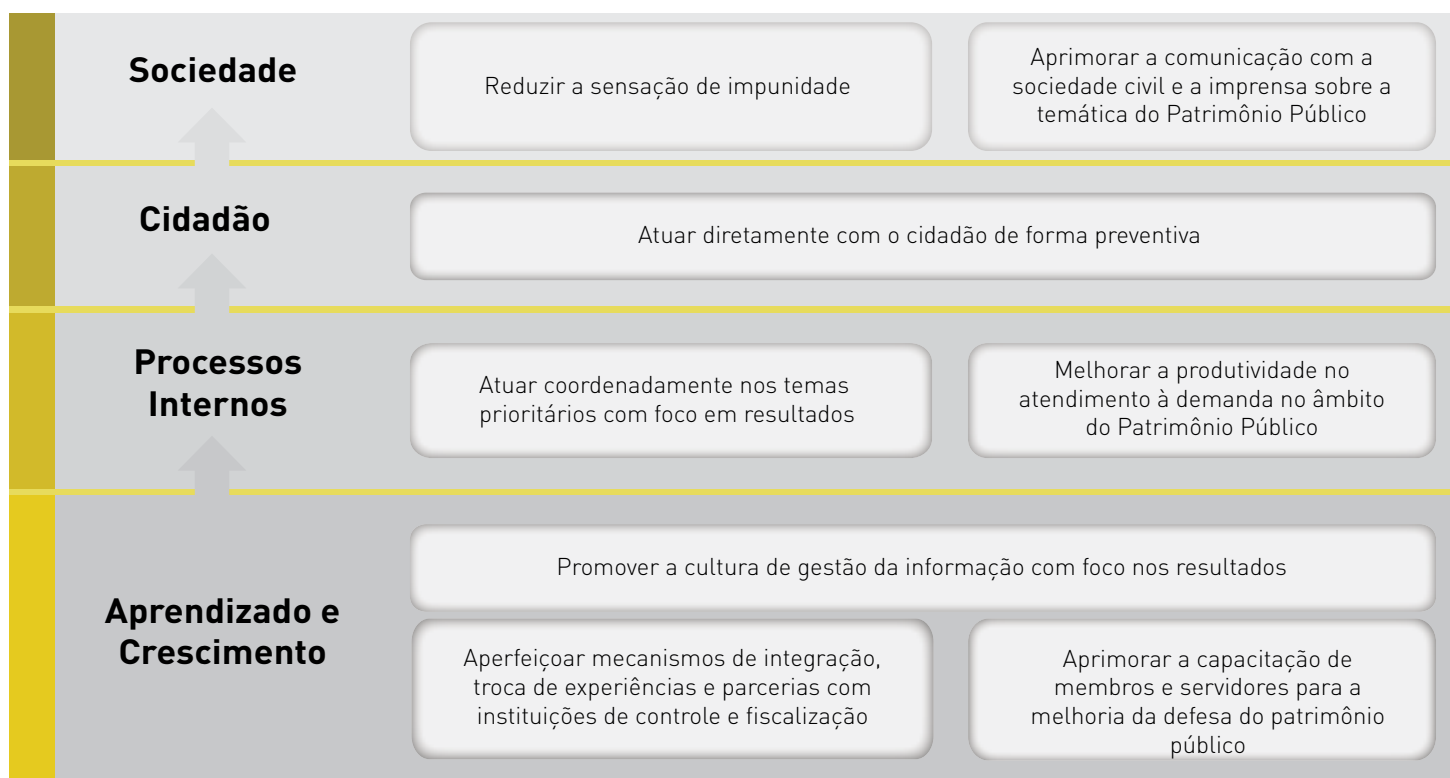


Figura 11.23 – Mapa temático da 5ª CCR do MPF.

“O mapa temático é uma reflexão importante para que o Ministério Público cada vez mais atenda eficazmente aos anseios da sociedade. É importantíssimo esse trabalho de priorizar temas sobre os quais vamos nos debruçar nos próximos anos”

Denise Vinci Túlio, Subprocuradora-Geral da República e Coordenadora da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão

11.7.6.1 Indicadores e ações da temática Patrimônio Público e Social

INDICADORES E AÇÕES	
Patrimônio Público e Social do Ministério Público Federal	
Indicador (es): - Desvio de verbas públicas federais Ações: - Compartilhamento de informações das investigações criminais e administrativas com as investigações civis correlatas em andamento - Divulgar as principais ações promovidas pelo MPF na tutela da probidade e patrimônio público e resultados por meio delas obtidos - Criar um cadastro nacional e divulgar anualmente, na página da 5ª CCR e na mídia em geral, o montante total de valores bloqueados em decisões judiciais oriundas de ações de improbidade propostas pelo MPF	Indicador (es): - Replicação de notícias do MPF na matéria da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão por meios de divulgação externos Ações: - Estabelecer um procedimento padrão juntamente com a Secom para divulgação de matérias de interesse social no âmbito do Patrimônio Público - Elaborar uma política de comunicação institucional da 5ª Câmara - Apoiar a realização de consultas públicas, palestras, reuniões com a sociedade civil organizada - Divulgar os canais de comunicação existentes da sociedade com o MPF nas matérias e ações da 5ª Câmara
Indicador (es): - Alcance das cartilhas e tutoriais elaborados pela 5ª CCR Ações: - Criar cartilhas didáticas e breves, para instruir a população sobre a atuação do MPF e sobre os meios de fiscalização do patrimônio público - Divulgar no site do MPF e, quando for o caso, na imprensa em geral, a atuação do MPF em casos concretos e os resultados - Disponibilizar, nas páginas da PGR e das diversas Procuradorias, vídeos tutoriais, ensinando o cidadão a acessar aos sites de transparência pública - Ministrar palestras em escolas e outros espaços coletivos	
Indicador (es): - Ações de improbidade administrativa ajuizadas em defesa do patrimônio público - Valores bloqueados em decisões judiciais proferidas nas ações de improbidade ou cautelares ajuizadas pelo MPF Ações: - Aprimorar grupos de e-mail coordenados pelos representantes da Câmara - Divulgar, alimentar e utilizar o banco de dados da 5ª CCR - Criação de Núcleos Integrados de Combate à Corrupção - Criação, revisão e atualização dos roteiros de atuação - Criação de uma página, no site da 5ª CCR, contendo links e explicações básicas para acesso e uso dos principais índices e tabelas de preços - Celebração de convênios e utilização de outros meios de incentivo a que os órgãos públicos mantenham atualizados os índices já existentes e criem novos índices em áreas que ainda não dispõem deles - Pleitear a exclusividade do Coordenador da Câmara	Indicador (es): - Crescimento do número de Ações Cíveis Públicas, TACs e Recomendações por Procuradores que atuam no Patrimônio Público Ações: - Apresentação de temáticas prioritárias pela 5ª Câmara - Propor adequação do quadro de apoio de servidores e do corpo técnico pericial da 5ª Câmara - Melhor aproveitamento dos recursos disponibilizados pela Asspa
Indicador (es): - Relatórios anuais por procurador de acordo com a taxonomia do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Ações: - Elaboração de relatórios especificando número de ações propostas, sentenças de procedências e recursos providos, Termos de Ajuste de Conduta (TACs) e recomendações cumpridas - Aprimoramento de banco de dados das ações propostas e portaria de instauração de Inquérito Civil Público, recomendações e TACs - Aprimorar a indexação das peças informativas	
Indicador (es): - Reuniões com a participação da 5ª CCR Ações: - Propor a celebração de convênios nacionais e regionais bem como revitalizar os já existentes - Estabelecer GTs com parceiros de outros órgãos - Propor agendas nacionais e regionais para a Rede de Controle	Indicador (es): - Número de pessoas capacitadas por ano Ações: - Identificar os aspectos a serem aprimorados - Programar eventos a serem realizados anualmente

Tabela 11.8 – Indicadores e ações da 5ª CCR.

11.7.6.2 Destaques da atuação na temática Patrimônio Público e Social

Na temática Patrimônio Público e Social, destaca-se a discussão sobre novos modelos de custos de obras públicas. Em março de 2011, foi realizado um debate para tratar da quantificação do custo financeiro de obras públicas. O tema foi amplamente debatido com diversos segmentos da administração pública e da iniciativa privada, com a apresentação dos novos modelos de custos resultantes dos estudos dos peritos do Instituto Nacional de Criminalística (INC), objetivando inclusive que eventuais críticas ao modelo ou sugestões de aperfeiçoamento pudessem ser apresentadas.

Após a elaboração de texto consolidando todo o tema discutido e as respostas a questionamentos que foram apresentados na própria audiência pública ou após no endereço eletrônico da 5ª CCR, o MPF firmou convicção sobre a consistência do modelo e da necessidade de sua adoção por todas as esferas da administração.

Na sequência, para otimizar a atuação preventiva do MPF, foi elaborado um modelo de recomendação que contém as etapas que deverão ser adotadas pelo gestor e pelo orçamentista de editais de obras públicas, – contemplando as alterações sugeridas – que poderão impactar em uma redução de custo de até 25% do valor, especialmente em grandes obras.

Outra importante iniciativa refere-se à atuação preventiva do GT Copa 2014, vinculado à 5ª CCR, que expediu ao governo da Bahia recomendação conjunta entre MPF e Estadual da Bahia, que acarretou em uma economia estimada de R\$ 150 milhões aos cofres públicos decorrentes da operação da Parceria Pública Privada (PPP) do Estádio da Fonte Nova.

A articulação com os atores envolvidos na organização da Copa do Mundo FIFA 2014 destina-se a evitar irregularidades e desvio de verbas públicas tais como as ocorridas nos jogos Panamericanos de 2007, no Rio de Janeiro. O GT Copa 2014 teve o seu trabalho reconhecido e homenageado em novembro de 2012, durante o IX Prêmio Innovare.

Ressalta-se também que, com o objetivo de comemorar os 20 anos da Lei de Improbidade, foi elaborada e enviada a todas as unidades do MPF a cartilha “20 anos da Lei 8.429/92 contra a improbidade administrativa”. O documento contém a lei e questões retiradas da publicação “Cem Perguntas e Respostas sobre Improbidade Administrativa”, elaborada pela ESMPU em conjunto com a 5ª CCR.

A cartilha foi distribuída à população nos estados com o intuito de aproximar o MPF do cidadão e disseminar conhecimento em relação ao combate à improbidade.

O MPF desenvolveu uma sé-

rie de ações em 2012 para a comemoração do aniversário da Lei nº 8.429/92:

- foram enviadas cartilhas para prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores do estado de São Paulo, buscando com isso a integração dos esforços do MPF com essas autoridades;

- foram concedidas entrevistas a redes televisivas na temática da improbidade administrativa e discutidas as atuação do MPF.

Destaca-se ainda a elaboração do Mapa Nacional das Ações de Improbidade criado pela 5ª CCR. A iniciativa teve como base as experiências do MPF na 3ª Região e nos Estados da Bahia e Tocantins que publicaram seus mapas em ambiente de internet para ampla divulgação à sociedade da atuação do MPF no combate à improbidade.

A versão inicial do mapa foi apresentada no evento Dia Internacional contra a Corrupção, realizado em dezembro de 2012. O objetivo do mapa é propiciar, internamente e junto à sociedade, informações sobre as medidas adotadas em defesa do patrimônio público e da probidade administrativa.

Apesar das limitações técnicas, espera-se que o mapa das ações de improbidade possa oferecer em números e com informações qualitativas os esforços empreendidos pelo MPF nacionalmente, a exemplo de algumas unidades do MPF nos estados.

11.7.6.3. Estatísticas da temática Patrimônio Público e Social

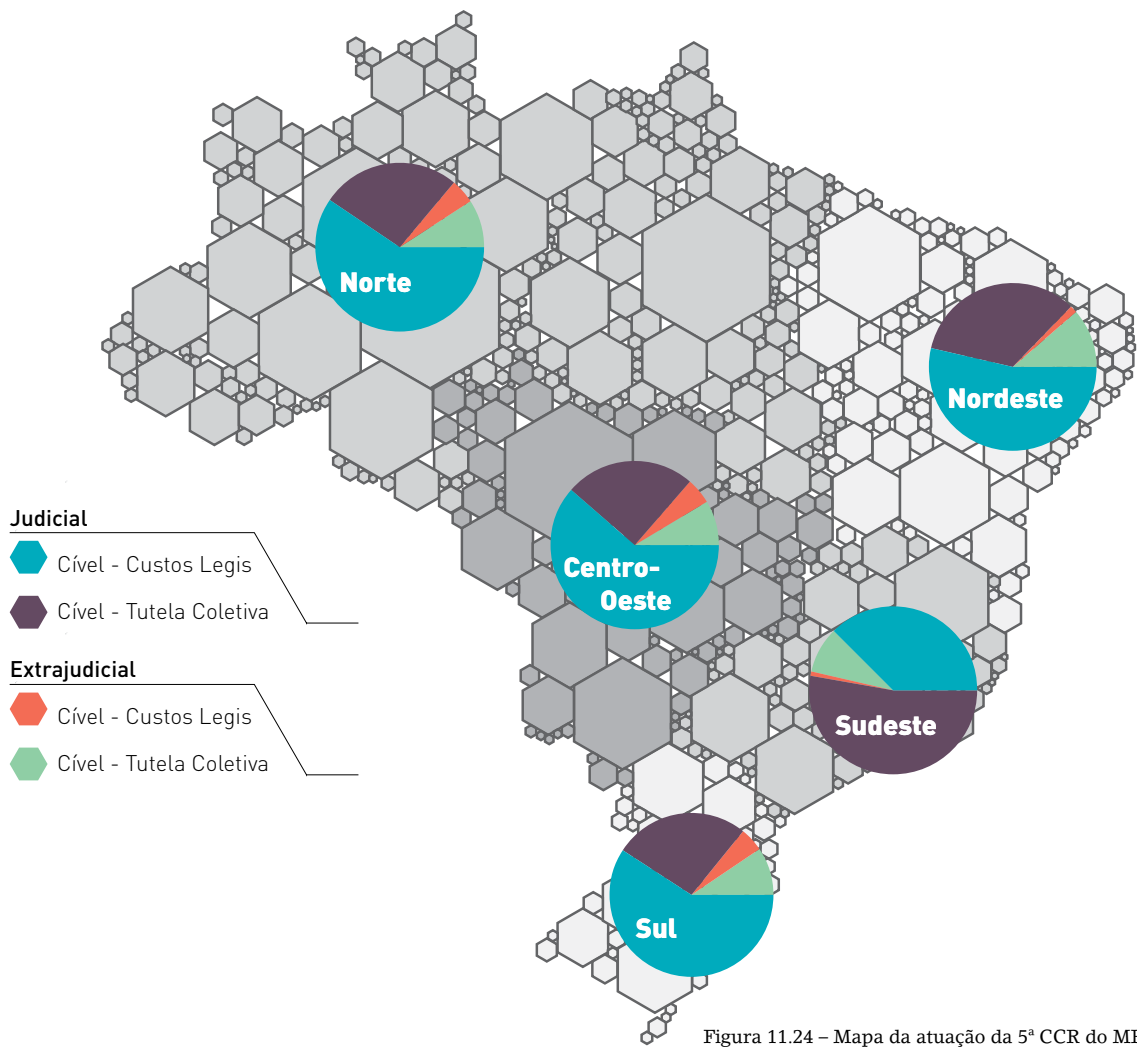


Figura 11.24 – Mapa da atuação da 5ª CCR do MPF.

Distribuição Percentual dos Feitos Judiciais e Extrajudiciais por Áreas de Atuação e Região Geográfica (2012)								
Área de Atuação		N	S	SE	NE	CO	Total	2011 > 2012 ^(*)
Judicial	Cível - Custos Legis	59,61%	59,24%	53,88%	61,48%	59,44%	58,36%	-17,1% ↓
	Cível - Tutela Coletiva	26,72%	24,61%	33,57%	25,04%	32,34%	29,09%	23,0% ↑
Extrajudicial	Cível - Custos Legis	4,65%	4,90%	1,33%	4,89%	2,43%	3,41%	-24,2% ↓
	Cível - Tutela Coletiva	9,02%	9,25%	11,21%	8,59%	5,79%	9,13%	35,4% ↑
		100%	100%	100%	100%	100%	100%	-9,1% ↓

(*) Variação no quantitativo total de feitos.

Fonte: Sejud/MPF

Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal

VISÃO: ATÉ 2020, SER RECONHECIDO, NACIONAL E INTERNACIONALMENTE, PELA EXCELÊNCIA NA PROMOÇÃO DA JUSTIÇA, DA CIDADANIA E NO COMBATE AO CRIME E À CORRUPÇÃO.

MISSÃO: PROMOVER A REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA, A BEM DA SOCIEDADE E EM DEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.

VALORES: AUTONOMIA INSTITUCIONAL, COMPROMISSO, TRANSPARÊNCIA, ÉTICA, INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL, UNIDADE, INICIATIVA E EFETIVIDADE.

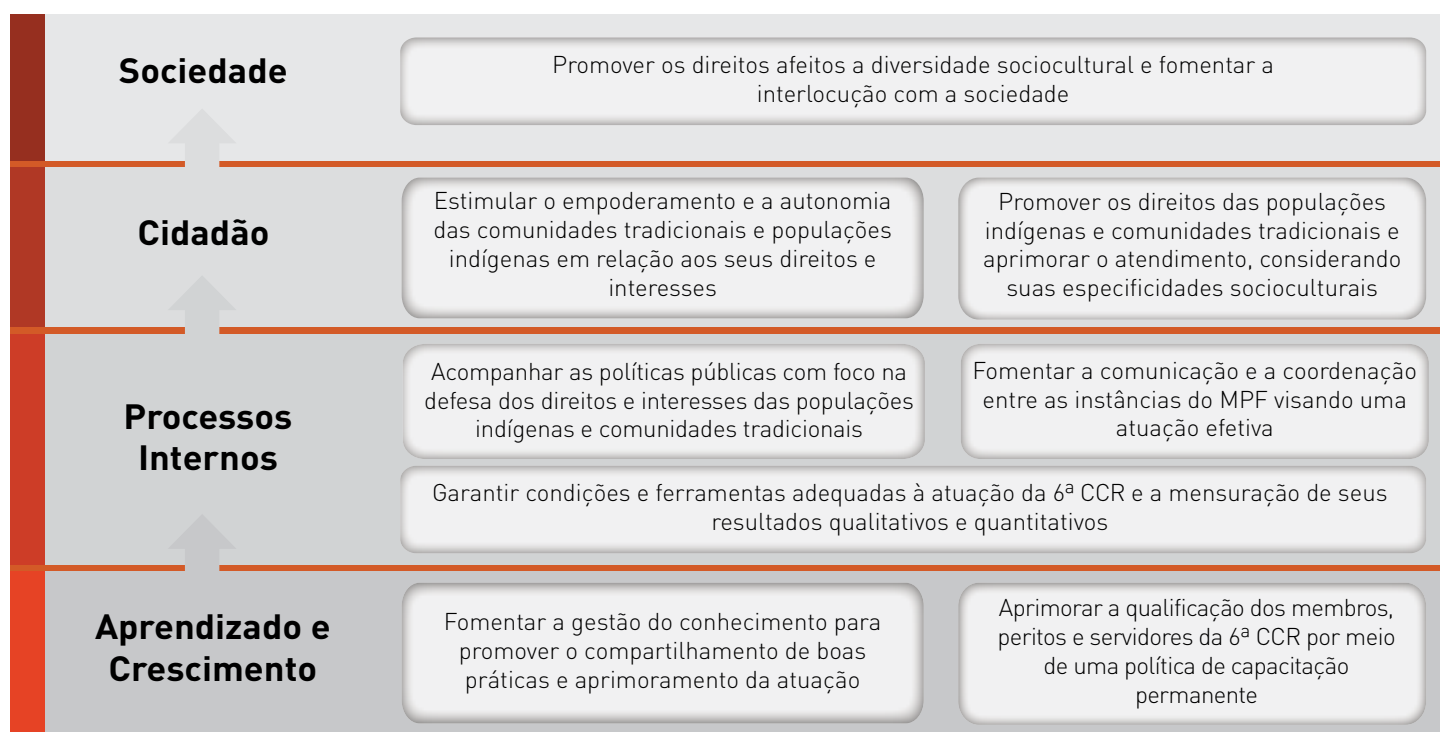


Figura 11.25 – Mapa temático da 6ª CCR do MPF.

“O grande objetivo agora é melhorar a nossa estrutura para estarmos mais bem aparelhados em termos de informação, e de gerenciamento dessa informação. Queremos medir a nossa atuação e informar ao público”.

Deborah Duprat, Subprocuradora-Geral da República e
Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão

11.7.7.1 Indicadores e ações da temática Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais

INDICADORES E AÇÕES	
Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal	
Indicador (es): 1. Divulgação de ações exitosas Ações: 1. Seminário anual "6ª CCR em público: seu direito, nosso dever" para prestação de contas sobre a atuação da 6ª CCR 2. Estimular a divulgação na mídia das ações exitosas – judiciais e extrajudiciais – que realizem os direitos dos grupos protegidos	
Indicador (es): 1. Número de consultas públicas/ audiências realizadas na temática Ações: 1. Realização de consultas/ audiências públicas temáticas com a participação dos gestores de políticas públicas e das comunidades tradicionais	Indicador (es): 1. Produção de documentários sobre a temática Ações: 1. Política de produção de material para divulgar e dar visibilidade aos direitos socioculturais
Indicador (es): 1. Grupos de Trabalho construídos de acordo com as prioridades estabelecidas pela 6ª CCR Ações: 1. Monitorar as políticas públicas	Indicador (es): 1. Cumprimento das metas estipuladas no encontro nacional da 6ª CCR Ações: 1. Sistematizar informações relativas à temática
Indicador (es): 1. Iniciativas judiciais e extrajudiciais na temática Ações: 1. Acesso e gestão de dados e informações	
Indicador (es): 1. Participação de membros nos encontros nacionais e regionais da 6ª CCR 2. Participação de servidores e peritos nos encontros nacionais e regionais da 6ª CCR Ações: 1. Banco de dados (geoprocessamento) com informações da Asspa	Indicador (es): 1. Capacitações de membros na temática 2. Capacitações de peritos na temática 3. Capacitações de servidores na temática Ações: 1. Estímulo à produção acadêmica: publicação de livro na área jurídica 2. Capacitação de membros, servidores e peritos

Tabela 11.9 – Indicadores e ações da 6ª CCR.

11.7.7.2 Destaques da atuação na temática Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais

Na temática Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, destaca-se a atuação do MPF na educação e saúde indígena e na melhoria das políticas públicas das comunidades remanescentes de quilombos.

O GT Educação Indígena, vinculado à 6ª CCR, tem defendido o oferecimento de merenda escolar diferenciada aos alunos indígenas. As escolas recebem recursos em dobro para oferecer tal serviço, mas por falta de estrutura acabam por não oferecê-lo. Dessa forma, o grupo verificou que a aquisição desse tipo de alimentação pode ser feita com base na Resolução nº 38/2012 do FNDE e da Lei nº 11326/2006 que trata da agricultura familiar.

O GT tem trabalhado também para garantir o ingresso e manutenção dos indígenas no ensino superior, questionando a necessidade de adaptação dos currículos às necessidades dos povos indígenas e defendendo a contratação de professores indígenas sem concurso público, tendo em vista o tratamento diferenciado conferido aos índios, garantido pela Constituição Federal. Serão efetivadas gestão junto ao Ministério da Educação (MEC) e à AGU no sentido de que seja produzido parecer vinculativo, com caráter normativo, sobre o tema. Será discutida ainda com o MEC a possibilidade de adoção do regime celetista de contratação para os professores, em virtude

dos problemas de aceitação da comunidade ao contratado. Estão sendo acompanhadas também a regularização e a implantação dos territórios etnoeducacionais.

Em dezembro de 2012, o MPF promoveu uma atuação coordenada, denominada “Dia D da Saúde Indígena”. A ação integrada decorreu da percepção de repetição de problemas em grande parte das áreas de atribuição do MPF. Desenvolveu-se, a partir de então, uma estratégia que envolveu o ajuizamento de ações civis públicas e recomendações a órgãos públicos, a fim de proporcionar, proteger e recuperar a saúde das comunidades indígenas em todo o país. Como resultado foram ajuizadas dezenas de recomendações e ações civis públicas em vários estados brasileiros. Em sua maioria, as recomendações pediram à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) que atenda aos índios que não residam em terra demarcada, que se construam postos de saúde nas aldeias, e implementem abastecimento de água, além da prestação de contas da Secretaria e aplicação correta dos recursos do Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas (IAB-PI). Já as ações civis públicas cobraram o atendimento de saúde aos índios em áreas sem demarcação, medidas de saneamento básico nas aldeias, fornecimento de medicamentos, além da melhoria no transporte aos pólos base e na estrutura das Casas de Apoio à Saú-

de do Índio (Casai).

Destaca-se também a atuação do GT em Comunidades Remanescentes de Quilombos em seu empenho em dar andamento ao Inquérito Civil que visa a apurar a situação geral das políticas públicas destinadas a garantir o direito à terra das comunidades quilombolas no Brasil. A partir do acompanhamento do orçamento quilombola pelo GT, o quadro - que era de total ineficiência na execução orçamentária - melhorou consideravelmente. Havia uma execução orçamentária de 0% de 2004 a 2008, a exceção de 2006, e 6,52% em 2009, referente ao pagamento de indenização aos ocupantes de territórios quilombolas; e para o reconhecimento, demarcação e titulação de áreas quilombolas, apenas 21,27%. Em 2011, chegou-se ao empenho de 98,31%; em 2012, de 85,08% dos recursos orçamentários previstos.

No que se refere ao GT Saúde Indígena, foi promovida uma série de reuniões que acarretou na assinatura do segundo termo aditivo ao termo de conciliação judicial firmado entre o MPT e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa). O documento estabeleceu cronograma para a substituição dos trabalhadores irregularmente alocados no sistema de atenção à saúde indígena, prevendo a contratação de um total de 12.987 trabalhadores, sendo, no mínimo, 4.041 no ano de 2013, 2.163 no ano de 2014 e 685 no ano

de 2015. Foi previsto também o desligamento dos trabalhadores irregulares até 31 de dezembro de 2015, independentemente do número total dos contratados, e firmada recomendação que determina aos Ministérios da Saúde e do Planejamento, Orçamento e Gestão que adotem o sistema de cotas para indígenas nos concursos públicos a serem realizados para o cumprimento do termo de conciliação judicial.

Em Mato Grosso do Sul, foi realizada diligência de Comissão de Procuradores ao Estado do Mato Grosso do Sul para verificar *in loco* as violações dos direitos da população indígena Guarani e Kaiowá. Foram visitadas autoridades fede-

rais e estaduais que têm responsabilidade no trato da questão e vistoria nas Aldeias Indígenas Arroio Korá, Ypo'i e Pyelito Kue. Após a diligência, foram encaminhados o relatório de vistoria e as proposições aos órgãos vinculados, e mantido acompanhamento permanente da questão.

O MPF realizou o II Encontro Regional da 6ª CCR, em dezembro de 2012, onde foi elaborada estratégia de atuação para a demarcação de terras indígenas. Decorrente dessa estratégia, em abril de 2013, o MPF promoveu uma atuação coordenada intitulada de "MPF em defesa das terras indígenas". A iniciativa consistiu na expedição de recomendações e

no ajuizamento de ações civis públicas acerca da delimitação e demarcação das terras que os povos indígenas tradicionalmente ocupam, bem como na realização de audiência pública, na Procuradoria Geral da República, que contou com a participação de cerca de 500 indígenas. Como resultado foram propostas 14 ações civis públicas visando garantir terras que povos indígenas tradicionalmente ocupam e expedidas 11 recomendações para instituições públicas e empresas privadas. As ações abrangeram 10 estados brasileiros (Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e São Paulo).

11.7.7.3 Estatísticas da temática Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais

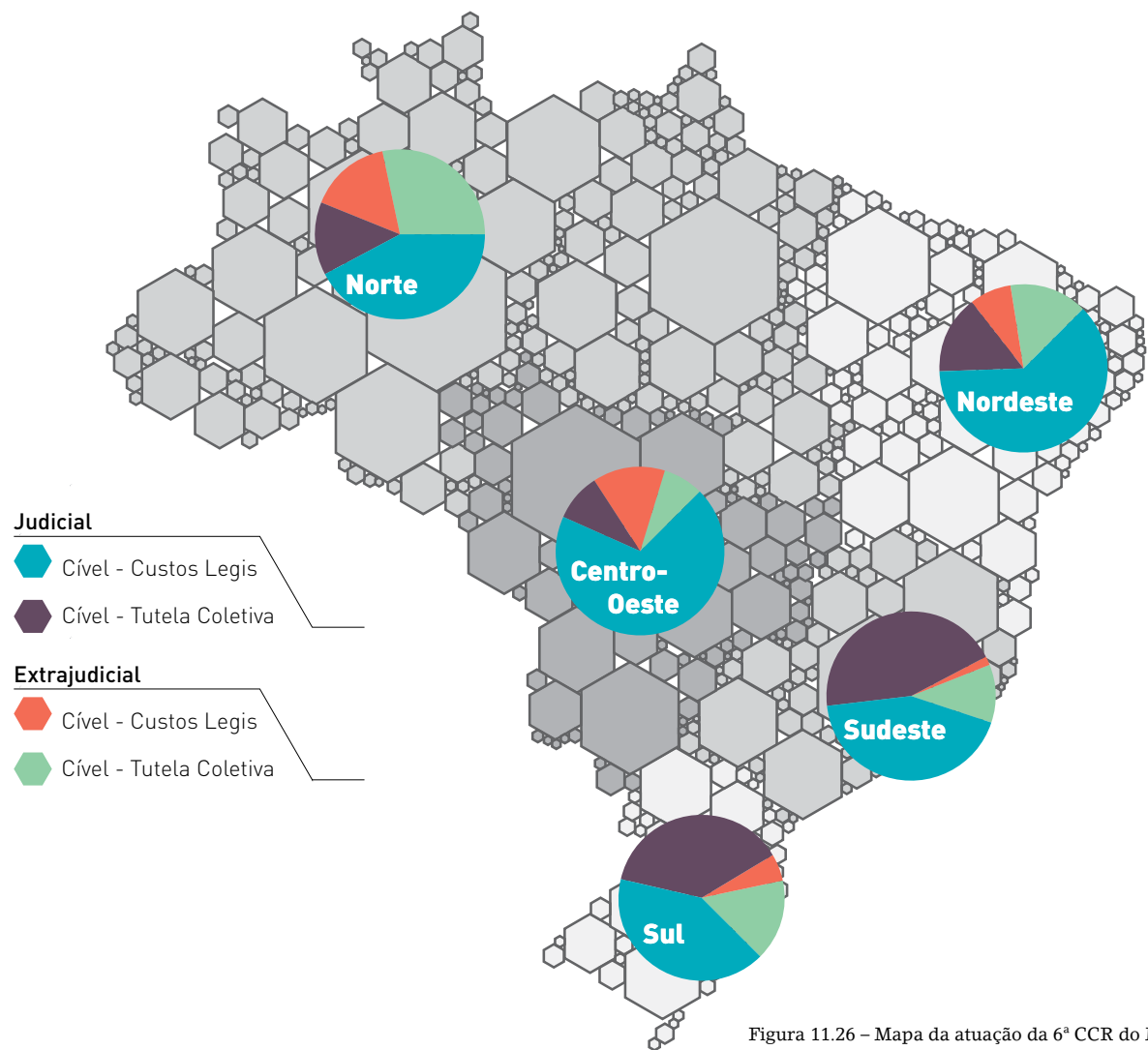


Figura 11.26 – Mapa da atuação da 6ª CCR do MPF.

Distribuição Percentual dos Feitos Judiciais e Extrajudiciais por Áreas de Atuação e Região Geográfica (2012)								
Área de Atuação		N	S	SE	NE	CO	Total	2011 > 2012 (*)
Judicial	Cível - Custos Legis	42,46%	41,33%	43,32%	61,94%	69,24%	52,23%	101,8% ↑
	Cível - Tutela Coletiva	13,74%	37,75%	44,02%	15,20%	9,32%	23,06%	20,3% ↑
Extrajudicial	Cível - Custos Legis	15,60%	5,29%	1,69%	8,11%	13,90%	9,38%	-14,0% ↓
	Cível - Tutela Coletiva	28,20%	15,63%	10,97%	14,74%	7,54%	15,33%	19,9% ↑
		100%	100%	100%	100%	100%	100%	2,7% ↑

(*) Variação no quantitativo total de feitos.

Fonte: Sejud/MPF.

Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal

VISÃO: ATÉ 2020, SER RECONHECIDO, NACIONAL E INTERNACIONALMENTE, PELA EXCELÊNCIA NA PROMOÇÃO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E COMBATE AO CRIME E À CORRUPÇÃO

MISSÃO: PROMOVER A REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA, A BEM DA SOCIEDADE E EM DEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

VALORES: AUTONOMIA INSTITUCIONAL, COMPROMISSO, TRANSPARÊNCIA, ÉTICA, INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL, UNIDADE, INICIATIVA E EFETIVIDADE

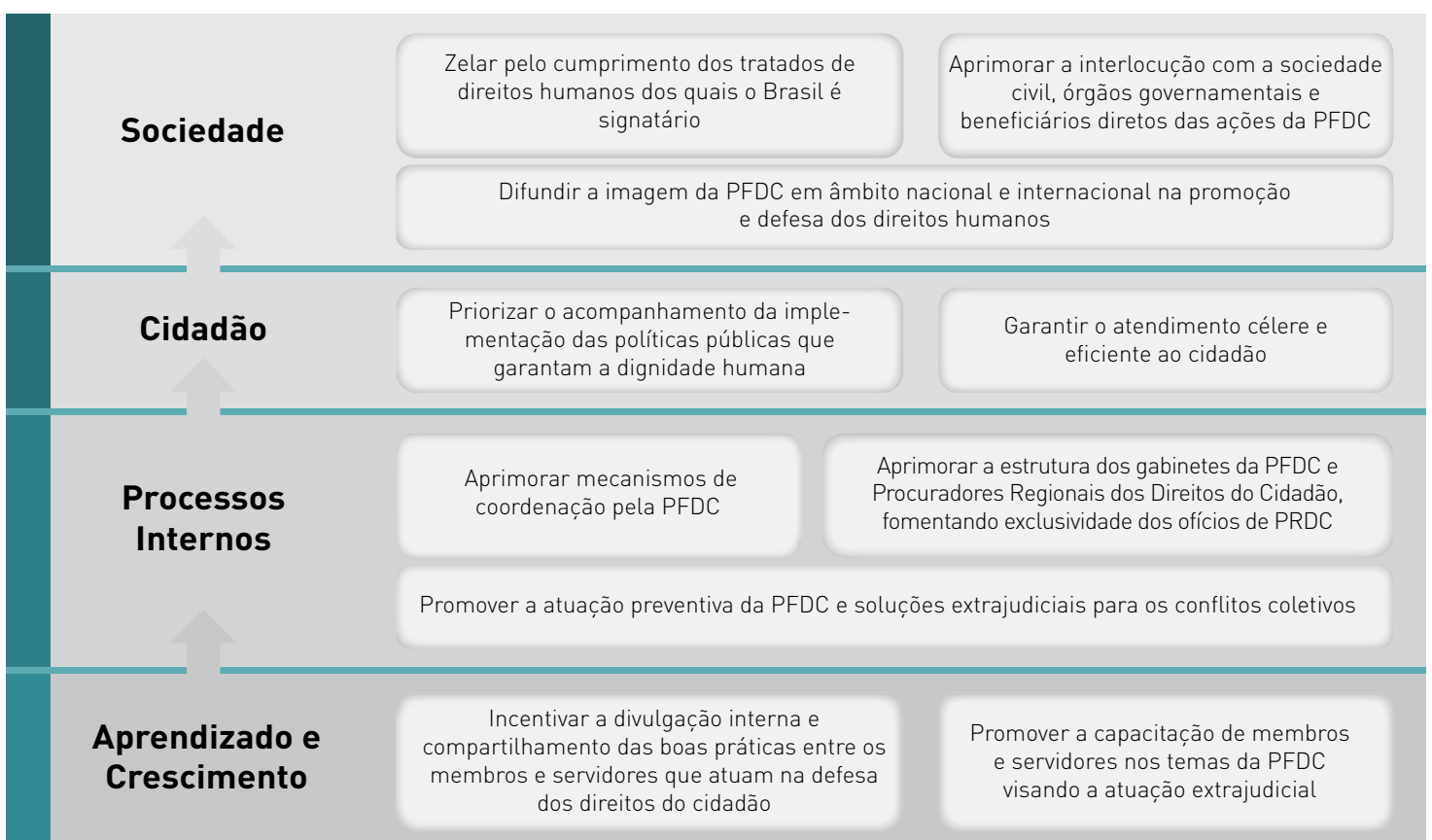


Figura 11.27 – Mapa temático da PFDC do MPF.

“A construção do Planejamento Temático da PFDC foi uma oportunidade para reunir membros do MPF para refletir sobre os objetivos estratégicos e as metas da PFDC para os próximos anos. É uma importante a contribuição de membros e servidores para atuação do MPF”

Aurélio Rios, Subprocurador-Geral da República e
Procurador Federal dos Direitos do Cidadão

11.7.8.1 Indicadores e ações da temática Direitos do Cidadão

INDICADORES E AÇÕES	
Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal	
Indicador (es): 1. Monitoramento e divulgação de recomendações recebidas na área de direitos humanos Ações: 1. Identificar e difundir instrumentos internacionais dos quais o Brasil é signatário, classificando-os por área temática 2. Sistematizar e difundir as recomendações finais dos órgãos de monitoramento dos instrumentos internacionais dos quais o Brasil é signatário 3. Difundir jurisprudência dos órgãos internacionais nos temas de atuação PFDC 4. Compartilhar informações atualizadas (estudos, eventos etc) dos órgãos internacionais	Indicador (es): 1. Número de convênios, audiências públicas e termos de cooperação firmados e registros de participações em reuniões e eventos na área de direitos humanos Ações: 1. Fomentar a celebração de convênios e termos de cooperação técnica 2. Estimular a participação dos Procuradores Regionais dos Direitos dos Cidadãos (PRDCs) e Procuradores dos Direitos dos Cidadãos (PDCs) em comitês, grupos de trabalhos e como observadores em conselhos estratégicos 3. Estimular o protagonismo dos PRDCs e PDCs em seminários, palestras, audiências, entre outros
Indicador (es): 1. Número de convênios, audiências públicas e termos de cooperação firmados e registros de participações em reuniões e eventos na área de direitos humanos Ações: 1. Definição de política de comunicação social da PFDC 2. Realização de audiências públicas, oficinas, eventos e dias nacionais de mobilização temáticos em todas as unidades do MPF	
Indicador (es): 1. Autos extrajudiciais instaurados em temas eleitos prioritários nos encontros nacionais e regionais Ações: 1. Oficinas de trabalho ou treinamento, capacitando membros e servidores nas temáticas de atuação 2. Avaliação das políticas públicas 3. Identificar as áreas prioritárias de atuação da PFDC	Indicador (es): 1. Instalação de salas de atendimento ao cidadão nas unidades do MPF Ações: 1. Criação, em todas as Unidades do MPF, de salas de atendimento ao cidadão 2. Racionalizar a tramitação de representações 3. Estimular o registro dos atendimentos ao cidadão no Sistema Único
Indicador (es): 1. Cumprimento de resoluções/ encaminhamentos definidos nos encontros nacionais e regionais de Procuradores dos Direitos do Cidadão Ações: 1. Realização de encontros nacionais e regionais 2. Criação dos núcleos regionais de coordenação e revisão 3. Estimular a discussão para a definição dos critérios para identificação do procurador natural nas causas de abrangência nacional 4. Estimular a atuação preventiva dos Procuradores dos Direitos do Cidadão 5. Demandar o aprimoramento do sistema ÚNICO	Indicador (es): 1. Adequação da estrutura da PFDC e PRDCs Ações: 1. Propor nas Procuradorias Gerais a criação de escritórios exclusivos de Procuradores Federais dos Direitos do Cidadão com atuação na defesa dos direitos fundamentais 2. Propor ao CSMPF a expedição de Resolução que regulamente a atuação exclusiva dos Procuradores Federais dos Direitos do Cidadão
Indicador (es): 1. Número de autos extrajudiciais arquivados por questão solucionada Ações: 1. O PRDC deverá priorizar a adoção de meios de solução de conflitos que não necessitem de intervenção judicial 2. A Formação de GTs temáticos, alinhados ao Planejamento Estratégico, inclusive para atuação preventiva	
Indicador (es): 1. Número de boas práticas inseridas no sítio da PFDC Ações: 1. Manter atualizado e bem alimentado o sítio da PFDC e PRDC	Indicador (es): 1. Unidades capacitadas nos temas da PFDC Ações: 1. Promover cursos, seminários, <i>workshop</i>, oficinas e palestras nos Estados e Municípios

11.7.8.2 Destaques da temática Direitos do Cidadão

Na temática direitos do cidadão, sobressaem-se os seguintes temas: segurança pública e direitos humanos, saúde mental, educação, direito das crianças e dos adolescentes, direito à memória e direitos dos imigrantes no Brasil.

Na educação, destaca-se a fiscalização para evitar irregularidades no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Foi firmado TAC com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), além de recomendação que sugere providências para evitar irregularidades já ocorridas em edições anteriores do Exame. O GT Educação da PFDC esteve reunido com o Inep para conhecer as providências adotadas pela instituição no sentido de permitir acesso, pelos candidatos, às provas subjetivas do Enem. Em reunião, realizada há cerca de um mês antes da aplicação das provas do Enem 2012, o Inep apresentou as medidas adotadas para evitar irregularidades, bem como o sistema eletrônico por meio do qual os estudantes poderiam ter vista das provas.

A PFDC produziu parecer que traz uma análise da legislação penal, processual penal e da lei de execuções penais (LEP) no tocante ao cumprimento de medidas de segurança, tanto ambulatoriais quanto em Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP). O objetivo foi conhecer o tratamento jurídico legislativo dispensado à pessoa com transtornos mentais em conflito com

a Lei nº 10.216/2001, cumprindo medidas de segurança no país visando à adoção de uma série de medidas para a efetivação dos direitos assegurados a esse grupo populacional. O parecer, que visa auxiliar a aplicação dessa lei, foi apresentado durante o III Congresso Brasileiro de Saúde Mental em junho de 2012, que reuniu mais de 6 mil participantes, entre profissionais de saúde mental, representantes dos movimentos sociais e de defesa dos direitos humanos pesquisadores, usuários e familiares.

Na segurança pública, o MPF, por meio da PFDC, foi relator de resolução aprovada pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) que extingue o chamado “auto de resistência” ou “resistência seguida de morte” dos registros de ocorrências e inquéritos policiais – prática que pode camuflar os altos índices de letalidade da polícia no Brasil. A resolução propõe a órgãos e instituições estatais a adoção de diversas medidas para apurar a responsabilidade dos agentes públicos pela lesão corporal ou homicídio decorrente de intervenções policiais. Além disso, o documento sugere o afastamento imediato e proibição de participação em processo de promoção por merecimento de policiais envolvidos em ação policial com resultado morte, até que se esclareçam as circunstâncias do fato e as responsabilidades. Em janeiro de 2013 – em atendimento à Resolução do CDDPH –, a Secretaria

Estadual de Segurança Pública do Estado de São Paulo extinguiu o registro do “auto de resistência” e da “resistência seguida de morte” nos boletins de ocorrência. Além disso, vale ressaltar que a PFDC – em parceria com outras instituições do poder público e da sociedade civil – sugeriu a autoridades a criação de um plano de enfrentamento a graves violações aos direitos humanos; representou ao Procurador-Geral da República pela federalização dos casos envolvendo grupos de extermínio, no que foi acatada; e indicou ao CNJ processos com demorada tramitação na justiça.

Na esfera da imigração, o MPF manteve extensa agenda na interlocução com diversos setores do Poder Executivo com o objetivo de envidar esforços na busca de soluções no âmbito dos direitos humanos, destacando-se os casos que se seguem. 1) O caso dos haitianos no Brasil, no período de janeiro a abril de 2012: foram realizadas reuniões com órgãos ligados à imigração, entre eles, o Ministério da Justiça, o Conselho Nacional de Imigração, o Ministério das Relações Exteriores, o Departamento de Polícia Federal, além de órgãos ligados às políticas públicas nas áreas da saúde, da educação e da infraestrutura. Também foram realizadas negociações com a AGU, com vistas a implementar a regularização dos haitianos que estavam em Tabatinga (AM), com a concessão do visto

humanitário. Sobre o assunto, a MPF defendeu: (i) regularizar os haitianos que estavam em Tabatinga- Amazonas; (ii) autorizar a entrada dos haitianos que estavam em Iñapari, fronteira do Peru, aguardando permissão para entrar regularmente no Brasil; (iii) flexibilizar, conforme a necessidade, o número de concessão de vistos ao mês aos haitianos. As propostas do MPF foram acolhidas e implementadas pelo Poder Executivo. 2) O caso dos estudantes bissau-guineenses no Estado do Ceará. 3) O caso das crianças congoleesas no Estado do Rio de Janeiro. 4) O caso das 19 crianças e adolescentes haitianos encontrados em Tabatinga-AM desacompanhados, sem as devidas autorizações para viajar e, todos eles, em situação irregular no Brasil, no período de abril a junho de 2013.

A promoção dos direitos à memória, à verdade e à informação – bem como a busca por meios para torná-los acessíveis – estão entre os temas que se sobressaem. O objetivo é localizar e identificar desaparecidos políticos, assim como garantir o acesso à verdade histórica e a valorização da memória coletiva sobre fatos ocorridos no período da ditadura militar no Brasil. Em junho de 2012, o MPF-

no Rio Grande do Sul, juntamente com a Comissão Nacional da Verdade (CNV) e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, iniciou os procedimentos para a exumação do corpo do ex-presidente João Goulart, supostamente vítima de um ataque cardíaco no dia 6 de dezembro de 1976 durante exílio na Argentina. Ainda em 2012, o MPF decidiu apurar as circunstâncias de mortes e desaparecimentos de dois militantes no Estado do Ceará e em Governador Valadares, Minas Gerais, com indicativos de novas diligências que possam contribuir na elucidação dos fatos em seus Inquéritos Cíveis. O MPF coordenou, ainda, os trabalhos de identificação de ossadas no cemitério de Perus, em São Paulo, que contou com a expertise da Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF), na busca dos restos mortais de Hiroaki Torigoe.

Na atuação do direito das crianças e dos adolescentes, destaca-se a nota técnica sobre merchandising infantil do Grupo de Trabalho Comunicação Social, vinculado à PFDC. Esse GT classificou como ilegal o *merchandising* (publicidade exibida fora do intervalo comercial) feito em programas voltados para o público infanto-

juvenil. A nota expõe que a prática fere “o princípio da identificação obrigatória da mensagem como publicitária” e o Código de Defesa do Consumidor, que em seu artigo 37 considera como abusiva a publicidade que se aproveita da deficiência de julgamento e experiência da criança. Em decorrência desse trabalho, em reunião com o MPF, representado pela PFDC, o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) anunciou que, a partir de 1º de março de 2013, o Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária contará com novas e mais severas recomendações para a publicidade que envolve crianças, em particular em ações de merchandising, que não serão mais admitidas quando dirigidas ao público infantil. Segundo o Conar, crianças de até 12 anos não poderão participar de qualquer tipo de ação de merchandising em TV, rádio e mídia impressa. Também fica proibida a utilização de elementos do universo infantil ou outros artifícios publicitários com o objetivo de chamar a atenção de crianças. As normas do Conar têm adesão voluntária por anunciantes, agências de publicidade e veículos de comunicação.

11.7.8.3 Estatísticas da temática Direitos do Cidadão

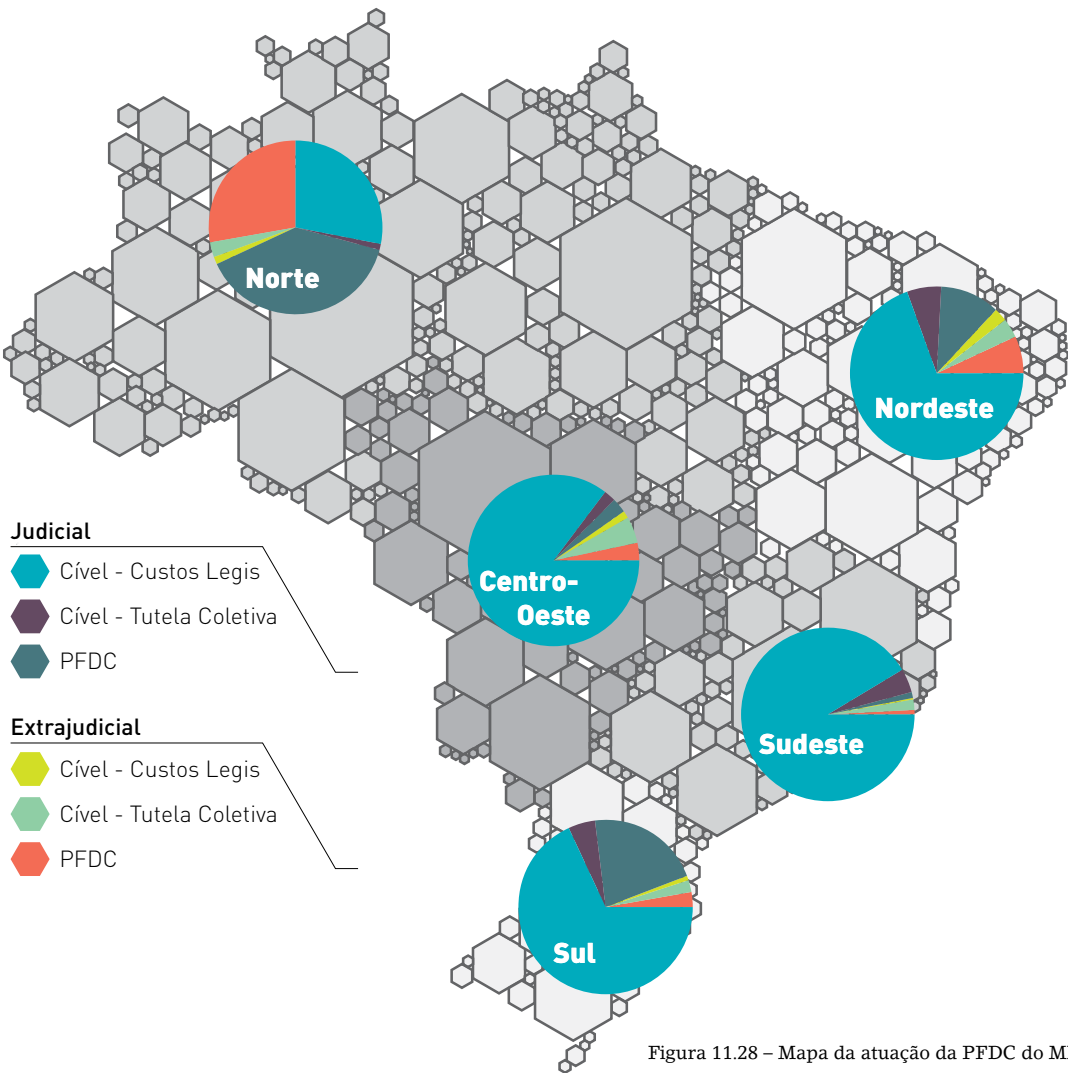


Figura 11.28 – Mapa da atuação da PFDC do MPF.

Distribuição Percentual dos Feitos Judiciais e Extrajudiciais por Áreas de Atuação e Região Geográfica (2012)								
Área de Atuação		N	S	SE	NE	CO	Total	2011 > 2012 ^(*)
Judicial	Cível - Custos Legis	28,19%	68,12%	91,55%	69,70%	85,50%	81,67%	-11,7% ↓
	Cível - Tutela Coletiva	1,07%	4,97%	4,35%	6,27%	2,15%	4,46%	14,4% ↑
	PFDC	38,95%	21,19%	1,24%	11,16%	2,91%	8,10%	27,8% ↑
Extrajudicial	Cível - Custos Legis	1,44%	0,82%	0,18%	2,49%	1,19%	0,68%	-16,5% ↓
	Cível - Tutela Coletiva	2,79%	2,17%	2,08%	3,51%	4,95%	2,47%	-9,6% ↓
	PFDC	27,56%	2,73%	0,60%	6,87%	3,31%	2,62%	20,4% ↑
		100%	100%	100%	100%	100%	100%	-12,6% ↓

(*) Variação no quantitativo total de feitos.

Fonte: Sejud/MPF.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MPF vive um momento ímpar com a coordenação e concentração de esforços para superar os desafios definidos em seu planejamento estratégico decenal que visa alcançar, em 2020, um patamar de excelência na promoção da justiça, da cidadania e no combate ao crime e à corrupção.

O início da jornada foi em agosto de 2010 com o lançamento do Projeto de Modernização da Gestão Administrativa que, após diagnóstico da situação atual e várias etapas de formulação, culminou com a concepção de um mapa estratégico que abrange 25 macro desafios e a mobilização de centenas de membros e milhares de servidores.

A segunda fase de desdobramento da estratégia abrange o biênio 2011-2013, fruto da análise desse relatório de gestão, em que se construiu as ferramentas de planejamento e gestão para contribuição de cada um dos órgãos e unidades de negócio buscando o aperfeiçoamento da

prestação de serviços à sociedade segundo a visão de futuro definida para o MPF.

As ações desenvolvidas e resultados alcançados são muito animadores, pois pode se perceber os avanços em aspectos de governança, desenho organizacional, regulamentações, políticas e diretrizes, gestão de pessoas, transparência, prestação de contas, expansão do MPF, disseminação da estratégia e tecnologia da informação. No entanto, ainda resta muito o que fazer para se criar uma cultura permanente voltada a aprimorar o desempenho de membros e servidores.

O desafio de executar a estratégia é muito maior do que formulá-la. O processo requer o alinhamento da tríade - estratégia, pessoas e operações - em todo o MPF, presente em 210 unidades com sede física. A execução da estratégia requer incorporá-la ao processo gerencial de tomada de decisão do Procurador-Geral da República, membros do Conselho

Superior, Coordenadores de CCRs, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, Corregedor-Geral, Procuradores-Chefes, Secretários Nacionais e demais lideranças. O fato é que essa mudança exige constante prestação de contas, metas claras e método para mensurar o desempenho, elementos com maior ou menor desenvolvimento a depender do órgão ou unidade que se analisa.

A terceira fase do MPF abrangerá a modernização de métodos de trabalho, de mensuração de desempenho e a gestão do conhecimento no gabintes dos membros, bem como incorporará a definição de atribuições, responsabilização e prestação de contas em seu modelo de gestão. Essa próxima fase vai buscar balancear as opções estratégicas e os *trade-offs* na alocação de recursos orçamentários e humanos, construindo uma agenda de mudança rumo a 2020 e disseminando a cultura de planejamento a todos que fazem o MPF.

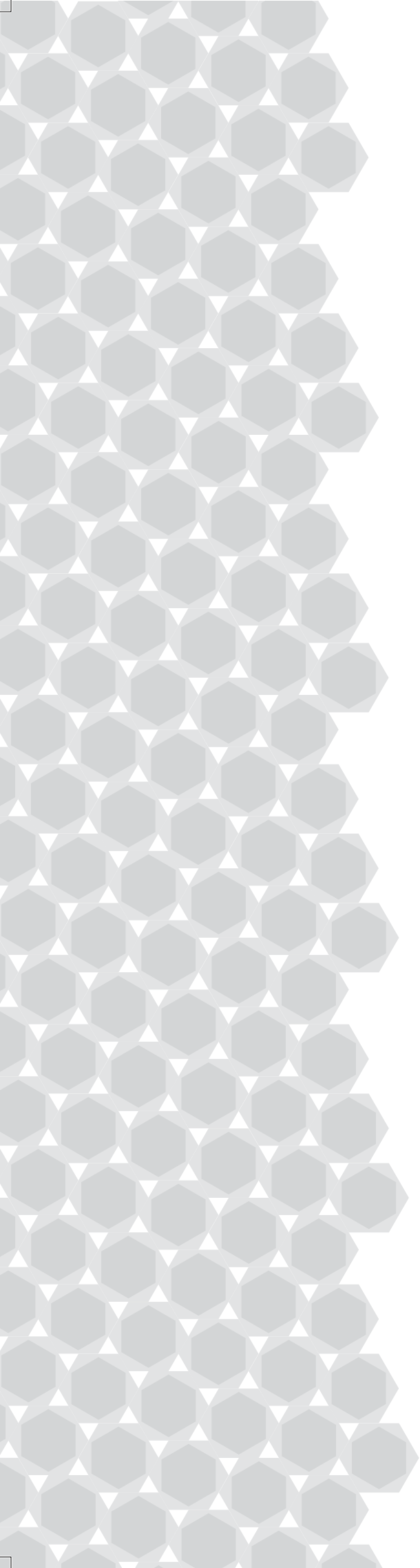


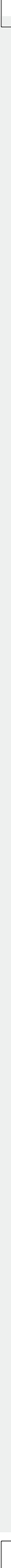


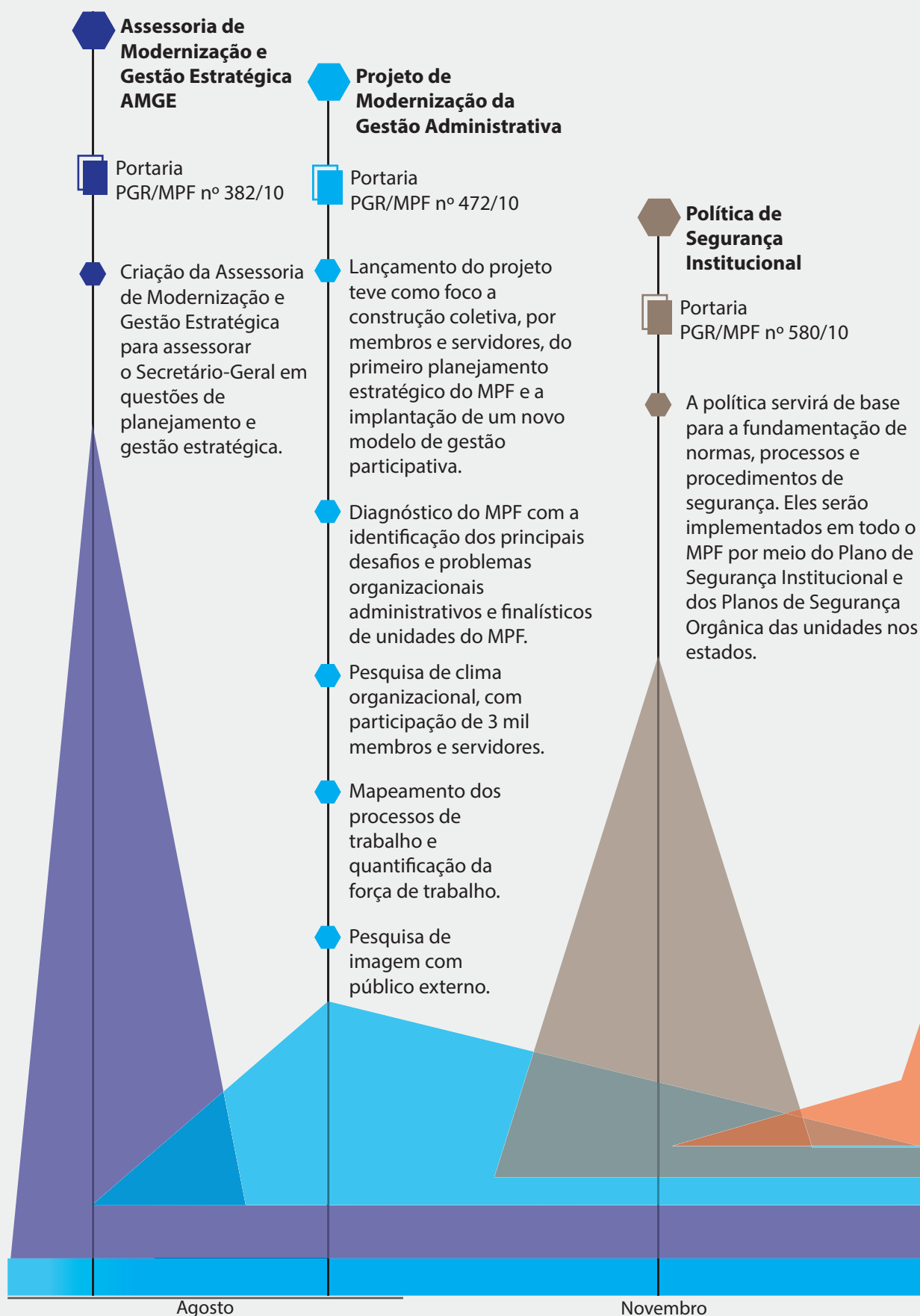
Figura 12.1 – Fases da modernização do MPF.

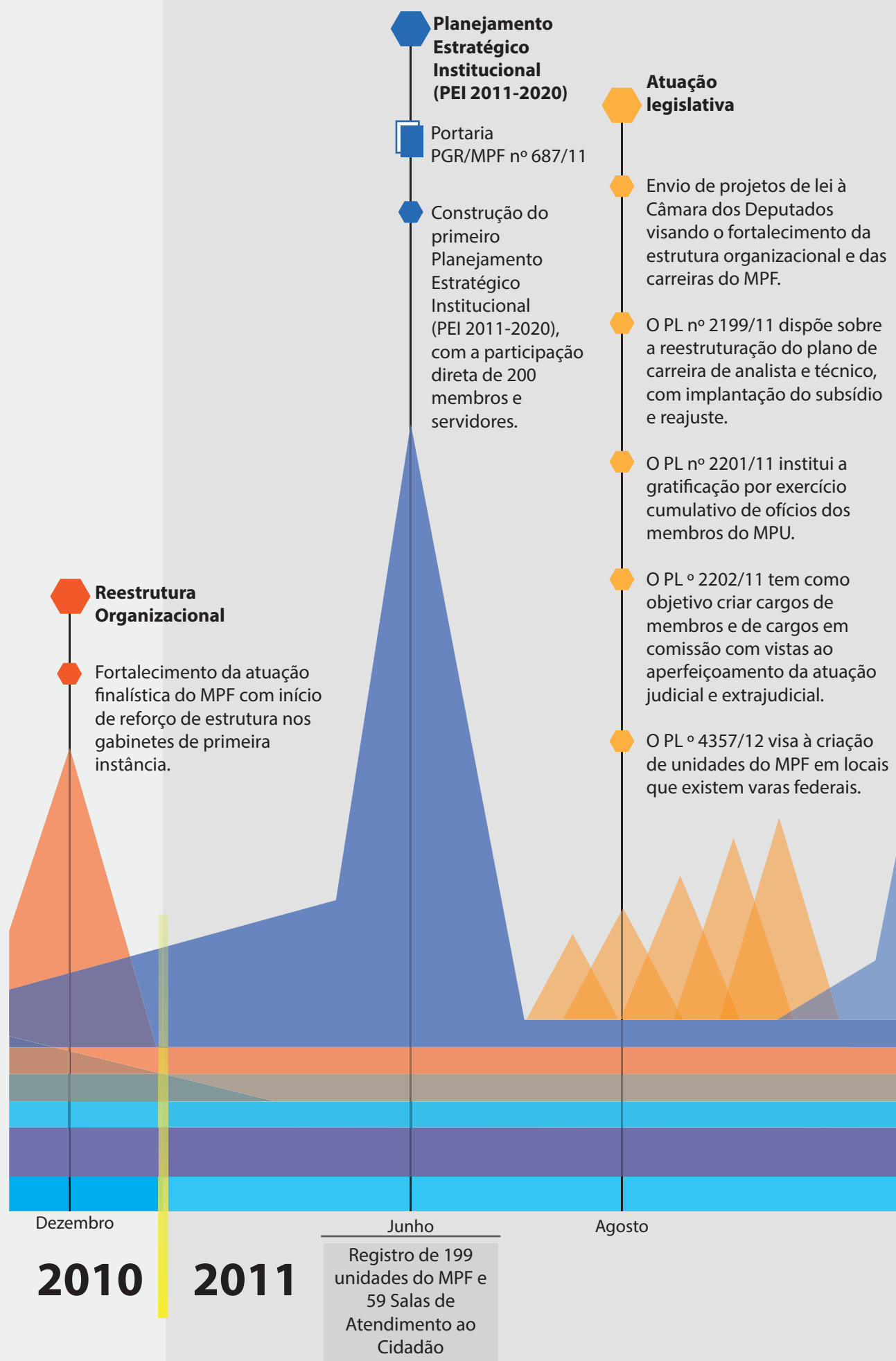


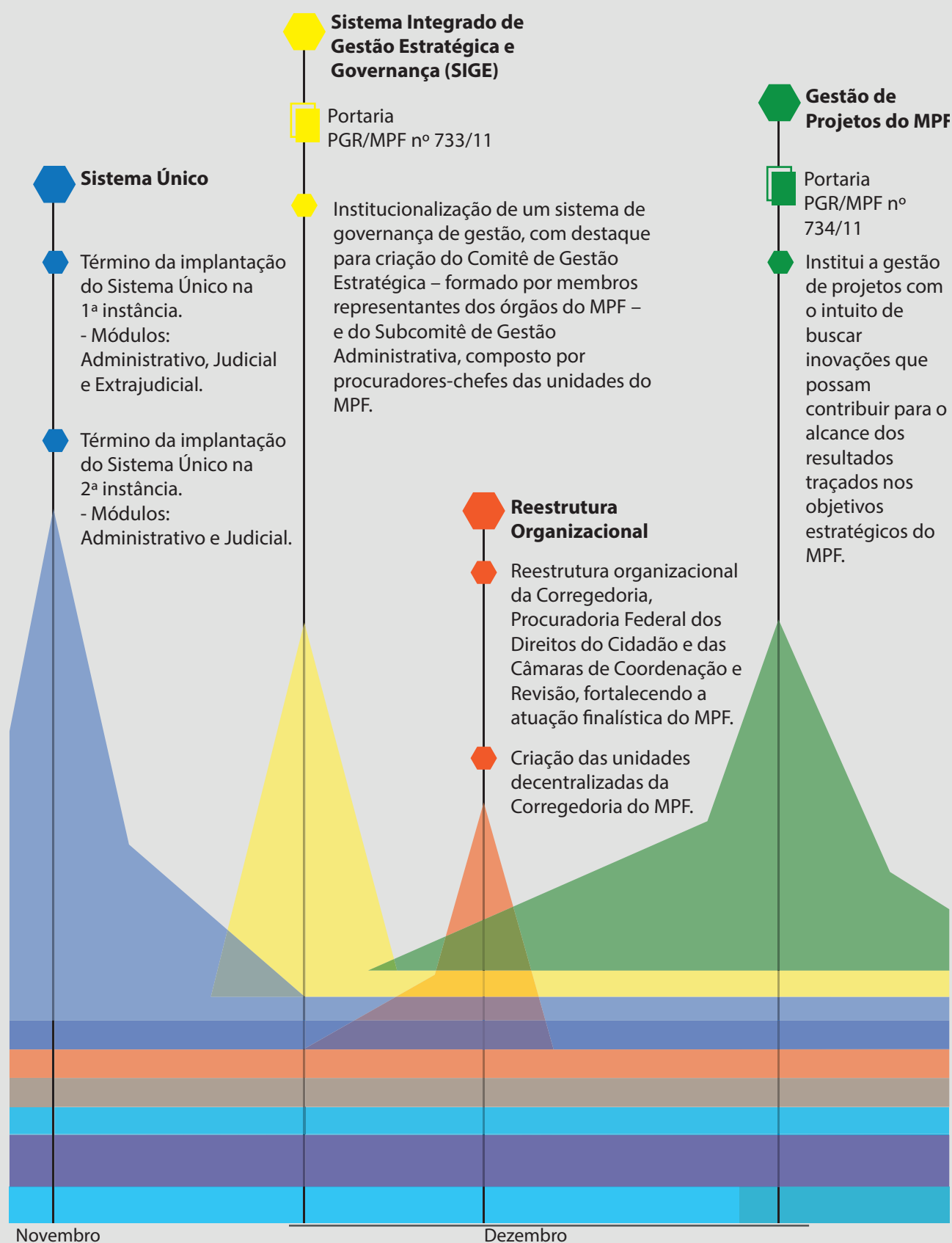
Processo de Modernização no MPF

Construção de um novo modelo de gestão









2011

Projeto de Desdobramento do Planejamento Estratégico Institucional (Depei)

Portaria
PGR/MPF nº 725/11

Lançamento do projeto que visou a definição da contribuição de cada órgão e de unidades administrativas para o alcance e disseminação do Planejamento Estratégico Institucional.

Realização de consultas públicas em 21 estados, com a participação de 1500 cidadãos.

Pesquisa de percepção sobre a atuação do MPF com a participação de 291 membros.

230 oficinas de trabalho e reuniões de balizamento, com participação, no total, de aproximadamente 2300 participantes entre membros e servidores.

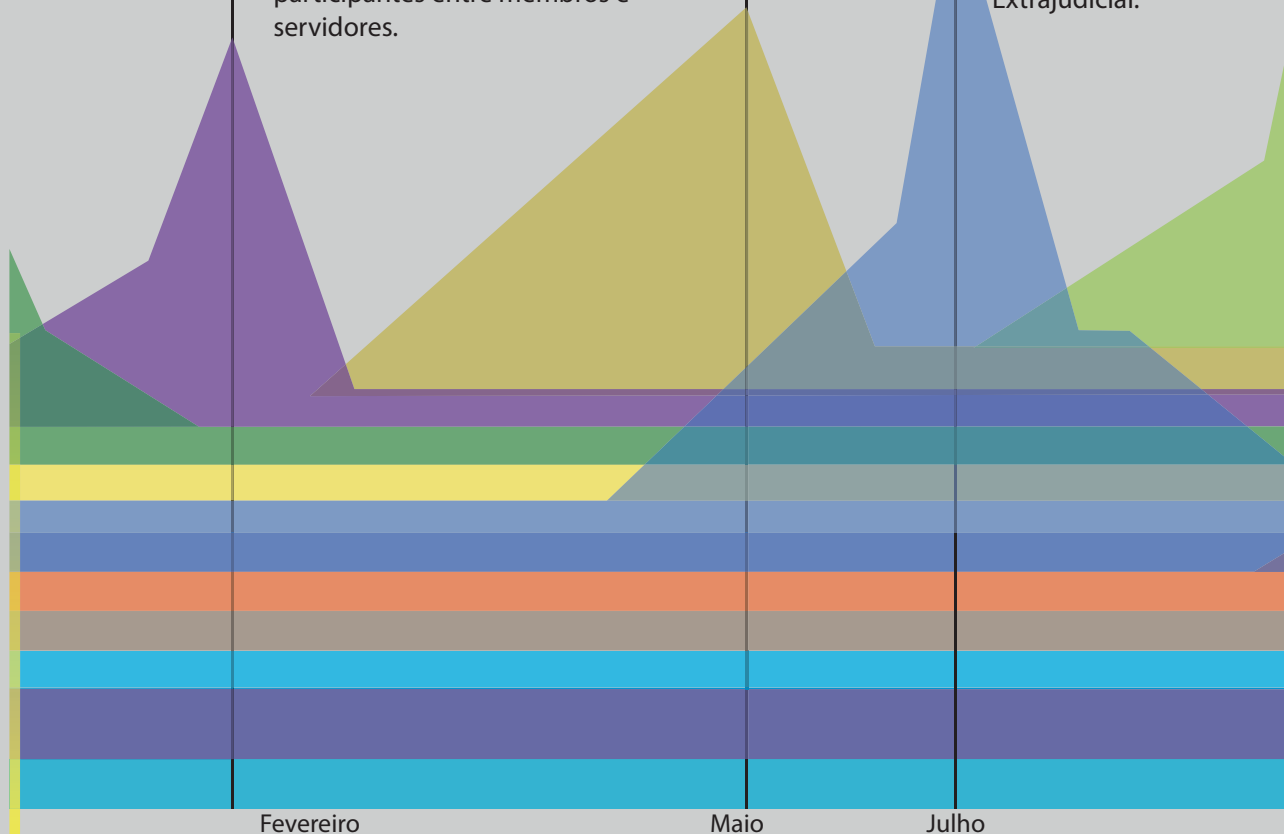
Serviço de Informações ao Cidadão

Portaria
PGR/MPF nº 725/11

Institui o SIC do MPF que visa, entre outras competências, orientar o cidadão quanto ao acesso a informações.

Sistema Único

Término da implantação do Sistema Único na PGR.
- Módulos:
Administrativo e Extrajudicial.



Fevereiro

Maio

Julho

2012

